

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ANDRÉ DE MORAIS

O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS
DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
PONTA GROSSA, PR

PONTA GROSSA

2023

ANDRÉ DE MORAIS

O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS
DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE
PONTA GROSSA, PR

Tese de Doutorado apresentada para a obtenção do
título de doutor na Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Área de Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat

PONTA GROSSA

2023

M827 Morais, André de
 O tráfico de drogas na implicação das trajetórias geográficas de homens em
situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR / André de
Morais. Ponta Grossa, 2023.
 272 f.

 Tese (Doutorado em Geografia - Área de Concentração: Gestão do
Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

 Orientador: Prof. Dr. Márcio José Ornat.

 1. Espacialidades. 2. Masculinidades. 3. Interseccionalidade. 4. Vida -
trajetória. 5. Drogas - tráfico. I. Ornat, Márcio José. II. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III.T.

CDD: 910

TERMO DE APROVAÇÃO

ANDRÉ DE MORAIS

O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, no Curso de Pós-Graduação em Geografia, Doutorado em Geografia, Setor de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Marcio Jose Ornat (Presidente)
Heder Leandro Rocha (UNICEN –
Argentina) (Membro) Silas Nogueira de
Melo (UEMA) (Membro)
Pablo Milanese (UEPG) (Membro)
Alides Baptista Chimin Junior (UEPG)
(Membro)



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 22/12/2022, às 18:19, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pablo Milanese, Professor(a)**, em 23/12/2022, às 12:17, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1267127** e o código CRC **4580F9A0**.

PARECER BANCA DE DEFESA DE TESE

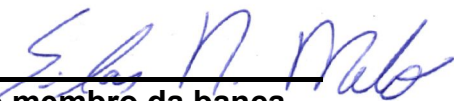
O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR

Declaro que no dia 22/12/2022 participei da banca de Tese de André de Moraes. A banca ocorreu de forma remota no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Após avaliar o trabalho declaro meu **parecer favorável à aprovação**.

Silas Nogueira de Melo

Nome e assinatura do membro da banca



PARECER BANCA DE DEFESA DE TESE

O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS GEOGRÁFICAS DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR

Declaro que no dia 22/12/2022 participei da banca de Tese de André de Moraes. A banca ocorreu de forma remota no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Após avaliar o trabalho declaro meu **parecer favorável à aprovação**.



Heder Leandro Rocha

Nome e assinatura do membro da banca

**O TRÁFICO DE DROGAS NA IMPLICAÇÃO DAS TRAJETÓRIAS
GEOGRÁFICAS DE HOMENS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR**

Declaro que no dia 22/12/2022 participei da banca de Tese de André de Moraes. A banca ocorreu de forma remota no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Após avaliar o trabalho declaro meu **parecer favorável à aprovação.**



Dr. Alides Baptista Chimim Junior

Dedico à quem caminha comigo,
mesmo na tempestade: Camila,
Darcileni, Leri e Matheus.

AGRADECIMENTOS

A trajetória de construção desta Tese me lembrou o quão importantes são aqueles que vieram antes de nós. Todos estamos acostumados a olhar para o que está posto, esquecendo-nos de olhar para aqueles que são responsáveis por isso. Neste sentido, quero agradecer aos que me permitiram chegar até aqui, pois sem eles, não haveria vida. Por isso, agradeço a todos os meus ancestrais, especialmente aos meus pai e mãe, Leri e Darcileni, que tornaram a minha caminhada até o doutorado absolutamente mais florida e menos cheia de espinhos, do que tenho certeza que foi para eles. Essa conquista não é apenas minha, mas antes disso, de vocês.

Ao meu irmão, Matheus, que me mostrou que partilhar é multiplicar desde que tenho 9 anos.

À minha namorada, Camila, meu equilíbrio diário, que aceitou dividir toda essa loucura comigo, ouviu minhas reflexões (mesmo que, por muitas vezes, soando maçantes) e que, sobretudo, catalisou os meus sonhos. Amor é isso.

Ao professor Marcio, meu orientador desde minha primeira Iniciação Científica até a presente Tese. Se um dia eu puder falar que me tornei pesquisador, foi por sua inenarrável capacidade de ensinar.

Aos meus companheiros do GETE, especialmente ao Vagner, ao João e à Mayã, que tanto colaboraram com o desenvolvimento metodológico operacional desta Tese. Também, ao Rodrigo e ao Fernando, que estenderam a mão quando precisei de ajuda no processo de inscrição para o meu doutorado sanduíche.

À professora Mireia Baylina, que aceitou o desafio de me receber em seu grupo de pesquisas na Universitat Autònoma de Barcelona (UAB). Os diálogos que construímos durante este período foram preciosos para a construção desta reflexão.

Aos amigos que fiz na Espanha, em especial aos ‘Pelos Bigodes de Dali’, que aliviavam com as risadas, os vinhos, churros e viagens, o período em que dediquei minhas tardes a longas leituras na tão acolhedora ‘Biblioteca d’Humanitats’ da UAB.

À CAPES, que tornou possível a execução dessa pesquisa através do Programa de Demanda Social (DS) e do Programa de Doutorado Sanduíche (PDSE), fazendo deste recorte de minha trajetória não só existente, mas inesquecível.

“Se você matar um guerreiro em uma briga local, vai se lembrar dele quando estiver lutando contra seus inimigos.” (Provérbio Igbo. Retirado de um trecho do livro ‘Americanah’, Chimamanda Ngozi Adichie)

RESUMO

MORAIS, André de. **O Tráfico de Drogas na Implicação das Trajetórias Geográficas de Homens em Situação de Reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR.** UEPG, 2022, 272f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.

Esta Tese tem como fio-condutor o seguinte questionamento: Como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR (PEPG-PR)? Para respondê-lo, realizamos 18 entrevistas com homens que cumprem pena em regime fechado na PEPG, condenados por artigos relacionados ao tráfico de drogas presente na Lei 11.343/06. Para tornar possível a sistematização e análise dessas entrevistas, propusemos uma adaptação à metodologia de Análise de Conteúdo. Resultante disso, com a transcrição do áudio, classificamos os trechos de discursos, também denominados de evocações, em categorias e espacialidades discursivas, que se relacionam aos períodos de vida correspondentes às trajetórias dos entrevistados. A partir dessas evocações, compreendemos que esses sujeitos têm suas trajetórias marcadas pela condição de serem homens que, para além da faceta de masculinidade, também são em maioria pobres, jovens e com baixo grau de escolaridade. Esses marcadores não podem ser encarados de maneira isolada, porém a partir de suas intersecções, que se relacionam diretamente com eixos de desigualdade, que podem intensificar ou mitigar suas posições de centro ou margem nas espacialidades que compõem. Compreendemos que o tráfico de drogas, neste sentido, constitui-se de uma espacialidade composta a partir de um leque limitado de possibilidades para as existências desses sujeitos que, por ser sempre aberta e porosa, resultante das interrelações, múltipla e em constante construção, também colabora para a abjeção de seus corpos. Aquilo que exploramos nesta reflexão busca, através da correlação entre o lastro teórico, empírico e metodológico, colaborar para o enriquecimento do campo específico do saber geográfico, bem como para as discussões interessadas em repensar as políticas públicas no Brasil relacionadas à problemática apresentada.

Palavras-chave: Espacialidades; Masculinidades; Interseccionalidade; Trajetórias de Vida; Tráfico de Drogas.

ABSTRACT

MORAIS, André de. **O Tráfico de Drogas na Implicação das Trajetórias Geográficas de Homens em Situação de Reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR.** UEPG, 2022, 272s. Thesis (Doctorate in Geography) – State University of Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2022.

This thesis has as a guiding question: How are the geographic trajectories of men convicted of drug trafficking instituted in the State Penitentiary of Ponta Grossa, PR (PEPG-PR)? To answer it, we conducted 18 interviews with men serving time in closed regime in the PEPG, sentenced for articles related to drug trafficking present in Law 11.343/06. To make possible the systematization and analysis of these interviews, we proposed an adaptation to Content Analysis methodology. As a result, with the transcription of the audio, we classified the excerpts of speeches, also called evocations, into discursive categories and spatialities, which relate to the periods of life corresponding to the trajectories of the interviewees. From these evocations, we understand that these subjects have their trajectories marked by the condition of being men who, besides the facet of masculinity, are also mostly poor, young, and with a low level of schooling. These markers does not can be seen in isolation, but from their intersections, which relate directly to axes of inequality, which can intensify or mitigate their positions of center or margin in the spatialities they compose. We understand that drug trafficking, in this sense, constitutes a spatiality composed from a limited range of possibilities for the existence of these subjects that, for being always open and porous, resulting from interrelationships, multiple and constantly under construction, also collaborates to the abjection of their bodies. What we explore in this reflection seeks, through the correlation between the theoretical, empirical and methodological ballast, to contribute to the enrichment of the specific field of geographic knowledge, as well as to the discussions interested in rethinking public policies in Brazil related to the problem presented.

Keywords: Spatialities; Masculinities; Intersectionality; Life Trajectories; Drugs Traffick.

LISTA DE GRAFOS

| | | |
|------------|--|-----|
| GRAFO 1 - | Representação das espacialidades em relação às categorias discursivas identificadas a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) | 101 |
| GRAFO 2 - | Representação das onze espacialidades com maior número de evocações em relação às categorias discursivas | 111 |
| GRAFO 3 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Tráfico de Drogas' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 115 |
| GRAFO 4 - | Representação da relação entre a espacialidade 'PEPG' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 121 |
| GRAFO 5 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Corpo' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 129 |
| GRAFO 6 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Cadeia' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 135 |
| GRAFO 7 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Rua' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 138 |
| GRAFO 8 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Casa da Mãe' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 144 |
| GRAFO 9 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Crime' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 153 |
| GRAFO 10 - | Representação da relação entre a espacialidade 'Comarca' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 158 |

| | |
|--|-----|
| GRAFO 11 - Representação da relação entre a espacialidade 'Ponta Grossa' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 169 |
| GRAFO 12 - Representação da relação entre a espacialidade 'Casa da Família' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 172 |
| GRAFO 13 - Representação da relação entre a espacialidade 'Escola' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade | 176 |
| GRAFO 14 - Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas em suas infâncias e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades | 189 |
| GRAFO 15 - Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas no período de transição entre infância e adolescência e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades | 197 |
| GRAFO 16 - Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas na adolescência e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades | 216 |
| GRAFO 17 - Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas no período de transição entre adolescência e a vida adulta e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades..... | 230 |
| GRAFO 18 - Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas na vida adulta e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades | 238 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|------|
| QUADRO 1 – Espacialidades discursivas relacionadas às entrevistas realizadas com os homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na PEPG, PR | 97 |
| QUADRO 2 – Categorias discursivas relacionadas às entrevistas realizadas com os homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na PEPG, PR | 98 |
| QUADRO 3 – Dados socioeconômicos dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na PEPG | .104 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1 – Espacialidades discursivas com número igual ou superior a 26 evocações relacionadas | 109 |
|---|-----|

LISTA DE SIGLAS

| | |
|---------|--|
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Tecnologia |
| DEPEN | Departamento Penitenciário Nacional |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| IBICT | Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia |
| INFOPEN | Informações Penitenciárias |
| GETE | Grupo de Estudos Territoriais |
| PEPG | Penitenciária Estadual de Ponta Grossa |
| SPAs | Substâncias Psicoativas |
| UP | Unidade Prisional |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| CAPÍTULO 1 – DOS CAMINHOS QUE NOS TROUXERAM ATÉ AQUI AOS PASSOS NECESSÁRIOS PARA CONTINUARMOS CAMINHANDO NA CONSTRUÇÃO DESTA TESE | 23 |
| 1.1 DEGRAUS QUE NOS LEVAM ATÉ O QUESTIONAMENTO DESTA TESE: DE ONDE COMEÇAMOS ATÉ ONDE PRETENDEMOS CHEGAR | 24 |
| 1.2 CHEGAMOS ATÉ AQUI, E AGORA? PASSOS NECESSÁRIOS PARA CONTINUARMOS CAMINHANDO.. | 29 |
| 1.3 NÃO SE CAMINHA NO VAZIO: CAMINHANDO ATRAVÉS DAS ESPACIALIDADES E DAS MASCULINIDADES INTERSECCIONAIS | 45 |
| CAPÍTULO 2 - DO TRÁFICO DE DROGAS E À LEI DE DROGAS BRASILEIRA AOS ASPECTOS INICIAIS SOBRE OS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS QUE CUMPREM PENA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – PR | 60 |
| 2.1 LEI DE DROGAS (11.343/06) E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO: “QUEREM QUE NOSSA PELE SEJA A PELE DO CRIME” | 61 |
| 2.2 “SENTE O DRAMA”: POR ONDE DEVEMOS PASSAR PARA SE PENSAR A RESPEITO DAS COMPLEXIDADES DOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – PR ... | 79 |
| CAPÍTULO 3 - ESPACIALIDADES NA COMPOSIÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS, EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO | 108 |
| 3.1 A ESCOLA | 113 |
| 3.2 A CASA DA MÃE E A CASA DA FAMÍLIA | 120 |
| 3.3 PONTA GROSSA E A RUA | 133 |

| | | |
|---------------------|--|------------|
| 3.4 | O CORPO, O CRIME E O TRÁFICO DE DROGAS | 141 |
| 3.5 | ESPAÇILIDADES DO ENCARCERAMENTO: A CADEIA, A COMARCA E A PEPG | 168 |
| CAPÍTULO 4 - | OS PERÍODOS DE VIDA E AS ESPACIALIDADES COMPOSTAS PELOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS, QUE CUMPREM PENA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR ... | 184 |
| 4.1 | “MOLEQUE NOVO, QUE NÃO PASSA DOS 12, JÁ VIU E VIVEU MAIS QUE MUITO HOMEM DE HOJE” | 187 |
| 4.2 | “EU TINHA 14 OU 15 NAQUELE MÊS EM QUE MEUS PARCEIROS ASSINARAM O PRIMEIRO 16” | 214 |
| 4.3 | “ME DEIXARAM ENTRE O CRIME E A NECESSIDADE” | 236 |
| CONCLUSÃO | | 255 |
| REFERÊNCIAS | | 260 |
| APÊNDICE A | ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DO ESTADO | 269 |
| APÊNDICE B | ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM OS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS | 270 |
| APÊNDICE C | TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 272 |

INTRODUÇÃO

*Fiau, fiau, moleque Bacurau que estás vendo de longe
a criançada tão feliz!*

*Os meninos são brancos e vieram numas cestas
bonitas de Paris.*

O moleque Bacurau, pobre beijola,

*Veio dormindo no sangue dos escravos dos cafundós
de Angola.*

(Silvio Moreaux)

A questão central que direciona nossa caminhada nesta Tese está em compreender como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR (PEPG-PR). Nesta direção, três questões específicas se constituem no sentido de, em conjunto, colaborar para a compreensão daquilo que aqui buscamos: ‘1. Quem são os homens ligados ao tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?’; ‘2. Quais são os espaços que compõem as trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?’; ‘3. Como se relaciona a prática do tráfico de drogas com as trajetórias dos homens em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?’.

O tráfico de drogas no Brasil¹ é considerado uma atividade criminal a partir dos textos da Lei 11.343/06, sobretudo pelo artigo 33 (e de suas derivações). Quando olhamos para a população condenada pela prática dessa atividade, evidencia-se que a maioria é composta por homens, cerca de 92,4% do universo total, sendo em maioria pobres, jovens, negros e com baixo grau de escolaridade, como nos trazem os dados do INFOPEN (2017).

¹ O fenômeno do tráfico de drogas no Brasil, além de se revelar como muito presente na realidade do país a partir dos dados que relacionam a totalidade da população carcerária brasileira e a totalidade da população carcerária que cumpre pena pelo crime de tráfico de drogas (e relacionados), é um assunto demasiadamente complexo, já que reserva especificidades e várias questões a serem analisadas e refletidas, como a que nos propomos a problematizar neste momento de análise, ou como aquelas que aqui não estão presentes, como a relação entre o tráfico de drogas e o crime organizado no país. Neste sentido, de acordo com o alinhamento entre lastro teórico, empírico e metodológico utilizado em nossa abordagem, não abordaremos questões que fogem do nosso escopo.

Esses dados nos instigaram para pensarmos a respeito das trajetórias de vida desses homens, com o objetivo de perceber em que momento seus caminhos se cruzam com a atividade delituosa, além de que modo suas trajetórias se relacionam com essa atividade. Para tornar exequível essa investigação em tratar-se de uma tese de doutorado, buscamos na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG), um recorte possível de diálogo com esse grupo.

Então, algumas perguntas surgiram: Os dados socioeconômicos da população carcerária condenada pelo crime de tráfico de drogas no Brasil também se refletem naqueles observados para os homens que cumprem pena na PEPG? Em que ponto esses dados, como ponto de partida, se relacionam com suas trajetórias de vida e, portanto, com a atividade do tráfico de drogas?

Diante disso, realizamos 18 entrevistas com homens² que cumprem pena em regime fechado na instituição, com o auxílio de um roteiro semiestruturado, que posteriormente foram transcritas e analisadas através de um banco de dados e uma adaptação da metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), o que nos permitiu classificar seus discursos em trechos demarcados segundo categorias e espacialidades discursivas. Para a sistematização dessas informações de maneira gráfica, optamos por utilizar grafos que poderão ser visualizados ao longo desta Tese.

Essa análise nos deixou claro sobre a necessidade de refletirmos acerca dos discursos desses homens em diálogo com alguns conceitos, já que compreendemos que a elaboração do conhecimento científico geográfico não se estabelece na pretensão de formatar um fenômeno com base em conceitos pré-estabelecidos, mas sim, de buscar na literatura aqueles que parecem se relacionar com o fenômeno a partir da pergunta que fazemos a respeito desse mesmo fenômeno.

Neste sentido, para pensarmos acerca das trajetórias de vida desses sujeitos, foi necessária a espacialização das mesmas, ou seja, de reconhecermos a dimensão geográfica das mesmas a partir do conceito de espaço. Nossa compreensão para o conceito se constrói em diálogo com Massey (2008), que afirma que o espaço é resultante de interrelações, é múltiplo e está em constante construção. Além disso, concordamos com Thrift (2006), de que o espaço é aberto e poroso³.

² Compreendemos que as identidades dos homens entrevistados devem ser preservadas a fim de colaborar para a segurança e pelo direito de anonimato dos mesmos. Assim, substituímos seus nomes por numerais.

³ A utilização dos termos 'aberto' por Thrift (2006) e Massey (2008) e 'poroso', pelo primeiro autor, devem ser observados no sentido da compreensão e que essa abertura e porosidade se dão no sentido

Chamamos atenção para esse olhar sobre o conceito, pois é necessário reconhecer que as trajetórias dos homens condenados por tráfico de drogas não podem ser observadas em um sentido ‘hermético’, ou seja, enquanto fechadas, mas sim, devemos considerar as mudanças decorrentes dos efeitos do tempo em suas vidas e, por isso mesmo, perceber as complexidades que fazem parte das espacialidades que as compõem.

Essas complexidades se constituem na medida em que esses sujeitos constroem relações sociais, que são marcadas por eixos de desigualdade (RODÓ-ZÁRATE, 2021), existentes a partir de estruturas discursivas que ora os centralizam, ora os marginalizam espacialmente. Essa centralização/marginalização é intensificada na medida em que esses eixos de desigualdade se retroalimentam de uma lógica que leva em consideração a intersecção entre marcadores identitários que, neste caso, ficam evidentes a partir do gênero (masculinidades), da classe (marcada pela interdição de capital monetário) e etário (idade)⁴.

Ora, se antes destacamos nossa dúvida a respeito de como os dados socioeconômicos poderiam se relacionar com as trajetórias desses homens, a intersecção dos marcadores identitários que os constituem, revelada a partir das entrevistas que realizamos, produzem novos questionamentos.

Esses questionamentos ultrapassam a simples pergunta sobre se há ou não ligação entre seus marcadores socioeconômicos, subjetividades e intersubjetividades construídas. Também, a intersecção que corrobora para suas centralidades e

sintagmático, ou seja, estão atreladas em relação a outro marcador; o tempo. Isso significa que a leitura sobre a abertura e porosidade não deve ser considerada exclusivamente em relação ao espaço, mas a pergunta que deve ser realizada é: ‘O espaço é aberto e poroso em relação à o que?’ Deste modo, a resposta que se obtém é que o espaço é aberto e poroso em relação ao tempo. Ou seja, decorre de uma história nunca terminada, determinada ou findável. Além disso, essa porosidade se relaciona a outro aspecto, que é a impossibilidade de se pensar a instituição de uma espacialidade ausente de outras espacialidades que se cruzam (e, portanto, se cruzam sempre atreladas a uma temporalidade).

⁴ Quando iniciamos essa jornada de pesquisa, pensávamos que a faceta de racialidade estaria presente enquanto central em nossa análise, já que os dados a respeito da população carcerária brasileira aponta para uma maioria encarcerada como sendo negra. Além disso, diante da não centralidade dessa faceta em nossa reflexão, também questionou-se a partir dos professores membros da banca de defesa da presente tese, os motivos de não discutirmos centralmente essa questão. Justificamos que, ao analisarmos o conteúdo dos discursos dos entrevistados, não foi possível perceber essa faceta enquanto central em suas falas. Isso não significa que a racialidade não seja um marcador fundamental em suas trajetórias, mas que os homens que compõem essa pesquisa através de suas trajetórias de vida não destacaram essa questão a partir das entrevistas. Diante disso, para aprofundarmos no fundamental debate a respeito da racialidade enquanto componente da trajetória de homens condenados por tráfico de drogas no Brasil, é necessário um outro momento, que esperamos construir em uma futura investigação.

marginalidades em relação às espacialidades que compõem. Além, essas ligações se tornam claras ao longo do texto, dizem respeito ao modo e os porquês de ocorrerem.

A partir disso, dividimos esta Tese em quatro capítulos: 'I. Dos caminhos que nos trouxeram até aqui aos passos necessários para continuarmos caminhando na construção desta Tese'; 'II. Do tráfico de drogas e a Lei de Drogas brasileira aos aspectos iniciais sobre os homens que cumprem pena na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR'; 'III. Espacialidades na composição das trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão'; 'IV. Os períodos de vida e as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas, que cumprem pena na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR'.

O primeiro capítulo se divide em três partes. A primeira delas, 'Degraus que nos levam até o questionamento desta Tese: De onde começamos até onde pretendemos chegar', buscamos apresentar os caminhos que percorremos academicamente que se relacionam com a construção desta Tese, já que compreendemos que o conhecimento que produzimos não deve ser considerado neutro e, portanto, destacamos de onde e por quem esta reflexão é elaborada.

A segunda seção, 'Chegamos até aqui, e agora? Passos necessários para continuarmos caminhando', apresenta uma discussão a respeito dos conceitos fundamentais para a compreensão do fenômeno que nos dispomos a refletir. Neste sentido, está disposto um diálogo a respeito dos conceitos de identidade, interseccionalidade e masculinidades.

A terceira seção do primeiro capítulo, 'Não se caminha no vazio: caminhando através das espacialidades e das masculinidades interseccionais', avança em uma relação entre os conceitos apresentados na seção II, com o conceito de espaço, já que, como já destacamos, é preciso reconhecer a dimensão geográfica de onde ocorrem suas trajetórias.

Por seguinte, o segundo capítulo se organiza a partir de duas seções. A primeira, 'Lei de Drogas (11.343/06) e o Sistema Penal Brasileiro: "Querem que nossa pele seja a pele do crime"', consiste em uma discussão interdisciplinar com as Ciências Sociais e Jurídicas, relacionando as formas de poder do Estado, a Lei de Drogas e o Sistema Penal Brasileiro, com o objetivo de compreender de que modo o tráfico de drogas constitui-se paradoxalmente enquanto causa da criminalização dos homens que entrevistamos, como também consequência da biopolítica (AGAMBEN, 2007; FOUCAULT, 1987) e da necropolítica (MBEMBE, 1999).

A segunda seção do capítulo II, “‘Sente o drama: Por onde devemos passar para se pensar a respeito das complexidades dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR’”, apresenta os aspectos iniciais dos homens cujas trajetórias fazem parte de nossa reflexão, bem como as metodologias operacionais que utilizamos para a análise das entrevistas que realizamos com o grupo, que são fundamentais para aprofundarmos a discussão nos capítulos seguintes.

O capítulo III está concentrado em discutir a respeito das espacialidades que são compostas pelos homens entrevistados ao longo de suas trajetórias. Para tanto, a estrutura desse capítulo se faz na medida em que identificamos 11 espacialidades principais a partir da análise de seus discursos. Cada uma das seções tem relação com uma espacialidade e estão organizadas em ordem decrescente, em relação ao número total de trechos discursivos correspondentes.

Em decorrência da análise apresentada e discutida pelo capítulo anterior, o capítulo IV apresenta uma análise que aprofunda a reflexão acerca das complexidades atreladas às espacialidades compostas por esses homens ao longo de suas trajetórias, já que cada uma das três seções está relacionada a um período de vida que recortamos para esta Tese.

Destarte, o que está disposto ao longo da presente reflexão, faz parte de uma jornada acadêmica de aproximadamente dez anos, com pesquisas que se relacionam ao escopo da Geografia e Gênero, sobretudo nos campos das masculinidades e interseccionalidades e, mais especificamente, nos últimos 7 anos, preocupando-se com a relação entre as trajetórias de vida de homens, o consumo e a venda de drogas. Com isso, pretendemos com esta Tese, além de responder ao fio-condutor apresentado no início, colaborar com o campo específico do saber geográfico, além de dialogar com outras áreas do saber científico que possam por ventura discutir a respeito de problemáticas diretamente ou indiretamente relacionadas à que aqui apresentamos.

CAPÍTULO 1
DOS CAMINHOS QUE NOS TROUXERAM ATÉ AQUI AOS PASSOS
NECESSÁRIOS PARA CONTINUARMOS CAMINHANDO NA CONSTRUÇÃO
DESTA TESE

O presente capítulo estabelece uma relação do fio-condutor da presente tese, com a posição epistemológica assumida para a sua elaboração, demonstrando quais foram os caminhos que percorremos para chegarmos até o momento e quais os próximos passos necessários para avançarmos em nossa proposta.

A questão central deste trabalho está concentrada em compreender como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por Tráfico de Drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR (PEPG-PR).

Acreditamos que há alguns motivos para que estes homens realizem a atividade do tráfico de drogas, condenatória por meio da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) – Lei nº 11.343 (BRASIL, 2006) e a antiga Lei nº 6.368 (BRASIL, 1976). Essa afirmação, apesar de estar relacionada a uma lógica discursiva no sentido dos instrumentos do Estado, guarda a complexidade da vivência de sujeitos que estão posicionados, na maioria das vezes, enquanto marginais em suas espacialidades.

A primeira parte deste capítulo, ‘Degraus que nos levam até o Questionamento desta Tese: De onde começamos até onde pretendemos chegar’ se concentra em trazer os elementos que compuseram a trajetória acadêmica que culminou na construção do questionamento central da presente reflexão. Construimos essa seção baseando-se na compreensão de que o conhecimento não é neutro e, portanto, devemos localizar de onde e por quem é produzido.

Há alguns anos que buscamos investigar fenômenos que nos levam a refletir sobre masculinidades. Mais recentemente, através da Dissertação de Mestrado (MORAIS, 2017), passamos a olhar não apenas para as masculinidades, mas do modo como essas se relacionam com outras facetas identitárias através de eixos de desigualdade que se interseccionam.

Na ocasião, nos concentramos em um olhar a respeito da significação de espacialidades a partir da experiência de meninos em tratamento de dependência química em uma Comunidade Terapêutica. Isso nos possibilitou perceber que há uma série de particularidades que necessitam serem observadas, se quisermos entender

as complexidades presentes nas espacialidades, nos sujeitos e em suas relações, como nas masculinidades instituídas pelos meninos em tratamento, e nas trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas que cumprem pena na PEPG – PR.

Para entender acerca dessas complexidades, as outras duas seções deste capítulo abordam os conceitos com os quais se faz necessário estabelecer um diálogo. A seção ‘Chegamos até aqui, e agora? Passos necessários para continuarmos caminhando’ aborda os conceitos que consideramos basilares na compreensão do fenômeno que propomos analisar: Identidade, Interseccionalidade e Masculinidades. Pensar nesses conceitos é reconhecer que quando tratamos de sujeitos, também tratamos de suas relações sociais e, não obstante, ao modo como essas relações produzem significados que compõem o discurso, centralizando e marginalizando esses mesmos sujeitos conforme a intersecção de eixos de desigualdade (RODÓ-ZÁRATE, 2021).

Essa centralização/marginalização só pode ocorrer se houver espaço. Em nossa compreensão, entendemos que esse espaço é co-constitutivo das relações sociais. Portanto, concentramos através da terceira seção, ‘Não se caminha no vazio: caminhando através das espacialidades e das masculinidades interseccionais’, uma discussão que relaciona os conceitos abordados na seção anterior, com o conceito de espaço, que consideramos ser fundamental para olharmos para a Geografia das trajetórias de vida dos homens que em algum momento se relacionaram com o tráfico de drogas.

1.1 DEGRAUS QUE NOS LEVAM ATÉ O QUESTIONAMENTO DESTA TESE: DE ONDE COMEÇAMOS ATÉ ONDE PRETENDEMOS CHEGAR

Por trás de um texto produzido há uma história que o justifica. Com a presente Tese de Doutorado não é diferente, pois decorre de uma trajetória acadêmica de aproximadamente 10 anos. São três principais momentos fundamentais a serem percebidos enquanto degraus que nos trouxeram até aqui: 1. O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC); 2. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Bacharelado em Geografia; 3. A Dissertação do Mestrado em Gestão de Território.

O primeiro dos degraus se concentrou em dois projetos diferentes. O primeiro tratou de compreender as relações de tensão e aliança entre moradores e travestis

em uma zona de prostituição em Ponta Grossa – Paraná (PG/PR) (MORAIS; ORNAT, 2013). O segundo, a respeito das masculinidades instituídas a partir da espacialidade da música rap em PG/PR (MORAIS; ORNAT, 2014). A partir dessa investigação, avançamos para o segundo degrau, o TCC, que tratou da figura materna enquanto componente das masculinidades de MC's de rap em PG/PR (MORAIS, 2014). Finalmente, o degrau que antecede aquele em que estamos, concentrou-se em uma investigação a respeito da elaboração de identidades de meninos em tratamento de dependência química em uma Comunidade Terapêutica em PG/PR (MORAIS, 2017). Em todos estes momentos, tivemos, de forma explícita ou não, um importante diálogo com que tratamos nesta tese.

Gomes (2009) afirma que a construção do conhecimento Geográfico se dá pela pergunta que fazemos a respeito de um fenômeno e não pela posse de um objeto. O questionamento central que colocamos para esta Tese, “Como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?”, não obstante, parte dessa compreensão. A elaboração dessa pergunta é resultante colateralmente das perguntas anteriores que fizemos em cada um dos fenômenos que nos propusemos a refletir.

A primeira vez que nos colocamos a pensar a respeito de masculinidades foi durante o curso de Bacharelado em Geografia, como apontado anteriormente. O TCC “*RAP, Masculinidades e Figura Materna: A vivência espacial dos MCs atuantes em Ponta Grossa, PR*” de Moraes (2014), demonstrou que MC's não estabelecem suas relações apenas enquanto homens, pois suas masculinidades são perpassadas por outras facetas identitárias e apreensões de mundo, que estarão presentes em suas produções musicais. É através dessas produções que esses sujeitos, em sua grande maioria marginalizados em várias escalas da cidade, transgridem e subvertem suas posições, se colocando ao centro das relações. Essa centralidade é instituída a partir da apreensão de significados que os centralizam enquanto sujeitos em escalas específicas, como aquelas instituídas a partir da música.

As considerações tecidas a partir de Moraes (2014) possibilitaram a construção de um projeto de mestrado que, em seu curso, se alterou até corresponder à produção apresentada em Moraes (2017). A proposta inicial para a investigação desenvolvida no mestrado tratava-se de uma reflexão acerca de feminilidades na espacialidade da música rap. Neste momento surgiram algumas dúvidas, dentre elas,

a respeito da posicionalidade do pesquisador quando do processo de pesquisa, já que trataria das experiências de vida de mulheres em uma espacialidade específica.

Esse questionamento se constrói enquanto um importante componente de nossa prática de pesquisa. Nossa preocupação se localiza em uma proposta de desconstruir a compreensão moderna (e colonial) de que a produção do conhecimento científico é neutra (SILVA, 2009). Por entendermos que nosso 'eu pesquisador' não se desprende de nossas outras facetas do 'eu', também concordamos que a prática do fazer ciência é perpassada por nossas apreensões de realidade. Do mesmo modo que aqueles que compõem os fenômenos que nos propomos a refletir têm suas próprias apreensões.

Até que ponto conseguiríamos corresponder, deste modo, às apreensões de mulheres que compõem a espacialidade musical do rap sobre suas vivências, de modo a preservar ao máximo os significados de seus discursos? Compreendemos que, embora isso não seja possível em sua totalidade, é preciso reconhecermos nossas "ausências e falibilidades"⁵ (ROSE, 1997, p. 319, tradução nossa) e, portanto, até onde iria a nossa capacidade de chegarmos próximo daquilo que as mulheres que comporiam a pesquisa em questão gostariam. Afinal, "[...] não podemos saber tudo, nem podemos examinar o poder como se pudéssemos compreender totalmente, controla-lo ou redistribuí-lo."⁶ (ROSE, 1997, p. 319, tradução nossa).

O 'ponto de decisão', onde reconhecemos a inexequibilidade da proposta concentrou-se nas dúvidas sobre como as mulheres na posição de pesquisadas se relacionavam com a apresentação de nossa proposta de pesquisa. Assim como em Rose (1997), quando a autora relata alguns questionamentos levantados em uma ocasião de entrevista com um homem escocês da classe trabalhadora, onde não compreendeu o teor de uma piada proferida pela entrevistadora, nós nos vimos incapacitados de compreender alguns significados assumidos pelas mulheres que compunham o fenômeno que pretendíamos estudar.

O caminho escolhido para a reformulação do projeto de dissertação se atrelou a um trabalho de extensão que realizávamos a partir do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) junto à Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro (CTMFP), que é responsável pelo tratamento de dependência química de meninos com idades entre

⁵ "[...] absences and fallibilities." (ROSE, 1997, p. 319)

⁶ "We cannot know everything, nor can we survey power as if we can fully understand, control or redistribute it." (ROSE, 1997, p. 319)

13 e 18 anos, onde oferecíamos oficinas de educação não formal, aulas de musicalização infantil e de informática introdutória.

Nessas práticas, que tinham a frequência semanal de 2 a 3 dias, percebemos como a experiência de tratamento de dependência química, seja ela voluntária, ou interdita por através da ação familiar ou estatal (medida socioeducativa), se relacionava com os olhares que os meninos que participavam dessa espacialidade construía acerca de suas próprias trajetórias de vida. Por entendermos que a identidade se institui segundo um constante e inacabado processo (HALL, 2011), nos instigamos a refletir acerca de como suas compreensões sobre si mesmos se relacionava com esse momento de suas vidas. Daí surgiu a Dissertação de Mestrado, com o título “Do veneno à instiga, da dependência à recuperação: A espacialidade de tratamento de dependência química e a elaboração de identidades dos meninos em tratamento na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, Ponta Grossa – PR”, de Moraes (2017).

As masculinidades, que já se colocavam com clareza no processo de investigação, assim como em Moraes (2014), foram observadas com maior profundidade em Moraes (2017). Isso se deu pelo fato de que, para além da capacidade teórica demonstrada no Trabalho de Conclusão de Curso, essas masculinidades, assumidas de maneira plural, não poderiam ser lidas avulsas aos eixos de desigualdade (RODÓ-ZÁRATE, 2021), na Dissertação chamadas de estruturas de opressão ou subordinativas (CRENSHAW, 2002).

A convivência com os meninos em tratamento permitiu percebermos que suas masculinidades se estabeleciam sempre em uma complexa relação com outras facetas identitárias, que quando relacionadas a eixos de desigualdade, intensificavam ou fragilizavam suas posições espaciais conforme a escala instituída por suas relações. Essa leitura se relaciona à proposta política da ‘interseccionalidade’, de Crenshaw (1989), que será ainda mais explorada no percurso desta Tese.

As trajetórias de vida dos meninos se cruzavam a partir da escala da CTMFP produzindo relações marcadas no sentido inter-escalar, já que cada um deles compunha escalas específicas a suas relações externas à Comunidade, que se encontravam a partir do tratamento. Quando percebemos essa condição, também pudemos perceber que o uso de substâncias psicoativas, conhecidas como ‘drogas’, se colocava, dentre outros fatores, como uma estratégia para acessarem o centro de algumas dessas escalas.

No entanto, esse uso de drogas, ao mesmo tempo que os centraliza em algumas escalas, os marginaliza em outras, aquelas consideradas hegemônicas a partir dos sujeitos que as compõem, como o centro da cidade, as escolas, shopping center, festas, dentre outros locais. Isso porquê o uso de drogas é assumido de maneira diferente de acordo com os diferentes sujeitos. No caso destes meninos, além de serem homens adolescentes, também são majoritariamente residentes de áreas periféricas pobres do espaço urbano, encontravam-se em situação de atraso escolar, parte deles são negros e a totalidade compõe uma classe de renda menos abastada, dentre outros fatores que os compõe enquanto sujeitos. A correspondência entre todas essas situações, em muitos casos, produz o fenômeno de que alguns desses meninos, além de usuários, cumprem na CTMFP medidas judiciais, por atos infracionais alusivos ao Tráfico de Drogas, Roubo e Furto.

Com essas considerações apontadas, enquanto dialogávamos com outro pesquisador, Rodrigo Rossi, que na época produzia sua Tese de Doutorado, com o título “Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades de homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná” (ROSSI, 2017), e realizávamos algumas leituras em relatórios do Sistema de Informações Penitenciárias (INFOPEN), percebemos um padrão na população carcerária que ocupa o Sistema Penitenciário brasileiro: a maioria é assumida por homens, jovens, negros, pobres, com baixo grau de instrução escolar e desempregados (ou empregados nos chamados ‘subempregos’). A preocupação então, depois de Moraes (2017), passou a se concentrar no fato de que os meninos que estavam em situação de tratamento de dependência química na Comunidade assumiam práticas muito similares daqueles homens adultos que cumprem pena em Unidades Penitenciárias (UPs) do país.

Os questionamentos “Em que momento de sua vida um homem passa a praticar o que denomina-se Tráfico de Drogas?”, ou “O que faz um homem se relacionar com a prática do que denomina-se Tráfico de Drogas?”, ou ainda “O que altera o estado de usuário de drogas para alguém que se posiciona enquanto traficante de drogas ou praticante de outros delitos?”, se tornaram parte da formulação do questionamento central da presente Tese. Agora, as trajetórias de vida marcadas por masculinidades e suas relações com as eixos de desigualdade, tais como a de idade e a de classe, se apresentam enquanto componentes fundamentais.

Ao pensarmos essa investigação a partir das trajetórias de vida de homens condenados pelo crime de tráfico de drogas, estamos nos preocupando em como os

efeitos do tempo se relacionam profundamente com as espacialidades que esses homens compõem ao longo de suas vidas. Isso significa que nos preocupamos com a dimensão intersubjetiva do tempo, o que Corrêa (2016) denomina de *kairos*, em sua relação com o *chronos*, dimensão objetiva do tempo (marcada pelos calendários e pelos relógios). Portanto, tratamos aqui da Geografia presente em suas trajetórias.

Para um olhar adequado a respeito dessas trajetórias, julgamos necessário apresentar conceitos que colaboram na compreensão dos elementos que as compõem. As próximas duas seções estão concentradas neste sentido.

1.2 CHEGAMOS ATÉ AQUI, E AGORA? PASSOS NECESSÁRIOS PARA CONTINUARMOS CAMINHANDO

Quando pensamos a respeito das trajetórias dos homens componentes do recorte assumido para a presente reflexão, há alguns pontos que não podem deixar de serem considerados, pois constituem-se enquanto base para pensarmos a respeito da complexidade dessas trajetórias: a identidade, as interseccionalidades e as masculinidades.⁷

É importante afirmar que seguimos aqui, ao refletir sobre a realidade de homens condenados pelo crime de tráfico de drogas, o mesmo fio apresentado em Moraes (2014) e Moraes (2017) a respeito da identidade, não necessariamente em sua forma teórico-conceitual, pois os textos analisados apresentam algumas limitações quanto ao aprofundamento do conceito, mas na condição de a identidade não possuir um aspecto essencialista, mas sim corresponder a uma elaboração social.

Caminhamos no sentido do que Hall (2003) afirma ser uma possibilidade de olharmos para os sujeitos em uma realidade onde ocorrem constantemente muitas rupturas e fraturas, que é o que o autor denomina enquanto modernidade tardia, ou pós-modernidade. Nas palavras de Hall (2003):

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação. (HALL, 2003, p. 108)

⁷ Como já destacado na introdução deste capítulo, a seção III apresentará uma relação entre esses pontos com o conceito de espaço, também fundamental para a compreensão da problemática aqui proposta.

As identidades são elaboradas a partir do discurso, não anteriormente a ele. Portanto partem da existência de sujeitos e de suas relações sociais, em espacialidades específicas, onde há condições específicas para que possam ser construídas. Isso pode ser entendido a partir do ponto em que:

[...] elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2003, p. 109)

Não tratamos de um conceito significado por uma condição de estabilidade, fixidez ou imutabilidade. Ao contrário disso, esta tese trata de homens cujas vivências são perpassadas por constantes tensões e alianças produzidas em relação a outros sujeitos, que variam conforme as espacialidades que compõem, e que estão diretamente ligadas às suas identidades. Esse processo de identificação está diretamente ligado à produção da diferença (HALL, 2003), que reafirma ou nega constantemente a identidade em questão.

A identidade e a diferença são estritamente dependentes e não antecedentes uma à outra (SILVA, 2003). Mais além, Silva (2003) argumenta que se pudesse haver uma ordem daquilo que 'vem antes', talvez deva se considerar a diferença, não em um sentido fixo, porém enquanto um 'processo de diferenciação', assim como a constituição identitária como um processo. Isso significa que, ao acolhermos um significado identitário a nós (ou aos outros), colocamos nesta identidade também a negação do que não somos (ou estamos sendo).

Esse reconhecimento concomitante à negação daquilo que se é, ou daquilo que se não é, não poderia ocorrer se as identidades fossem atreladas a um núcleo duro e imutável, correspondente ao 'eu'. Isso por que todos nós, inclusive os homens que compõem o fenômeno aqui investigado, constituímos inúmeras relações ao longo de nossas trajetórias e com isso compomos diferentes espacialidades. Em cada uma dessas relações e espacialidades tecemos significados específicos, que se ligam diretamente à existência do que é externo em relação a nós mesmos. Com a alteração de significados, também há alteração no sentido identitário e, não obstante, a produção de novas diferenças. Segundo Dubar (2006), os sujeitos têm seus processos de identificação historicamente variáveis. Logo, a identidade:

[...] não é aquilo que permanece necessariamente 'idêntico', mas o resultado

duma 'identificação' contingente. É o resultado de uma dupla operação linguística: diferenciação e generalização. A primeira visa definir a diferença, aquilo que faz a singularidade de alguém ou de alguma coisa em relação a uma outra coisa ou outro alguém: a identidade é a diferença. A segunda é aquela que procura definir o ponto comum a uma classe de elementos todos diferentes dum outro mesmo: a identidade é a pertença comum. Estas duas operações estão na origem do paradoxo da identidade: aquilo que existe de único e aquilo que é partilhado. Este paradoxo não pode ser resolvido enquanto não se tiver em conta o elemento comum a estas duas operações: a identificação de e pelo outro. Não há, nesta perspectiva, identidade sem alteridade. As identidades, assim como as alteridades, variam historicamente e dependem do seu contexto de definição. (DUBAR, 2006, p. 09)

Isso está ligado ao fato de que atribuímos sentido àquilo que nos cerca, do mesmo modo que sentidos nos são atribuídos. Para haver a definição do que é um homem, há uma definição daquilo que não é. Do mesmo modo, com outras facetas que poderão ser percebidas ao longo desta reflexão, como 'ser jovem' e 'ser velho', 'ser rico' e 'ser pobre', dentre outras. A identidade, portanto, ao ser assumida enquanto discursiva, recebe diferentes significados, conforme diferentes contextos.

Castells (1999) compreende essa questão ao discutir sobre o processo de construção de significados com base em um atributo cultural ou da inter-relação de atributos culturais. Na perspectiva do autor, ao assumir uma identidade, um determinado ator⁸ (sic.) faz prevalecer um conjunto de significados específico em relação a outros possíveis significados culturais. Esses significados podem elaborar múltiplas identidades em um só ator, porém como argumenta: "[...] essa pluralidade é a fonte de tensão e contradição tanto na auto representação quanto na ação social." (CASTELLS, 1999, p. 22)

A justificativa para a afirmação de que as pluralidades identitárias assumidas por um ator são motivos de tensão e contradição de suas existências, se deve à necessidade de fragmentar a compreensão sobre um sujeito e os significados atribuídos a partir de sua razão, entre 'identidade' e 'papéis/conjunto de papéis'. Para Castells (1999), os papéis são como aqueles definidos aos atores a partir de instituições e organizações sociais como, por exemplo, ser trabalhador, jogador de

⁸ A utilização do termo 'ator' é referida por Castells (1999) enquanto uma possibilidade de dar ação a um indivíduo. Neste sentido, um indivíduo seria aquele cuja existência é prévia a uma organização social e, por suposto, da instituição de relações sociais. Quando, deste modo, denomina-se 'ator', confere-se o estado de 'agente' ativo, da construção de relacionamentos sociais e construção de significados. Portanto, quando nos referimos à literatura apresentada por Castells (1999), optamos por utilizar o mesmo termo alçado pelo autor, a fim de não causar confusão quando aplica-se o termo 'sujeito', enquanto um indivíduo cujo reconhecimento social (validação identitária) é instituído. Importante destacar que essa diferença entre 'sujeito', 'indivíduo' e 'ator' somente é válida a partir do debate referenciado a este autor. Noutros momentos da tese, esses termos cumprem o papel de sinônimos ao referirem-se a seres humanos, ou seja, seres sociais.

basquete, mãe, pai, frequentador de determinada igreja, fumante etc. Esses papéis têm assumida importância a partir da negociação entre os atores e as instituições, e/ou organizações.

Por outro lado, as identidades são construídas a partir dos próprios atores, segundo um processo de individualização. Entretanto, argumenta Castells (1999), que essas identidades também podem ser elaboradas de maneira coletiva, por intermédio de instituições dominantes. Porém, somente quando os sujeitos internalizam, ou seja, aceitam enquanto indivíduos os significados atribuídos a eles. Outro movimento também pode ser verdadeiro, o de coincidir identidades com papéis, como no exemplo aferido pelo autor: “Na verdade, algumas auto definições podem também coincidir com papéis sociais, por exemplo, no momento em que ser pai é a mais importante auto definição do ponto de vista do ator.” (CASTELLS, 1999, p. 23)

Justamente, é a maneira coletiva de se elaborar as identidades que mais corresponde ao que pretendemos com a nossa reflexão⁹. Neste sentido, vale o complemento do autor, que concorda com aquilo que apontamos segundo Hall (2003) e Silva (2003), de que as identidades dizem respeito à construção de significados¹⁰, e os papéis às funções. Em suma, os argumentos desenvolvidos por Castells (1999) reafirmam a característica discursiva das identidades.

Mas, por que construímos significados e elaboramos identidades? Segundo o autor:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aspectos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço. (CASTELLS, 1999, P. 23)

As identidades coletivas são construídas por quem e ‘para quê’ fazem sentido àqueles que por elas se identificam e/ou se excluem por e através das relações de poder. Segundo o autor, o modo como as identidades são construídas (e elaboradas) ou por quem, não são afirmações que podem ser encaradas abstratamente, mas devem ser atreladas a um determinado contexto.

⁹ Para o aspecto individualizante (e psicologizante) da construção identitária enquanto componente do sujeito e do processo de sujeição, é válida a leitura de Butler (1997), “Mecanismos Psíquicos del Poder”, publicado pela Editora Edições Cátedra.

¹⁰ Segundo Castells (1999), o ‘significado’ é “[...] a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade de ação praticada por tal ator.” (CASTELLS, 1999, P. 23)

Os contextos, geograficamente assumidos como espacialidades (MASSEY, 2004), que compõem as identidades são marcadores importantes nas práticas e papéis assumidos pelos sujeitos. Deste modo, as práticas e papéis assumidas pelos homens condenados por tráfico de drogas estão diretamente ligados às espacialidades que compõem ao longo de suas trajetórias e, portanto, às suas identidades.

Se até agora ficou clara a ligação direta entre as identidades, a diferença e a produção destes dois marcadores intrínseca aos sujeitos sociais através de diversos contextos (espacialidades), um ponto que merece ser aprofundado está nos efeitos dessa compreensão. Para Hall (2011):

O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. (HALL, 2011, p. 12)

A partir das relações de poder, os sujeitos compõem suas identidades de modo central ou marginal, porém essa condição não se estabelece de modo permanente, como em um sistema fechado, uma estrutura imutável. É muito mais que isso. Por mais que existam identidades validadas ao longo de um curso histórico, é bem possível que os sujeitos cujas identidades são invalidadas construam estratégias para alcançarem o centro das relações, mesmo que, para colocar em prática essas estratégias, possa haver tensão, já que surgem de uma 'contra ação', uma postura de resistência, insubmissão.

A não aceitação da condição de marginalidade dos homens que se relacionam ao fio-condutor da presente tese, está implicada à prática do tráfico de drogas, que revela uma característica de tensão quanto à condição de ilegalidade, já que os leva a uma condição de condenação judicial apoiada nos textos da Lei nº 11.343/06.

No entanto, a prática delituosa não tem relação direta com suas identidades, senão por através dos eixos de desigualdade correspondentes às vivências destes homens. O que argumentamos aqui é que justificar uma prática negativa do ponto de vista ético que, neste caso, é amparado pelos textos do Código Penal brasileiro, nas singularidades identitárias desses sujeitos e não na relação que estas identidades têm com as eixos de desigualdade, é um caminho equivocado.

O equívoco mora no ponto em que, se considerarmos que as identidades dos sujeitos os levam a compor a espacialidade do tráfico de drogas, estamos também

considerando que todos os sujeitos com apreensões identitárias similares terão as mesmas práticas, ou que sujeitos que não correspondem a essas identidades não terão nunca participação em práticas comuns ao tráfico. Essas conclusões caminham para um sentido contrário daquele que argumentamos aqui, pois não levam em consideração aquilo que as identidades são: “[...] uma celebração móvel” (HALL, 2011, p. 12), uma construção social e, portanto, intersubjetiva, que sempre está em processo de devir, portanto nunca finalizada.

Como reflete Rodó-Zárate (2021), as identidades por si, quando correlacionadas, não são fatores de mitigação ou intensificação da posição dos sujeitos, mas sim, é da relação entre essas identidades com os contextos em que se inserem, que se observam as mitigações ou intensificações de posições de centro e margem dos sujeitos.

A percepção de que a intersecção dos eixos de desigualdade depende diretamente do contexto em que é observada, permite afastar a compreensão simplista da somatização entre facetas identitárias, bem como a generalização/especificação dessas mesmas facetas, sem levar em conta de que modo são vivenciadas.

Essa compreensão reitera o olhar necessário a assumirmos aqui, não só para os sujeitos e suas identidades de modo individual, mas para as relações sociais em que essas identidades são reafirmadas ou negadas, marginalizadas ou centralizadas. Ainda mais, nos possibilita entender em que ponto essas mesmas relações são perpassadas pelos eixos de desigualdade e, por suposto, qual a ligação desses eixos com as práticas dos homens condenados por tráfico de drogas, cujas trajetórias de vida compõem espacialidades específicas.

Mas o que são os eixos de desigualdade pelos quais as identidades dos sujeitos, incluindo aqueles que compõem essa pesquisa, se relacionam e interseccionam, a partir das espacialidades que compõem?

Para responder a esse questionamento, estabelecemos diálogo com Rodó-Zárate (2021) e a metáfora elaborada pela autora para explicar a intersecção entre os chamados eixos de desigualdade, o que vem sendo conhecido enquanto ‘interseccionalidade’, que é a do ‘Cesto de Maçãs’. Como explica a autora, há variados tipos de maçãs; Golden, Granny Smith, Gala, Reineta ou Fuji. Cada uma dessas qualidades terá cores, tamanhos, sabores, texturas diferentes e graus de maturidade maiores ou menores. Rodó-Zárate (2021) propõe que se relacione as cores das

maçãs com o gênero, o tamanho com a etnicidade, os sabores com a orientação sexual, as texturas com a idade e a condição de maturidade com a classe.

Sendo assim, por exemplo, as maçãs vermelhas são homens e as verdes, mulheres. Maçãs maiores são pessoas brancas, menores são pessoas pretas. Maçãs mais doces, pessoas homossexuais. E assim se seguem as facetas identitárias atribuídas a cada uma das características da maçã. A autora então afirma que haverá maçãs mais ou menos valorizadas segundo a relação entre todas essas características. Aqui é importante o destaque para dois pontos de sua metáfora: essas atribuições não podem ser encaradas como rígidas, pois dependem diretamente dos significados atribuídos a elas, ou seja, a uma determinada construção histórica; o outro ponto está em considerar que o que confere a maior ou menor valorização das maçãs não é uma característica isolada, porém a relação entre todas as características atribuídas a maçã. Por exemplo, uma maçã vermelha, grande, doce e macia será muito valorizada em determinado contexto. Porém, poderão haver contextos em que uma característica destoante deste conjunto, como por exemplo a alteração da cor ou da textura, a torne mais ou menos valorizada.

Os eixos de desigualdade são aqueles pelos quais se justifica essa maior ou menor valorização de maçãs e, traduzindo a metáfora para o fenômeno aqui abordado, para a centralização ou marginalização dos homens cujas vivências são perpassadas pelo tráfico de drogas. Para pensarmos a respeito destes eixos e quais são aqueles que devemos considerar no tecido social e, mais especificamente, no auxílio para compreendermos a complexidade do fenômeno aqui estudado, é necessário entendermos de onde vem essa noção (interseccionalidade).

Crenshaw (1989) apresentou o termo interseccionalidade enquanto uma proposta para se refletir a respeito da experiência de opressão sofrida por mulheres trabalhadoras negras estadunidenses em uma fábrica montadora de automóveis, em uma discussão que problematizava o intersecção entre as facetas de gênero, raça e classe. No entanto, mesmo antes do termo ser utilizado nestes moldes, já se apresentava em outros estudos, como na reflexão de Lélia Gonzalez, “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, de 1985, que trata-se de uma discussão a respeito da posição da mulher negra no seio da sociedade brasileira e das heranças que essa mulher carrega a partir da história de escravidão, atrelada ao serviço doméstico e, por vezes à ama-de-leite, que a estigmatiza e a marginaliza.

Como se pode perceber através desses dois exemplos, ambas as autoras

situam suas reflexões preocupando-se com os eixos de desigualdade que se relacionam às vivências de mulheres negras, sejam essas vivências em uma fábrica estadunidense, ou na realidade brasileira. Dentro disso, surge a preocupação a respeito de se a interseccionalidade não seria uma perspectiva para se pensar apenas sobre a complexidade da realidade de mulheres negras. Aqui, concordamos com Rodó-Zárate (2021), de que a interseccionalidade pode ser um “[...] processo de descobrimento que a realidade é muito mais complexa e contraditória do que parece ...” (RODÓ-ZÁRATE, 2021, p. 31, tradução nossa)¹¹.

Portanto, se a realidade social é complexa, as identidades também são, no ponto em que são instituídas pelos sujeitos por e através de suas relações sociais, compondo os mais variados contextos (espacialidades). Então pensar a partir de uma perspectiva interseccional, é reconhecer que essa complexidade é constituída por mais eixos de desigualdade, além dos apresentados por Crenshaw (1989) e Gonzalez (1985). Portanto, deve-se sempre haver abertura para a incorporação de novos eixos (RODÓ-ZÁRATE, 2021).

Neste sentido, buscamos compreender a interseccionalidade não apenas enquanto um conceito, mas uma proposta política, que segundo Crenshaw (2002) é:

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação¹². Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Assim como visto na metáfora do Cesto de Maças (RODÓ-ZÁRATE, 2021), Crenshaw (2002) também destaca que é através dos eixos de desigualdade (ou subordinação) que sujeitos são mais ou menos marginalizados e centralizados nas várias espacialidades que compõem. Com isso claro, além do questionamento sobre o que são esses eixos, há também o questionamento sobre o que faz com que

¹¹ “[...] un proceso de descubrimiento que muestra que la realidad es mucho más compleja y contradictoria de lo que parece [...]”. (RODÓ-ZÁRATE, 2021, p. 31)

¹² O que Crenshaw (2002) denomina ‘eixos de subordinação’, aqui denominamos ‘eixos de desigualdade’, forma utilizada por Rodó-Zárate (2021). Optamos por essa expressão, pois compreendemos que a palavra ‘desigualdade’ é de mais fácil assimilação, do que ‘subordinação’. Para além, ao assumir a visão dos eixos em questão sob esse ponto de vista, estamos tratando com maior clareza acerca das desigualdades tais quais aquelas em que nossas realidades são compostas, sejam por nossas próprias interrelações, ou pelas relações construídas por outrem.

determinadas formas de identidade sejam tidas enquanto hegemônicas em correspondência aos eixos e outras não.

Isso pode ser explicado tal como explicamos as identidades e a diferença; ambos estão atrelados à construção de significados e, portanto à linguagem, que tem sentidos a ela atribuídos e que variam conforme um sistema de significados reafirmado e validado historicamente, como aponta Silva (2003).

Silva (2003) ainda complementa, em diálogo com Jacques Derrida, que por mais que afirmemos algo que não é necessariamente verdade, com a repetição dessa afirmação, produz-se socialmente um sistema de significados que a torna verdade e, portanto, central.

Esse sistema de significados é amparado por meio do discurso que, segundo Foucault (1995), determina a posição dos sujeitos sociais nas relações de poder que instituem. Por esse motivo, nessas relações de poder há sujeitos que, quase sempre, estão posicionados de maneira central em detrimento de outros sujeitos, cujas posições são marginais. A legitimação desses discursos se dá por meio de textos históricos, leis, códigos de ética, textos religiosos, dentre outros.

Nessa direção estão os eixos de desigualdade, que corresponderão à lógica daquilo que se (re)produz discursivamente. Há inúmeros eixos que podem ser pensados, como o de gênero e orientação sexual; o de origem, racialização e diversidade étnica, cultural e religiosa; o de classe social; o de idade e o de diversidade funcional (RODÓ-ZÁRATE, 2021). Em outras palavras, a definição dos eixos que serão abordados depende do fenômeno cujo qual está se propondo refletir, ou como define Rodó-Zárate (2021): “É dizer, que seja o contexto específico o que condicione quais eixos são mais relevantes para compreender um fenômeno, e não que termine sendo um a priori geral.” (RODÓ-ZÁRATE, 2021, p. 53, tradução nossa)¹³

No tocante da presente investigação, ficará claro ao longo dos capítulos III e IV, que os eixos que constituem o recorte que propomos observar das trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, são aqueles que se relacionam, principalmente, às facetas de gênero, idade e classe social. Como se propõe através da interseccionalidade, esses eixos não podem ser lidos individualmente. Por outro lado, é necessário que não se deixe perder a noção de que cada um deles guarda a sua complexidade, que se constitui na intersecção de cada um dos eixos, mas também

¹³ “Es decir, que sea el contexto específico el que condicione qué ejes son más relevantes para comprender un fenómeno y no que termine siendo un a priori general.” (RODÓ-ZÁRATE, 2021, p. 53)

na singularidade de cada um.

Neste sentido, para pensar a respeito dos eixos que compõem de maneira principal o fenômeno que nos propomos a investigar, convém aprofundarmos em cada um deles, sobretudo para colaborar na compreensão do que se tratam. É por isso que, sequencialmente, por escolha didática, trataremos das facetas de gênero, idade e classe social, pois são o ponto central dos eixos de desigualdade aos quais correspondem.

Pensar sobre cada uma dessas facetas, é alinhar-se na compreensão de que se localizam no campo das identidades e, portanto, não se destoam da noção de que suas existências não são essenciais, porém frutos do discurso. Portanto, ao esbarrarmos na noção de gênero, concordamos com Butler (2003), que o define como:

[...] Uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor. (BUTLER, 2003, p. 37)

Essa compreensão permite avançarmos na definição que buscamos inferir, de que o gênero deve ser encarado enquanto performático, ou seja, está relacionado com a constante mudança, porém também como algo interpretado (BUTLER, 2006). Mas a qual (ou quais) característica(s) dos sujeitos, o gênero, instituído pelos sujeitos de maneira performática, se relaciona?

Segundo Scott (1995), o gênero se institui enquanto um regulador social, onde são elaboradas relações estruturadas a partir de igualdades e desigualdades baseadas na noção binária da existência do 'homem' e da 'mulher', apoiada em uma estrutura patriarcal, sendo o modo primário onde são produzidos significados acerca de relações de poder.

Essa noção binária está relacionada ao que Butler (2003) denomina de ordem compulsória de sexo e gênero¹⁴. Segundo a autora, historicamente estes dois marcadores são atribuídos um ao outro, segundo uma estrutura binária que os

¹⁴ A autora também relaciona a essa 'ordem compulsória' a discussão sobre 'desejo', que segundo Butler (2003) também não é necessariamente alinhada aos outros dois marcadores. No entanto, não aprofundaremos nesta reflexão a discussão a respeito desse marcador, já que não constitui parte relevante demonstrada pelas entrevistas que realizamos com os homens que compõem o fenômeno que pesquisamos.

‘prende’. A concepção de gênero, neste caminho, seria definida por ‘homem’ e ‘mulher’, estritamente relacionada aos aparatos sexuais. Ou seja, é compreendido a partir de um viés biológico e, de certo modo, pré-discursivo.

No entanto, essa atribuição de gênero aos sujeitos também ignora que o sexo, enquanto um marcador, também é constituído de uma historicidade, ou seja, de um contexto e da repetição de significados ao longo do tempo para torná-lo inteligível. Além, o modo como os sujeitos vivenciam suas identidades de gênero está atrelada às espacialidades que compõem.

Outro ponto resultante dessa noção argumentada por Scott (1995) e Butler (2003), é o fato de que ao pensar em uma noção fixa de ‘homem’ e ‘mulher’, se exclui a miríade de formas diferentes de ‘ser homem’ e de ‘ser mulher’. Ainda mais: exclui o fato de que, o patriarcado, enquanto uma estrutura normativa do eixo de desigualdade de gênero, se relaciona de maneiras diferentes com os diversos modos de ‘ser mulher’ e de ‘ser homem’. Com isso, aqueles corpos que desviam desse ‘binário comum’, que constitui o centro em espacialidades hegemônicas, são estigmatizados.

Porém, o modo como os sujeitos são mais ou menos beneficiados e prejudicados pela lógica empreendida a partir do eixo de desigualdade de gênero e, portanto, pela estrutura patriarcal, não se institui de maneira isolada, mas está relacionado à intersecção deste eixo com outros, como já apontado a partir das autoras com quem dialogamos anteriormente. Ainda, não devemos deixar de estabelecer clareza de que, no tocante a esse eixo específico, os instrumentos que se relacionam à marginalização de mulheres, é extremamente violenta, como se pode concluir a partir de outras reflexões, como nas de Campos (2016; 2022). No entanto, o objetivo dessa pesquisa está em discutir a respeito da experiência de homens e, portanto, no modo como estes homens são mais ou menos centralizados e marginalizados segundo os eixos de desigualdade com os quais suas vidas se relacionam.

Ora, se o gênero está em constante construção e sempre se relaciona aos contextos e, portanto, às espacialidades, que os sujeitos compõem, então pensar a respeito dos homens condenados por tráfico de drogas nos faz caminhar para uma compreensão de que a condição de ‘ser homem’ não está relacionada a um significado inequívoco de masculinidade.

Connell (1995) argumenta acerca da complexidade de se pensar as relações de gênero e, especificamente, o conceito de masculinidades. O que a autora sugere

é olhar para o ponto prático dos sujeitos e o modo como socialmente se constrói esse conceito enquanto uma faceta identitária. Prático, pois isso confere uma racionalidade, um discurso, uma trajetória histórica para a construção das masculinidades. Isso significa que as masculinidades também têm ligação com as relações sociais e são corporificadas e que estes corpos estão diretamente ligados à uma estrutura de gênero e, por isso, a um eixo de desigualdade. Falar nessa estrutura de relações:

[...] significa enfatizar que o gênero é muito mais que interações face a face entre homens e mulheres. Significa enfatizar que o gênero é uma estrutura ampla, englobando a economia e o estado, assim como a família e a sexualidade, tendo, na verdade, uma importante dimensão internacional. O gênero é também uma estrutura complexa, muito mais complexa do que as dicotomias dos 'papéis de sexo' ou a biologia reprodutiva sugeririam. (CONNELL, 1995, p. 189)

É necessário tomar atenção à complexidade acerca da noção de masculinidades e Connell (1995) colabora para isso, quando afirma que a narrativa de que existe um ideal de conduta singular a respeito do que é 'ser masculino' e de que, a partir disso, os homens são forçados a se enquadrarem e a se distanciarem de tudo que destoe desse ideal, a partir de círculos sociais, reprimindo seus sentimentos e emoções para se enquadrarem no que denomina de 'masculinidade hegemônica'. Essa decisão é dolorosa e um trabalho quase sempre árduo, que pode levar à violência ou à crise pessoal, tal como se percebe no problema central desta tese.

A noção apresentada de 'masculinidade hegemônica' foi alvo de críticas, como a de Hopkins e Noble (2009), que argumentam que Connell (1995) traz uma importante colaboração nas perspectivas sobre masculinidades com essa noção, mas afirmam que nela há alguns problemas. Em um diálogo com Moller (2007) e Van Hoven e Hörschelmann (2005), os autores apresentam os argumentos das autoras, que afirmam que a noção de 'masculinidade hegemônica' limita a compreensão necessária de que as masculinidades devem ser lidas enquanto complexas e as resumem em um 'jogo simples de significados'. Moller (2007) afirma que Connell (1995) não olha para as nuances produzidas pelos homens e Van Hoven e Hörschelmann (2005) argumentam sobre o fato de que as masculinidades (e suas dinâmicas) variam conforme lugares e contextos.

Por outro lado, Hopkins e Noble (2009) também discutem com Nayak (2006) que, ao contrário das autoras que apresentam uma crítica às limitações do modelo de Connell (1995), afirma que o autor não desconsidera que as masculinidades não

sejam um modelo único e simplório, mas que isso só pode ser pensado quando analisado através de uma realidade empírica, do homem atual e de lugares reais. Isso leva a autora a considerar o fato de que homens brancos da classe trabalhadora, por exemplo, podem exibir poder em circunstâncias e lugares específicos. Porém, isso não pode ser elevado ao global (esse ponto, em outro momento, levou Hopkins [2007] a utilizar um conceito de 'local' hegemônico de identidades masculinas).

O 'ponto-chave' da crítica ao modelo de Connell (1995) não é necessariamente o fato de que existe hegemonia entre as masculinidades. O que Hopkins e Noble (2007) demonstram é que existe uma complexidade na construção de uma hegemonia masculina diretamente relacionada à intersecção de outras facetas e, sobretudo, às escalas em que são elaboradas essas identidades. Segundo os autores: "Assim como todas as identidades são construídas processualmente em torno de sentidos de similaridade e diferença – isto é, relacionais (LAWER, 2008) – assim também são as masculinidades." (HOPKINS; NOBLE, 2007, p. 815, tradução nossa)¹⁵

Concordamos com essa afirmação de Hopkins e Noble (2007). No entanto, as críticas apontadas pelos autores não observam a amplitude da proposta de Connell (1995), que em resposta a outras críticas anteriores às apontadas por Hopkins e Noble (2007), Moller (2007) e Van Hoven e Hörschelmann (2005), já havia apresentado uma discussão a respeito das potencialidades e limitações da noção de 'masculinidade hegemônica', em Connell e Messerschmidt (2005)¹⁶.

O artigo de Connell e Messerschmidt (2005) é fundamental para compreender o caminho tecido por Connell (1995) para desenvolver a noção de hegemonia, quando referente à masculinidade. Segundo os autores, a proposta nasce da compreensão gramsciana¹⁷ de 'hegemonia de classes', que é perpassada pelo entendimento de classe social enquanto uma categoria histórica e, portanto, carregada de mudanças constantes e de relações de poder que entalham marcas profundas no tecido das relações sociais.

Isso significa que, ao aderirem a ideia de hegemonia, adotaram-na com o

¹⁵ "Just as all identities are constructed processually around senses of similarity and difference – that is, relationalities (Lawer, 2008) – so too are masculinities." (HOPKINS; NOBLE, 2008, P. 815)

¹⁶ O artigo de Connell e Messerschmidt (2005) foi originalmente publicado na revista *Gender and Society*, que compõe o escopo da editora anglo-saxã SAGE Publications, mas possui tradução disponível em português, publicada pela Revista Estudos Feministas, em 2013.

¹⁷ Remete a uma proposta teórico-conceitual construída pelo filósofo marxista Antonio Gramsci.

objetivo justamente de ‘fugir’ daquilo que se considera essencial e, portanto, imutável. É o contrário. A proposta concentra-se justamente na noção que pretende avançar nas limitações expostas pelas discussões sobre corpos masculinos que se construíam até as décadas de 1980 e 1990, que refletiam sobre o ‘papel sexual do homem’. Com isso, Connell (1995) busca com a compreensão de ‘masculinidade hegemônica’ apresentar um conceito que entende o masculino enquanto uma categoria histórica e tece propostas de como aquilo que se estabelece através das relações sociais influencia em ‘ideais’ sobre masculino que, de fato, são contextuais.

Ainda, Connell e Messerschmidt (2005) destacam que:

O conceito de masculinidade hegemônica foi originalmente formulado com uma forte consciência de argumentos psicanalíticos acerca do caráter multifacetado e contraditório da personalidade, da contestação cotidiana como parte da vida social e da mescla de estratégias necessárias a qualquer tentativa de sustentar a hegemonia (Carrigan, Connell, and Lee 1985; Connell 1987). É um tanto irônico que o conceito seja criticado por simplificar por demais o sujeito, mas com certeza é verdadeiro o fato de que muitas vezes foi empregado de formas simplificadas. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 843, tradução nossa)¹⁸

O problema não está na noção, mas no modo como foi utilizada e, por isso, produziu compreensões equivocadas a respeito do que se propõe. Entender a noção de masculinidade hegemônica nessa perspectiva, portanto, abre as portas para a complexidade existente nos sujeitos, do que às vezes fecha para uma noção estrita e excludente.

O ponto fundamental com o qual precisamos nos atentar na noção de masculinidades, assim como de masculinidade hegemônica, está diretamente ligado a insistência de Connell (1995), Connell e Messerschmidt (2005), Nayak (2006), Hopkins (2007) e outras autoras e autores com os quais dialogamos anteriormente sobre identidade e interseccionalidade: a de que devemos atentar-nos ao ‘contexto’ no qual os sujeitos estão inseridos e, portanto, no qual as masculinidades são instituídas. Deste modo, a noção de ‘masculinidade hegemônica’ torna-se plural – ‘masculinidades hegemônicas’.

Ora, se o contexto (ou, espacialidade) deve não apenas ser levado em

¹⁸ *“The concept of hegemonic masculinity originally was formulated with a strong awareness of psychoanalytic arguments about the layered and contradictory character of personality, the everyday contestation in social life, and the mixture of strategies necessary in any attempt to sustain hegemony (Carrigan, Connell, and Lee 1985; Connell 1987). It is somewhat ironic that the concept is criticized for oversimplifying the subject, but it is, of course, true that the concept often has been employed in simplified forms.”* (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2005, p. 843)

consideração, porém assumido enquanto central na construção de masculinidades, pressupomos que não há unidade na construção do masculino e do homem. Isso nos leva a entender que, se o contexto se altera, logo se alterarão os componentes das relações sociais e também os sujeitos, como observou, por exemplo, Nayak (2006).

Essa concepção tem estreita relação com a perspectiva apresentada das interseccionalidades e dos eixos de desigualdade. Isso por que partindo do reconhecimento da multiplicidade de contextos, relações e sujeitos, também é possível afirmarmos sobre a existências de diversas apreensões identitárias e, por suposto, sobre a correlação entre essas facetas, que se interseccionam e correspondem de maneira mais ou menos central, com relação aos eixos de desigualdade.

Logo, ao reconhecermos a pluralidade e a complexidade das masculinidades, estamos também reconhecendo que essas masculinidades são constituídas não apenas da faceta de gênero, e de sua relação com o eixo de desigualdade correspondente, como também com a faceta de raça, de sexualidade, de idade, de classe etc¹⁹. Essas duas últimas facetas e, não obstante, os eixos de desigualdade etário e de classe, compõem diretamente aquilo que fora revelado pelos discursos dos homens condenados por tráfico de drogas de quem se refere essa tese²⁰.

É possível perceber como as suas trajetórias de vida são entalhadas pela condição de que o período de vida e a classe social se fazem presentes, a partir da intersecção dos eixos de gênero, etário e de classe, enquanto protagonistas de suas relações com a prática (e como veremos mais adiante, espacialidade) do tráfico de drogas. Porém, essa percepção também demanda compreendermos que o período de vida, através da idade, e a classe, enquanto facetas que compõem esses homens identitariamente, não podem ser lidos de maneira generalista, tampouco enquanto pré-discursivos.

Dentro disso, dialogamos com Valentine (2003), entendendo que os períodos de vida não estão somente ligados ao corresponde fisiológico, mas também por

¹⁹ Rodó-Zárate (2021) afirma em diálogo com Judith Butler que, apesar do termo 'etc.' poder ser significado enquanto uma forma de expressar a exaustão na continuação de uma frase, também possibilita um ponto de partida para se pensar em novas questões a partir do que já fora demonstrado. Neste sentido, utilizamos o termo para expressar 'abertura' para inclusões dos mais diversas e possíveis facetas identitárias, como eixos de desigualdade, que estão ligados à existência dos sujeitos e de suas relações.

²⁰ Como já destacamos anteriormente, uma reflexão que relaciona a matriz teórico-conceitual aqui apresentada, com a análise do fenômeno, está presente nos capítulos III e IV desta Tese.

marcos sociais que são considerados 'normais', portanto dados a partir da norma construída conforme o contexto correspondente, a cada um desses períodos, como a infância, a juventude, a vida adulta e a velhice.

Cada um desses períodos, deste modo, podem ser vividos de maneiras diferentes e, além disso, em momentos diferentes, por diferentes sujeitos. Com os homens que compõem essa pesquisa não é diferente. Há duas principais linhas que serão percebidas no tocante a essa questão ao longo desta reflexão. A primeira delas, quando da juventude enquanto um importante marcador nas masculinidades desses sujeitos e nos significados que assumem da realidade a partir desse período de vida, que culmina no envolvimento com o tráfico de drogas. A segunda é percebida quando, para além da juventude, responsabilidades que são comumente associadas à vida adulta em relação aos papéis de gênero socialmente atribuídos às masculinidades, correspondem diretamente nas tomadas de decisão desses homens e nas suas composições espaciais referentes ao tráfico de drogas.

É na presença dessas duas percepções, que serão amplamente discutidas no capítulo III, a partir dos dados apresentados a partir da análise das entrevistas que realizamos, que fica clara a confluência de outra faceta identitária, percebida na intersecção com os outros eixos, que é a de classe, pois suas experiências enquanto homens, através de seus períodos de vida, é intensamente marcada pela condição do não acesso ao centro das relações sociais e de grande parte das espacialidades que compõem, pela posição que assumem em subempregos, na condição de desempregados, ou até mesmo na composição de famílias com condições precárias de sobrevivência financeira e material.

A ideia de classe que assumimos nessa direção está no que Santos (2008) demonstra envolver “[...] a distribuição desigual de direitos e poderes sobre os recursos produtivos básicos da sociedade e os resultados do seu uso” (SANTOS, 2008, p. 354). O autor ainda complementa que essa concepção está baseada em uma sociedade que se constitui em ‘termos relacionais’, onde aquilo que se tem se relaciona com aquilo que se deve fazer para se conseguir aquilo que se ‘obtem’.

Neste caminho, como Valentine (2003) afirma, as facetas de classe, gênero, dentre outras, são marcadores fundamentais na composição de uma identidade de juventude e, ainda complementamos: na identidade de homens adultos e na intensificação da centralização e da marginalização destes sujeitos conforme os eixos de desigualdade relacionados.

Essa lógica parece desencadear um conflito que, ao que demonstramos ao longo de nossa reflexão constitui-se enquanto um paradoxo: o tráfico de drogas enquanto uma consequência da intersecção dos eixos de desigualdade, que marginaliza e centraliza os homens que compõem essa pesquisa, como também enquanto uma causa da marginalização e a centralização desses homens em relação a esses mesmos eixos.

Mas essa condição paradoxal não pode ocorrer de outro modo, senão de maneira espacial. Como argumenta Gomes (2009), onde há espaço, há geografia. Por isso, a próxima seção apresenta uma relação dos conceitos aqui abordados com a compreensão geográfica de espaço.

1.3 NÃO SE CAMINHA NO VAZIO: CAMINHANDO ATRAVÉS DAS ESPACIALIDADES E DAS MASCULINIDADES INTERSECCIONAIS

A seção anterior nos faz pensar nas seguintes questões: é possível haver relações sociais, sujeitos, identidades e a interseccionalidade de eixos de desigualdade, sem que haja espaço? Se pensarmos no espaço enquanto um componente fundamental para observarmos fenômenos, que ‘tipo’ de espaço é esse? A partir desses questionamentos, essa seção busca relacionar os conceitos anteriormente abordados, compreendendo a condição paradoxal da posição dos homens condenados por tráfico de drogas em suas práticas e relações, com o conceito de espaço.

Por tradição, a Ciência Geográfica tem concentrado muitas de suas discussões em torno do conceito de espaço. Corrêa (2000), através de seu título “Espaço: Um conceito-chave para a Geografia” demonstra a relação entre as compreensões sobre o conceito em relação aos vários momentos epistêmicos da Geografia. Inicia desde a compreensão de espaço para a Geografia Tradicional, com o ‘espaço vital’, porção de solo apropriado por determinado grupo, de Ratzel²¹, e o ‘espaço absoluto’, espaço existente e independente de qualquer coisa, de Hartshorne²². Posteriormente à Geografia Tradicional, o autor avança para as discussões construídas a partir da Geografia Teorética-Quantitativa até a Geografia

²¹ Ao fazer referência à obra de Ratzel, Corrêa (1995) dialoga com Moraes (1990), em “Ratzel”, publicado pela editora Ática, em 1990.

²² HARTSHORNE, Richard. The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past. AAAG, 1939.

Crítica e, por fim à Geografia Humanística e Cultural.

Corrêa (2000) demonstra que a Geografia Teorética-Quantitativa colabora para a compreensão do espaço enquanto 'planície isotrópica' e de sua representação matricial. Ou seja, nessa perspectiva, o espaço é mensurável. Por seguinte, demonstra que a Geografia Crítica inicia os debates sobre o conceito enquanto um construto social. Expõe então a influência da literatura marxista neste desenvolvimento conceitual, já que os geógrafos passam a considerar o espaço enquanto fundamental para o desenvolvimento da sociedade. Um ponto de vista importante no que concerne ao desenvolvimento da Geografia enquanto disciplina científica, é a compreensão de espaço não só como um reflexo da sociedade, mas um fator social; um espaço que é 'subordinado-subordinante', como aponta Santos (2012)

Por último, quando Corrêa (2000) discute a respeito da compreensão do espaço na perspectiva da Geografia Humanista e Cultural, afirma que essa perspectiva constrói um olhar que leva em consideração a subjetividade dos sujeitos, suas experiências, simbolismos e contingências, ou seja, volta-se para o individual. A partir disso, a compreensão sobre o conceito de espaço concentra-se nas práticas espaciais dos sujeitos, levando em conta a dinamicidade dessas práticas e a produção de diferenças espaciais que desintegram-se ou integram-se de modo mais fluido.

Compreendendo os caminhos de pensamento mais recentes dentro do saber geográfico, Hubbard (2012) traça comentários a respeito das diferentes formas de se pensar espaço a partir da denominada 'virada espacial' (*spatial turn*), momento em que os olhares geográficos passam a considerar as subjetividades presentes no espaço. O que o autor demonstra é que a ciência geográfica a partir da década de 1980 é composta de esforços que visam compreender o espaço não apenas enquanto algo que não pode ser mapeado de maneira simplificada, mas como um conceito que necessita de uma teorização interminável que leve em conta sua ligação intrínseca com o tempo.

No entanto, afirma que apesar dos esforços dos autores envolvidos com as reflexões nessa perspectiva, como Yi-Fu Tuan, Nigel Thrift, Eric Sheppard e Gunnar Olsson, que reconhecem suas posições dentro da academia e renovam os olhares sobre 'espaço', considerando as questões relativas que julgam necessitar atenção, ainda há uma carência demasiada de propostas que se concentrem com a ontologia do conceito, o que cria uma ligação das produções desses autores com um certo

relativismo epistemológico.

Porém, ao considerar que esses autores correspondem a uma tendência 'relativista epistemológica', Hubbard (2012) não se atentou para o fato de que Barnes e Sheppard (2010), em seu artigo "*Nothing includes everything: towards engaged pluralism in Anglophone economic geography*"²³, propõem a construção de uma abordagem geográfica²⁴ pluralista, entendendo que sempre há mais coisas a serem percebidas a respeito de um fenômeno, possibilitando inúmeros estudos, com diferentes enfoques. Portanto deve-se estabelecer um recorte de investigação que leve em conta as particularidades a serem compreendidas, fugindo de monismos²⁵.

Dialogando com a perspectiva feminista, Barnes e Sheppard (2010) afirmam que apesar de algumas críticas apontarem para uma relação entre a perspectiva pluralista e o liberalismo, principalmente no que se refere à máxima individualização dos sujeitos, essa proposta dialoga com a epistemologia feminista, sobretudo quando se tem a compreensão de que a relação estabelecida entre os sujeitos espacialmente depende de onde essa relação parte. Em outras palavras, assim como a perspectiva feminista, a pluralista compreende que, ao se problematizar as relações sociais através do espaço, deve-se considerar de onde este conhecimento se está sendo produzido.

Ao assumir esse ponto, os autores afirmam que, embora se deva considerar a fundamental importância de questionamentos sobre 'de onde surge a noção sobre espaço', as preocupações ontológicas sobre o conceito não devem se sobrepor às preocupações relacionadas às especificidades dos sujeitos. O contrário, uma perspectiva não é mutuamente excludente de outra. A crítica de Hubbard (2012) sobre a 'carência' ontológica nos trabalhos dos autores que assumem uma perspectiva mais 'pluralista' acerca do espaço, dentre eles Barnes e Sheppard (2010), portanto, não tem razão de ser. A proposta destes autores é de caminhar para outro sentido epistemológico. E, diante disso, fogem de uma conceituação 'fechada' a respeito do espaço.

Neste contexto, Thrift (2006) apresenta uma reflexão de como o espaço pode ser compreendido sob este aspecto de 'dinamicidade' e fluidez, que leva em conta a

²³ Tradução nossa: "Nada inclui tudo: Em direção ao pluralismo engajado na Geografia Econômica Anglófona."

²⁴ Neste texto, os autores propõem, como um exemplo, a perspectiva pluralista assumida pela Geografia Econômica.

²⁵ Noção que há uma lei geral que rege todas as coisas.

produção de diferenças. Para tanto, utiliza como instrumento reflexivo as obras artísticas de Julie Mehretu²⁶, uma artista plástica etíope-americana. Essa escolha se baseia no fato de que:

As telas de Mehretu tentam incorporar muitos tipos de espaços, muitos tipos de dinâmica, muitos tipos de existências, muitos tipos de imaginação, mantendo cada um desses espaços em tensão e nunca tentando resolvê-los: colisões, concordâncias, cataclismos, eles estão todos aqui, junto com 'velocidade, dinamismo, luta e potencial' (Mehretu in Fogle and Ilesanmi, 2004:14). (THRIFT, 2006, P. 140, tradução nossa)²⁷

Os motivos justificados pelo autor de dialogar com as obras de Mehretu, dizem respeito às compreensões do autor sobre o conceito de espaço. Segundo Thrift (2006), os trabalhos da pintora apresentam quatro princípios que devem estar fundamentalmente em quaisquer abordagens sobre o conceito.

O primeiro dos fundamentos refere-se à característica de que tudo se distribui espacialmente, “[...] até a menor mônada”²⁸ (THRIFT, 2006, p. 140, tradução nossa). O que o autor sugere com este aspecto é que, a complexidade presente em uma organização maior também está presente na menor. Ainda complementa que a complexidade pode estar presente em todos os níveis escalares. É como se existissem várias escalas espaciais intrínsecas a outras escalas.

Em segundo, que todos os espaços são porosos, portanto, que não existe limite. Essa consideração permite elaborar uma compreensão de que todos os diferentes espaços assumem características e dinâmicas de outros espaços (e vice-versa). Portanto, não existe espaço ‘fechado’, mas sim aberto e constituído de nuances.

Na sequência, Thrift (2006) afirma que o espaço está em movimento constante. Não é possível que haja um espaço estático, estável, muito embora o autor aponte que há muitas tentativas de se tornar o espaço deste modo. Essa compreensão carrega um significado de um ‘constante devir’, um processo contínuo, ou, em suas palavras, uma ‘ser-força’²⁹).

Por último, o quarto fundamento apontado pelo autor é de que não existe um

²⁶ É possível consultar um dos exemplares das obras artísticas de Julie Mehretu através do portal virtual do Museu Britânico.

²⁷ “*Mehretu’s canvasses try to incorporate many kinds of space, many kinds of dynamics, many kinds of existences, many kinds of imagination, holding each these spaces in tension and never trying to resolve them: collisions, concordances, cataclysms, they are all here, along with “speed, dynamism, struggle and potential”* (Mehretu em Fogle and Ilesanmi, 2004:14.)” (THRIFT, 2006, P. 140)

²⁸ “[...] *down to the smallest monad*”. (THRIFT, 2006, p. 140)

²⁹ Thrift (2006) utiliza o termo ‘*force-being*’.

tipo de espaço, em vez disso há várias formas de sua existência. Deste modo, o autor assume que não há apenas uma forma de se identificar o espaço, mas que o espaço se institui a partir da comunicação humana, ou seja, o modo como o apreendemos.

A atenção de Thrift (2006) em relação ao espaço foge de uma compreensão universalista a respeito do conceito, pois leva em consideração as particularidades e subjetividades enquanto necessárias para se pensar. Essa compreensão é aquela com a qual dialogamos na presente Tese, na medida em que buscamos compreender trajetórias geográficas de homens que carregam vivências específicas correspondentes ao tráfico de drogas e, portanto, assumem apreensões de mundo particulares a esse contexto.

Durante alguns momentos da presente reflexão, nos atentamos em afirmar, ainda que indiretamente, que contextos podem ser lidos enquanto espacialidades. Tomamos a liberdade de construir essa afirmação de acordo com a compreensão de Massey (2004) sobre o conceito de espaço que, para além de se estabelecer enquanto um construto social, é considerado também a partir das particularidades dos sujeitos. Isso quer dizer que levamos em consideração os vários recortes que esses sujeitos instituem de modo concomitante e simultâneo. É, como Thrift (2006) afirma: um 'espaço poroso'.

Anteriormente à Thrift (2006), Doreen Massey já tecia argumentos que abordam o espaço de modo muito similar ao que o autor demonstrou. Em "Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas considerações", Massey (2004) afirma:

Assim, nesta forma de imaginar as coisas, o espaço é sem dúvida um produto de relações (primeira proposição) e, por ser assim, deve ser também multiplicidade (segunda proposição). Entretanto, estas não são absolutamente relações de um sistema coerente, fechado, dentro do qual, como se diz, 'tudo está (já) relacionado com tudo'. Neste modo de imaginá-lo, o espaço pode não ser, nunca, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões foram estabelecidas, e na qual tudo já está interligado com tudo. (MASSEY, 2004, p. 09)

Ao que se pode relacionar a autora com o que nos apresenta Nigel Thrift, há algumas concordâncias, principalmente na compreensão do espaço enquanto aberto, dinâmico, nunca enquanto algo 'dado' e estabelecido. Massey (2004) apresenta uma abordagem que permite a atenção direta às relações sociais, já que apreende o espaço enquanto intrínseco a estas relações, como sendo as relações e o espaço coexistentes.

Estas relações sociais produzem significados e apreensões de Mundo,

elaborando espaços específicos, particulares, que levam em conta as especificidades dos sujeitos que as compõem. Neste sentido, Massey (2004) avança no que define como 'espacialidades'. Nas palavras da autora: "[...] a espacialidade é também uma fonte de produção de novas trajetórias, de novas histórias. É uma fonte de produção de novos espaços, de novas identidades, novas relações e diferenças." (MASSEY, 2004, p. 18)

As espacialidades são o produto e, ao mesmo tempo, o fundamento de um espaço. Essa noção está diretamente ligada ao que Massey (2008) destaca ser o espaço: o resultado de interrelações. Se em um 'sentido amplo', o espaço pode ser compreendido enquanto a organização espacial, aquilo que permite (e, ao mesmo tempo, é permitido por) as interrelações, um 'onde' ocorrem os fenômenos sociais, as espacialidades podem ser assumidas enquanto aquilo que se atribui ao espaço, o 'estado de ser espacial', aquele que está sempre em 'devir de algo'. Isso significa que, ao considerarmos os contextos onde os sujeitos estabelecem suas relações, também estamos considerando olharmos para as espacialidades.

Outros dois pontos argumentados por Massey (2008) são fundamentais para prosseguirmos, sobretudo porque se relacionam às compreensões de Massey (2004) e Thrift (2006). O primeiro dos pontos leva em consideração que o espaço, por ser produto de interrelações, é múltiplo. Essa característica está diretamente ligada com o fato de que se há relações, há diferentes sujeitos que as compõem e, portanto, diferentes espaços que se cruzam. Isso possibilita que o segundo ponto seja esclarecido, que está na condição do espaço estar em constante construção, portanto não se estabelecer enquanto um produto acabado. Ora, se os sujeitos e as interrelações estão para o espaço e vice-versa, então sempre haverá algo de diferente.

Nesta direção, quando destacamos que o fio-condutor desta reflexão trata-se de uma compreensão acerca das trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, sobretudo em um olhar a respeito de como suas caminhadas culminaram na atividade criminosa, devemos olhar para os espaços e para as espacialidades que compõem essas trajetórias. Nisso está a condição dessas trajetórias serem consideradas geográficas.

Nos apoiamos na noção de que, ao olhar para as vidas dos sujeitos pesquisados, é inevitável desprender este olhar das geografias que compõem estes sujeitos, ou seja, para as espacialidades (aquilo que é gerado a partir dos recortes

espaciais que vivenciam). Além disso, Massey (2008) destaca que há uma necessidade de a Geografia considerar o espaço enquanto um 'espaço-tempo', o que também justifica que nossas preocupações atendam à noção de que os homens que compõem essa pesquisa não são apenas 'homens condenados por tráfico de drogas', mas pessoas com diferentes trajetórias que, apesar de particulares a cada um, instituem uma espacialidade comum e protagonista para a nossa Tese: a do tráfico de drogas.

Para isso, olhamos para os espaços e espacialidades compostos por esses homens ao longo das suas vidas. Esse olhar em 'retrospectiva' permite que nossa análise, guardadas as possíveis limitações, encare a complexa 'rede de dobras sucessivas' (THRIFT, 2006) destes sujeitos ao longo de suas trajetórias, que culminam na composição do tráfico de drogas, enquanto espacialidade e enquanto prática. Nisso, concordamos com Corrêa (2016), que afirma que por trajetória: "[...] entende-se as combinações entre processos e formas que a partir de um foco inicial no espaço e um ponto inicial no tempo, sucedem-se até uma dada área e ponto no tempo no presente ou no passado." (CORRÊA, 2016, p. 08).

Mas até que ponto a Geografia brasileira têm concentrado suas discussões sobre a relação entre trajetória, espaço e tráfico de drogas, ainda que de modo colateral? Para compreender qual é a produção acadêmico-científica a respeito da temática, realizamos dois levantamentos nas bases do IBICT e do PBDA (CAPES). Destes levantamentos, os que interessam para o momento, se tratam daqueles que buscam, como 'centro' duas palavras-chave: Trajetórias de Vida; Trajetórias Geográficas.

Em primeiro, a partir do levantamento realizado no repositório da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT, durante o mês de março e, posteriormente, com a mesma busca efetuada durante o mês de junho de 2020, foram realizadas as pesquisas com as seguintes combinações: 1) Espaço e Trajetórias de Vida; 2) Espaço e Trajetórias Geográficas; 3) Tráfico de Drogas e Trajetórias de Vida; 4) Tráfico de Drogas e Trajetórias Geográficas.

A partir da primeira busca, foram localizadas um total de 227 Dissertações de Mestrado e 145 Teses de Doutorado e, desse universo de produções, apenas 8 correspondem a trabalhos elaborados a partir de Programas de Pós-Graduação em Geografia, sendo duas Teses, com produção localizada a partir da UFG, e seis Dissertações, produzidas a partir da USP, UFG, PUC-Rio, Unioeste, UFGD, UFPE).

Por seguinte, com o levantamento sobre 'Espaço e Trajetórias Geográficas', as Dissertações encontradas formaram um total de 228, enquanto as Teses, 138 produções. Deste recorte, 115 trabalhos correspondem a reflexões produzidas em Programas de Pós-Graduação em Geografia, sendo 84 Dissertações, com origem em PPGs da Unioeste, UFES, UERJ, UFMT, UFPA, UFPB, UFRN, UFPEL, USP, UFG, UFS, UFPE, UFGD, UEPG, UFSM, PUC-Rio, PUC-SP, PUC-GO, UNICAMP, UFAM, UFRR, UFT, e 32 Teses, que partem das UFES, USP, UFG, UFS, UFPE, UFGD, UEPG e UNICAMP.

As duas últimas buscas realizadas por meio da plataforma do IBICT, que relacionam os termos 'Trajetórias de Vida' e 'Trajetórias Geográficas' com o termo 'Tráfico de Drogas', não localizaram produções acadêmico científicas em nível de Pós-Graduação das IES Brasileiras.

Posteriormente, a partir do levantamento realizado por meio da plataforma do Portal Brasileiro de Dados Abertos, utilizando-se do Portal para localizar as produções realizadas durante os anos de 1987 a 2012 e concentradas a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e as produzidas entre o ano de 2013 e 2018, concentradas a partir da Coleta Sucupira (gerida também pela CAPES), foram localizadas 2.453 produções que trazem em seus títulos e palavras-chave o termo 'espaço', sendo 1.860 Dissertações e 593 Teses. Já, com relação ao termo 'trajetória geográfica', nenhuma produção fora localizada. Por fim, com a busca sobre 'tráfico de drogas', seis produções foram encontradas, sendo quatro Dissertações e duas Teses. A partir daí, foram realizadas todas as formas de combinação possíveis entre estes termos e nenhuma produção que apontasse uma reflexão sobre estas correlações foram encontrada.

Diante da ausência de resultados que pudessem apresentar uma interconexão entre os termos, julgamos necessário que fosse realizada uma abordagem de busca 'manual', que melhor refinasse as produções que trouxessem o termo 'espaço' e que, de algum modo, pudessem se relacionar com a temática tocante ao 'tráfico de drogas' e às 'trajetórias geográficas'. Desta busca, realizada por meio de instrumentos de filtragem em uma planilha, nenhuma produção em que estivesse presente a interconexão entre estes termos fora encontrada.

As buscas referentes aos termos 'trajetórias de vida' e 'trajetórias geográficas', quando relacionadas ao termo 'tráfico de drogas', através da plataforma do IBICT e pelos dados disponibilizados pela CAPES, por meio do PBDA, indicam uma ausência

de produções, que possibilita que duas hipóteses sejam elencadas. Em primeiro lugar, que as produções em nível de Pós-Graduação em Geografia ou de áreas correlatas, ainda não construíram reflexões que abordassem estas temáticas correlacionadas. A segunda possibilidade concentra-se na hipótese de que as reflexões que trazem em seu escopo essa preocupação, não centralizam em suas discussões essa correlação, não possibilitando que indexadores como o IBICT, localizem tais produções a partir da combinação dessas palavras-chave.

Enfim, independente de qual das possibilidades pode ser “verdadeira”, há uma realidade presente e indiscutível. A Geografia brasileira, sobretudo em se tratar de produções acadêmico científicas em nível de pós-graduação, carece de abordagens que tratem de sujeitos cujas trajetórias se relacionam de algum modo com o Tráfico de Drogas e, ainda mais, quando essas trajetórias se referem ao passado desses sujeitos.

Deste número apresentado, ao investigar as reflexões apresentadas em cada um dos trabalhos que se relacionam de alguma forma com a presente Tese, quatro trabalhos demonstram maior afinidade com as discussões aqui propostas, sendo duas Dissertações e duas Teses. As duas Dissertações são de autoria de Filemon (2011) e Silveira (2018), produzidas, respectivamente, a partir do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Já, as duas Teses foram ambas produzidas a partir do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com autoria de Rossi (2017) e Gomes (2018).

A Dissertação de Filemon (2011) é uma proposta de se discutir como a corporeidade de jovens se relaciona ao espaço de modo inseparável. A discussão apresentada pelo autor caminha por reconhecer que as trajetórias sócio-espaciais dos jovens, que acessou a partir da espacialidade de um colégio estadual, são perpassadas pelas mais diversas esferas de vivência desses indivíduos. O pressuposto da reflexão baseia-se na compreensão de que o corpo é uma esfera primária de inter-relação com outras esferas – que posso relacionar aqui com o que venho chamando de ‘escalas espaciais’, como também, com as espacialidades. Deste modo, o autor responde alguns questionamentos elaborados a respeito da influência de vários fatores e escalas nas vivências e, por suposto, nas relações destes jovens, entendendo que os conflitos, as potencialidades e resistências partem do cruzamento

dessas vivências e escalas.

Silveira (2018) argumenta que a 'favela' enquanto um espaço vivenciado pelos sujeitos consiste enquanto uma categoria de marginalização desses sujeitos, por meio de estigmas produzidos acerca dessa escala, como o do 'crime', da 'violência', do perigo. Esses estigmas produzem uma violência simbólica sofrida por esses indivíduos, que é reafirmada até mesmo pelas escolas e pela Geografia Escolar. O autor concentra sua análise em uma proposta que visa desconstruir esses paradigmas sociais, entendendo que a docência em Geografia pode servir enquanto instrumento prático de um projeto de educação que avança além da hierarquia produzida pela sociedade de classes. Silveira (2018), com o intuito de compreender o modo como são produzidos estigmas a respeito das favelas e dos sujeitos que têm suas trajetórias ligadas a estes espaços, busca analisar essas trajetórias através de seus discursos.

Do ponto em que Filemon (2011) constrói uma perspectiva que entende o espaço e os sujeitos enquanto elementos co-constitutivos, ao ponto em que Silveira (2018) compreende que as favelas são a materialização da segregação socioespacial que ocorre de maneira violenta no processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, existe um olhar que privilegia a posição dos sujeitos e de suas vivências. As aproximações destas reflexões com esta Tese se dão, justamente, a partir deste interesse de olhar para sujeitos que têm suas vivências perpassadas pela marginalidade ligada às classes de renda que constituem, como também às outras facetas identitárias, como é o caso das masculinidades que se configuram como centrais nesta proposta de pesquisa.

Rossi (2017) e Gomes (2018) produzem reflexões que dialogam a partir desta faceta e, deste modo, com as trajetórias de sujeitos que, dentre várias apreensões identitárias que instituem, são homens. Rossi (2017) apresenta uma discussão que busca compreender de que modo são instituídas as masculinidades no cotidiano da espacialidade carcerária. O autor busca estabelecer um diálogo com sujeitos egressos do cárcere e, a partir daí, traçar uma compreensão que leve em consideração as representações destes mesmos sujeitos. Para tanto, apoia metodologicamente sua pesquisa na convivência com o grupo em espaços da cidade de Ponta Grossa – PR, através de suas dinâmicas e práticas, organizando um Diário de Campo e, posteriormente, fazendo entrevistas com os indivíduos envolvidos no processo de pesquisa enquanto sujeitos pesquisados.

A reflexão colabora para a compreensão de masculinidades e Geografia,

quando essas masculinidades são instituídas a partir das espacialidades que os sujeitos compõem. Diante disso, apoia-se o argumento de que existem múltiplas masculinidades, que não se limitam em uma divisão rígida entre periférica e central, mas que se estabelecem de modo paradoxal no espaço a partir das práticas dos sujeitos, das escalas que vivenciam e das relações que instituem. Com isso, aponta para as masculinidades que se instituem, relacionadas com o espaço carcerário que fogem de outras apreensões de masculinidades produzidas em outros espaços, como as produzidas na rua, além dos limites de uma instituição prisional.

Em Gomes (2018) está presente uma compreensão acerca das masculinidades instituídas por jovens envolvidos em casos de violência homicida. Os argumentos apresentados nesta reflexão foram apoiados na análise de inquéritos policiais, como também através de entrevistas realizadas com jovens moradores de periferias pobres da cidade de Ponta Grossa – PR, que de algum modo se envolveram com práticas de drogadição, e alguns outros que tiveram relação com pelo menos um caso de homicídio.

O autor aponta para uma tendência de que os homicídios ocorrem em áreas periféricas pobres da cidade e que, tanto os autores de violência, quanto as vítimas, consistem parte de um grupo de sujeitos com características identitárias similares. Sua proposta concentra em demonstrar o modo como as masculinidades destes jovens são instituídas a partir de estratégias que visam a centralidade nas escalas espaciais que compõem, que estão apoiadas em atos infracionais e na atividade violenta. A violência presente nas realidades destes sujeitos que culmina, muitas vezes, na morte de alguns homens jovens, está diretamente relacionada com a ausência de políticas do Estado que garantam não só segurança, mas confirmem visibilidade para a população em situação de vulnerabilidade social e, para além, em políticas que, de certo modo, naturalizam a morte de alguns sujeitos, através do que define, em diálogo com Achille Mbembe (1999), como necropolítica.

Os trabalhos de Rossi (2017) e Gomes (2018) fornecem algumas pistas ao que se pretende esclarecer aqui. Os sujeitos que compõem suas pesquisas têm suas trajetórias perpassadas pela criminalidade e, quase sempre, este envolvimento se relaciona às suas práticas, que caminham com o intuito de validar suas facetas identitárias, como as masculinidades, que não podem ser consideradas de maneira singular e, portanto, são intrínsecas à racialidade, classe de renda, sexualidade e outras facetas que compõem estes sujeitos.

Na seção anterior, demonstramos esforço para esclarecer qual é a perspectiva que assumimos a respeito do conceito de masculinidades para que colabore na compreensão das trajetórias de vida dos homens que compõem essa pesquisa. O modo central no qual essa faceta é posicionada na presente Tese, está relacionado ao fato de que os homens condenados por tráfico de drogas, exercem seus papéis com suas masculinidades em relação a outras facetas identitárias, quando interseccionadas a partir de eixos de desigualdade.

Essa questão está ligada ao fato de que, como veremos com mais detalhes no próximo capítulo, das práticas criminosas que vão a julgamento e depois condenadas, 95% são assumidas por homens, como nos revela o relatório do INFOPEN (2017). Deste universo, cerca de 27% correspondem a homens condenados por Tráfico de Drogas, que compreendem, em relação às mulheres condenadas pela mesma tipificação penal, cerca de 92% da população. Quando aproximamos à escala da PEPG³⁰, recorte espacial que confere acesso aos sujeitos pesquisados e que abriga apenas homens, aproximadamente 54% dos custodiados cumprem sentença pelo crime de tráfico de drogas.

Pensar em masculinidades quando relacionadas a estes sujeitos é assumir os múltiplos aspectos que se fazem presentes de maneira intrínseca a estas masculinidades, dentre eles o fato de serem homens e, portanto, constituírem parte da maior parcela de pessoas que cometem crimes no Brasil (em suas mais diversas jurisdições). Diante disso, qual seria o movimento proposto para se olhar as trajetórias destas pessoas: o de compreender suas posições espaciais em relação às suas práticas, ou o de compreender suas práticas em relação às suas posições?

A resposta deste questionamento vai um pouco além de uma simples dialética entre 'sujeitos' e 'práticas', entre 'centro' e 'margem' ou, até mesmo, entre 'certo' ou 'errado'. A compreensão que temos a respeito das realidades desses sujeitos concorda com Rose (1993), pois dialoga com os argumentos que discutimos na seção anterior a respeito de identidade, interseccionalidade e gênero, especificamente masculinidades. Rose (1993) propõe pensar o espaço levando em consideração as complexidades que podem ser encaradas a partir das múltiplas relações e dos

³⁰ É importante destacar que a distribuição de condenados se dá, como define o Art. 5º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), segundo os "antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal". Para além, como define essa legislação em seu Art. 87º, as penitenciárias se destinam aos condenados sob pena de reclusão, em regime fechado.

múltiplos sujeitos que as instituem, ultrapassando os limites criados ao se pensar sobre a posição de um sujeito em torno de uma posição fixa entre centro e margem.

Neste sentido, elabora uma reflexão que considera o espaço de um modo que vai além de uma estrutura baseada em uma dualidade homem/mulher, mas que também considera que há outras facetas identitárias que compõem os sujeitos e, portanto, suas vivências espaciais que não se limitam a uma 'dualidade' que pode ser simploriamente mapeável.

Essa discussão considera uma 'libertação' do que se considera 'fixo' em relação aos sujeitos, como a posição determinada a partir de uma perspectiva 'generalista' sobre ser mulher ou ser homem. O que a autora demonstra, em vez disso, é que, ao contrário da compreensão de que os sujeitos se posicionam no centro ou na margem das escalas espaciais que instituem, é possível afirmar que essa posicionalidade ocupa, de modo simultâneo, o centro e a margem.

Um dos meios que Rose (1993) se apoia para justificar seus argumentos, está no exemplo da trajetória de bell hooks, que se atenta ao fato de que as 'fronteiras' da cidade vão além da materialidade, mas são instituídas a partir de linhas 'menos tangíveis', que segregam corpos no espaço, através de suas condições de raça, classe de renda, educação, dentre outras.

No entanto, bell hooks afirma que essa perspectiva que privilegia os olhares para os sujeitos sempre numa relação a um 'centro' e uma 'margem' deve ser repensada e (re)imaginada, pois há uma possibilidade de compreender que estes sujeitos que são considerados 'marginais' também constroem suas relações de centro e margem em espaços instituídos por eles próprios, ou seja, estão sempre estabelecendo suas posições de modo simultâneo entre centro e margem, através de uma interesalaridade.

Então, sugerimos que esse espaço paradoxal (ROSE, 1993) está relacionado com um dos fundamentos apontados por Thrift (2006), de se olhar para o espaço em seu estado de porosidade e com o que Massey (2008) argumenta sobre a dinamicidade presente no conceito. O que Rose (1993) propôs enquanto um olhar para o 'sujeito do feminismo' é possível, então, de estar ligado à compreensão que propomos sobre os homens ligados ao tráfico e suas práticas, de modo que as práticas não antecedem a posição dos homens e, para além, suas posições não antecedem suas práticas. Essa posicionalidade ocorre de maneira discursiva e paradoxal, devido ao estado de constante movimento, abertura e, portanto, pela complexidade presente

nestas condições.

Essa perspectiva que assumimos considera a noção de que há múltiplas masculinidades que se instituem espacialmente de modo paradoxal e que se (re)produzem de modo hegemônico ou contra hegemônico, em um sentido relacional e variável conforme os espaços em que são compostas. E, ainda, que há sujeitos cujas facetas identitárias os privilegiem em detrimento de outros de acordo com a ordem do discurso (FOUCAULT, 1995).

Outros autores constroem este desafio, como os já destacados por Rossi (2017) e Gomes (2018), como também por Rocha (2013) e por Morais (2017). Além das abordagens dos dois primeiros autores já apresentada, o terceiro, a partir de sua Dissertação, trata de uma proposta de compreender como se instituem as espacialidades ligadas a adolescentes do sexo masculino usuários de crack e moradores de áreas periféricas pobres da cidade de Ponta Grossa – PR. A partir do acesso ao grupo pesquisado por meio de uma instituição de tratamento de dependência química, o autor propõe uma Geografia que considere outros olhares possíveis de serem assumidos e, a partir dos discursos desses sujeitos, propõe a existência do que denomina ‘espaço espiado’.

Sua reflexão consiste em argumentar, a partir da noção do ‘espaço paradoxal’, enquanto um espaço em que a posição dos sujeitos ocorre de modo contínuo e simultâneo em termos de ‘centro’ e ‘margem’, que a drogadição está relacionada, ao mesmo tempo enquanto uma prática que marginaliza os sujeitos e suas masculinidades e uma estratégia que os centraliza. Isso ocorre, justamente, através do ‘espaço espiado’, que seria um local de resistência à margem e, de modo simultâneo, uma característica de marginalização.

É possível estabelecer um diálogo entre estes autores, com a reflexão presente em Morais (2017), que fora destacada a partir da primeira seção deste capítulo. Esse diálogo se dá no ponto em que todos os sujeitos que constituem as pesquisas destes pesquisadores, vivenciam suas espacialidades sem se desprenderem de suas identidades e da intersecção delas segundo os eixos de desigualdade. Não obstante, essas vivências não se separam dessa ‘paradoxalidade’ proposta. O que há ainda de muito comum em suas reflexões é a presença da droga como um forte marcador de composição identitária desses sujeitos e, portanto, é inevitável relacionar as práticas relacionadas ao consumo de drogas enquanto marcadores que tencionam e intensificam suas posições centrais e/ou marginais

constantemente. O tráfico de drogas, assim como o consumo, não se separa disso e discutiremos no próximo capítulo algumas questões referentes a este ponto.

Finalmente, a condição paradoxal em que as espacialidades são compostas por estes sujeitos e, para além, por suas masculinidades, é perpassada pela nuance de várias outras facetas identitárias e de suas práticas, que se interseccionam através de suas relações. Os homens condenados por tráfico de drogas sob custódia da PEPG assumem algumas características que serão apontadas a partir da segunda seção do próximo capítulo.

Dentro disso, é importante destacar que a espacialidade do tráfico de drogas é instituída a partir de práticas de resistência à marginalidade, como também intensifica a marginalização destes sujeitos. É sobre essa espacialidade e seu complexo amálgama de relações e dinâmicas, que trataremos na primeira seção do próximo capítulo, juntamente com uma discussão que analisa o Sistema Penal Brasileiro e sua posição enquanto instrumento de inteligibilidade de sistemas de opressão na realidade brasileira.

CAPÍTULO 2

DO TRÁFICO DE DROGAS E À LEI DE DROGAS BRASILEIRA AOS ASPECTOS INICIAIS SOBRE OS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS QUE CUMPREM PENA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – PR

O presente capítulo está concentrado em duas seções: I. 'Lei de Drogas (11.343/06) e o Sistema Penal Brasileiro: "Querem que nossa pele seja a pele do crime"' e; II. "Sente o drama": Por onde devemos passar para se pensar a respeito das complexidades dos homens condenados por Tráfico de Drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR'.

No capítulo anterior, nos preocupamos em demonstrar quais foram os caminhos que nos trouxeram até aqui e, com isso, avançamos nos conceitos fundamentais para correspondermos à questão central desta Tese, entendendo-os de maneira correlacionada. A partir disso, este capítulo apresenta uma discussão sobre a Lei de Drogas no Brasil, sobretudo quando se refere ao tráfico de drogas, o que nos possibilita apresentar os aspectos iniciais sobre os homens cujas trajetórias são aqui observadas.

A primeira seção apresenta uma discussão interdisciplinar, que dialoga com as Ciências Jurídicas e Sociais, no intuito de ampliar os debates a respeito da relação entre Sistema Penal brasileiro, as formas de poder do Estado e a Lei de Drogas. Nela, preocupamo-nos em discutir os modos pelos quais afirmamos que o tráfico de drogas, não apenas enquanto prática, mas enquanto espaço paradoxal, se estabelece não apenas como causa da criminalização destes sujeitos, mas também como consequência da biopolítica (AGAMBEN, 2007; FOUCAULT, 1987) e da necropolítica (MBEMBE, 1999) voltadas enquanto instrumentos de disciplina e controle dos corpos de uma população à quem é atribuída a 'estética da delinquência'.

A segunda seção avança em uma discussão sobre os aspectos iniciais que merecem atenção fundamental sobre os homens condenados por tráfico de drogas a quem se refere essa reflexão. Por tratarmos especificamente das realidades destes homens, ou seja, sujeitos para além de nós mesmos, é importante afirmar que essa pesquisa é constituída de um aspecto relacional entre quem pesquisa e quem compõe o fenômeno pesquisado, reconhecendo que mesmo diante da incapacidade de demonstrar o modo exato como esses homens escreveriam a respeito de suas vidas, buscamos ao máximo daquilo que o consciente nos permite analisar e a respeito de

suas apreensões de si mesmos. Neste ponto, concordamos com Rose (1997), que afirma que: "... o(a) pesquisador(a) não é a única autoridade sobre o conhecimento acadêmico e os seus efeitos." (ROSE, 1997, p. 317)³¹

O caminho assumido enquanto trilha para a compreensão do fenômeno que buscamos problematizar aqui, é perpassado pela postura de pesquisa que optamos acolher, que considera fundamental o diálogo relacional entre o(a) pesquisador(a) e aqueles sujeitos que constituem o fenômeno pesquisado (ROSE, 1997). Historicamente, como afirma Castro-Gómez (2005), o conhecimento produzido e legitimado enquanto racional, segue um recorte espacial e temporal específico e, tal recorte, é masculino, branco e europeu. O que ocorreu é que tal conhecimento, não por engano ou por acaso, legitimou-se como único a ser seguido, como agenda e matriz a ser reproduzida. Um dos nossos desafios segue-se no caminho de romper com essa hegemonia. Por essa perspectiva, caminhamos em conjunto com Santos (2004), no intuito de produzir o que o autor chama de 'conhecimento prudente'.

2.1 LEI DE DROGAS (11.343/06) E O SISTEMA PENAL BRASILEIRO: "QUEREM QUE NOSSA PELE SEJA A PELE DO CRIME"³²

A noção do Tráfico de Drogas enquanto uma espacialidade paradoxal instituída a partir da vivência dos homens que compõem essa pesquisa, é o meio pelo qual essa seção se inicia. O crime de tráfico de drogas é aquele que comporta a maior parte de homens encarcerados sentenciados por crimes de legislação específica. Na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, essa realidade se comprova, pois cerca de 54% dos homens custodiados pela instituição cumprem pena por Tráfico de Drogas e, para além, alguns destes mesmos sujeitos somam sentenças por outros crimes.

Não seria possível discutir as trajetórias geográficas dos sujeitos que instituem a espacialidade do tráfico de drogas, mesmo que de modo 'retrospectivo', ou seja, a partir dos seus passos que antecederam a aliança à atividade criminosa, sem entender por quais caminhos essa legislação os afeta quando reconhece tal prática enquanto crime.

O objetivo aqui não é o de discutir até que ponto consideramos,

³¹ "... *the researcher is not the only authority on academic knowledge and its effects.*" (ROSE, 1997, p. 317)

³² Trecho da canção "Bluesman", Baco Exu do Blues, parte do álbum "Bluesman", lançado em 2018, pela Gravadora 999.

particularmente, a prática da venda, do consumo ou da distribuição de substâncias psicoativas enquanto algo que necessariamente deve ser considerado crime, ou se deve passar por uma descriminalização, legalização, enfim, uma regulamentação dessa atividade. O que pretendemos é demonstrar como essa legislação, que se relaciona ao Sistema Penal Brasileiro, é um potente instrumento que dá inteligibilidade a um biopoder e a um necropoder, enquanto políticas do Estado.

Além, compreendemos que trazer essa abordagem é demonstrar os caminhos pelos quais as escolhas desses homens, permeadas pela atividade do tráfico, são reforçadas e reiteradas, pois torná-los sujeitos criminosos (e, como consequência, muitas vezes encarcerados), não é apenas o resultado de uma escolha individual, mas sim, uma estratégia de controle e disciplina de seus corpos.

Inicialmente, é válido destacar o significado da palavra ‘tráfico’ que, a partir do Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis (2015), entende-se enquanto “trato mercantil; comércio; negócio; tráfego”. Para além, ainda apresenta o significado também assumido no sentido legal: “comércio ou negócio ilícito e clandestino de produtos de comercialização proibida”.

Segundo Carvalho (2016), a criminalização dessa atividade no Brasil é marcada inicialmente pela “[...] instituição das Ordenações Filipinas (Livro V, Título LXXXIX – ‘*que ninguém tenha em caza rosalgar, nem o venda, nem outro material venenoso*’).” (CARVALHO, 2016, p. 41). Apesar disso, posteriormente não houve nenhum destaque que previa o uso ou comércio de entorpecentes enquanto delito no Código Penal Brasileiro do Império, do ano de 1830.

Foi a partir de sua edição, em 1890, segundo a regulamentação de crimes contra a saúde pública, que esta atividade passou a ser assumida enquanto infração, quando “[...] o art. 159 previa como delito “expor à venda, ou ministrar, substâncias venenosas sem legítima autorização e sem as formalidades prescritas nos regulamentos sanitários”, submetendo ao infrator à pena de multa” (CARVALHO, 2016, p. 42).

Posteriormente a isso, em meio ao consumo de haxixe e ópio pelos círculos intelectuais e pela aristocracia das cidades, já no início do século XX, o Estado passa a considerar a criação de novos regulamentos a respeito do uso e do comércio de substâncias psicotrópicas, como demonstra Carvalho (2016).

Porém, somente a partir da década de 1940, se pode afirmar a existência do que o autor denomina de ‘política proibicionista sistematizada’. Diferentemente das

políticas anteriores, cujos textos referiam-se a situações pulverizadas, é a partir dessa década que se desenvolvem políticas que visavam o controle através de 'sistemas punitivos autônomos', "[...] modelos criados objetivando demandas específicas e com processos de seleção (criminalização primária) e incidência dos aparatos repressivos (criminalização secundária) regulados com independência de outros tipos de delito" (CARVALHO, 2016, p. 42).

Mais especificamente, no que tange a uma política criminal específica às drogas, a construção de um sistema repressivo parte da autonomia criada para as leis criminalizadoras e ao ingresso do Brasil no modelo internacional de controle, produzido a partir da Convenção de Genebra, de 1936, que "[...] regulamenta questões relativas à produção, ao tráfico e ao consumo, e, ao cumprir as recomendações partilhadas, proíbe inúmeras substâncias consideradas entorpecentes" (CARVALHO, 2016, p. 43).

A partir daí, no Código Penal publicado em 1940, através do Decreto-Lei 2.848/40, o art. 281 sofre uma alteração, incluindo os moldes propostos pela Convenção supracitada. Carvalho (2016) aponta que:

A característica marcante do Código Penal de 1940 é a tentativa, a partir do ensaio da Consolidação das Leis Penais na década de 1930, de preservar as hipóteses de criminalização junto às regras gerais de interpretação e de aplicação da lei codificada. No entanto, a partir do Decreto-Lei 4.720/42 (que dispõe sobre o cultivo), e com a publicação da Lei 4.451/64 (que introduz ao art. 281 a ação de plantar), se inicia na legislação pátria – não apenas no que diz respeito às drogas, mas aos entorpecentes de maneira muito especial – amplo processo de descodificação, cujas consequências serão drásticas para o (des)controle da sistematicidade da matéria criminal (dogmática jurídicopenal). (CARVALHO, 2016, P. 43)

É justamente a partir da legislação instituída na década de 1960, sobretudo na era pós-golpe de 1964, que as faces da política do Estado brasileiro voltada às drogas toma proporções que começam a mais se aproximar da atual Lei de Drogas (11.343/06). Como discute o autor, a tendência de uma política transnacional em todas as esferas da sociedade, influenciada pelo discurso estadunidense de um combate do 'inimigo interno', sendo este 'inimigo interno' aquele que fere a manutenção da ordem social e dos aparatos ideológicos do Estado, que ultrapassa a escala do país norte-americano e chega a países de capitalismo periférico, tais como o Brasil e outros latino-americanos, a partir de um discurso onde aqueles que não se alinhassem à tal política, estariam ferindo o senso moral, acaba por envolver a legislação criminal brasileira, como conferir atenção aos textos ligados ao uso e à venda de drogas.

Essa influência direta na legislação concernente às drogas têm relação com um discurso que visava a produção de um 'pânico moral'. Carvalho (2016) colabora neste sentido nesta compreensão, quando afirma que nesta realidade:

Passa a ser gestado, neste incipiente momento de criação de instrumentos totalizantes de repressão, o modelo médico-sanitário-jurídico de controle dos sujeitos envolvidos com drogas, fundado em duplo discurso que estabelecerá a ideologia de diferenciação. A principal característica deste discurso é traçar nítida distinção entre consumidor e traficante, ou seja, entre doente e delinquente, respectivamente. Assim, sobre os culpados (traficantes) recairia o discurso jurídicopenal do qual se extrai o estereótipo do criminoso corruptor da moral e da saúde pública. (CARVALHO, 2016, P. 45)

Neste modelo 'médico-sanitário-jurídico', o Estado Brasileiro, em 1968, através do Decreto-Lei 385/68, altera os textos do Art. 281 do Código Penal, quando confere ao usuário de drogas as mesmas penas regimentadas ao comerciante, contrariando a orientação internacional. Em 1971, através da Lei 5.726/71, altera os textos do referido Decreto-Lei, seguindo as orientações internacionais de enquadrar, segundo a lei, usuários e comerciantes em posições diferentes. Porém, "[...] o fato de não mais considerar o dependente como criminoso escondia faceta perversa da Lei, pois continuava a identificar o usuário ao traficante, impondo pena privativa de liberdade de 1 a 6 anos" (CARVALHO, 2016, p. 46).

Segundo o autor, a legislação citada preserva o discurso médico-jurídico da década anterior, produzindo dois estereótipos: o do usuário, como dependente e o do delinquente, como criminoso. A lei de 1971, que avança sobre o Decreto-Lei de 1968, servirá de base para a lógica punitivista e repressiva, que se firma a partir da Lei 6.368/76 e, posteriormente, da Lei 11.343/06.

A Lei 6.368/76, que serve de lastro para a atual Lei de Drogas, se institui enquanto um texto que marca, definitivamente, a dicotomia assumida entre usuários/dependentes, sob uma lógica médico-sanitarista e traficantes, sob uma lógica jurídico-política, reproduzida até os tempos atuais.

Um ponto fundamental a ser destacado neste momento trata-se de que, segundo Lima (2010), com base na dicotomia imposta por essa legislação, uma jurisprudência começou a ser estabelecida nos tribunais brasileiros, onde pessoas que podiam arcar com as despesas com a defensoria, conseguiam recorrer da pena privativa de liberdade a partir dos textos apresentados na Convenção da ONU³³ de

³³ O Brasil é signatário dos tratados da Organização das Nações Unidas (ONU) que tratam do Regime Internacional de Controle de Drogas. Segundo Garzón e Pol (2015), há três tratados nos quais esse

1971, sobretudo no que trata o artigo 22, que recomenda a possibilidade de alterar a declaração de culpa e sanção penal, para o tratamento, educação, pós-tratamento, reabilitação e readaptação social. Essa divisão reforça ainda mais a seletividade penal da legislação sobre drogas no país.

Para além, os textos do primeiro capítulo da lei 6.368/76 apresenta um 'chamamento' a todos os membros da sociedade para o combate ao uso e venda de entorpecentes, justificando tal texto como uma estratégia de prevenção, mas revelando-se enquanto uma característica repressiva que, futuramente, traria efeitos perversos à Lei de Drogas, de modo a transformar a legislação em um instrumento de uma "verdadeira guerra santa" (CARVALHO, 2016, p. 53), de dever moral, característica típica de regimes de exceção.

A tonalidade alarmista presente nos textos da referida lei se baseia nos princípios de Lei e Ordem (aferidos pelo governo estadunidense³⁴), que se apresentava enquanto uma medida desproporcional ao consumo e ao comércio de drogas no país, que não se apresentava em proporções substanciais durante a década de 1970, o que reforça a ideia da 'ordem do discurso' (FOUCAULT, 1995), onde os textos da legislação funcionam enquanto ferramenta de pânico moral ampliado pela mídia de massa, como demonstra Carvalho (2016), que ainda destaca:

Embora a Lei 6.368/76 rompa com a lógica da Lei 5.726/71 e a do Decreto-Lei 365/68, diferenciando o tratamento punitivo entre porte e comércio de drogas ilícitas, as alterações em matéria de penas evidenciam o aprofundamento da repressão. (CARVALHO, 2016, p. 54)

O aprofundamento da repressão, principalmente ao pequeno comerciante, se dão por meio dos textos presentes, além do Art. 12 (Tráfico de Drogas) desta Lei, nos Art. 14 (associação para o tráfico) e Art. 18 (Tráfico Internacional; Uso de função pública para a prática do tráfico; Aliciamento de menores de 21 anos para a prática do tráfico; e a venda de substâncias em ambientes culturais, escolares etc.).

Os termos da Lei em questão, elaborados de forma generalista, colaboraram para o efeito negligente da não distinção entre o pequeno e o grande comerciante de

Regime se baseia: A Convenção Única de 1961 sobre Estupefacientes, o Convênio de Substâncias Psicotrópicas de 1971 e a Convenção sobre o Tráfico de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas de 1988.

³⁴ Segundo o autor: "As campanhas de Lei e Ordem brotam na década de 1960 como movimentos de resistência à contracultura e de salvaguarda dos princípios éticos, morais e cristão da sociedade ocidental. Originárias dos Estados Unidos, as primeiras manifestações se articulam no sentido de orientar a (re)produção legislativa em matéria criminal/punitiva, adquirindo a droga, neste contexto, papel de destaque." (CARVALHO, 2016, P. 66)

drogas. A justificativa assumida para essa negligência se apoia na ‘elasticidade’ da pena prevista para, principalmente, o Art. 12, que variava entre 3 e 15 anos de reclusão, dando ao magistrado a autonomia da ‘dosagem’ da pena ao acusado. Porém, essa ‘dosagem’ não fora evidenciada na realidade, como aponta Carvalho (2016):

[...] A prática forense acabou por revelar aplicação genérica de penalidades severas, sem a diferenciação do pequeno e do grande comerciante de drogas, sobretudo porque a população-alvo da incidência das agências de controle penal acaba sendo, invariavelmente, a juventude pobre recrutada para a prática do pequeno varejo. (CARVALHO, 2016, p. 55)

Portanto, o aumento exponencial da ocupação de Unidades Penitenciárias, como também de instituições voltadas aos jovens de menoridade penal, é simultâneo a essa política. O aumento significativo do consumo de cocaína por jovens de classes de renda mais abastadas, causa o aumento do recrutamento de jovens de classes de renda menos abastadas, moradores de periferias pobres e em situação de vulnerabilidade, conferindo, a partir da dicotomia marcada na Lei, ao jovem rico, o estereótipo médico e ao jovem pobre, o estereótipo jurídico, como aponta o autor.

As bases justificáveis para essa política de intolerância e da ‘marcação’ de alvos na chamada ‘guerra às drogas’, são assumidas a partir de uma tecnologia legal que possibilita a repressão de maneira integrada, a partir dos órgãos do poder estatal (executivo, legislativo e judiciário). A aplicabilidade disso se dá a partir do trabalho estatal sob uma perspectiva beligerante, baseada na eliminação do inimigo (aquele que fere os princípios morais). Para tanto, invertem-se os ‘postulados legitimadores’ (CARVALHO, 2016) do Estado de Direito, a partir da coação direta exercida.

Aí está a subversão do uso da violência pelas entidades policiais, pois encarar o problema das drogas como uma guerra àquele que assume o papel do sujeito que fere a lei, é torná-lo inimigo, validando a utilização de violência estatal contra este mesmo sujeito. O efeito “[...] deste modelo repressivo bélico será o estabelecimento de programação genocida na América Latina. Selecionado o público alvo (inimigo: criminoso político ou comum), deflagra-se a lógica da guerra permanente” (CARVALHO, 2016, p. 65).

Após 30 anos de vigência da legislação 6.368/76, as pautas para a sua reformulação já vinham sendo amplamente debatidas no âmbito jurídico, sobretudo pela consideração de que o texto da lei estava demasiadamente defasado em relação aos moldes internacionais, que principalmente na Europa seguiam uma tendência

antiproibicionista e apoiada em uma política voltada às drogas de Redução de Danos.

Deste modo, a instituição da Lei nº 11.343/06, em tese, apresentaria em seu conteúdo uma perspectiva que conferisse ao usuário e ao pequeno comerciante de drogas, alternativas penais apresentadas nos textos da legislação. De um lado, pela primeira vez se separa de maneira clara o usuário de drogas em relação ao traficante. Por outro lado, essa dicotomia presente, em vez de se apoiar em uma política de Redução de Danos, discorre ao usuário medidas de internação baseadas no absenteísmo. Para além, no que tange à temática da presente Tese, o tráfico de drogas, os textos da lei intensificam a repressão, com ênfase nas medidas privativas de liberdade ainda mais longas do que as anteriores, que entre os artigos variam entre 5 e 15 anos. Os pontos destacados neste parágrafo podem ser observados a partir da transcrição do Capítulo II da referida Lei, que trata a respeito dos crimes que são configurados enquanto tráfico de drogas:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

IV - vende ou entrega drogas ou matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons

anteriores, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Art. 34. Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinário, aparelho, instrumento ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) a 2.000 (dois mil) dias-multa.

Art. 35. Associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. Nas mesmas penas do caput deste artigo incorre quem se associa para a prática reiterada do crime definido no art. 36 desta Lei.

Art. 36. Financiar ou custear a prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 20 (vinte) anos, e pagamento de 1.500 (mil e quinhentos) a 4.000 (quatro mil) dias-multa.

Art. 37. Colaborar, como informante, com grupo, organização ou associação destinados à prática de qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e pagamento de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) dias-multa.

Art. 38. Prescrever ou ministrar, culposamente, drogas, sem que delas necessite o paciente, ou fazê-lo em doses excessivas ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) dias-multa.

Parágrafo único. O juiz comunicará a condenação ao Conselho Federal da categoria profissional a que pertença o agente.

Art. 39. Conduzir embarcação ou aeronave após o consumo de drogas, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, além da apreensão do veículo, cassação da habilitação respectiva ou proibição de obtê-la, pelo mesmo prazo da pena privativa de liberdade aplicada, e pagamento de 200 (duzentos) a 400 (quatrocentos) dias-multa.

Parágrafo único. As penas de prisão e multa, aplicadas cumulativamente com as demais, serão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos e de 400 (quatrocentos) a 600 (seiscentos) dias-multa, se o veículo referido no caput deste artigo for de transporte coletivo de passageiros.

Art. 40. As penas previstas nos arts. 33 a 37 desta Lei são aumentadas de um sexto a dois terços, se:

I - a natureza, a procedência da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade do delito;

II - o agente praticar o crime prevalecendo-se de função pública ou no desempenho de missão de educação, poder familiar, guarda ou vigilância;

III - a infração tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, de ensino ou hospitalares, de sedes de entidades estudantis, sociais, culturais, recreativas, esportivas, ou beneficentes, de locais de trabalho coletivo, de recintos onde se realizem espetáculos ou diversões de qualquer natureza, de serviços de tratamento de dependentes de drogas ou de reinserção social, de unidades militares ou policiais ou em transportes públicos;

IV - o crime tiver sido praticado com violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo, ou qualquer processo de intimidação difusa ou coletiva;

V - caracterizado o tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal;

VI - sua prática envolver ou visar a atingir criança ou adolescente ou a quem

tenha, por qualquer motivo, diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação;
VII - o agente financiar ou custear a prática do crime. (BRASIL, 2006)

Neste ponto, Boiteux (2015) colabora quando afirma que a lei atual reforça o padrão opressivo presente na lei de 1976. Nas palavras da autora:

Se poderia pensar que o aumento da punição teria seu reflexo na desarticulação das redes criminais devido ao encarceramento dos grandes traficantes, mas o que se verifica na prática é um reforço da seletividade penal, com intensificação da criminalização da pobreza. (BOITEUX, 2015, p. 142, tradução nossa)³⁵

As características presentes na lei 6.368/76, de arbitrariedade no papel de ação conferido ao magistrado quanto da sanção penal dada ao sujeito considerado criminoso, se mantém e ainda é fortalecida. Tanto é que, muito embora se observe uma distinção entre usuário e traficante, como destacamos anteriormente, a determinação sobre a droga em posse do indivíduo ser para consumo ou para outros fins, cabe ao juiz. Isso pode ser verificado a partir do parágrafo 2º do artigo 28 da Lei nº 11.343/06:

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: [...] § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Essa conduta dada à figura do juiz está apoiada no denominado ‘Direito Penal do Inimigo’, endossada por uma política de Estado de Exceção permanente, relacionada a uma parcela social, como nos traz Carvalho (2016).

O Direito Penal do Inimigo é fundamentado contemporaneamente com base na identificação de organizações dissidentes internas ou externas ao país, cujas práticas se sustentam em modos de agir terroristas, colaborando na elaboração de um novo discurso defensivista, como argumenta Carvalho (2016). Segundo o autor, uma das principais doutrinas sobre este discurso é de Günther Jakobs³⁶ que, basicamente, afirma que o direito penal de garantias se aplica somente aos indivíduos

³⁵ “Se podría pensar que el aumento de la punición tendría su reflejo en la desarticulación de las redes criminales debido al encarcelamiento de los grandes traficantes, pero lo que se verifica en la práctica es un refuerzo de la selectividad penal, con intensificación de la criminalización de la pobreza.” (BOITEUX, 2015, p. 142)

³⁶ Günther Jakobs é um jurista alemão, especialista em direito penal e processual, além de filosofia do direito. Sua doutrina sobre o ‘Direito Penal do Inimigo’ é bastante prestigiado na América Latina.

que comentem crimes acidentalmente ou pontualmente. Ainda, segundo o autor:

O cidadão, desde este ponto de vista, seria aquele indivíduo que, mesmo tendo cometido erro (crime), oferece garantia cognitiva mínima de comportamentos relacionados à manutenção da vigência das normas. Contra os cidadãos infratores, a pena apresentar-se-ia como resposta desautorizadora do fato, procurando restabelecer confiança social na estabilidade da lei (penal). (CARVALHO, 2016, p. 83)

Para a construção doutrinária de Jakobs, é possível identificar um sujeito o qual se espera que tenha práticas criminosas mais duradouras e que, por suposto, se diminui a possibilidade de tratá-lo como pessoa. Neste contexto, onde há:

[...] Rompimento das expectativas, na inexistência do mínimo de garantia cognitiva de condutas pessoais estabilizadoras da vigência das normas, seria lícito realizar processo de despersonalização do desviante, no qual a perda da personalidade política (cidadania) deflagraria exclusão de direitos a ele inerentes. Como o direito penal de garantias seria privilégio exclusivo dos integrantes do pacto social, àqueles que se negam a participar do contrato ou pretendem destruí-lo seria incabível o *status* de pessoa. (CARVALHO, 2016, p. 83)

Esse caráter que visa estabelecer o que é 'pessoa' e o que é descaracterizado como tal, sustenta a divisão entre o 'direito penal de garantias' e o do 'direito penal do inimigo'. O que demonstraria uma separação entre estes sujeitos, apesar de arriscadamente generalista, seriam as atitudes que conferem a um sujeito a possibilidade (ou não) de voltar a cometer crimes (CARVALHO, 2016). A possibilidade do aparato jurídico e dos instrumentos que visam garantir a manutenção do funcionamento deste aparato de opinar sobre aquele indivíduo a quem se deve conferir uma figura de periculosidade e, portanto, um processo de despersonalização, possibilita a criação de Estados de Exceção 'permanentes' a determinados sujeitos. A partir disso:

Neste quadro de apontamento de exceções que se tornam duradouras, a categoria organizações criminosas adquire fundamental importância, visto ser o conceito que possibilitará agregar sob o mesmo estilo repressivo condutas de natureza absolutamente diversas como o terrorismo, o comércio de drogas ilícitas, a imigração ilegal, o tráfico de pessoas, os crimes econômicos, entre outros. (CARVALHO, 2016, p. 85)

No Brasil, a Constituição da República (BRASIL, 1988) garante a manutenção da ordem democrática e, portanto, a instauração de um 'Estado de Exceção' só é possível sob dois modos, segundo trazem os Artigos 136 e 137, sendo, respectivamente, o Estado de Defesa e o Estado de Sítio. Em qualquer um dos casos, só se pode intervir no Estado Democrático a fim de preservar e/ou restabelecer a

ordem pública e a paz social, que seriam colocadas em ameaça sob a justificativa de fatores internos, como em casos de instabilidade política (que pode oferecer grave risco), de fatores externos, como em tempos de guerra e, mediante causas naturais, como desastres ambientais, por exemplo. Além, ainda é necessário que para que estas condições sejam instauradas, seja definido um tempo de duração, bem como quais serão os direitos constitucionais suspensos durante o período.

Segundo Carvalho (2016), há uma tendência observada na América Latina atual, da criação de eventos excepcionais que servem enquanto motivo para o ferimento de direitos constitucionais, mesmo que, através dos aparelhos de visam garantir o cumprimento constitucional não tenha se estabelecido um Estado de Exceção. Segundo o autor: “Como o poder punitivo é operacionalizado sob a aparência do respeito às regras dos Estados de Direito, mas, em realidade, atua no vácuo do(s) direito(s), o efeito é a gradual desestabilização das Constituições.” (CARVALHO, 2016, p. 86)

Os significados produzidos a partir da sensação de ‘emergência’ criada pelos aparelhos do Estado, em um movimento simultâneo de aplicabilidade de força repressiva descomunal e a exposição destas práticas enquanto necessárias, revelam o embate entre a sensação de insegurança populacional e a incapacidade de o próprio Estado gerir os riscos (alarmados pelos seus aparatos). Este embate, destarte, colabora na produção de um discurso onde a coerção dos direitos fundamentais é um mal necessário para se combater o perigo iminente. O fortalecimento e a assimilação deste discurso é ainda mais intensificada: “[...] Se estes direitos e garantias a suprimir integrarem o patrimônio jurídico de alguém considerado como inimigo, de outrem considerado como obstáculo ou ameaça que deve ser reputado como ninguém, como não ser.” (CARVALHO, 2016, p. 87)

Como aponta o autor, o sentido da violência aplicada aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição a todos os cidadãos que integram a nação é assumido, a partir disso, enquanto justificável, pois cria-se uma exceção relativa a um sujeito ou a um recorte de determinado grupo que se enquadra, a partir do poder do Estado, um ‘não ser’, ou seja, sujeitos cuja definição de ‘pessoa’ é substituído por um indivíduo cujos direitos jurídicos são suprimidos.

Neste sentido, o ‘Estado de Exceção’ se coloca de modo subjetivo, não assumido de maneira legal, mas praticado com instrumentos que legitimem a aplicabilidade de força repressiva, já que atua nas entrelinhas do discurso e das

relações de poder. A caracterização de sujeitos enquanto ‘inimigos’, a partir de uma consideração de que apresentam periculosidade à manutenção da ordem pública através dos textos da lei, assumida a partir de um discurso influenciado pela doutrina do ‘Direito Penal do Inimigo’, é a base para a manutenção desta constante condição de exceção dada àqueles que foram assumidos enquanto passíveis de despersonalização.

Esses mecanismos centralizados nas formas políticas, de polícia e da lei, funcionam, deste modo, para decidir quem são os sujeitos que ‘importam’ socialmente e aqueles que ‘deixam de importar’. Ao longo dos argumentos demonstrados nessa seção, objetivamos, justamente, demonstrar de que modo a atual legislação sobre drogas no Brasil atua segundo suas bases ideológicas e, por suposto, sobre o solo jurídico no qual fora desenvolvida. Leis que, através de discursos consolidados que visam a disciplina dos corpos através da ‘personificação’ do sujeito ideal, se intensificam através de seus aparatos de repressão.

A noção de haver sujeitos que importam em detrimento daqueles que não importam, é perpassada por uma política estatal que interfere no direito soberano à vida dos sujeitos sociais sobre si mesmos. Agamben (2007) demonstra que o direito à vida está relacionado à autonomia de cada um dos sujeitos sobre si mesmos, mas que, ao se relacionar com o Estado Moderno e, como Foucault (2008) destaca, posteriormente através da ideologia neoliberal alemã, passa a se constituir enquanto um mecanismo de controle do Estado, pelo que denomina-se biopolítica.

Para discutir sobre o conceito de biopolítica, Agamben (2007) demonstra um documento construído por Karl Binding, especialista em direito penal e Alfred Hoche, professor de medicina, ambos alemães, cujos pressupostos teóricos serviram como parte basal para as práticas nazistas aferidas por Adolf Hitler a partir de 1933, na Alemanha.

Segundo o autor, o documento elaborado pelos dois teóricos supracitados, tratava do direito do Estado, através da medicina, intervir no curso da vida de pessoas cujas vidas são ‘indignas de serem vividas’. Seus argumentos se concentram no exemplo prático da eutanásia. Nas palavras de Agamben (2007):

O fato de que com esta inquietante expressão ele designe simplesmente o problema da legitimidade da eutanásia não deve fazer subestimar a novidade e a importância decisiva do conceito que faz deste modo sua aparição na cena jurídica europeia: a vida que não merece ser vivida (ou viver, segundo

o possível significado literal da expressão alemã *lebensunweten Leben*³⁷), juntamente com seu implícito e mais familiar correlato: a vida digna de ser vivida (ou de viver). A estrutura biopolítica fundamental da modernidade – a decisão sobre o valor (ou sobre o desvalor) da vida como tal – encontra, então, a sua primeira articulação jurídica em um bem-intencionado *pamphlet* a favor da eutanásia. (AGAMBEN, 2007, p. 144)

Portanto, o ‘respaldo’ para justificar a decisão sobre a vida do outro a partir do Estado, desrespeitando a soberania do sujeito sobre sua vida, embora tenha se colocado segundo a prática da eutanásia (que ainda é discutida sob o aspecto ético até os tempos atuais), abre as portas para uma lógica perversa que afirma haver formas de vida que merecem viver em detrimento daquelas que não merecem:

É como se toda valorização e toda ‘politização’ de vida [...] implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente ‘vida sacra’ e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus ‘homens sacros’. (AGAMBEN, 2007, p. 146)

São a estes ‘homens sacros’ (*homo sacer*) – analogia com a impunibilidade dada ao sacrifício de alguns sujeitos que, pelo Estado romano antigo, tinham suas existências atreladas à posse dos deuses e, ao mesmo tempo, tratavam-se de sujeitos impuros, que – que são direcionados os aparatos estatais cuja função é a interferência sobre as suas vidas.

Quando questionamos sobre a função da Lei 11.343/06 no tocante ao problema das drogas e a sua criminalização, enquanto instrumento de garantia de manutenção dos Direitos Civis de todos os cidadãos brasileiros, ou como estratégia para reiterar os mecanismos de repressão e controle do Estado, nos referimos, justamente, ao fato de os caminhos tecidos teoricamente até aqui, indicarem para o fato de que esta legislação, bem como do Sistema Penal brasileiro, se apoiam em uma política de disciplina de corpos, a partir da diferenciação de sujeitos. Como afirma Foucault (1987): “A lei e a justiça não hesitam em proclamar sua necessária dissimetria de classe”. (FOUCAULT, 1987, p. 304)

Se anteriormente apontamos para as estruturas de opressão que, através da intersecção de facetas identitárias que se relacionam a estas estruturas, intensificam (ou não) a posição de margem de sujeitos sociais em suas espacialidades e, além disso, os sujeitos que constituem essa pesquisa enquanto pesquisados instituem suas vivências a partir de facetas que, na maioria das vezes, são atreladas à posição de

³⁷ Tradução nossa: “Vida sem vida”.

oprimidos, inclusive no que tange às suas masculinidades, agora demonstro o meio como qual, a espacialidade do tráfico de drogas, em seu sentido paradoxal, é negociada nos termos da lei, com a intenção de não permitir que estes sujeitos sejam encarados enquanto vidas que importam.

A construção desse estereótipo de 'delinquência' que acompanha os homens condenados por tráfico de drogas, institui uma figura genérica aos sujeitos cujas trajetórias geográficas se assemelham com as suas, ou seja, aqueles cujas vidas são perpassadas por apreensões identitárias similares às destes homens.

A legislação, através da penalização dada pela reclusão em Unidades Penitenciárias, transforma a espacialidade do tráfico, além de ser assumido enquanto estratégia que confere possibilidade de existência a estes homens, em um mecanismo de disciplina de seus corpos e, ainda, confere à sociedade, uma sensação de que o Sistema Penal está 'aniquilando' o perigo iminente gerado pela atividade da traficância.

Então, enquanto sociedade, não em um sentido superestrutural, mas enquanto uma instituição social a partir de indivíduos, ao localizar os números referentes à totalidade da população encarcerada no Brasil, quanto à superlotação e ao índice de reincidência, que em relação aos entrevistados desta pesquisa, é de totalidade percentual, desenvolvemos um sentido de que o Sistema Penal e, por suposto, as instituições carcerárias, falharam em seu modelo.

No entanto, como argumenta Foucault (1987), ao soar como um fracasso, a prisão (e aqui estendemos para o Sistema Prisional em sua integridade), cumpre a sua função:

[...] Na medida em que suscita no meio das outras uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, pôr em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado mas penetrável. Ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irreduzível a um certo nível e secretamente útil – rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar. (FOUCAULT, 1987, p. 304)

E ainda complementa:

O atestado de que a prisão fracassa em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade; produzir os delinquentes, meio aparentemente marginalizado mas centralmente controlado; produzir o delinquente como sujeito patologizado. (FOUCAULT, 1987, p. 304)

Não por acaso, os dados demonstrados pelo INFOPEN, bem como aqueles analisados por nós, apoiados na base de dados disponibilizada pelo DEPEN, além das entrevistas que realizamos, confirmam para a presença de sujeitos que vivenciam o Sistema Penal em sua função, cujas facetas identitárias se manifestam de maneira muito semelhante. Essa realidade não se estabelece enquanto consequência, porém enquanto causa de um projeto que parece seguir o que Gould (1991) demonstra a partir da proposta da antropologia do criminoso, elaborada por Cesare Lombroso³⁸, o de enquadrar a população masculina, jovem, negra, com baixo grau de instrução escolar, moradora de periferias pobres das cidades, enquanto faces da delinquência, a estética construída do criminoso.

Gould (1991) aponta para uma noção produzida a partir de Lombroso, da elaboração de um 'estereótipo do criminoso'. Segundo o autor, o médico italiano, cujo crédito da criação da disciplina da 'antropologia do criminoso' é dado, através da interpretação equivocada dos estudos da teoria darwinista da evolução, que posteriormente basearam os ideais eugenistas nazifascistas³⁹, fora responsável por desenvolver argumentos que justificavam haver similaridades biológicas entre pessoas que cometiam crimes. Gould (1991) demonstra que, para Lombroso, essa noção se baseava no tamanho da caixa craniana, distância entre os olhos, ausência de calvície, nariz com características alargadas e mais achatado, orelhas grandes, altura, dentre outros fatores físicos dos sujeitos, eram determinantes na demarcação de indivíduos praticantes de atividades criminais.

Essa construção acerca de um perfil do criminoso nato, quando não era comprovada através daqueles sujeitos que praticavam crimes, era defendida com o que Gould (1991) denomina de manobras textuais e teóricas, onde os defensores das noções de Lombroso teciam outras considerações que pudessem enquadrar os criminosos no estereótipo construído pelo médico, como a noção de que determinadas ações são tomadas à 'luz da emoção', como um mero fruto do acaso, por exemplo, como demonstra Gould (1991) sobre as justificativas de Lombroso, quando um homem branco e europeu comete um homicídio por ciúme de uma mulher, onde a prática violenta seria justificada pela emoção, não pelo perfil do criminoso.

³⁸ Cesare Lombroso foi um médico psiquiatra italiano, cujos ideais se apoiavam na noção de haver um 'perfil do criminoso' relacionado às características biológicas e fisiológicas do sujeito, produzindo o 'estereótipo do delinquente'.

³⁹ Genocídio da população considerada biologicamente inferior à denominada 'raça ariana'.

A constituição das leis promovidas pelo Estado acompanham o desenvolvimento do tecido social, como já demonstramos a partir de Carvalho (2016), sobre o Sistema Penal Brasileiro, sobretudo naquilo que se relaciona à Lei de Drogas. Foucault (1987) demonstra que o Estado ao instituir-se enquanto aparato de legitimação de apenas uma parcela da sociedade, aplica às outras parcelas, o imperativo das leis que, historicamente, são dedicadas à modelagem de práticas da classe trabalhadora com base nos interesses, anteriormente da monarquia e, atualmente, dos capitalistas. É um poder gerido a partir de uma síntese disciplinar, que tem a função de adestrar. Segundo o autor, essa forma de poder:

Não amarra as forças para reduzi-las; procura liga-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. 'Adestra' as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina 'fabrica' indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode-se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente." (FOUCAULT, 1987, p. 195)

Como aponta Santos (2002), no Brasil, país colonizado, cuja instituição do Estado enquanto capitalista é periférica, o modo pelo qual esse espectro de poder é exercido, é perpassado pelas especificidades presentes na realidade, que segue-se a partir uma histórica heteronomia entre os sujeitos, através de suas raças, classes, gêneros, idade etc., que se alonga desde a era colonial até os tempos presentes, que a partir da globalização, se intensificou e alargou os laços de desigualdade social, .

Assim, aquela população que se concentra em situações vulneráveis socialmente na escala das cidades brasileiras, assumem também o papel de vulnerabilidade em relação aos discursos disciplinares, que também se fazem presentes nos textos da Lei (por exemplo, a Lei de Drogas). Isso significa que, ao concretizar os interesses dos sujeitos em situação social privilegiada no Brasil, o sistema penal, através de suas leis e aparatos integrados ao Estado (órgãos executivo, legislativo, judiciário), polícia etc., atua no controle dos corpos, principalmente, dos homens, negros, pobres, jovens, com baixo grau de instrução escolar.

A 'biopolítica' alçada em um 'estado de exceção permanente' e no uso dos

instrumentos da lei, enquanto a materialização do discurso através de um poder disciplinar, visa legitimar-se através de uma estratégia punitiva e, como visto, atua em corpos tidos como 'não merecedores de viver', que no Brasil relacionam-se às facetas identitárias que, em liberdade, correspondem às mesmas visualizadas na maior parte da população encarcerada no país, inclusive por sentenças apoiadas nos textos do art. 33 da Lei nº 11.343/06.

Mas, de que modo podemos pensar a 'biopolítica' (e o 'biopoder'), como uma estratégia de poder exercido pelo controle do Estado sobre a vida, apoiada, segundo Agamben (2007) no poder da decisão sobre a morte de um indivíduo, relacionando-a com a Lei de Drogas, cuja pena, no Brasil, não se refere à morte dos sentenciados?

Mbembe (1999) pode colaborar neste sentido, quando avança além dos exemplos de Agamben (2007), também citados por ele, sobre a apropriação funcional deste conceito pelo governo nazista alemão, e dos exemplos de Foucault (1987), sobre o controle do Estado da Idade Média sobre as 'penas de morte' dos indivíduos e os suplícios, como estratégias de espetáculo, terror e penalização social. Seu exemplo concentra-se na escravidão de povos negros, enquanto não só a aplicabilidade da 'biopolítica' partindo de 'governos privados' (os senhores de escravos⁴⁰), mas do que denomina de 'necropolítica'.

O autor argumenta que a manutenção da vida de sujeitos escravizados por colonizadores brancos é perpassada pela decisão soberana dos escravocratas ('governos privados') sobre a vida das populações negras. No entanto, a retirada da liberdade da decisão dos negros sobre suas próprias vidas, tem um preço, o do trabalho não pago, sustentado pela violência contra seus corpos e da transformação de suas subjetividades enquanto propriedade privada dos escravocratas. Segundo Mbembe (1999), isso seria como uma espécie de 'morte-em-vida'.

Quando se volta para a realidade brasileira, ao perceber que, quantitativamente, a maioria da população encarcerada por Tráfico de Drogas corresponde a homens negros, jovens e pobres, moradores de periferia pobre, com baixo grau de instrução escolar, conforme já destacado na Introdução desta Tese a partir dos dados revelados pelo INFOPEN (2017), também correspondem à maioria da população brasileira em liberdade, é possível compreender o Sistema Penal enquanto um meio legitimador para essa 'necropolítica' que, embora nem sempre

⁴⁰ Em geral, homens brancos, responsáveis pela colonização violenta, o tráfico e a escravidão de pessoas de etnias vindas do continente africano.

produza mortes dos sujeitos, no sentido biológico⁴¹, se produz no sentido elencado por Mbembe (1999), da ‘morte-em-vida’.

Neste ponto podemos dialogar com Campos (2006), que argumenta que há determinadas sociedades em que uma parcela da população é privada das liberdades consideradas enquanto básicas para a manutenção da vida, onde se desarticulam os grupos de sujeitos relacionados a essa parcela, privilegiando o domínio de um grupo sobre o outro (CAMPOS, 2006) como é o caso do Brasil.

O autor ainda destaca que, na realidade brasileira, essa condição de ‘privação de liberdades primárias’ de determinada parte da população está diretamente relacionada com a história escravagista, que se confunde com a história geral do país onde, a partir da abolição da escravatura, a segregação entre sujeitos se deu de maneira muito subjetiva (por isso, muitas vezes, é de difícil percepção, privilegiando o mito da ‘democracia racial’). Essa segregação ocorre através dos aparatos do Estado, dando à população descendente de pessoas escravizadas, precárias condições de acesso à saúde pública, oferecendo risco ambiental e, como argumenta Campos (2006), muitas vezes o risco à segurança pública.

É na interconexão dos conceitos aqui apresentados e no histórico social e político no qual fora construída a atual Lei de Drogas brasileira, que nos apoiamos quando afirmamos que o tráfico de drogas, enquanto espaço paradoxal, funciona como meio legitimador da criminalização dos indivíduos. Porém, não apenas enquanto causa, mas como consequência: os homens cujas trajetórias se relacionam com o papel de traficante de drogas são, ao mesmo tempo autores de suas escolhas, como também sujeitos impedidos de exercerem a soberania absoluta sobre suas vidas e seus corpos.

Diante disso, a próxima seção se apresenta enquanto uma porta de entrada para olharmos diretamente para a realidade dos sujeitos que compõem essa pesquisa, além de elucidar quais foram os caminhos assumidos para estabelecermos diálogo com eles, já que o conteúdo de seus discursos são fundamentais para o desenvolvimento da presente Tese.

⁴¹ Ainda assim, o índice de homicídios também se faz em graus elevados, sobretudo entre a população masculina jovem, negra e pobre das cidades brasileiras, que se sustenta a partir da mesma (necro)política de extermínio, controle e disciplina populacional. Para uma discussão aprofundada em relação a essa temática, consultar Gomes (2018), presente nas referências desta Tese.

2.2 “SENTE O DRAMA”: POR ONDE DEVEMOS PASSAR PARA SE PENSAR A RESPEITO DAS COMPLEXIDADES DOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – PR

Nas seções anteriores, desde o primeiro capítulo até a primeira seção deste capítulo, demonstramos os rumos teóricos-conceituais que nos auxiliam na jornada de construção desta Tese. No sentido prático, as três últimas seções foram organizadas com o intuito de estabelecer uma base para caminharmos na direção da compreensão do fenômeno que nos propomos a investigar.

Tendo concluído essa etapa, a atual seção é a porta de entrada para olharmos especificamente para o grupo pesquisado, ou seja, é aqui que apresentamos algumas questões gerais referentes aos homens condenados por tráfico de drogas, que consideramos chave para avançarmos para os próximos capítulos. Também discutiremos os meios pelos quais acessamos o grupo pesquisado e como analisamos o que nos fora revelado através de seus discursos.

Na primeira seção do capítulo I, indicamos alguns questionamentos iniciais que fizeram parte do processo exploratório da presente pesquisa. Naquilo que se referem esses questionamentos, é importante destacar que o fazer científico não é findável, fixo e imutável, mas constantemente reformulado, de modo que novas perguntas surgem no processo de resolução de outras perguntas, já que um dos pilares para que se elabore um projeto de pesquisa trata-se da exequibilidade deste projeto (SILVA et. al, 2009), mediante a capacidade do pesquisador de colocar e executar aquilo que planeja.

Por assim entender, o questionamento central desta Tese se apresenta enquanto uma proposta para pensarmos a respeito de um dos possíveis recortes para se refletir sobre a vivência de homens sentenciados pelo crime de tráfico de drogas, segundo a Lei de Drogas brasileira. Este recorte é o que nos leva a compreender suas vivências a partir de suas trajetórias de vida e o modo como essas trajetórias se instituem.

Isso significa que estamos preocupados com o fato de que, antes desses homens serem considerados criminosos, eles têm experiências que compuseram suas vidas para além e anteriores a esse ponto. Portanto, aqui não nos interessa de modo fundamental a representação ou como compõem a espacialidade carcerária, tal como refletiu Rossi (2017), tampouco com o funcionamento e a dinâmica do tráfico de

drogas em si. Propomos aqui um outro olhar: uma preocupação com ‘*como*’ e ‘*o que em*’ suas trajetórias de vida estão implicadas com suas composições na prática (e espacialidade) do tráfico.

Para a construção de uma visão correspondente a essa proposta, traçamos as estratégias pelas quais fosse possível o acesso a esses homens, diante das prováveis dificuldades que poderíamos encontrar em nossa jornada de pesquisa, já que correspondem a um grupo que carrega o estigma de terem composto a espacialidade de uma atividade ilícita aos termos legais e, portanto, ser passível de sentença de acordo com os textos da Lei nº 11.343/2006, ou da já revogada Lei nº 6.368/1976.

O modo que encontramos, que pareceu garantir o menor desconforto possível a nós e aos homens que compõem o grupo pesquisado, tornando então o acesso aos seus relatos de vida exequível, foi pensarmos a respeito de recortes escalares em que pudéssemos estabelecer algum tipo de relação com eles. Assim, a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa (PEPG) se estabeleceu como um meio para este acesso.

No entanto, para que chegássemos a essa escolha operacional, foram antes necessárias duas etapas de pesquisa. A primeira delas consistiu no acesso das Informações Penitenciárias Nacionais (INFOPEN), fornecidas semestralmente pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e disponibilizados por meio de um Relatório – tendo a última publicação datada do ano de 2017 –, ou por meio de uma coletânea de dados brutos⁴², necessitando um refinamento a ser realizado pelo pesquisador. A segunda etapa, tratou de realizar uma série de entrevistas baseadas em um roteiro semiestruturado⁴³ com alguns sujeitos que correspondem a instituições ligadas ao Estado: representantes das Polícias, das Varas de Execução Penal (Criminais) e da administração da PEPG.

A primeira etapa buscou levantar alguns dados fundamentais para se compreender as características gerais das pessoas que cumprem pena pelo crime de tráfico de drogas já que, a partir do INFOPEN, pode-se traçar um perfil socioeconômico de toda a população carcerária do Brasil. O relatório do INFOPEN é coletado a partir dos dados disponibilizados por cada instituição ligada ao Sistema

⁴² Os arquivos de dados fornecidos pelo DEPEN, podem ser acessados por meio da base de dados do Governo Federal.

⁴³ O roteiro semiestruturado de entrevistas que fora utilizado para a realização de entrevistas com juízes, polícias e o responsável pela gestão do PEPG, está disponível nos apêndices da Tese.

Penitenciário brasileiro, que compreende instituições de Regime Provisório, Fechado, Semi-aberto, Aberto, Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), Medidas de Segurança – Internação e outras penitenciárias que acolhem vários tipos de regime simultaneamente.

A partir do INFOPEN, colheu-se um importante dado: O tráfico de drogas é o crime com legislação específica que concentra a maior população carcerária do Brasil, com um total de 202.214 pessoas presas. Para além, ainda há um dado de maior expressão para a presente pesquisa: desta população total relacionada à sentença por tráfico de drogas⁴⁴, 92,4% são homens. Se ainda forem levados em consideração crimes correspondentes a textos também presentes na legislação específica concernente ao tráfico de drogas⁴⁵, este número sobe para 232.341 pessoas, reduzindo para 92,2% homens em relação à população total.

Ao voltar-se para a escala do Estado do Paraná, com os dados referentes ao primeiro semestre de 2020⁴⁶, 51,4% (cerca de 24.008 pessoas) em situação de reclusão cumprem pena por tráfico de drogas. Além, quando recortamos a situação específica da PEPG, o número de detentos que cumprem pena na Unidade de Segurança⁴⁷, por Tráfico de Drogas⁴⁸, é de 54% em relação à população total de homens⁴⁹. Deste modo, é cabível a percepção de que, ao olhar para as trajetórias de vida dos homens que cumprem pena sob custódia da PEPG, também estamos observando vidas perpassadas pela prática da traficância de drogas, mesmo que parcialmente.

Se então pode-se destacar uma população carcerária que mais da metade

⁴⁴ Art. 12 da Lei 6.368/76 e Art. 33 da Lei nº 11.343/06.

⁴⁵ Neste caso, considera-se os crimes de Associação para o Tráfico (Art. 14 da Lei nº 6.368/76 e Art. 35 da Lei nº 11.343/06) e o Tráfico Internacional de Drogas (Art. 18 da Lei nº 6.368/76 e Art. 33 e 40, Inciso I da Lei nº 11.343/06).

⁴⁶ Os dados mais atualizados relacionados à população carcerária do Estado do Paraná referem-se ao primeiro semestre do ano de 2020. Informação acessada em janeiro de 2021.

⁴⁷ A Penitenciária Estadual de Ponta Grossa divide-se em duas unidades: Unidade de Progressão e Unidade de Segurança. O motivo de apontar nesta pesquisa apenas os dados quantitativos referentes à segunda Unidade, refere-se ao fato de que os dados da primeira unidade não constam nos dados fornecidos na base disponibilizada pelo DEPEN.

⁴⁸ É importante afirmar que muitos dos detentos cumprem penas por mais de um crime sentenciado, mas que a PEPG não fornece quais são os números que correspondem a estes casos que acumulam sentenças. Deste modo, é possível encontrar nos Relatórios do INFOPEN, assim como, nos dados brutos fornecidos pelo DEPEN, porcentagens que somadas não atingem uma porcentagem absoluta (100%), mas a ultrapassam. Exemplo disso, é o fato de que 59% dos custodiados pela Unidade de Progressão da PEPG cumprem pena por Roubo Qualificado, 54% pelo crime de Tráfico de Drogas, ~39% por Furto Qualificado, como em outros crimes.

⁴⁹ Outros dados referentes a essa população serão melhor abordados ao longo dos próximos capítulos da Tese.

cumpra pena por tráfico de drogas na escala da Penitenciária, esta passa a se estabelecer enquanto um importante recorte para a operacionalização metodológica da pesquisa.

Conscientes das possíveis limitações que pudessem surgir na tentativa de realizar trabalhos de campo na Penitenciária, como por exemplo, a interdição do acesso à instituição, solicitamos autorização para a pesquisa via ofício, que fora entregue pessoalmente, através de reunião realizada quase que de maneira orgânica, pois não havíamos agendado, entre nós, eu e meu orientador (professor Marcio José Ornat) e os responsáveis pela direção da instituição.

Enquanto o processo de aprovação (ou reprovação) de nosso pedido tramitava, fora aplicada a segunda etapa, antecedente às entrevistas realizadas com o grupo de apenados. Como já destacado, esta etapa consistiu da realização de entrevistas, por meio de um roteiro-semiestruturado, com representantes do Estado.

As entrevistas foram realizadas em quatro momentos diferentes, onde buscou-se mergulhar nos discursos dos entrevistados, a fim de compreender no que suas apreensões acerca do delito Tráfico de Drogas, como também sobre os homens apreendidos e, posteriormente, sentenciados (ou não) pelo respectivo crime, poderiam colaborar na construção de um olhar sobre as trajetórias geográficas desses homens. Outro motivo para a realização destas entrevistas tratou-se da necessidade de aprofundar aqueles dados expostos a partir do INFOPEN. Nestes quatro momentos, foram entrevistados cinco sujeitos: Juiz da Primeira Vara Criminal de Ponta Grossa; Juíza da Segunda Vara Criminal de Ponta Grossa; dois Delegados Operacionais da Polícia Civil; e o Diretor de uma das Unidades da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa.

Em nossa proposta inicial, ainda entrevistariamos outros dois sujeitos; o Juiz da Terceira Vara Criminal de Ponta Grossa e um porta-voz da Polícia Militar (PM) de Ponta Grossa, responsável pela comunicação da corporação. Quanto a realização da entrevista com o juizado, apesar das inúmeras tentativas de agendamento, que se estenderam durante o período dos anos de 2018 e 2019, por e-mail e telefone, além de uma ida presencialmente ao Fórum de Ponta Grossa, não obtivemos resposta. Já, no que se refere à entrevista com a PM, diante de algumas tentativas, houve resposta negativa do batalhão. Neste caso, no dia 11 de junho de 2019, tão logo obtivemos retorno, detalhamos o ocorrido a partir de nota de Diário de Campo, como demonstra o trecho:

No dia 11 de junho, tornamos contato, agora por telefone, sendo atendidos pelo Sargento do setor, que informou que encaminhou para o responsável do Batalhão analisar a proposta de pesquisa, juntamente com o roteiro semiestruturado (que havia encaminhado ainda no primeiro e-mail datado do ano de 2018). Após o retorno para o setor de imprensa, fomos informados que a Polícia Militar não está possibilitada de ceder entrevista a nós, pois considera que a pesquisa não corresponde à responsabilidade deles sobre a questão (que, segundo o sargento do setor de imprensa, é apenas de combate ostensivo e segurança externa à penitenciária), que não podem traçar um perfil do condenado e, portanto, não agendará entrevista. (Trecho de Diário de Campo)

Mesmo diante dos percalços encontrados ao longo da trajetória de Campo Exploratório, as entrevistas realizadas com os sujeitos que, de modo gentil, cederam parte de seu tempo para um diálogo gravado, possibilitaram, junto aos dados quantitativos apresentados pelo INFOPEN, perceber, de modo inicial, quem seriam os homens cujas trajetórias são motivos de reflexão nesta Tese.

Essas etapas trabalharam no intuito de lastrear parte das metodologias que operacionalizam a realização dessa Tese, e isso se deu a partir da relação delas com duas das questões específicas, que remontam a questão central: “Quem são os homens ligados ao tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?” e “Como se relaciona a prática do Tráfico de Drogas com as trajetórias de homens em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?”.

Essas questões, em conjunto com a terceira (relacionada ao momento metodológico operacional seguinte, as entrevistas com o grupo de homens), além de serem originadas a partir dos ‘eixos fundantes’ presentes na Questão Central, carregam a preocupação de elaborar esta reflexão a partir de uma perspectiva relacional entre pesquisador e pesquisado.

O processo do desenvolvimento de um projeto científico é complicado, como aponta Rose (1997). É complicado porque, quando o motivo do trabalho trata-se de sujeitos sociais, busca-se enquanto fonte de dados, principalmente o discurso desses sujeitos. Então, quando pensamos que o conhecimento científico é localizado e, portanto, parte de um sujeito que se localiza em determinada escala, percebemos que as preocupações de pesquisa estão diretamente relacionadas com as escalas nas quais não só o pesquisador institui suas apreensões de realidade, como também nas escalas constituídas pelos sujeitos pesquisados.

A opção por essas duas etapas anteriormente à realização de entrevistas com

os homens condenados por Tráfico de Drogas é justamente o reconhecimento das fragilidades em se elaborar uma compreensão da realidade de sujeitos que é, inevitavelmente, carregada da compreensão de outros sujeitos, que não somente a nossa, que assumimos a figura do pesquisador. Em outras palavras, conforme argumenta Rose (1997):

Como Foucault observou, o autor está ‘morto’ - não é mais um agente ativo – porque o autor não pode mais ser visto como a única fonte de significado de um texto. O texto acadêmico – de qualquer tipo, seja uma entrevista ou dissertação - torna-se parte de uma série de discursos que se envolvem com ele, o revisam, transformam e reutilizam.” (ROSE, 1997, p. 316, tradução nossa)⁵⁰

Isso não significa que o ‘produzir’ ciência não se institui segundo um feixe de relações de poder, onde o autor assume certa centralidade relacional. É mais complexo que isso. A compreensão foucaultiana acerca de poder enquanto multidimensional, que emana de várias origens para diferentes sentidos, pode colaborar neste sentido. Embora existam meios pelos quais a posição de um pesquisador e, por suposto, de um conhecimento produzido, são legitimadas enquanto centrais, no processo de elaboração deste conhecimento discorrem diferentes sujeitos que trazem para a produção em questão o aspecto relacional.

Aqui está o desafio: elaborar uma reflexão que, embora deva ser reconhecida enquanto parcial e, portanto, afastada da neutralidade, identifique e acolha outras interpretações sobre a realidade estudada. Nesse ponto de vista, somos concordantes com Rose (1997) quando argumenta que a “(...) pesquisa é vista como constitutiva (se não completamente), tanto do pesquisador e dos demais envolvidos no processo de pesquisa.” (ROSE, 1997, p. 315, tradução nossa)⁵¹ Assumir essa posição significa, portanto, considerar que o que aqui se constrói em termos textuais, busca considerar, dentro das possibilidades, as vozes dos sujeitos pesquisados sobre eles mesmos.

O que antecede a terceira etapa metodológico operacional está ancorado nisso: os dados do INFOPEN e as perspectivas assumidas na posição dos sujeitos relacionados ao Estado colaboram no intuito de preencher algumas lacunas sobre a nossa compreensão individual sobre os sujeitos que compõem o fenômeno. Porém,

⁵⁰ “As Foucault famously remarked, the author is ‘dead’ – no longer an active agent – because the author can no longer be seen as the only source of a text’s meaning. The academic text – of whatever kind, whether an interview or a dissertation – becomes part of a number of discourses which engage with it, revise, transform and reuse it.” (ROSE, 1997, p. 316)

⁵¹ “[...] research is seen as constitutive (if not completely so), both of the researcher and of the other involved in the research process” (ROSE, 1997, p. 315)

outras lacunas só podem ser preenchidas a partir dos olhares desses próprios sujeitos.

No que diz respeito às entrevistas realizadas com o grupo que se relaciona ao Estado, estas complexificam ainda mais os dados apresentados pelo INFOPEN. Embora as particularidades referentes aos homens condenados por tráfico de drogas sob custódia da PEPG estejam presentes em termos quantitativos, segundo os dados do INFOPEN, somente nos próximos capítulos dessa Tese, a partir do diálogo estabelecido com os juizados, as polícias e com a direção da PEPG, já ficam percebidas algumas questões a respeito dos sujeitos pesquisados.

Perguntas que relacionavam as condições socioeconômicas dos sujeitos apresentadas pelo INFOPEN e a realidade apresentada na PEPG, sobre as trajetórias relatadas pelos sujeitos e observadas pelos olhares do Estado, sobre as escalas em que ocorrem as apreensões pelo delito de tráfico de drogas, dentre outras, colaboraram para essa percepção.

Os homens que, através de suas falas, compõem essa pesquisa, têm suas trajetórias perpassadas por várias experiências e, dentre elas, a do tráfico de drogas. Quando, na primeira seção, afirmamos a esse respeito, temos base no juízo de fato de que, ao menos 80% da população carcerária da PEPG teve alguma relação com este fator, conforme ilustrado no trecho de entrevista abaixo:

Então, a gente fazendo uma estatística que, mais ou menos, nas entrevistas de classificação dos homens presos, a gente identificou uma porcentagem de quase 80% dos crimes com alguma relação com as drogas, direta ou indireta. Então, realmente, isso é um dado que preocupa, né? Justamente pelos efeitos colaterais da questão do tráfico de drogas, né? (Estado 34⁵²)⁵³

Isso demonstra, além de outros fatores, que a atividade do tráfico de drogas e onde esta atividade se relaciona com as trajetórias de vida dos sujeitos, ultrapassa a vivência apenas daqueles que se localizam na posição de vendedores – alcunhados ‘traficantes’, de acordo com os textos legais. Então, é preciso também compreender que as relações dos homens condenados por tráfico de drogas são compostas de pessoas que de outros modos se relacionam com as drogas.

⁵² Para referir-se dos sujeitos que compõem o grupo relacionado ao Estado, optou-se por utilizar a alcunha ‘Estado’ e uma numeração aleatória – embora permaneça a mesma quando se refere a um trecho de um mesmo sujeito –, bem como de não assinalar a data exata, nem o local em que foram realizadas as entrevistas, a fim de preservar suas ‘identidades’, conforme acordado via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

⁵³ Entrevista concedida ao autor, em 2018. Ponta Grossa: Online.

Diante disso, alguns questionamentos podem ser apontados: Em que momento os ditos 'traficantes' tornam-se traficantes? É possível traçar uma linha temporal em suas trajetórias de vida que, por suposto, são geográficas? Qual a ligação das facetas identitárias que os compõem enquanto sujeitos na intersecção de eixos de desigualdade, com os seus envolvimento com o tráfico? De que modo os espaços que instituem, inclusive em termos locais, se relacionam com o fato de se tornarem traficantes de drogas? Esses questionamentos estão presentes de modo intrínseco ao questionamento central e serão abordados nos capítulos III e IV desta Tese.

O último questionamento supracitado está diretamente ligado aos questionamentos anteriores no ponto em que, inevitavelmente, todas as relações sociais e, por suposto, apreensões identitárias, papéis assumidos (CASTELLS, 1999) e outras ações, são intrínsecas ao espaço. Isso significa que o espaço e as interações são co-constitutivos (MASSEY, 2008). Independentemente da configuração das relações sociais e do modo como serão instituídas, não podem existir sem que, simultaneamente, exista um recorte espacial. Porém, quanto a configuração das relações sociais e o modo como são instituídas, essas são conferidas a partir dos recortes espaciais nos quais assumem existência.

Neste sentido, as trajetórias geográficas, que são espacialidades instituídas a partir dos recortes espaciais vivenciados por aqueles condenados por tráfico de drogas, estão diretamente ligadas com os estrangulamentos ou, em outras palavras, com a possibilidade ou a não possibilidade do acesso a determinadas escolhas de caminhos a serem tomados por estes mesmos sujeitos.

Se retornarmos à discussão de Massey (2008), quando a autora nos faz refletir sobre as multiplicidades presentes no espaço, não fica difícil imaginar que diferentes sujeitos, com diferentes compreensões, terão diferentes trajetórias, apesar dessas trajetórias às vezes se confundirem e se cruzarem em um mesmo recorte espacial.

Se, por um lado, alguns indivíduos assumem trajetórias ligadas ao tráfico, também é possível que estes mesmos indivíduos ou outros, assumam caminhos contrários ao tráfico de drogas. Uma das possíveis justificativas para isso está relacionada no sentido de que os indivíduos que compõem uma mesma espacialidade, também compõem outras diferentes que os constituem enquanto sujeitos, no sentido de produzir a validação ou a invalidação de suas identidades e de

suas práticas, produzindo diferenças em suas apreensões de Mundo.

Essas diferenças terão impacto direto nas decisões, como na ampliação ou restrição de um leque de possibilidades de caminhos a serem assumidos por estes sujeitos. As condições que permitem ou não a alteração de trajetórias geográficas de determinados sujeitos não dependem apenas de sua autonomia sobre si mesmos, ou da não autonomia, como veremos no segundo capítulo a partir de Mbembe (1999). O modo como as relações sociais ocorrem, levando em consideração as multiplicidades dos sujeitos e, por sua vez, suas vivências e apreensões de mundo assumidas de um modo interescolar, posicionam os sujeitos a partir de suas identidades, conforme os eixos de desigualdade (RODÓ-ZÁRATE, 2021).

Há ainda um último argumento de Massey (2008) que destacamos ainda na terceira seção do capítulo I: o espaço é dinâmico, por isso está em constante construção. Isso significa que uma configuração espacial, a partir das interrelações e de suas multiplicidades, poderá ser (e será) constantemente alterada. Por isso, é possível que a posição de um ou de outro sujeito possa se alterar conforme se altere a configuração de suas interrelações e, concomitantemente, uma configuração espacial.

Aqui 'moram' mais algumas questões acerca da relação das trajetórias geográficas de homens com o tráfico de drogas, que serão respondidas ao longo dos capítulos III e IV da presente tese, tais como: O tráfico de drogas é um mecanismo pelo qual os homens buscam alterar suas posições em determinadas espacialidades? É possível que o tráfico de drogas, quando relacionado às trajetórias geográficas de homens, se estabeleça enquanto uma espacialidade por ele mesmo?

Ao dialogar com Moraes (2017), quando destaca que algumas práticas assumidas por adolescentes em situação de tratamento de dependência química estão relacionadas à tentativa dos mesmos de reformularem suas posições espacialmente e que, muitas vezes, essas práticas ocorrem de maneira violenta, é possível estabelecer uma similaridade em relação aos homens condenados por tráfico de drogas sob tutela da PEPG.

Estes homens têm suas trajetórias geográficas perpassadas, do mesmo modo que os referidos adolescentes em situação de tratamento de dependência química, pela condição de marginais em relação a muitos dos espaços que compõem, quer seja por suas masculinidades, que não podem ser analisadas sob um viés único, porém na intersecção com outras facetas identitárias, como traz Moraes (2017) em sua

discussão, quer seja por outras questões. Fato é que, inevitavelmente, quando se coloca em questão o fato de suas masculinidades se colocarem enquanto fatores de marginalização ou centralidade espacial, é necessário buscar os fatores que se relacionam com esse ‘posicionamento espacial’.

Um ponto relevante para o momento pode ser esclarecido através do diálogo abaixo, estabelecido com um dos entrevistados ligados ao Estado:

[...] o que eu vejo é que assim, uma coisa que fica bem evidente, a falta de escolaridade é um componente certo para o cometimento de prática criminosa. Então assim, 90% dos réus, daí entra o tráfico, são pessoas que não completaram o Ensino Fundamental. O Ensino Fundamental, o primeiro, né? Que é até o nono ano. O segundo, que é do quinto ao nono. Então a maioria deles parou de estudar entre o quinto e o sétimo ano. Isso é um dado muito, MUITO presente. Esse é um dado também presente nos adolescentes em conflito com a lei, não é só com os adultos e... o que eu acho é que a política pública deveria voltar primeiramente para lá, que essa questão é CRAS... E outra, a questão da empregabilidade, né? É muito difícil aparecer aqui uma pessoa com a carteira assinada. Então as pessoas que não têm emprego formal, elas estão em uma condição de vulnerabilidade que, de alguma forma, afeta a prática de crime. E o tráfico segue a mesma linha. (Estado 25)⁵⁴

Adiante, quando forem expostos os dados quantitativos referentes ao grupo pesquisado, essas características ficarão ainda em maior evidência. Ainda, com um olhar de atenção no trecho acima, é perceptível que a marginalidade dos sujeitos que compõem essa pesquisa tem estrita relação com as características que os compõem e que, para além, essas características estão diretamente ligadas ao reforço/enfraquecimento de suas posições conforme os eixos de desigualdade e a intersecção de suas identidades, como também de outras questões sociais que se interligam a essa questão, como a condição de baixa escolaridade e baixa empregabilidade. A prática criminosa, como afirma o entrevistado ‘Estado 25’, está diretamente ligada com a condição de vulnerabilidade de um indivíduo.

Conforme diálogo estabelecido com Crenshaw (2002) e Rodó-Zárate (2021), podemos afirmar que a interseccionalidade ocorre a partir da intersecção de múltiplas facetas identitárias e que tais facetas estão diretamente relacionadas com as estruturas de opressão/subordinação ou aos eixos de desigualdade. A vulnerabilidade, definida pela condição marginal dos homens que cederam suas falas para a elaboração desta pesquisa, não pode ser encarada de modo separado a tais eixos.

⁵⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2018. Ponta Grossa: Online.

Além dos trechos já evidenciados anteriormente, outro ponto a ser considerado, que ainda será observado ao longo desta reflexão, embora não esteja diretamente exposto no último trecho citado, trata-se da classe de renda que estes sujeitos compõem. É evidente que, de certo modo, a classe de renda está diretamente ligada ao não acesso dos indivíduos à formação escolar básica, seja pela impossibilidade ou pelo constrangimento do acesso à espacialidade escolar, como o inverso também é verdadeiro. As pessoas permanecem na condição de miserabilidade econômica por, dentre outros fatores, não conseguirem acessar a escola, ou não significarem a vivência da escola como potência de transformação de suas vidas. Essa condição, intrínseca à vulnerabilidade e, por suposto, à marginalidade dos homens que se tornam traficantes de droga, pode ser observada na grande maioria dos sujeitos que são apreendidos na cidade de Ponta Grossa, como pode ser observado abaixo:

Com relação à questão do perfil socioeconômico dessas pessoas que praticam o tráfico de drogas, [...] são pessoas, realmente, de baixa renda. Mas mais ou menos segue, acredito que uma pirâmide, do pequeno para o grande traficante. Existe uma pirâmide em que a base são os pequenos traficantes, que são muito pulverizados, que existem em grande quantidade, a gente percebe muitas vezes que nas casas que cumprimos busca ou prisão, o tráfico de drogas acaba sendo a subsistência dessas famílias, né? Mas evidentemente que se trata de uma pirâmide. Existem as pessoas que vendem para o consumidor final e, com base nas investigações, é possível identificar, se identifica traficantes muito mais fortes, com poder aquisitivo maior. Mas algo que acredito que deve adulterar muito a questão do perfil socioeconômico dos traficantes, é que eles não tem atividade lícita, né? Então toda e qualquer renda declarada é uma falácia, né? Não existe uma renda real sendo declarada. Então o grande traficante também não vai ter uma renda oficial. Mas, bem na verdade, a maioria das situações de tráfico de drogas, são pessoas em um grau de extrema miserabilidade por assim dizer. (Estado 27)⁵⁵

Embora não se possa afirmar, portanto, que há uma generalidade social acerca daqueles que cometem a prática criminosa, é bem verdade que alguns marcadores aparecem com mais intensidade e frequência neste recorte. Discutir o problema apontado por esta reflexão a partir do questionamento central, portanto, consiste em tomar atenção nestes marcadores, que podem ser traduzidos através daquilo que vem sendo ilustrado por meio das entrevistas e, de modo inicial, pelo INFOPEN, na composição dessas etapas enquanto parte do Campo Exploratório.

Até este momento, o que pode ser observado é que aqueles que se tornaram traficantes podem ser identificados, em maior frequência, enquanto homens, com

⁵⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2019. Ponta Grossa: Online.

baixo grau de instrução escolar, de classe de renda baixa. A relação destes marcadores com os eixos de desigualdade fica evidente na medida em que se justifica, em certo ponto, o envolvimento com o tráfico de drogas, enquanto uma alternativa de resistência à marginalidade.

O tráfico de drogas torna-se uma estratégia, portanto, para exercer esse poder de resistência. Em um trecho de ‘Negro Drama’, do grupo de Rap Racionais MC’s, Mano Brown, um dos MC’s do grupo, destaca:

Crime, futebol, música... caralho... eu também não consegui fugir disso aí, eu sou mais um. Forrest Gump é mato, eu prefiro contar uma história real. Vou contar a minha. Daria um filme: Uma negra com uma criança nos braços, solitária na floresta de concreto e aço. Veja um rosto na multidão, a multidão é um monstro sem rosto e coração. Hei, São Paulo, terra de arranha céus, a garoa rasga a carne, é a Torre de Babel. Família brasileira, dois contra o mundo, mãe solteira de um promissor vagabundo. (Negro Drama. Racionais MC’s)⁵⁶

O relato de Mano Brown, em forma musical, é potente em ilustrar a relação entre espacialidade, identidade, interseccionalidade e, por suposto, marginalização de sujeitos mediante às suas relações sociais. Em dois momentos do trecho supracitado, Brown evidencia, de acordo com sua trajetória de vida, pontos similares daqueles observados (por meio do INFOPEN e das entrevistas) nos homens condenados por tráfico de drogas que fazem parte desta Tese; “Crime, futebol, música... caralho... eu também não consegui fugir disso” e “mãe solteira de um promissor vagabundo”.

Os trechos seguem-se enquanto complementares. Inicialmente, o MC aponta um leque limitado de possibilidades a serem assumidas enquanto trajetória de vida; o crime, o futebol e a música, destacando não ser um desvio dessa realidade, por ter sua trajetória ligada à música. Posteriormente, em “promissor vagabundo”, informa sobre o estigma que seu corpo carrega de acordo com a interação entre a sua estrutura familiar e a vivência na cidade (São Paulo, capital do estado de São Paulo).

Em Morais (2014) demonstramos que os sujeitos que escrevem músicas de Rap, quando se referem às suas mães, atestam suas apreensões de mundo também construídas a partir das relações que têm com suas mães, que se estabelecem de modo interescalar. Para Mano Brown, em Negro Drama, essa questão não é diferente. E, para os homens condenados por tráfico de drogas que nos referimos aqui, também não.

⁵⁶ NEGRO DRAMA. [Compositor e intérprete]: Racionais MC’s, Nada como um dia após o outro dia. São Paulo: Boogie Naípe, 2002. 2 CDs. (7 min).

A condição de uma estrutura familiar monoparental apoiada na figura da mãe ilustrada pelo trecho de música é um dos fatores pelos quais o compositor é perpassado em suas trajetórias geográficas e, por suposto, vivências espaciais. E isso é tão importante para ele, que ao tornar-se um verso musical, reforça as limitações espaciais encontradas em suas relações ao longo da vida. Então, escolher a música dentro de um leque de possibilidades limitado, trata-se de uma estratégia, assim como seria se optasse pelo tráfico de drogas ou o futebol. Mas as escalas intrínsecas às suas relações instituídas e, portanto, as experiências de vida construídas ao longo de sua vida, o levaram para a música. Do mesmo modo ocorre com os homens desta pesquisa: as múltiplas relações atreladas às múltiplas espacialidades, resultam em trajetórias marcadas pela escolha dentre um leque de possibilidades limitadas, dada escassez de recursos.

Couto (2016) afirma que o tráfico de drogas utiliza-se dessa escassez de recursos, da vulnerabilidade da população em vários aspectos, dentre eles o econômico e o cultural, para instituir sua territorialidade, a partir da apropriação de locais que facilitam sua perpetuação e, também, passa a estabelecer relações com os moradores, onde muitos se aliam à atividade ilegal, como única alternativa de sobrevivência.

Ora:

[...] Que vida agitada, heim? gente pobre tem, periferia tem, você conhece alguém? moleque novo, que não passa dos doze, já viu, viveu, mais que muito homem de hoje, vira a esquina e para em frente a uma vitrine, se vê, se imagina na vida do crime, dizem que quer segue o caminho certo, ele se espelha em quem tá mais perto. (Mágico de Oz. Racionais MC's)⁵⁷

Se as espacialidades instituídas pelos homens condenados por tráfico de drogas têm relação com suas apreensões de realidade e, portanto, trajetórias geográficas que se assumem de modo interesalar, as condições ligadas a esses homens estarão presentes ao longo de suas vidas, como no caso do 'moleque novo' que 'se vê, se imagina na vida do crime'.

As entrevistas realizadas a partir da terceira etapa metodológica operacional desta Tese relatam, a partir dos olhares assumidos pelos próprios sujeitos pesquisados, suas histórias de vida que, destarte, não se desprende daquilo que já destacamos até o momento. São sujeitos que, noutra dia, foram o "moleque novo",

⁵⁷ MÁGICO DE OZ. [Compositor e intérprete]: Racionais MC's, Sobrevivendo no inferno. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1997. 1 CD. (7,5 min).

por vezes filhos de “mãe solteira de um promissor vagabundo”. Homens cujas vidas carregam estigmas ligados às facetas identitárias que apreendem e que, quase sempre, quando interseccionadas, fortalecem suas condições de marginais.

Quando obtivemos a autorização para a realização de entrevistas com o grupo de apenados, ainda estávamos aguardando algumas respostas sobre aquelas que compunham a etapa anterior. Então, a partir da conclusão das entrevistas anteriores, partimos para a terceira etapa, com o agendamento das entrevistas, que ocorreriam através de uma sala disponibilizada pela direção da PEPG na Unidade de Progressão, a partir do nosso acesso à Penitenciária.

No entanto, era o ano de 2020. Neste ano, devido à Pandemia do Novo Corona Vírus (COVID-19), as visitas às Unidades Prisionais do Estado Paraná foram suspensas a partir do dia 20 de março⁵⁸, inicialmente por um prazo de 15 dias, que se prolongou durante todo o restante do ano, conforme o agravamento do quadro pandêmico no país.

O que faria com essa limitação espacial imposta por um quadro que foge à regra planejada? Quais seriam os passos a serem tomados? As questões que surgiam em relação a isso pairavam na insegurança de uma possível não realização deste momento fundamental à presente reflexão. No entanto, a postura ética assumida para esta Tese está apoiada na proposta de Rose (1997), a respeito da não possibilidade da execução de uma pesquisa construída sob a falsa ilusão de que o olhar do pesquisador consegue carregar toda a compreensão acerca do fenômeno estudado, sem considerar outras leituras.

Diante disso, alguns meses depois, em junho de 2020, em um momento de orientação (virtual), o professor Marcio Ornat apresentou uma notícia de que a Penitenciária Estadual de Guarapuava – Unidade de Progressão (PEG-UP) aderira a um sistema de visitas virtuais realizadas por meio de videochamadas entre os detentos e seus familiares. Subsequentemente o passo foi de investigar se a realidade de visitas da PEG-UP também se aplicava em outras Unidades Penitenciárias do Estado. Através do portal da Agência de Notícias do Paraná (AEN-PR), segundo a matéria “Visitas virtuais já são realidade em 43 unidades prisionais” (AEN-PR, 2020),

⁵⁸ A suspensão cumpriu a medida dada pelo decreto nº 4.230/2020 do Governo do Estado do Paraná, da resolução 062/2020 da Secretaria de Segurança Pública (SSP), além das orientações recebidas pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

publicada em 23 de junho de 2020, fora atestado que a PEPG constituía esta realidade e as visitas virtuais entre detentos e familiares ocorriam, segundo o portal, semanalmente, entre segunda e sexta-feira.

Após algumas tentativa de contato, encaminhamos nova solicitação para agendamento de entrevistas – por intermédio da direção da PEPG –, com a proposta de realizá-las por meio da mesma plataforma⁵⁹ utilizada pela Unidade nas visitas virtuais. Assim, a partir da livre concessão, atestada por meio do prontuário interno de cada um dos homens que aceitaram participar deste momento de diálogo, bem como, da autorização verbal registrada por meio de áudio no início de cada um dos diálogos estabelecidos, foram realizadas dezoito entrevistas⁶⁰ com base em um roteiro semiestruturado, modelo de roteiro que permite que os sujeitos entrevistados ampliem, conforme seus interesses, nossa conversa.

Este roteiro buscou corresponder às três questões centrais específicas desta Tese, duas já citadas anteriormente e uma terceira: ‘Compreender quais são os espaços que compõem as trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Paraná’. Essa questão não fora abordada nas etapas anteriores, pois consiste de uma questão cujo campo exploratório, referente às etapas anteriores, não conseguiria responder, nem mesmo de maneira inicial, já que trata de realidades muito específicas aos homens condenados por tráfico de drogas e sem possibilidade de análise de terceiros, levando em consideração a não capacidade da construção de pesquisa a partir de somente um ponto de vista (ROSE, 1997).

Posteriormente, o conteúdo dessas entrevistas, que totalizaram um volume de áudio de 10 horas e 19 minutos, o que resultou em um conteúdo de 204 páginas transcritas, que buscaram preservar suas falas em integridade, preservando trejeitos, termos e outros detalhes correspondentes à visão de mundo de cada um dos entrevistados.

O objetivo de transcrever os áudios está na possibilidade de realizar análises

⁵⁹ Essa plataforma já vinha sendo utilizada em três Unidades Penitenciárias da Região Metropolitana de Curitiba, incluindo uma feminina, desde o ano de 2018. O objetivo dessas visitas, inicialmente, era de contemplar aqueles(as) detentos(as) que, por algum motivo, não podem receber visitas de seus familiares. Essa informação pode ser acessada através do mesmo link destacado através da nota anterior.

⁶⁰ Inicialmente, havíamos realizado 21 entrevistas. Desta totalidade, 18 foram utilizadas enquanto material empírico, pois 3 entrevistados não correspondiam ao recorte de grupo proposto para esta análise, já que suas condenações não possuem ligação direta ou indireta com o artigo legal referente à prática do tráfico de drogas.

quali-quantitativas dos discursos dos entrevistados. Para tanto, dialogamos com Bardin (1977) e sua proposta de Análise de Conteúdo. Segundo a autora, os objetivos da Análise de Conteúdo podem ser defendidos em dois principais pontos: 1) A ultrapassagem da incerteza e; 2) O enriquecimento da leitura.

O primeiro dos pontos está apoiado na noção de que, mesmo que os trechos discursivos sejam transcritos pelo analista, corresponderão ao que se pretende afirmar com o texto (áudio) original, já que as características e estruturas originais do discurso são preservadas. Portanto, não há alteração do sentido do discurso elaborado pelo entrevistado. Em sequência, o segundo ponto é justificado pela possibilidade de se analisar em profundidade e complexidade aquilo que o texto apresenta, já que é possível separá-lo e analisá-lo de maneira específica.

Cabe ainda destacar que, segundo Bardin (1977), esses dois pontos cumprem duas principais funções, a função heurística e a função de administração de provas. A primeira das funções é significada pelo enriquecimento da análise, possibilitando maiores descobertas. A segunda função funciona enquanto uma 'prova real' para que se estabeleçam 'afirmações' e/ou 'negações' a partir de um discurso. Essas duas funções, apesar de se cumprirem em separado, são complementares.

Essa escolha metodológica está diretamente relacionada à possibilidade de servir não apenas enquanto um instrumento, mas enquanto um conjunto de apetrechos para a análise das entrevistas, como propõe a autora. Essa afirmação corresponde a noção de Bardin (1977) de que a metodologia proposta deve ser encarada respeitando seu rigor, porém com a possibilidade de adaptação ao que se pretende analisar, pois tal como a ciência é viva e, portanto, está em constante transformação correspondente ao fenômeno estudado, a metodologia também deve ser passível de mudança e adaptabilidade.

Tendo claros os motivos da utilização da metodologia proposta, sua aplicabilidade se dá a partir da codificação do texto e da separação deste texto em trechos discursivos, segundo aquilo que se interpreta destes trechos, ou seja, seus significados, que a autora denomina de 'ordem semântica'. O tratamento deste material se dá a partir de códigos. Como demonstra Bardin (1977):

Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados abruptos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir

de índices... (BARDIN, 1977, p. 103)

A codificação que utilizamos nesta proposta está organizada em diferentes marcadores, que são organizados segundo seus significados correspondentes. Estes marcadores estão relacionados aos questionamentos apresentados enquanto tema desta reflexão e, por suposto, ao cerne geográfico proposto, organizados com as seguintes denominações: Nome (apelido do entrevistado), Período de Vida, Grau de citacionalidade, Categoria Discursiva, Espacialidade Discursiva, Sujeito (com quem se relaciona), Resumo da Evocação e Texto da Evocação.

Para que a organização das entrevistas transcritas fosse possível através dos marcadores supracitados, foi utilizado o *software* livre *Open Office Base*, que trata-se de um banco de dados que instrumentaliza a codificação, tornando-a de fácil visualização, além de possibilitar a geração de um relatório posterior com todos os dados apresentados ordenadamente em uma tabela. A estrutura do banco de dados pode ser visualizada através da seguinte figura:

FIGURA 1 – Estrutura de Banco de Dados para codificação de entrevistas através da metodologia de Análise de Conteúdo.

The screenshot shows the Open Office Base database interface. The form contains the following data:

- Id:** 915
- Nome Detento:** Quatorze
- Categorias Discursivas:** relações_de_conflito
- Espacialidade:** casa_familia
- Período da Vida:** Infância_Adolescência
- Grau de Citacionalidade:** Muito Importante
- Sujeito (Outro):** mãe - irmãos
- Resumo Evocação:** violência_física_psicológica_sofrida_dentro_casa
- Texto Evocação:** Na verdade, lá em casa, com a minha falecida mãe, era na base da pancada. Eu só apanhava lá em casa. Qualquer coisa eu apanhava... Tanto é que um dia, a última vez que falei com minha mãe, eu falei, né? Eu liguei pra ela de dentro da cadeia e eu falei: "Oh, mãe... Em mim você só batia, porque o meu irmão e minha irmã eram tratados totalmente diferente. E eu ficava até com raiva disso por um momento, porque eu era na base da pancada... Meu irmão e minha irmã, que levavam para a escola, era roupinha da boa e da melhor, eu acho que é porque sempre fui o mais velho também, né? Eu penso assim... Agora eu paro e penso, né? Mas eu era na base da pancada. Qualquer coisa era pancada. Era eu pra cá, eu pra lá, tratado igual cachorro. Eu fiquei revoltado um pouco com minha mãe. Eu fiquei muito revoltado. Eu culpava até o meu pai e minha mãe. Porque eu via a minha irmã e meu irmão, coisa que eu nunca tive, eles tinham. Eu pedi um videogame para o meu pai um dia e nunca que ele me deu... Tanto é que o meu irmão, tudo que eu não tinha, o meu irmão e minha irmã tinham, né? Daí eu ficava revoltado. A depressão vai... Tipo, foi uma depressão. Eles me tocaram de casa, eu não tinha família, não tinha para onde ir... Daí foi complicado. Minha vida foi tipo assim...

Fonte: O autor.

A figura acima ilustra a estrutura utilizada para a codificação de entrevistas a partir da metodologia proposta por Bardin (1977). Cada um dos marcadores ilustrados e anteriormente listados são dotados de um sentido específico, que é assumido segundo a necessidade evocada pelo trecho discursivo. Em primeiro, o marcador

‘categorias discursivas’ diz respeito ao significado expresso pelo homem entrevistado através de sua fala, ou seja, àquilo que sua fala visa corresponder em um sentido estrito.

Como se pode observar no exemplo ilustrado, a categoria discursiva na qual o trecho está codificado é ‘relações de conflito’, pois o trecho discursivo correspondente em ‘texto evocação’ está diretamente relacionado aos conflitos presentes na vida do entrevistado. Em conjunto da categoria discursiva, também elaboramos seguintes perguntas sobre o trecho: Mas onde se davam estes conflitos? Em que período da vida do entrevistados estes conflitos ocorriam? Quem eram os sujeitos que compunham essas relações de conflito? Como podemos resumir este trecho, a fim de localizá-lo posteriormente em um índice? Qual o grau de importância deste trecho em relação aos questionamentos central e específicos da pesquisa?

Essas perguntas correspondem aos outros marcadores, que são complementares uns aos outros. A primeira pergunta é respondida a partir da ‘espacialidade’, que neste caso é a ‘casa da família’ (ou ‘casa_família’), a segunda a partir de ‘período de vida’, cujo ilustrado é o momento que se pode relacionar à ‘infância e adolescência’, ou ao período que denominamos ‘pré-adolescência’. Os sujeitos presentes no trecho destacado são a mãe e os irmãos, o ‘resumo evocação’ apresenta de maneira bastante resumida do trecho discursivo e, por fim, o grau de correspondência é àquilo que buscamos compreender nessa tese, apresentado segundo a marcação de ‘muito importante’⁶¹.

O conjunto de textos analisados e codificados segundo essa estrutura resultou em 1096 trechos discursivos, que também podem ser chamados de evocações. Essa totalidade foi classificada segundo 42 espacialidades que estão intrinsecamente relacionadas a 60 categorias discursivas. As espacialidades e categorias podem ser observadas a partir das seguintes tabelas:

⁶¹ O marcador ‘Grau de citacionalidade’ constitui-se necessário a partir da compreensão de que, ao utilizarmos um roteiro semiestruturado de entrevistas, com o objetivo de aprofundarmos o diálogo com os homens condenados por tráfico de drogas, muitos dos trechos discursivos fogem do recorte da presente reflexão. Portanto, o marcador instrumentalizado a partir do banco de dados é fundamental para que consigamos olhar para a complexidade do campo, porém sem desviar daquilo que pretendemos focar para a análise.

QUADRO 1 – Espacialidades discursivas relacionadas às entrevistas realizadas com os homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na PEPG, PR.

| Espacialidade |
|------------------------------|
| tráfico_de_drogas |
| pepg |
| corpo |
| cadeia |
| rua |
| casa_mãe |
| crime |
| comarca_cadeia |
| ponta_grossa |
| casa_família |
| escola |
| não_identificada |
| comércio |
| indústria |
| periferia_pobre |
| casa |
| curitiba |
| zona_rural |
| construção_civil |
| telêmaco_borba |
| foz_do_iguaçu |
| outra_cidade |
| restaurante_bar |
| estados_unidos |
| santa_catarina |
| rodovia |
| casa_pai |
| cense |
| cidade |
| brasil |
| irati |
| paraguai |
| cidade_litorânea |
| clínica_recuperação |
| DP |
| abrigo_infância_adolescência |
| batalhão_PM |
| hospital |
| jardim |
| pirai_do_sul |
| são_mateus_do_sul |
| universidade |

Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021.

Nota: Organizado pelo autor.

QUADRO 2 – Categorias discursivas relacionadas às entrevistas realizadas com os homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na PEPG, PR

| Categorias Discursivas |
|---------------------------------------|
| reclusão |
| trabalho |
| prisão_policial |
| consumo_de_drogas |
| dinâmica_tráfico_de_drogas |
| relações_familiares |
| local_moradia |
| afeto_positivo |
| motivo_sentença |
| compreensão_lei_de_drogas |
| abandono_estudos |
| interdição_oportunidade_estudos |
| oportunidade_trabalho |
| expectativa_pós_reclusão |
| ganho_financeiro |
| relações_amizade |
| aprendizado |
| afeto_negativo |
| morte |
| paternidade |
| relacionamento_afetivo |
| grau_escolaridade |
| arrependimento |
| conhecimento_possibilidade_prisão |
| racialidade |
| relações_de_conflito |
| sensação_de_conforto |
| abandono |
| crescimento_convívio |
| insegurança |
| motivação_crime |
| oportunidade_estudos |
| primeiro_contato_crime |
| sensação_de_desconforto |
| violência |
| atividade_tráfico_de_drogas |
| carência_socioeconomica |
| tranquilidade |
| desejo_posse |
| sensação_de_facilidade |
| dignidade |
| segurança |
| sensação_sofrimento |
| criação_tutela |
| necessidade_financeira |
| percepção_maturidade |
| prática_roubo |
| sensação_de_perda |
| expressão_de_fé |
| problemas_de_saúde |
| sensação_de_liberdade |
| sensação_incerteza |
| sensação_tristeza |
| sentimento_amparo |
| não_conhecimento_possibilidade_prisão |
| nascimento |
| relações_cotidianas |
| resolução_conflitos |
| sentimento_de_escolha |
| sentimento_cuidado |

Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021.

Nota: Organizado pelo autor.

Cada uma das espacialidades corresponde a uma categoria discursiva, ou vice-versa. É importante destacar que ao longo dos discursos, as espacialidades e categorias passam a se repetir em maior ou menor número, produzindo ‘padrões quantitativos’ (o que a linguagem matemática denomina enquanto ‘moda’), que

possibilitam percebermos trechos que, a partir de seu sentido semântico, indicam ser protagonistas nas trajetórias de vida destes homens, como será abordado na próxima seção deste texto.

Esses padrões quantitativos de repetição (ou não repetição) também correspondem à justificativa de que as entrevistas, de maneira qualitativa, indicam um esgotamento de narrativas a partir dos discursos dos entrevistado, que possibilita afirmarmos que os dados gerados decorrentes das entrevistas atingiram sua saturação (FUSCH; NESS, 2015).

A saturação, neste caso, corresponde ao que Fusch e Ness (2015) destacam ser necessário para a validação de uma pesquisa qualitativa nas ciências humanas, que não é significado necessariamente pelo tamanho da amostra escolhida, porém a partir da combinação entre a quantidade e da qualidade dos dados, que denominam, respectivamente, de ‘dados espessos’ e ‘dados ricos’⁶². As autoras ainda estabelecem diálogo com outros teóricos a respeito do método de saturação, afirmando que a saturação de dados ocorre quando há as informações necessárias para que o estudo possa ser contestado, ou seja, quando se é possível produzir um estudo com a validade que o permite ser questionado dentro de uma matriz científica correspondente.

A demanda resultante da codificação das entrevistas expõe a necessidade da representação adequada para organizar e ilustrar os dados da maneira que possibilite a discussão dos mesmos, apoiados no escopo teórico que colabora para a reflexão acerca do fenômeno. Para isso, encontramos em um dos instrumentos indicados por Silva e Silva (2016) em sua metodologia proposta de ‘Análise de Redes’, uma maneira de operacionalizar esta etapa da pesquisa.

Silva e Silva (2016) propõem em sua metodologia, uma análise que leve em conta que o processo de produção científica é relacional, sendo construído de maneira conjunta entre o pesquisador e os sujeitos que colaboram com a pesquisa enquanto partes do fenômeno que compõe a problemática proposta. O autor e a autora argumentam que instrumentos operacionais, tais como entrevistas, história oral, dentre outros, podem colaborar para a construção de uma reflexão que leve em conta a perspectiva de todos os atores envolvidos no processo do fazer ciência.

Dentro disso, apresentam alguns softwares que servem de instrumento para

⁶² “*Thick data is a lot of data; rich data is many-layered, intricate, detailed, nuanced, and more.*” (FUSCH; NESS, 2015, p. 1409)

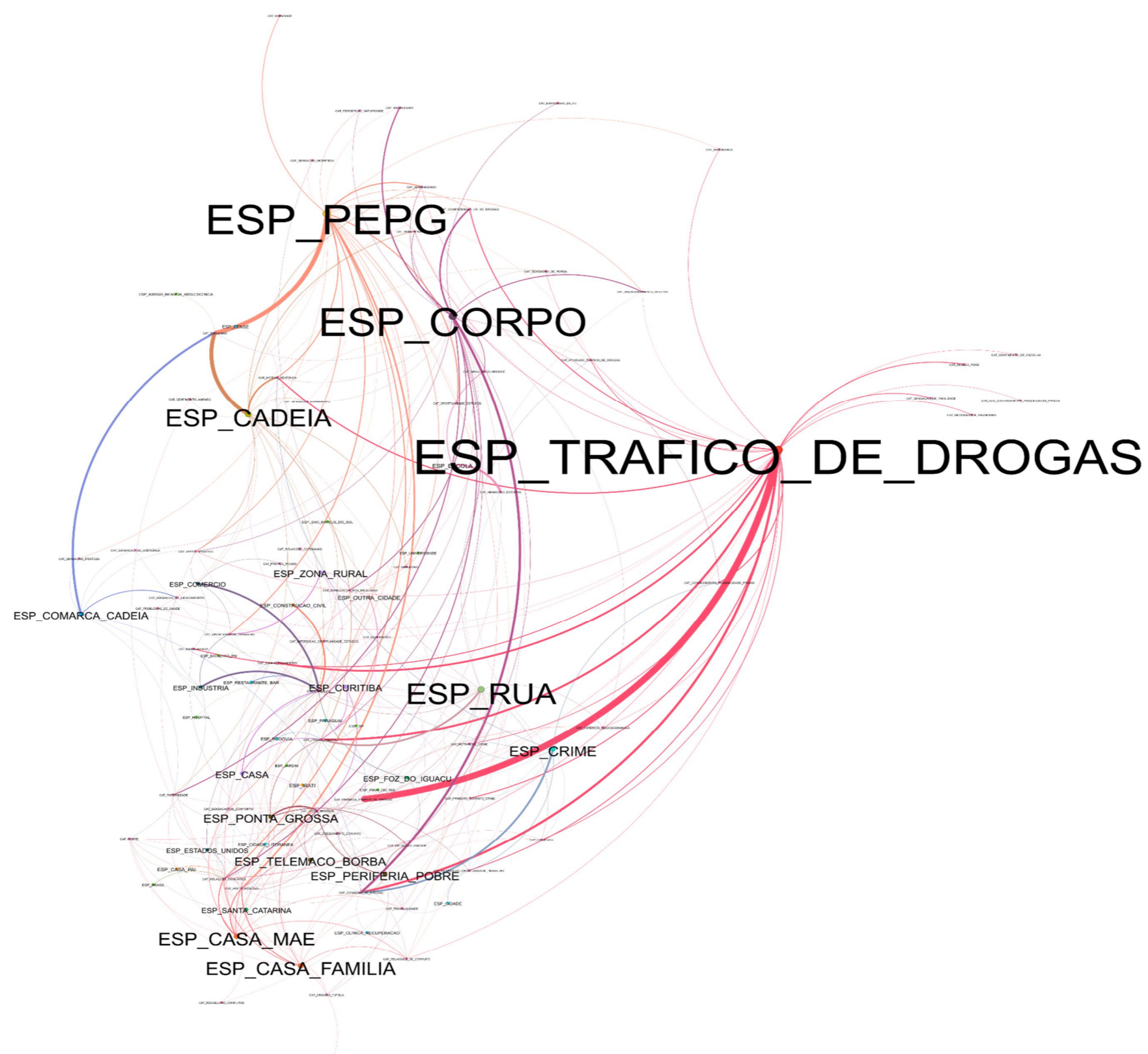
uma análise aprofundada, destacando não apenas a quantidade de dados, mas a complexidade presente nas entrevistas. Um dos softwares apresentados por Silva e Silva (2016) trata-se do *software* livre Gephi, que possibilita a construção de grafos, que permitem a organização de dados de maneira visual, a partir de cálculos matemáticos que revelam padrões quantitativos que, de modo direto, possibilitam uma análise qualitativa acerca do campo pesquisado⁶³.

Além do material produzido por Silva e Silva (2016), que colabora brilhantemente para o campo da ciências sociais de maneira geral, como para a Geografia, como percebido nas produções de Przybysz (2017), Rossi (2017), Campos (2016, 2022), Almeida (2017) e Pinto (2017), outras propostas construídas por outras disciplinas da ciência propõem a utilização do *software* Gephi para as mais diversas aplicabilidades, como, por exemplo, a proposta de Giordano et al. (2015) na análise de colaboração científica através da Análise de Redes Sociais, ou a proposta de Campos et. al (2017) sobre a análise de rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A presente tese se apropria da utilização do *software* em questão para a classificação e, deste modo, organização dos dados quantitativos referentes aos trechos discursivos analisados, quanto às espacialidades e categorias discursivas que foram destacadas anteriormente, como se pode observar no grafo seguir:

⁶³ Para um aprofundamento acerca da técnica proposta por Silva e Silva (2016), além de sua aplicabilidade, consultar o artigo “Ofício, Engenho, Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos”, publicado na Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, volume 7, número 1.

GRAFO 1 – Representação das espacialidades em relação às categorias discursivas identificadas a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

O grafo anterior apresenta a relação entre as espacialidades e as categorias discursivas apontadas a partir dos discursos dos homens entrevistados. A figura é ilustrada a partir de nós e arestas, onde os nós representam as espacialidades e categorias discursivas, e as arestas a ligação entre espacialidades e categorias. Para a organização destes elementos foram utilizados padrões de cor e tamanho, de acordo com o número de trechos discursivos classificados segundo cada uma das espacialidades, onde os maiores nós (e títulos) representam um maior número de trechos classificados segundo a espacialidade, como, por exemplo, a evidência da espacialidade 'tráfico de drogas', além da espessura das arestas, que indicam o número de ligações entre a espacialidade e as categorias discursivas, como é o caso da categoria 'dinâmica do tráfico de drogas', que representa o maior número de trechos de discurso evidenciado a partir da análise, em relação à espacialidade tráfico de drogas

Outro ponto importante trata do padrão de cor e tamanho referentes às categorias discursivas, já que o filtro de classificação utilizado foi aplicado segundo o grau de saída⁶⁴ das espacialidades, ou seja, os cálculos realizados pelo *software* tem por marcador principal as espacialidades e suas relações com as categorias discursivas.

A intersecção entre a aplicabilidade prática deste *software* em conjunto com a elaboração de banco de dados e os procedimentos que antecedem essas etapas metodológico-operacionais, colaboram para a percepção de quais são os marcadores que, não apenas pela grandeza quantitativa, mas pela intensidade de ligações e dos significados assumidos pelos sujeitos entrevistados, se apresentam enquanto componentes importantes nas trajetórias de vida destes homens.

Os grafos correspondentes à relação entre as espacialidades e as categorias discursivas, como também com os períodos de vida dos homens entrevistados serão apresentados durante os capítulos III e IV desta Tese. Para a presente seção, ainda é importante demonstrar os pontos de partida pelos quais acolhemos as leituras de mundo de cada um dos homens entrevistados.

Inicialmente, em cada entrevista, algumas perguntas relacionadas às etapas

⁶⁴ O cálculo utilizado para a classificação dos nós das categorias em relação às espacialidades, bem como das arestas, é baseado no número de ligações que uma espacialidade tem em comunicação com as categorias. Ou seja, a partir do número de categorias relacionadas e pelo conjunto de evocações atreladas a essas categorias, o nó referente à espacialidade é maior, bem com a espessura das arestas.

1 e 2 do trabalho de campo foram realizadas, no intuito de produzir uma 'prova real' acerca dos dados apresentados pelo INFOPEN e pelas entrevistas realizadas com os sujeitos ligados ao Estado. Essas perguntas não foram incluídas no contexto de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), pois trataram-se, muito mais, de perguntas que, embora fossem abertas, se estabeleceram nos moldes próximos de um questionário.

As perguntas realizadas foram: Qual a sua idade? Você tem filhos (quantos)? Qual o seu estado civil? Qual a cidade de sua residência? Você trabalhava anteriormente à sua apreensão e condenação? Qual era o seu trabalho? Qual é o seu grau de instrução escolar? Qual é sua raça (cor autodeclarada?) É a sua primeira vez em reclusão? Se não, anteriormente você foi preso e condenado pelo mesmo motivo?

As dezoito entrevistas apontaram alguns traços importantes na composição de suas identidades e na compreensão destes sujeitos a esse respeito, como se pode observar no quadro a seguir:

QUADRO 3 – Dados socioeconômicos dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na PEPG.

| APELLID O | FAIXA ETÁRIA | Nº FILHOS | ESTADO CIVIL | PROCEDÊNCIA | | TRABALHO | GRAU DE INSTRUÇÃO ESCOLAR | COR (AUTODEC.) | REINCIDÊNCIA | |
|--------------|-----------------|--------------------------|-----------------|----------------|---------------|------------------------------------|---------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|
| | | | | CIDADE | ESPAÇO | | | | ESPECÍFICA | NÃO ESPECÍFICA |
| Um | 29 anos | 1 | Solteiro | Telêmaco Borba | Espaço Urbano | Assist. de Eletricista e Bartender | Ensino Fundamental Incompleto | Preto | 1 | 0 |
| Dois | 48 anos | 2 | Separado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Eletricista | Ensino Médio Completo | Pardo | 1 | 0 |
| Três | 33 anos | 4 | Solteiro | Castro | Espaço Urbano | Carregador de Aves | Ensino Fundamental Incompleto | Pardo | 0 | 1 |
| Quatro | 28 anos | 1 | Separado | Piraquara | Espaço Urbano | Trabalhador Rural | Analfabeto | Pardo | 1 | 0 |
| Cinco | 37 Anos | 1 | Casado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Desempregado | Ensino Médio Incompleto | Branco | 0 | 1 |
| Seis | 26 anos | 0 | Solteiro | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Desempregado | Ensino Fundamental Incompleto | Branco | 1 | 0 |
| Sete | 33 anos | 1 | Solteiro | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Servente de Pedreiro | Ensino Fundamental Incompleto | Pardo | 1 | 0 |
| Oito | 47 anos | 6 | Casado | Curitiba | Espaço Urbano | Vendedor Autônomo | Ensino Fundamental Incompleto | Branco | 1 | 0 |
| Nove | 46 anos | 2 | Casado | Telêmaco Borba | Espaço Urbano | Vendedor Autônomo | Ensino Médio Completo | Pardo | 0 | 1 |
| Dez | 32 anos | 2 | Separado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Desempregado | Ensino Fundamental Completo | Preto | 0 | 1 |
| Onze | 37 Anos | 1 | Solteiro | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Servente de Pedreiro | Ensino Fundamental Incompleto | Pardo | 0 | 1 |
| Doze | 25 Anos | 1 | Solteiro | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Entregador | Ensino Fundamental Incompleto | Branco | 1 | 0 |
| Treze | 36 Anos | 3 (1 filho + 2 enteados) | Casado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Caseiro e Serviços Gerais | Ensino Fundamental Incompleto | Pardo | 0 | 1 |
| Quatorze | 31 Anos | 1 | Casado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Auxiliar de Produção | Ensino Médio Incompleto | Pardo | 1 | 0 |
| Quinze | 32 Anos | 2 | Amasiado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Servente de Pedreiro | Ensino Médio Incompleto | Branco | 1 | 0 |
| Dezesseis | 40 Anos | 1 | Casado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Comerciante | Ensino Superior Incompleto | Branco | 1 | 0 |
| Dezessete | 36 Anos | 1 | Separado | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Metalurgia | Ensino Médio e Técnico Completo | Branco | 1 | 0 |
| Dezoito | 26 Anos | 0 | Solteiro | Ponta Grossa | Espaço Urbano | Auxiliar de Reposição | Ensino Médio Completo | Branco | 0 | 1 |

Fonte: Entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021.

Nota: Organizado pelo autor.

As três primeiras perguntas revelam as características quando à idade, à paternidade e ao estado civil dos entrevistados. O primeiro eixo revela que aproximadamente 61% desses homens são jovens, com idades que compreendem a faixa entre os 20 e os 35 anos. Os outros 39% localizam-se na faixa entre os 36 e os 48 anos. Quanto à paternidade, apenas 11% não são pais. Dentro dos 89% restantes, 56% possuem apenas 1 filho, 25% revelam ser pais de 2 filhos e os outros 19% compõem um grupo de pais de 3 a 6 filhos. Por último, dentro dos 18 entrevistados, 61% não estão em um relacionamento conjugal, tratando-se de homens solteiros ou separados, e 39% são homens casados ou amasiados.

Por seguinte, todos os entrevistados declararam que suas residências anteriores ao período em reclusão na PEPG se concentravam em zonas do espaço urbano, nas cidades de Ponta Grossa (72%), Telêmaco Borba (12,5%) e Castro, Curitiba e Piraquara, que correspondem a 15,5% do universo total. Quanto à cor, 50% se autodeclararam enquanto negros (pretos e pardos)⁶⁵ e 50%, enquanto brancos.

A respeito da ocupação profissional, é importante destacar que apenas 17% declararam estar desempregados no momento de suas apreensões. Os outros 83% dos entrevistados declararam-se assumindo postos profissionais relacionados à construção civil, indústria e trabalhos rurais.

72% dos entrevistados declararam não terem concluído seus estudos referentes ao ensino regular. Deste universo, aproximadamente 61% não concluíram o Ensino Fundamental, 8% declararam terem concluído apenas o Ensino Fundamental, 15% declararam ter cursado o Ensino Médio de maneira incompleta e, por último, 8% se declararam enquanto não alfabetizados. Os outros 28% dos entrevistados, dividem-se em: 80% que concluíram o ensino médio ou ensino médio e ensino técnico e outros 20% com ensino superior incompleto.

As duas questões seguintes, que julgamos serem complementares, revelaram uma concordância ao que a entrevista com o Estado 25, referente à segunda etapa metodológico operacional, aponta no seguinte trecho:

É, então, a taxa de reincidência no Brasil, gira em torno... [...] se diz que essa taxa de reincidência no Brasil é maior do que 70%. Ou seja, 70% das pessoas que estão respondendo processo, elas já foram condenadas. Não sei se eu poderia te afirmar se esse percentual é realmente confiável. Ele é um dos que temos... Também não sei dizer que porcentagem é primário ou não. O que eu

⁶⁵ A classificação da população enquanto assumidamente 'negra' está baseada na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera enquanto 'negra' a soma da população autodeclarada enquanto 'preta' e 'parda'.

posso dizer é que assim, o tráfico, normalmente, eles reincidem. Normalmente, acontece o que a gente chama de reincidência específica. Eles voltam a cometer o mesmo tipo de crime da primeira vez. Então para o tráfico a gente pode dizer que é comum. (Estado 25)⁶⁶

Dentre os homens entrevistados, todos apresentam-se enquanto reincidentes e, para além, 61% deles se declararam como sendo reincidentes específicos, embora ainda alguns somem em suas sentenças a condenação por algum outro artigo referente à legislação brasileira, como, por exemplo, associação ao tráfico (Art. 35 da Lei nº 11.343/06), ou porte ilegal de armas (Art. 14 e/ou 16 da Lei nº 10.826/03). Daqueles que não reincidiram de maneira específica, tiveram condenações anteriores apoiadas no crime de Roubo Qualificado (Art. 157 do Código Penal Brasileiro, Lei nº 2.848 (BRASIL, 1940)) ou Tentativa de Homicídio (Art. 121 do Código Penal Brasileiro, Lei nº 2.848/1940).

Os dados apontados parecem indicar algumas tendências a serem observadas por meio dos capítulos seguintes, tais como: Qual a relação entre os dados quantitativos apresentados pelo INFOPEN, aqueles resultantes das entrevistas realizadas com os sujeitos ligados ao Estado, com as 'verdades' relatadas pelos homens condenados por tráfico de drogas, quando buscamos cruzar estes dados objetivando responder ao questionamento central desta reflexão? Como os conceitos até aqui abordados se relacionam com a realidade do tráfico de drogas e a condição dos sujeitos que participam de suas dinâmicas? Como o tráfico de drogas se insere nas trajetórias geográficas desses sujeitos segundo suas apreensões de Mundo, quando consideramos o fato de serem todos homens, em sua maioria jovens, reincidentes no acometimento criminoso, majoritariamente pais de família, trabalhadores em postos profissionais declarados enquanto subempregos, ou desempregados, e com baixo grau de instrução escolar? Quais as trajetórias geográficas assumidas por estes homens em diferentes momentos de suas vidas que os trouxeram até aqui?

Essas e outras perguntas serão respondidas a partir dos dois capítulos seguintes. O que cabe aqui é compreender que, a partir dessas perguntas, buscamos encontrar a Geografia presente nas trajetórias dos homens condenados por tráfico de drogas em uma perspectiva anterior às suas condenações, o que Corrêa (2016) denomina enquanto trajetória geográfica – um dos modos de nós, geógrafos e

⁶⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2018. Ponta Grossa: Online.

geógrafas, nos preocuparmos com o viés 'temporal' em nossa disciplina científica.

Os capítulos III e IV propõem uma discussão que apresenta a relação entre o referencial apresentado a partir deste e do capítulo anterior, com os dados resultantes da análise das entrevistas realizadas com os homens que cumprem pena na PEPG, sentenciados pelo Art. 33 da Lei 11.343/06, com o objetivo de demonstrar, através de uma realidade empírica, como estes sujeitos constroem suas apreensões acerca do real, por meio de suas identidades e vivências, e no que essas apreensões se relacionam com a prática da traficância e com a espacialidade do tráfico de drogas.

CAPÍTULO 3

ESPACIALIDADES NA COMPOSIÇÃO DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS, EM SITUAÇÃO DE RECLUSÃO

Os capítulos anteriores construíram-se enquanto base para que aqui, bem como no capítulo IV, estabeleçamos uma reflexão que avança diretamente nas trajetórias de vida dos homens que compõem essa Tese, cujas experiências, olhares de mundo e posições em relação aos eixos de desigualdade, também são perpassadas pelo tráfico de drogas, tanto como prática, quanto como espacialidade.

Compreendendo que as espacialidades são fundamentais para olharmos para as suas trajetórias, não poderíamos continuar nossa caminhada reflexiva sem aprofundarmos nas espacialidades específicas que esses homens compõem. Ao mesmo tempo que essas espacialidades dizem muito a respeito de suas individualidades, também correspondem a aspectos similares quanto às vivências desses sujeitos.

Nossa proposta está em analisar um aspecto similar da trajetória desses sujeitos, que é a relação dos mesmos com o tráfico de drogas. Dentro disso, o capítulo III se concentra em olhar para os discursos dos homens entrevistados, que revelam o modo como significam seus mundos. Esses significados podem ser percebidos a partir da codificação que realizamos com o método de análise de conteúdo (BARDIN, 1977), que segmentou os trechos discursivos, ou evocações, segundo espacialidades e categorias discursivas, como já demonstramos no capítulo anterior.

Dentre todos os trechos codificados, é possível perceber aqueles que se destacam quantitativamente e que nos levam para uma observação qualitativa, que é fundamental para aquilo que nos propusemos a estudar. Para que se tornasse exequível nosso olhar no aspecto quanti-qualitativo das entrevistas realizadas, optamos por recortar um universo de 11 espacialidades discursivas que carregam consigo categorias discursivas e trechos discursivos específicos.

Este número é justificado a partir do cálculo médio entre evocações e espacialidades discursivas. Este cálculo se baseia no universo total de 1096 trechos discursivos, divididos entre 42 espacialidades, o que revela uma média de aproximadamente 26 evocações para cada uma das espacialidades.

Deste modo, aquelas espacialidades cujos trechos discursivos relacionados apresentam quantitativo igual ou superior a 26 evocações, estarão presentes neste momento de análise, do mesmo modo que aquelas espacialidades que apresentam um quantitativo inferior a 26, foram retiradas deste momento de análise, já que totalizam individualmente menos que 2,3% do universo total. Para além, isso possibilita um mergulho mais profundo naquilo que as categorias discursivas, acompanhadas dos trechos discursivos, para cada uma das espacialidades, colaboram para a compreensão da relação entre os homens e o envolvimento com o tráfico de drogas ao longo de suas trajetórias.

A tabela abaixo ilustra as espacialidades e a quantidade de evocações relacionadas, que serão abordadas ao longo deste capítulo:

TABELA 1 – Espacialidades discursivas com número igual ou superior a 26 evocações relacionadas.

| ESPACIALIDADE | Nº EVOCAÇÕES | PORCENTAGEM (%) |
|-------------------|--------------|-----------------|
| TRÁFICO_DE_DROGAS | 233 | 27,8% |
| PEPG | 146 | 17,4% |
| CORPO | 122 | 14,6% |
| CADEIA | 84 | 10,0% |
| RUA | 50 | 6,0% |
| CASA_MÃE | 38 | 4,5% |
| CRIME | 37 | 4,4% |
| COMARCA_CADEIA | 35 | 4,2% |
| PONTA_GROSSA | 32 | 3,8% |
| CASA_FAMÍLIA | 31 | 3,7% |
| ESCOLA | 29 | 3,5% |
| TOTAL | 837 | 100,0% |

Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021.

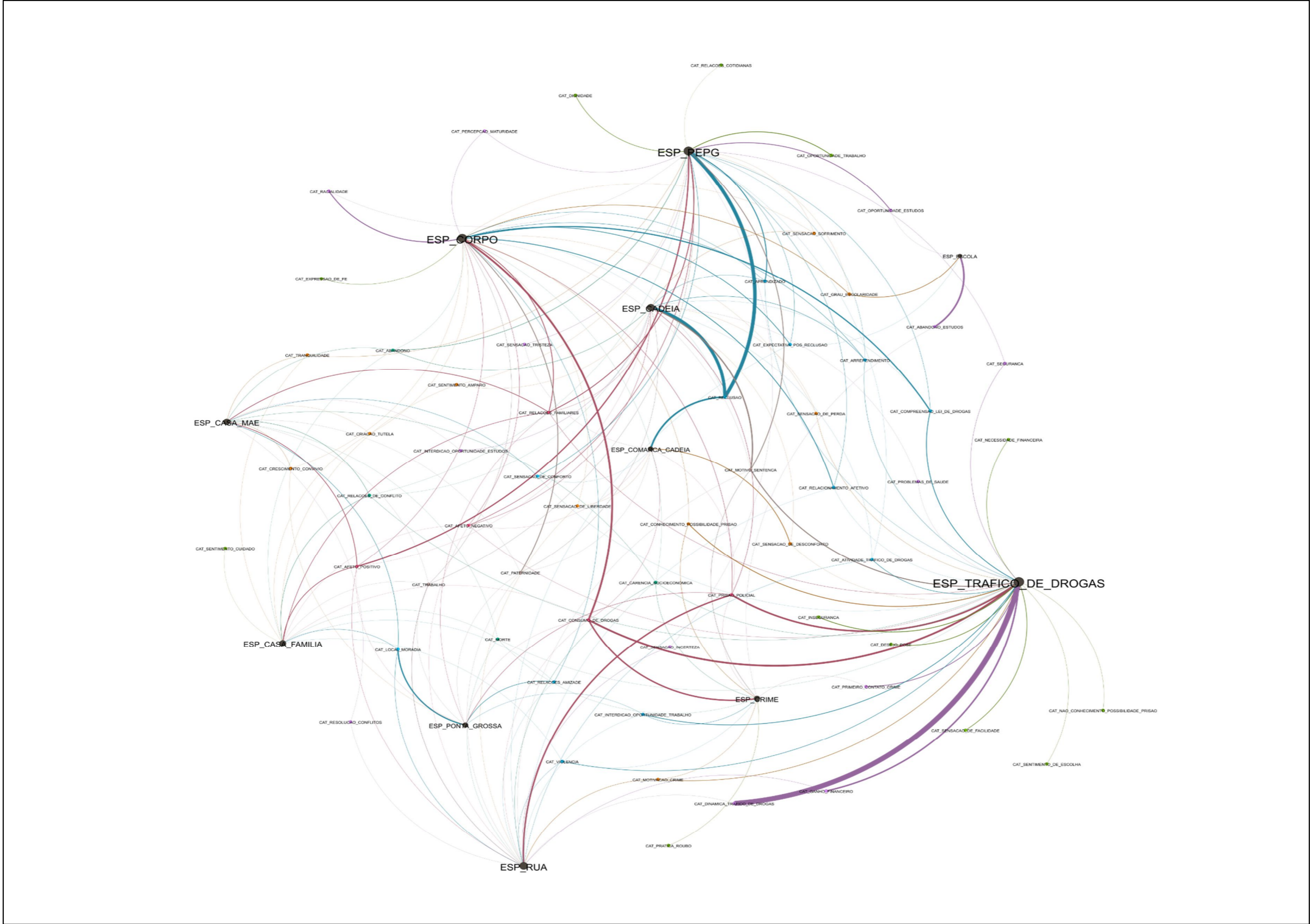
Nota: Organizado pelo autor.

As 11 espacialidades em questão somam um total de 837 trechos discursivos, que se classificam segundo cada uma dessas espacialidades, como também através de categorias discursivas. No capítulo anterior, demonstramos através do Grafo 1, o representativo de todas as espacialidades em relação às categorias discursivas que classificaram as 1096 evocações das entrevistas. Nele ficaram evidentes os nós das espacialidades com o maior número de ligações com os nós de categorias discursivas, tanto a partir do tamanho desses nós, como também a partir da espessura, como demonstrado na espessura das arestas que foram representadas.

Essas espacialidades em evidência são, justamente, aquelas que estão

elencadas no quadro 3. Neste raciocínio, o grafo abaixo representa a ligação entre essas espacialidades e as categorias discursivas, ilustrando aquelas espacialidades com o maior número de categorias discursivas, que se relacionam aos trechos das entrevistas, elencados na coluna 'nº de evocações' apresentado na tabela acima.

GRAFO 2 – Representação das onze espacialidades com maior número de evocações em relação às categorias discursivas.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor..

O grafo acima está organizado segundo o 'grau de saída' dos nós referentes às espacialidades. Isso significa que quanto maior número de nós correspondentes às categorias discursivas ligados a uma espacialidade, maior será o nó referente a essa espacialidade. Em um sentido complementar, está a espessura das arestas, que corresponde ao número de vezes que uma categoria se repete quando relacionada a uma espacialidade. Isso significa que quanto maior a espessura de uma aresta, maior o número de vezes que uma categoria discursiva é evocada em uma espacialidade⁶⁷.

Cada uma dessas espacialidades em conjunto com suas respectivas categorias discursivas carregam uma dimensão subjetiva, que demonstra ser aquilo que tratamos enquanto qualitativo da análise das entrevistas realizadas. Essa dimensão se faz presente no modo como os trechos de discurso são significados, já que esses trechos são representativos no que se refere ao modo como os homens condenados por tráfico de drogas apreendem suas trajetórias de vida.

Pensando nisso, organizamos este capítulo em seis seções no intuito de apresentar uma discussão que remeta à complexidade de cada uma das onze espacialidades acima ilustradas, sobretudo no tocante a como essas espacialidades se constituem enquanto importantes componentes nas vivências dos homens que compõem essa investigação.

A justificativa para tal estrutura textual, que organiza as espacialidades em agrupamentos, está na direta relação entre cada um desses recortes e, para além disso, na necessidade de apresentar didaticamente uma cronologia de suas trajetórias segundo a ampliação de suas vivências o que, posteriormente, no capítulo IV, será explorado com maior profundidade a partir de recortes etários. Em outras palavras, ficará perceptível o início de uma trajetória permeada pela espacialidade da escola e a finalização⁶⁸ em uma pequena área significada pela privação de liberdade que, em outras palavras, são expostas enquanto as 'espacialidades do encarceramento'.

Ainda, é preciso afirmar que essa organização não torna algumas espacialidades mais ou menos importantes em relação às outras. O que queremos dizer é que sustentamos o argumento de que as espacialidades são sempre abertas

⁶⁷ O quantitativo referente às evocações presente na relação espacialidade x categoria discursiva poderão ser visualizadas de maneira detalhada ao longo das seções deste texto.

⁶⁸ Embora a 'finalização' corresponda ao fechamento de nossa análise, não é passível de ser encarada enquanto estática e imutável, mas o contrário, dinâmica e mutável, com um futuro aberto.

e porosas (THRIFT, 2006), dinâmicas, múltiplas e se fazem a partir de interrelações (MASSEY, 2008). Então, é possível que essas espacialidades se cruzem e se façam presentes umas nas outras ao longo do tempo, sobretudo porque é perceptível nos discursos que nas memórias dos entrevistados elas coexistem de maneira articulada, mesmo porque nos parece claro que ao tratarmos de trajetórias de vida, estamos pensando nas dimensões temporais e espaciais de maneira geográfica.

3.1 ESCOLA

A proposta de pensarmos a respeito da trajetórias de vida de sujeitos cujas experiências são perpassadas pelo tráfico de drogas nos leva ao movimento inicial de percebermos quais são as espacialidades que se inter-relacionam e em que medida essas 'inter-relações espaciais' são componentes fundamentais de suas existências e formas de significar o mundo.

Dispor a estrutura deste capítulo de modo a inicia-lo pelo debate acerca da espacialidade da escola caminha nesse sentido; olharmos para os pontos dos discursos dos homens condenados por tráfico de drogas que indicam os espaços que parecem produzir marcas mais arraigadas em suas vidas, partindo daquilo que se identificou como de 'menor dimensão' em termos temporais até aquilo que se apresentou como de 'maior dimensão'⁶⁹.

A escola, enquanto recorte espacial, se estabelece enquanto possibilidade geográfica de acesso ao conhecimento produzido pelos seres humanos e, dentro de um sistema social, de preparação para o mercado de trabalho (ainda que de maneira inicial). Para além desta compreensão, segundo Formosinho e Machado (2011), essa é uma instituição encarada pelo Estado enquanto uma "nova igreja cívica do povo" (FORMOSINHO; MACHADO, 2011, p. 15), onde os sujeitos envolvidos no processo educacional substituem os sujeitos do processo religioso, construindo a noção de virtudes e cidadania.

⁶⁹ Como já destacamos na introdução deste capítulo, o número de evocações de uma dada espacialidade não indica que a mesma ocupa uma posição de importância maior ou menor em relação a outra. Porém, é um fato percebido que, durante suas vivências, algumas espacialidades parecem representar uma dimensão temporal de menor tamanho em relação a outras e, ainda que isso não pese com relação às marcas (maiores ou menores) que se estabelecem nos corpos e nas vivências dos entrevistados, é um fator que demonstra que algumas espacialidades assumem-se enquanto mais ou menos 'suportáveis' que outras ou, em outros termos, garantem suas existências por maior ou menor recorte temporal.

A que pese esta noção, retomamos à compreensão foucaultiana de poder (FOUCAULT, 1995; FOUCAULT, 1999[1970]), que apresentamos no primeiro capítulo, enquanto existente em todas as relações sociais e, por isso, em todas as espacialidades, validando determinados discursos em detrimento de outros. Sendo assim, a escola enquanto uma espacialidade é composta por diferentes sujeitos, que instituem relações de poder de modo a afirmar suas posições de mundo e de negar outras. Neste jogo complexo, alguns sujeitos, assim como em outras espacialidades, são marginalizados e outros centralizados.

Costa (2011) colabora, afirmando que a escola:

[...] nunca foi, não é, e jamais será neutra. Imersa nas sinergias sócio-ideológicas, políticas e econômicas, a escola tem-se apresentado como um dos instrumentos privilegiados da ação controladora de Estados e Governos, no sentido de mais facilmente veicularem suas concepções ideológicas e mesmo axiológicas. (COSTA, 2011, p. 67)

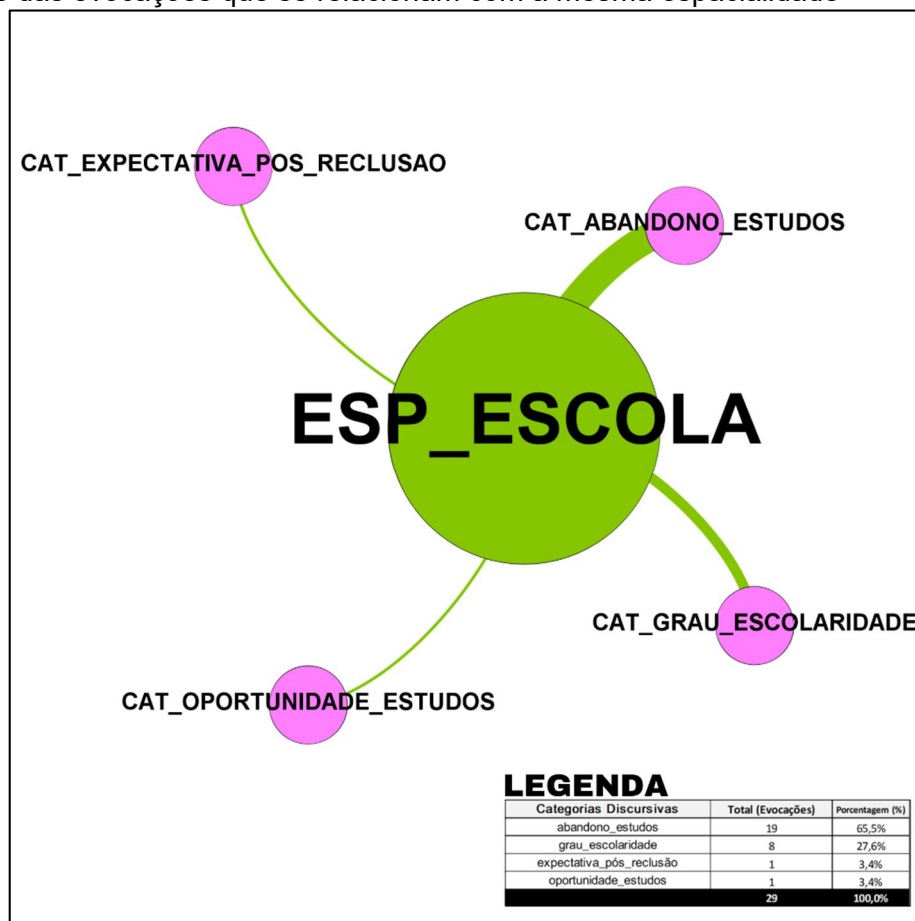
Por isso mesmo, embora à escola sejam atribuídos significados de “imagens de acolhimento, igualdade, direito universal, democracia, acesso ao conhecimento e outros tantos aspectos fortemente influenciados pelos ideário da modernidade” (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 150), ao considerar que essa espacialidade se institui por diferentes sujeitos, é perceptível que esses significados ora são afirmados, outrora negados, a depender do tipo de relações instituídas e pelos sujeitos que compõem essas relações.

No tocante a esta Tese, os homens condenados por tráfico de drogas majoritariamente têm trajetórias que pouco compreendem a realidade escolar. Como percebido a partir do capítulo II, quando apresentamos o perfil socioeconômico desses homens, o marcador ‘grau de escolaridade’ é reconhecido a partir de uma realidade da não conclusão de formação escolar básica. Isso nos faz questionar até que ponto a espacialidade da escola vivenciada pelos entrevistados se traduz em acolhimento e em outros afetos positivos, ou se se apresenta no sentido oposto, o da marginalização, da segregação espacial, decorrente da reprodução do discurso de controle e disciplina do Estado (FOUCAULT, 1987; 1999[1970]) e da lógica interseccional que corresponde às suas facetas identitárias em relação aos eixos de desigualdade.

Para tanto, devemos observar as categorias discursivas que têm relação com essa espacialidade, sobretudo aquelas que contém maior número de trechos relacionados: ‘abandono escolar’, com 19 trechos correspondentes e ‘grau de

escolaridade’, com 8 trechos correspondentes. Isso pode ser verificado com auxílio no Grafo apresentado abaixo:

GRAFO 3⁷⁰ - Representação da relação entre a espacialidade ‘Escola’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Além das duas categorias citadas anteriormente ao grafo, também estão presentes outras duas categorias (‘expectativa pós reclusão’ e ‘oportunidade estudos’), mas que compreendem apenas 1 trecho discursivo relacionada cada uma. Conforme a legenda, podemos observar o universo total de trechos discursivos que se relacionam à espacialidade em questão, sendo 29 e, embora haja 4 categorias

⁷⁰ Todos os grafos apresentados durante as 6 seções presentes neste capítulo estão organizados a partir do cálculo sobre o ‘grau de entrada’ de evocações em relação às categorias discursivas. O modo como este marcador está disposto ilustradamente é através da espessura das arestas que ligam os nós referentes a cada uma das categorias com suas respectivas espacialidades. Em outras palavras, quanto maior se dispôr a espessura de uma aresta, maior o número de evocações que correspondem ao nó cujo qual possui ligação. Para além, o quantitativo da relação entre evocações X categorias discursivas pode ser percebido a partir da legenda presente nos grafos.

discursivas correspondentes a esses trechos, as duas primeiras compreendem 93,1% do universo total.

A partir disso, nos concentraremos nessas duas categorias, já que merecem ser melhor exploradas no sentido de compreender de que modo a escola é constituída enquanto uma espacialidade central nas trajetórias geográficas desses homens. Dentro disso, identificamos ‘pontos-chave’ a serem observados nos trechos discursivos relacionados a essas categorias. No caso da categoria ‘abandono dos estudos’, naquilo que se refere à evasão escolar, estão as motivações relacionadas à vontade própria, a necessidade financeira e ao consumo de drogas. No tocante à categoria ‘grau de escolaridade’, diferentemente das motivações da evasão praticada pelos entrevistados durante períodos de vida anteriores à vida adulta, estão as descrições sobre em que momento da formação escolar básica deixaram a escola.

Refletir a respeito da espacialidade da escola sob a perspectiva da categoria ‘abandono dos estudos’, assumindo essa perspectiva a partir dos pontos-chave que destacamos anteriormente, nos direciona para o modo como os homens revelam compor essa espacialidade e de como as especificidades presentes em suas trajetórias se inter-relacionam.

Essas especificidades devem ser consideradas, já que, como afirmam Junckes e Silva (2009):

Enquanto espaço vivido cotidianamente, há que se considerarem as diferenças das experiências sofridas pelos diferentes grupos sociais. A população Infanto-juvenil frequentadora das unidades de educação não é homogênea em termos de classe, ideologia, valores culturais, raça, etnia e sexualidade. (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 151)

Ora, cada um de nós temos relatos pessoais a respeito de nossas trajetórias e, dentro destes relatos, ao falarmos a respeito da escola, iremos construir nossos próprios significados a respeito de como compusemos a espacialidade da escola durante algum período de nossas vidas. Muitos de nossos relatos carregarão afetos positivos, como a alegria, o acolhimento e o aprendizado, outros justamente o contrário, como a tristeza, o isolamento e o desinteresse. E isso tem direta relação com nossas vivências não apenas enquanto componentes da escola enquanto espaço, mas de outras espacialidades que se cruzam com a escola (assim como é com quaisquer outras espacialidades que compomos ao longo de nossas trajetórias).

Para Junckes e Silva (2009):

Na escola, os alunos relacionam-se, apaixonam-se, desenvolvem afetos bons e ruins, admiração, repulsa, formam caráter e organizam muitos outros elementos que servem de base para a vida adulta cidadã. O espaço escolar é, portanto, muito mais do que um local onde se 'adquire' conhecimento técnico e se é preparado para o trabalho; mais que isso, ele é componente da existência das pessoas durante boa parte de sua vida. (JUNCKES; SILVA, 2009, p. 151)

Com os entrevistados essa dinâmica não é diferente e, por isso, corresponde às suas vivências enquanto homens, cujo recorte temporal das falas relacionadas à espacialidade referem-se ao que denominamos, em sentido comum, infância, adolescência, ou o período transicional entre infância e adolescência, moradores de periferias pobres, com baixo poder aquisitivo, com relações de tensão familiar etc. Logo, a vivência relacionada à escola será marcada por essas questões.

Isso será visualizado nos três pontos-chave que destacamos a respeito da categoria 'abandono dos estudos': vontade própria, necessidade financeira e consumo de drogas. O primeiro dos pontos pode ser visualizado através do trecho da entrevista realizada com 'Doze': Por escolha própria minha. Tinha 15... (Doze. Entrevista realizada em 17/05/2021. Ponta Grossa – PR)

O entrevistado destaca a evasão escolar enquanto escolha resultante da autonomia de decisão sobre seu corpo, ainda que em relação à compreensão hegemônica, seja considerado adolescente (no período de referência dos trechos supracitados) e, de certo modo, isento de algumas responsabilidades e, portanto, com limites no tocante ao 'poder de decisão'. No entanto, essa compreensão hegemônica não parece se encaixar na realidade desses homens, já que os limites da idade não estão alinhados aos papéis sociais atribuídos a eles durante suas trajetórias, sobretudo diante da intersecção com outras facetas identitárias que alteram a lógica correspondente ao *status quo*, como a escassez financeira, que se relaciona às suas classes de renda.

'Seis', que, em um dos trechos citados no início da seção anterior, revela a falta de estrutura física na casa de sua avó que pudesse acolher de maneira adequada toda sua família, também revela em um trecho que se relaciona à presente seção a falta de intervenção familiar em sua decisão de abandonar seus estudos, o que reforça a noção de que nas trajetórias geográficas desses sujeitos, se atribuem decisões consideradas alinhadas à vida adulta, durante outros períodos de vida:

Ah, eu parei de estudar por escolha minha mesmo. Porque eu fui criado até uma certa idade pela minha madrinha. Ela, toda vida, queria o meu melhor. Queria que eu fosse para a escola, continuasse meus estudos, mas... Eu, por

escolher outra... Outra vida para mim, eu peguei minhas coisas e fui morar com minha outra família, que era a de sangue, sabe? Daí, lá já era mais solto, não tinha muita exigência de nada e acabei abandonando tudo. Por causa que não tinha cobrança, não tinha nada e acabei... Daí acabou deslançando tudo. (Seis)⁷¹

Essas decisões também se relacionam às responsabilidades assumidas por outros entrevistados no curso de suas trajetórias, sobretudo pela ausência de recursos financeiros que garantam o bem-estar familiar. Neste ponto estão relacionados os trechos que se destacam enquanto ‘necessidade financeira’ como justificativa do abandono dos estudos por parte destes homens, como se percebe nos seguintes trechos:

Foi por necessidade mesmo. Uma época eu estava precisando e entrei nessa. (Nove)⁷²

Aham... Isso eu estava com uns 13, 14 anos de idade por aí... Meus 15, 16 anos de idade. E daí minha vida foi assim. Eu tive que largar mão dos estudos um pouco para ajudar minha família, né? Mas só que daí, dali uns tempos, eu fui pra Santa Catarina pra trabalhar. (Treze)⁷³

É interessante observar que, além da noção do abandono de estudos ligado às decisões assumidas por esses homens que não se alinham idealmente aos períodos de vida nos quais estavam inseridos, sobretudo por suas condições de classe de renda, também se faz presente o marcador de gênero, quando assumem a centralidade das espacialidades ligadas à família no tocante à providência de bens básicos de sobrevivência doméstica, que culmina na marginalização da espacialidade da escola, gerando abandono dos estudos.

Seja por consequência da assimetria entre papéis e práticas assumidas em relação aos seus períodos de vida em intersecção com suas facetas de gênero e classe, seja por outros fatores que serão abordados nas próximas seções, como relações de tensão em espacialidades como a casa da mãe e a casa da família, outra justificativa assumida por esses sujeitos para o abandono dos estudos está no consumo de drogas. Isso pode ser visualizado nos trechos discursivos das entrevistas com ‘Quatorze’ e ‘Dezoito’:

Por causa das drogas... (Quatorze. Entrevista realizada em 24/05/2021)⁷⁴

É... Em 2012, com 18 anos. Com 17 era pra eu terminado o Ensino Médio na verdade. Só que daí eu... É aí que eu falo... Por causa dessa droga, que eu

⁷¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁷² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁷³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

⁷⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

fui... Me envolver com ela, eu acabei desistindo no final do ano. Era pra eu ter passado em todos os anos sem reprovar algum ano. Eu tirava boas notas assim, sabe? Daí fui desistir no final do ano, faltando alguns meses para acabar o ano, daí eu fui reprovado por ter desistido no final do ano. (Dezoito)⁷⁵

Este consumo pode se constituir de instrumento da centralização desses sujeitos em determinadas espacialidades como mecanismo de reafirmação identitária, sobretudo no tocante de suas masculinidades interseccionadas com outras facetas. Porém, ao mesmo tempo, constitui-se de um intensificador de suas marginalizações em espacialidades marcadas pelo discurso hegemônico, tal como é a escola⁷⁶.

Decorrente deste abandono, estão os momentos em que estes sujeitos deixaram de compor a espacialidade da escola enquanto estudantes em potencial formação, que se distribui em diversas ocasiões, como visualizado nos dados socioeconômicos descritos no capítulo II, ou nos trechos de 'Oito', 'Nove' e 'Doze':

Até a 8ª série. Não, não terminei ainda. É... Tenho incompleto, exato. (Oito)⁷⁷

Até quando estudei? Eu parei no 2º grau. Não (conclui). (Nove)⁷⁸

Até a quinta série... (Doze. Entrevista realizada em 17/05/2021)⁷⁹

O que essas entrevistas revelam é que, mesmo diante da necessidade de serem consideradas as especificidades dos sujeitos que compõem a espacialidade da escola, quando se instituem vivências não alinhadas ao que se considera ideal para essa espacialidade, os sujeitos que correspondem a essas vivências são marginalizados.

Isso não significa que essa marginalização ocorra de maneira unidirecional, ou seja, através de uma relação que somente 'imponha' a estigmatização dos corpos destes homens em relação a essa espacialidade, mesmo porque compreendemos a noção da existência de poder a partir de uma relação, ainda que assimétrica (FOUCAULT, 1995). No entanto, ainda que isso possa de algum modo não se estabelecer de maneira proposital, a estrutura discursiva correspondente às formas hegemônicas de poder (que retroalimentam a lógica dos eixos de desigualdade), colocam a escola que, em tese, corresponde à noção de acolhimento e da formação

⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

⁷⁶ O consumo de drogas como um instrumento de centralização espacial e, paradoxalmente, enquanto um mecanismo que marginaliza esses sujeitos em outras relações que constituem, será mais explorada durante as seções deste capítulo, principalmente nas seções II e IV.

⁷⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁷⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

de cidadania, ou seja, da garantia da existência de sujeitos, enquanto uma instituição que é significada por estes sujeitos enquanto um ambiente onde estão majoritariamente à margem

Diante do fato de que as espacialidades não existem de maneira isolada e, pela relação com outros recortes espaciais e outras relações, são vivenciadas de diferentes maneiras, por diferentes sujeitos, quando a escola passa a ser significada sob a ótica do abandono, o impacto da evasão e da não formação escolar básica na vida desses sujeitos, irá compor suas realidades enquanto um intensificador de suas marginalidades. Ou seja, na marginalização do espaço escolar, está também a marginalização de outras escalas espaciais e na luta pela centralidade em outras, muitas vezes exercida com instrumentos que ao passo que os centralizam, também reforçam suas marginalidades (como a prática do tráfico de drogas).

Ainda, é necessário tomarmos atenção à faceta 'período de vida', bastante presente nesta seção, mas visível de maneira central em outras seções. Para tanto, abordaremos com mais ênfase teórica e reflexiva essa questão no próximo capítulo, que tratará especificamente do modo como esses homens vivenciam diferentes espacialidades a partir de diferentes períodos de vida.

3.2 A CASA DA MÃE E A CASA DA FAMÍLIA

Antes de olharmos para o conteúdo dos discursos que analisamos para o desenvolvimento desta tese, assim como se espera em relação à espacialidade da escola, a 'casa da mãe' e a 'casa da família' são espacialidades que acreditávamos comporem um ponto no espectro das vivências dos entrevistados de maneira quase sempre positiva.

No entanto, para além daquilo que produzimos enquanto expectativa (baseando-nos em nossas experiências de vida), estão os olhares de mundo que estes sujeitos constroem a partir de suas trajetórias que se espacializam ao longo de suas vidas. A partir disso, um ponto comum que podemos evidenciar em relação a essas duas espacialidades, correlacionadas em diversos aspectos, é principalmente o papel de centralidade que suas famílias ocupam nesses recortes.

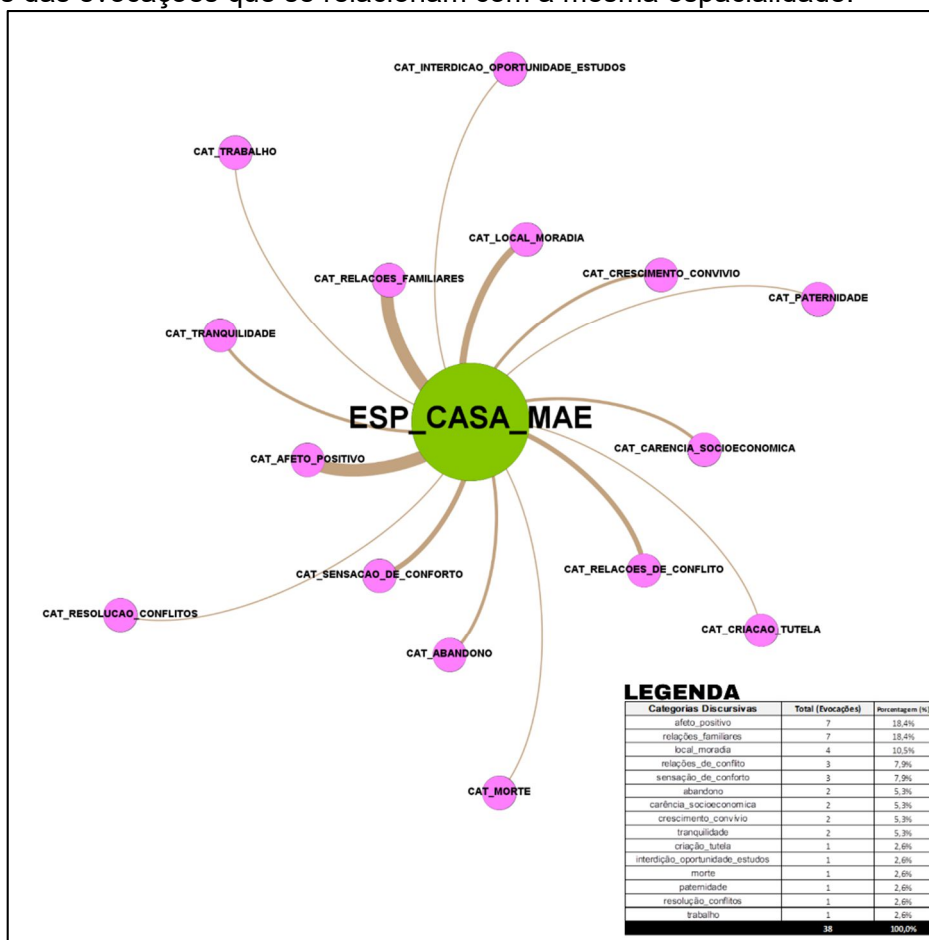
A importância de definirmos os sujeitos que se estabelecem enquanto protagonistas nas relações que esses homens constroem na composição dessas espacialidades está em perceber aquilo que é significado a partir disso, ou seja, aquilo

que se apreende no encontro das trajetórias desses sujeitos com suas respectivas famílias, sejam essas apreensões positivas ou negativas.

Iniciaremos esta seção observando os componentes relacionados à espacialidade da ‘casa da mãe’, que se apresentam com significados marcadamente positivos. Não obstante, isso tem relação direta no modo como essa espacialidade é construída, sendo perceptível uma aliança construída nas relações de poder (FOUCAULT, 1995) que se estabelecem na ‘casa da mãe’.

Neste sentido, as categorias discursivas que correspondem a essa espacialidade e que, conseqüentemente, possuem o maior número de evocações relacionadas são: ‘afeto positivo’ (7), ‘relações familiares’ (7), ‘local moradia’ (4), ‘sensação de conforto’ (3) e ‘relações de conflito’ (3). Dessas, apenas a última revela um conteúdo significado enquanto negativo. Os conteúdos expostos no Grafo 4 colaboram para essa compreensão:

GRAFO 4 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Casa da Mãe’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Os dados verificados no, que corroboram o descrito no parágrafo anterior, somam 63% do universo total das evocações correspondentes à espacialidade 'casa da mãe'.

O modo como as categorias estão organizadas está relacionado àquilo que compreendemos sobre uma espacialidade não existir de modo pré-discursivo aos sujeitos (MASSEY, 2008) e, portanto, revelam as intersubjetividades presentes a partir das relações que esses homens estabelecem na composição da 'casa da mãe'. Se por um lado há algumas espacialidades como a rua⁸⁰, em que as relações se estabelecem de modo quase sempre através de tensões, na casa da mãe é o contrário e, não há dúvidas que isso se expressará através do modo como esses sujeitos se sentem e revelam em seus discursos.

Como já destacamos na seção II deste capítulo, em diálogo com Davidson e Milligan (2004), uma espacialidade também será composta pelo modo como os sujeitos se sentem e, não obstante, por suas emoções. Assim, quando tratamos das categorias como 'afeto positivo', 'relações familiares', 'local moradia' e 'sensação de conforto', estamos falando do modo como, ao longo de suas trajetórias, os homens acumulam afetividades positivas às suas existências a partir da espacialidade 'casa da mãe'.

Já, naquilo que se refere às 'relações de conflito', observamos os aspectos negativos que são decorrentes das tensões presentes nas relações que constroem com alguns sujeitos específicos, que devemos observar adicionando a 'lente' do aspecto etário.

As pessoas com quem os homens referem-se estarem presentes nas relações que remetem à espacialidade em questão são destacados enquanto mãe, pai, padrasto, irmãos ou, como também demonstram, a 'família'. Convém afirmarmos que em uma perspectiva sociológica, o conceito de família está diretamente relacionado a uma organização social que constrói uma narrativa sobre si mesma, seus próprios mitos e sua lógica que, ainda que se relacione a outros recortes de relações sociais e, portanto, tenha em seus significados impressões intersubjetivas, se estabelece no sentido de amparar os sujeitos que compõem o recorte familiar sob uma lógica de pertencimento e de práticas similares em cada um desses sujeitos. Em outras palavras, como destaca Sarti (2004):

⁸⁰ Este ponto pode ser compreendido a partir da próxima seção.

Nesse jogo entre o mundo exterior e o mundo subjetivo, as construções simbólicas operam numa relação especular. Assim acontece com a família. O discurso social sobre a família se reflete nas diferentes famílias, como um espelho. Em cada caso, entretanto, há uma tradução desse discurso, que, por sua vez, devolverá ao mundo social sua imagem, filtrada pela singularidade das experiências vividas. Assim, cada família constrói seus mitos a partir do que ouve sobre si, do discurso externo internalizado, mas devolve um discurso sobre si que contém também sua própria elaboração, objetivando sua experiência subjetiva. (SARTI, 2004, p. 14)

Ainda, a respeito da noção de família, Facó e Melchiori (2009) colaboram:

A família representa o espaço de socialização, de busca coletiva de estratégias de sobrevivência, local para o exercício da cidadania, possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando. [...] Ela é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que por sua vez é um processo em constante transformação... (FACÓ; MELCHIORI, 2009, p. 121)

Portanto, ao olharmos para as categorias que correspondem à espacialidade ‘casa da mãe’, estamos observando significados atribuídos às relações que os sujeitos constroem com seus familiares e, por suposto, seus discursos demonstram concordarem com a noção que se apresenta sociologicamente a respeito de ‘família’.

Ora, se família é uma organização/instituição que se estabelece através do discurso e que, por sua vez, constrói seus próprios discursos sobre si, então quando os entrevistados significam de maneira positiva os discursos que se referem à espacialidade em questão, também estão atribuindo à família uma apreensão positiva e que, no conteúdo das evocações, se revela a partir da aliança, do conforto e do bem-estar.

‘Um’, através de sua entrevista, revela que a partir da sua família, apesar das dificuldades decorrentes da condição de escassez material, sua infância foi marcada por “amor e carinho”, como pode se observar no trecho que corresponde à categoria ‘afeto positivo’: “Eu acho que tive uma infância boa. Por mais que meu pai e minha mãe não tiveram uma condição boa para dar para gente, mas uma boa educação e alimentação, graças a deus, nunca faltou. E sempre me deram amor e carinho.” (Um)⁸¹

Mesmo diante da escassez material, que revelam as dificuldades enfrentadas pelas condições financeiras da família, as dinâmicas familiares permanecem significadas positivamente quando as ações e práticas dos sujeitos envolvidos nessas relações parecem estar alinhadas ao discurso que reafirma a noção de ‘família’. Neste

⁸¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

ponto, além do já apontado pelos trechos anteriores, outro trecho, que corresponde à categoria ‘relações familiares’ destaca:

“Ah, a minha mãe é... Minha mãe é tudo que... Graças a deus, tudo o que eu precisei, todo esse tempo que estou detido aí, toda vida ela esteve do meu lado. Toda a vida procurou o meu melhor. E ela não é envolvida com nada de errado.” (Seis)⁸²

Por outro lado, a categoria ‘sensação de conforto’, apesar de se alinhar à atribuição positiva assumida em relação à espacialidade ‘casa da mãe’, bem como colaborar com a noção de correspondência ao discurso que legitima a compreensão sobre família, não se faz presente de maneira similar nos discursos dos sujeitos que afirmam terem experienciado momentos de escassez de recursos materiais. Os trechos que se relacionam à essa categoria revelam que, para alguns homens, a ‘casa da mãe’ é significada positivamente por conta de sua estrutura física, como pode ser observado nos seguintes trechos:

Tinha conforto. Tinha muito conforto. Principalmente na parte da minha família. Era muito confortável. Não era ruim. (Dois)⁸³

A minha infância, graças a Deus, foi ótima. Estive sempre morando em uma casa boa, nunca faltou nada, o pai sempre foi assim.... Estruturado, né? Foi e é um bom pai, um bom marido... (Cinco)⁸⁴

Era tranquilo! Era uma casa boa. Tinha, tinha (conforto)! Lá era de boa. (Sete)⁸⁵

É perceptível que a compreensão de ‘casa de mãe’ segundo as vivências atribuídas às trajetória desses homens está relacionada a uma espacialidade que compõem de maneira central, já que revela ser um recorte de amparo, pertencimento e reafirmação identitária (através do discurso familiar). Isso se percebe através das categorias ‘afeto positivo’, ‘relações familiares’ ou ‘sensação de conforto’, guardadas as especificidades de cada uma. Além disso, a ‘casa da mãe’ é também recorte espacial, como se percebe a partir da categoria ‘local de moradia’ que se alinha ao que se espera socialmente da relação ‘moradia x local de moradia’, como nos trechos de ‘Nove’: Ah, eu morei bastante tempo com ela. Até eu casar. Até os 20 e poucos anos. (Nove. Entrevista realizada em 03/09/2020. Ponta Grossa – PR)

⁸² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁸³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁸⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

No entanto, também é possível identificar a atribuição de um sentido negativo à mesma categoria, ainda que em menor proporção. A produção de um sentido negativo em relação à casa de mãe sob o aspecto do 'local de moradia' está ligado à correlação com outros trechos identificados a partir da categoria 'relações de conflito'. Isso se dá a partir do discurso de Quatro, que apresenta uma ordem de acontecimentos cronológicos em sua trajetória de vida, desde a morte do padrasto (que assumia os papéis sociais relacionados à 'paternagem'⁸⁶), que interfere diretamente na condição da estrutura física de sua casa durante a infância, do conflito interno com a sua mãe e um novo padrasto, a vivência nas ruas enquanto local de trabalho e moradia, até o problema de adicção que se relaciona com seu envolvimento com práticas delituosas.

Assim, diferentemente da noção da 'casa da mãe' enquanto positiva e confortável, 'Quatro' revela que sua casa não apresentava uma estrutura física adequada para a moradia: "A minha casa era de madeira. E o meu padrasto, quando estava terminando, ele faleceu. Ainda tinha que 'sarrafear' e tudo." (Quatro)⁸⁷

Se então há também um sentido negativo atribuído à espacialidade em questão, ainda que em um número menor das evocações reveladas, é necessário apontar que esse sentido está relacionado ao não alinhamento dos discursos que reafirmam a noção de 'família', gerando assim tensão nas relações e, por suposto, na composição dessa espacialidade. Assim como o trecho apontado no parágrafo anterior, os trechos que se relacionam à categoria 'relações de conflito' dizem respeito às apreensões dos homens sobre a 'casa da mãe' em uma perspectiva pouco positiva.

Como afirmamos anteriormente, a questão etária é bastante perceptível nestes discursos, pois se referem quase sempre a momentos que retomam aos períodos de vida anteriores à vida adulta e ao encarceramento. Ainda que essa questão seja melhor explorada no próximo capítulo, é importante destacar que a casa da mãe e os significados relacionados a essa espacialidade a partir das categorias discursivas apresentadas, se alteram conforme o marcador 'tempo' é inserido na análise.

⁸⁶ Assim como a noção de 'maternagem', amplamente discutida por Przybysz (2017), que trata-se da compreensão de que a ideia de 'ser mãe' é uma apreensão fruto do discurso, ou seja, cultural, e não uma condição biológica, atribuímos a ideia de 'ser pai' a uma matriz cultural, não enquanto pré-discursiva aos sujeitos. Em outras palavras, as funções e papéis atribuídos, neste caso, ao homem para o exercício de 'ser pai' do entrevistado durante a infância, nada tem a ver com a sua concepção biológica.

⁸⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Logo, entender essa espacialidade enquanto positiva está muito ligado às experiências ligadas à infância e o período compreendido entre a infância e a adolescência de alguns desses homens. Do mesmo modo, a carga negativa é atribuída em momentos posteriores a esses, sendo a partir da adolescência⁸⁸, por exemplo, ou até mesmo a momentos que também seriam considerados infância ou a transição de infância para a adolescência, se relacionados aos papéis sociais que são esperados para cada um dos períodos de vida.

A categoria ‘relações de conflito’ é marcada, deste modo, por essas questões, conforme pode ser percebido no trecho a seguir:

Não tinha terminado. Daí, minha mãe, quando ele faleceu, acabou na vida errada. Daí nós íamos viver na rua. A minha mãe começou a viver no álcool. Daí arrumou um marido lá, que só maltratava eu, minha irmã ele tratava bem. Eu saí de casa e ele fazia eu dormir fora de casa. (Quatro)⁸⁹

As experiências que ‘Quatro’ carrega a partir de sua trajetória, quando relacionada à composição da espacialidade ‘casa da mãe’ são, diferentemente daquelas relatadas pelos outros entrevistados cujos trechos citados se situam em um espectro positivo, marcas significativamente negativas. Essa ruptura percebida de uma vivência familiar a partir de um episódio trágico, como a morte do padrasto, acarretou aquilo que o entrevistado revela enquanto desencadeamento do processo de interdição a essa espacialidade e à composição da rua de um modo marginal.

Outro trecho de discurso que corresponde à categoria ‘relações de conflito’ é de ‘Treze’, que assim como temos afirmado, indica a tensão gerada a partir de ações que transgridem a ordem estabelecida na espacialidade em questão, sobretudo no tocante à família, a partir da violência exercida pelo padrasto em relação à sua mãe e a reação assumida pelo entrevistado em meio ao conflito gerado:

Daí meu padrasto descobriu minha mãe de novo... Achou, voltaram juntos... Daí eu cresci, fui crescendo... Daí quando eu peguei meus 16 anos, que eu fiquei maior, que eu perdi o medo dele, porque eu tinha medo... Ele era reforçado, né? Daí eu comecei a frequentar Summer, Magic⁹⁰... Essas coisas... Comecei a perder o medo. Daí eu comecei a andar armado. Daí eu andava até com um facão dentro da manga da blusa, né? Porque... né? Por

⁸⁸ A noção de ‘idade’, ‘período de vida’, ‘infância’, ‘adolescência’, entre outros, é melhor discutido no próximo capítulo, já que compreendemos que esses marcadores, assim como outros componentes identitários dos sujeitos, não devem ser compreendidos de maneira pré-estabelecida, linear e igual a todos os sujeitos, sobretudo quando nos referimos às especificidades de homens e suas trajetórias geográficas de um modo interseccional.

⁸⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁹⁰ ‘Summer’ e ‘Magic’ são extintas casas de show que se localizavam em Ponta Grossa – PR, bastante frequentadas pelo público jovem e de periferias pobres da cidade.

causa das inimizades... Vai saber né? Naquele tempo era muita encrenca... 2004, 2003... Briga de vila... Até que um dia eu cheguei em casa e meu padrasto tinha acabado de chegar bêbado também... E estava batendo na minha mãe. Estava batendo na minha mãe e minha mãe estava barriguda... Estava grávida, acho que de uns 7 meses. Deu um murro nas costas da minha mãe e minha mãe bateu com a barriga no guarda-louça... E eu tinha acabado de chegar e meu padrasto falou: "Oh, teu macho chegou aí...", era eu que tinha chegado. Daí eu falei para o meu padrasto: "Não, não é macho nada... Minha mãe nem se envolve com esses negócios, cara... Sou eu que tô chegando...", daí eu peguei, pulava a janela pra dentro de casa, pra deitar, já caía no sofá, daí colocava o facão no canto do sofá assim, deitava ali e dormia. Daí eu comecei a ouvir minha mãe chorando lá longe... Lá longe eu ouvia o choro da minha mãe. E sufocada, né? E daí eu levantei e ele estava batendo na minha mãe, né? Daí eu falei: "O que está acontecendo aí?"... E daí ele falou: "Não está acontecendo nada, cara! Se você louquear aí, eu vou pegar até você e vou surrar você!"... Daí nesse dia me deu coragem. Daí eu briguei com ele. Daí quando ele veio pra cima de mim, eu consegui dar um chute no peito dele, derrubei ele e ele me falou que ia me matar. A hora que ele estava dizendo que ia me matar, eu peguei o facão daí. Sorte que eu não fiz a primeira cagada minha. Só que eu ia ser de menor também, né? Tinha 16... 15 pra 16 anos. Daí eu dei 3 facãozadas nele, ia acertar no pescoço, só que ele ergueu o ombro e pegou as 3 no ombro dele. Mas... Graças a deus, hoje nós estamos levando uma vida boa. Ele não está... (Treze)⁹¹

Assim como no caso de 'Quatro', 'Treze' relata a situação de conflito relacionada à violência doméstica. No entanto, diferente do revelado pelo discurso do primeiro entrevistado, o segundo tensiona a relação de poder que questiona a manutenção de ordem do discurso familiar, buscando a centralidade da espacialidade 'casa da mãe'.

Percebemos isso a partir do conteúdo de seu discurso, pois se observarmos com destaque o trecho citado, "[...] aí quando eu peguei meus 16 anos, que eu fiquei maior, que eu perdi o medo dele, porque eu tinha medo", o crescimento relacionado à idade não interferiu apenas no tamanho físico de 'Treze', mas também nos significados que atribuiu ao seu corpo na expressão de força, que possibilitou a resistência em relação à violência sofrida, diferentemente da experiência vivenciada por 'Quatro'.

Finalmente, se retomarmos para a noção de que há determinados códigos, ações e práticas que se atribuem às masculinidades, por exemplo a violência (CONNELL, 1995; CONNELL; MESSERSHMIDT, 2005.), percebemos que tanto no caso de 'Quatro', como no de 'Treze', há uma luta pela centralidade espacial a partir dos sujeitos que instituem essas 'relações de conflito' intrínsecas à espacialidade em questão, já que os conflitos 'padrasto x enteado' e 'padrasto x mãe x enteado/filho'

⁹¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

tratam-se de práticas que instrumentalizam a centralização e a marginalização dos sujeitos que compõem essa espacialidade.

De todos os modos, aquilo que se apresenta agora com mais clareza, é o que destacamos no início desta seção: a centralidade daqueles sujeitos que são considerados parte da família destes homens. Neste aspecto, quando avançamos para a análise dos discursos que compreendem a outra espacialidade da qual trataremos nesta seção, a casa da família, é interessante perceber que há outros sujeitos que passam a compor aquilo que compreendem enquanto família, como é o caso da avó e da madrinha, que assumem o papel de responsáveis pela manutenção doméstica. Isso pode ser percebido a partir dos seguintes trechos que dizem respeito à categoria 'local moradia', agora ligada à espacialidade 'casa da família':

Quando eu morava com a minha madrinha, era uma casa com 2 quartos, sala, cozinha, garagem. Era boa, tinha todos os móveis dentro da casa. (Seis)⁹²

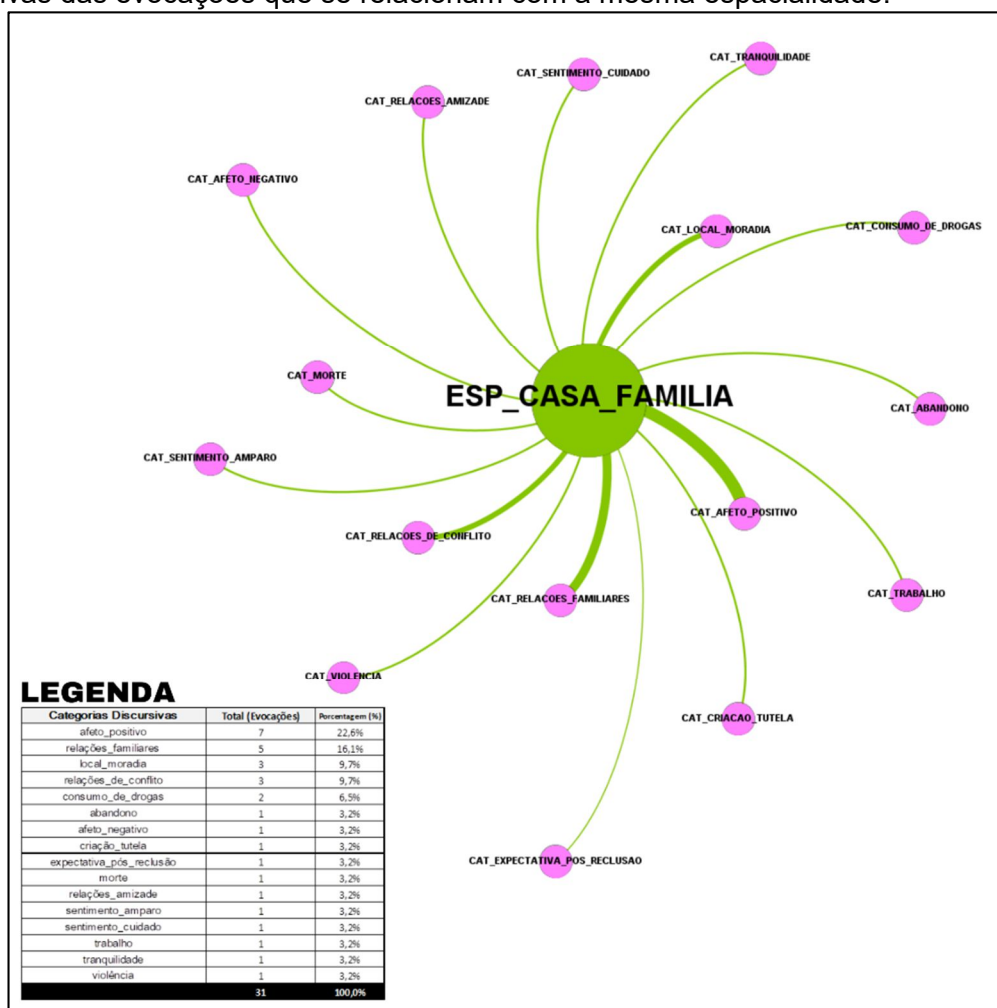
Quando eu fui morar com a minha avó, a casa dela era mais simples. Mas tinha... Tem 2 quartos, sala, cozinha, banheiro. Daí tinha um pouco mais de gente que morava lá. Na zona oeste. (Seis)⁹³

Para além, essa espacialidade contém 31 trechos discursivos classificados em 16 categorias discursivas. No entanto, deste total, apenas 5 categorias compreendem aproximadamente a 65% de todos os trechos: 'afeto positivo' (7), 'relações familiares' (5), 'local moradia' (3), apontada pelos trechos acima, 'relações de conflito' (3) e 'consumo de drogas' (2). Essas e as outras categorias correspondentes à 'Casa da família' podem ser observadas a partir do grafo a seguir:

⁹² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

⁹³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

GRAFO 5 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Casa da Família’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021.
Org.: MORAIS, André de, 2021.

A categoria com maior número de trechos correspondentes, ‘afeto positivo’, indica para uma concordância com a discussão realizada a respeito da mesma categoria em relação à espacialidade discutida anteriormente, a ‘casa da mãe’. Do mesmo modo que na referida espacialidade, quando os homens condenados por tráfico de drogas demonstram significar a espacialidade ‘casa da família’ a partir dos afetos positivos resultantes de suas relações com outros sujeitos, aquilo que se estabelece enquanto central é a família e o discurso construído no sentido de reafirmar aquilo que se compreende no sentido sociológico desta organização social. ‘Treze’, por exemplo, destaca que sua relação com sua família é bastante positiva, desde outros períodos de vida, até o momento, destacando enquanto sujeitos suas irmãs:

Tenho, tenho! Com a família tenho uma boa relação. Graças à deus eles estão lado a lado comigo. Nunca me abandonaram... Porque, eu também, já

teve situações em que mexia em lixo, pedia em feira, pedia em casas para ajudar as minhas irmãs, que são 5 meninas, né? (Treze)⁹⁴

Como se pode perceber, a relação estabelecida se constrói no sentido da aliança que, a partir das adversidades ligadas à escassez de bens ligados às necessidades básicas, buscaram-se alternativas para sobrevivência, onde o entrevistado assume lugar central no tocante à provisão de alimentos para as suas irmãs.

Aqui se destaca a relação de gênero estabelecida naquilo que socialmente se relaciona aos papéis de 'ser homem' (CONNEL, 1995) socialmente, na responsabilização da figura masculina de fornecer amparo material para a figura feminina, representada pelas irmãs do sujeito. Ainda que em uma situação que pode ser considerada marginal quando comparada às relações que se estabelecem no sentido hegemônico, já que 'Treze' está se referindo a uma vivência marcada pela pobreza financeira, que se relaciona à faceta de classe, diretamente ligada à intensificação de sua marginalização quando interseccionada a outras facetas, como a de gênero e idade, o entrevistado revela uma paradoxal centralidade (ROSE, 1997) no sentido da relação familiar estabelecida com as irmãs a partir da espacialidade da casa da família.

Isso também pode ser observado no trecho discursivo de outro entrevistado, porém ligado a outros sujeitos, sendo a esposa e a filha:

Até a hora que eu conheci a minha esposa, né? Que eu tenho minha esposa, a minha filha, né? Que daí eu casei... Aí um pouco ela me segurou um pouco. Me segurou... Falou que ia me ajudar, porque ela também era usuária de drogas. Hoje em dia, faz 10 anos que ela não usa mais nada. Frequenta o CAPS, me ajuda em tudo o que preciso, graças a deus. Tem a minha filha... Aí, eu pretendo agora, sei lá, sair daqui... Tentar retornar ao meu trabalho. Como eu ganhei um curso de panificação aqui também, até o professor que deu o curso, me indicou uma padaria, falou que é da comadre dele, que ele me ajuda. E agora as oportunidades estão vindo, certo? Que eu estou pra ir embora... E eu mesmo, nessa vida eu vou largar. Tem que se virar, quero sair fora enquanto é tempo ainda. Que têm muitos que querem sair, mas não aguentam. O bagulho é louco. (Quatorze)⁹⁵

'Quatorze' revela, além da busca pela legitimação de sua masculinidade frente ao desafio da subsistência financeira ligada à 'casa da família' e da percebida busca pela correspondência à expectativa da esposa de se manter distante das práticas que o levaram ao cárcere, a sua vontade da ressocialização relacionada à prática

⁹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

⁹⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

profissional (marcador de validação social), que parte do aprendizado percebido durante a composição da espacialidade 'PEPG' (como será discutido na última seção deste capítulo).

Esses trechos, que relacionados à categoria 'afeto positivo' compreendem parte do modo como esses sujeitos significam suas relações ligadas à espacialidade em questão, tem direta relação com outras duas categorias, as 'relações familiares' e 'relações de conflito'. A relação entre as categorias é marcada pela carga negativa assumida a partir dos discursos categorizados destes dois modos, já que, ao contrário dos afetos positivos, que se constroem nas relações de aliança que se estabelecem a partir da casa da família, são significadas a partir das relações de tensão instituídas segundo essa espacialidade.

Do mesmo modo que na 'casa da mãe', a tensão estabelecida espacialmente na 'casa da família' está relacionada ao modo como são exercidas práticas que contrariam o discurso legitimador da família, ora pelas ações violentas do pai, outrora pelo consumo de drogas por parte dos entrevistados, que marca suas marginalizações nas relações familiares. Os seguintes trechos colaboram para essa compreensão:

Eram casados... Sempre foi. Mas até uns dias de ele... De chegar os finais de semana e ele dar perdido em casa e sair para a cachaçaiada e ficar loqueando... Daí era bom... Mas tinha tempo que era ruim, era cruel mesmo. Chegava, batia na mãe, batia em nós... E daí, foi indo até... Acho que foi isso também que embalou um pouco para eu sair de casa, loquiar pela rua... (Onze)⁹⁶

Por causa que daí eu mesmo furtava de casa, né? Pegava e via se tinha dinheiro, ou alguma coisa que desse dinheiro e trocava pela droga. Daí eu... Eu só usava, usava e usava... (Quatorze)⁹⁷

No primeiro trecho, o que se percebe é a centralidade assumida pelo pai a partir da ação violenta decorrente do consumo de bebida alcóolica, destacada enquanto motivo desta ação. Nesta perspectiva, a violência pode ser considerada como a ação visível resultante da assimetria de poder presente na relação entre o pai e os outros sujeitos componentes da família. Essa violência, na perspectiva de Foucault (1995) pode ser considerada a última instância pela qual o pai, de maneira racional (ainda que constrangida pelos efeitos da substância consumida), tenta exercer controle sobre a autonomia dos sujeitos, escancarando um modo de agir masculino no sentido hegemônico da coisa, tal como ilustra Connell (1995) quando

⁹⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

⁹⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

fala a respeito das masculinidades e as práticas violentas enquanto mecanismos de autoafirmação e centralidade.

Embora possa o pai, em alguma instância, a partir dessa prática e dos efeitos resultantes, ser central na espacialidade da casa da família, o desequilíbrio causado pela violência estigmatiza a noção de família, acarretando o significado de conflito e, de certo modo, de afeto negativo (embora não apareça enquanto uma categoria discursiva de maneira direta). Diante disso, 'Onze' ainda destaca da possibilidade de esse conflito ter relação colateral com suas práticas ligadas ao consumo de drogas durante a adolescência, como perceptível no trecho "[...] acho que foi isso também que embalou um pouco para eu sair de casa, loquiar pela rua..." (Onze)⁹⁸

De encontro a isso, o segundo trecho, de 'Quatorze', revela a paradoxal relação entre o consumo de drogas enquanto um instrumento de centralização em determinadas espacialidades, sobretudo aquelas compostas por sujeitos que consideram esse comportamento enquanto validador social, e ao mesmo tempo marginalização de outras, tal como já se observou na 'casa da mãe' e, agora, na 'casa da família'.

A marginalização também se justifica por suas práticas que, além de discordarem do discurso que reafirma a noção de família no aspecto direto do consumo de substâncias psicoativas, também afetam a organização da espacialidade da casa da família segundo a tensão gerada pelo furto de bens materiais pertencentes ao arranjo dessa espacialidade.

No sentido do 'consumo de drogas', enquanto uma categoria discursiva, é interessante observar que, diferentemente do que se observa neste referido trecho, assim como quando discutimos a respeito da espacialidade do 'corpo', aqui se refere ao consumo praticado por outros sujeitos, tal como demonstrou 'Onze' em sua fala, que reafirma essa questão no seguinte trecho: "Com álcool. Ser alcoólatra é o problema dele." (Onze)⁹⁹

Do mesmo modo que 'Onze', 'Quatorze' também volta a demonstrar em seu discurso, porém agora relacionado à categoria 'consumo de drogas', essa prática, porém ligada ao pai, como pode ser observado a seguir:

Daí, com 7 anos de idade, minha mãe foi me buscar com o meu pai. Aí fui morar com eles na zona leste. Ali que começou... Daí, pelo meu pai... Eu vou

⁹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

⁹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

falar bem a verdade, o meu pai é usuário de maconha. Ele fuma até hoje a maconha. Aí eu via ele fumando, eu era criança, com 7 anos eu não tinha noção das coisas, só que eu lembro... E foi passando, passando, passando e nós fomos morar na vila, voltamos para a vila que era onde a minha tia morava. (Quatorze)¹⁰⁰

No primeiro capítulo desta Tese, quando discutimos a respeito do conceito de identidade enquanto componente cultural dos sujeitos (CASTELLS, 1999; DUBAR, 2006; HALL, 2003; 2011; POLLACK, 1992; SILVA, 2003) afirmamos a necessidade de olharmos para este marcador em uma perspectiva intersubjetiva, pois constrói-se diante da existência da relação com outros sujeitos. Ora, se os homens que entrevistamos compõem espacialidades específicas, como é o caso da que estamos discutindo nesta seção, então os sujeitos com quem se relacionam e suas práticas estarão mais ou menos presentes em suas trajetórias de vida, inclusive no tocante às suas apreensões de sujeito e identidades.

Quando 'Onze' afirma haver alguma da relação entre a violência do pai decorrente do consumo de álcool e a sua composição da espacialidade da rua através de práticas que denomina 'loquiar', ligadas, por exemplo, ao consumo de drogas, devemos observar este trecho a partir da compreensão afirmada no parágrafo anterior.

Isso não significa afirmar que a violência do pai é uma justificativa isolada para as escolhas que no decorrer da trajetória de 'Onze' se relacionam com a composição das espacialidades do tráfico de drogas e do crime, que resultaram na composição das espacialidades ligadas ao cárcere. Porém, deve ser considerada enquanto um marcador importante nessa trajetória. Do mesmo modo é a percepção de 'Quatorze' a respeito de sua experiência ligada à infância, na observação do consumo do pai daquilo que considera ser maconha. Se somos sujeitos a partir das relações que construímos e das espacialidades que compomos, devemos levar em consideração todos os fatores que podem compor essas espacialidades.

3.3 PONTA GROSSA E A RUA

Se por um lado as espacialidades que tratamos na seção anterior se referem a um recorte do particular, do familiar, ao lar, ou seja, ao que se define ao ambiente

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

doméstico¹⁰¹, nesta seção as espacialidades observadas são significadas àquilo que se assume para além das relações familiares, envolvendo outros sujeitos e outras dinâmicas, transbordando as espacialidades domésticas.

Compreendendo que aquilo que se estabelece nas espacialidades 'Ponta Grossa' e 'rua' é produzido e significado de outros modos em relação àquilo significado a partir da 'casa da mãe' e da 'casa da família', então aquelas categorias discursivas observadas sobre as espacialidades anteriores podem não corresponder no mesmo sentido demonstrado anteriormente. Do mesmo modo, ainda que as categorias possam assumir conotações similares, sejam elas positivas ou negativas em relação a essas espacialidades, as relações sociais construídas são outras.

Para identificar em que se relacionam as categorias discursivas ligadas às espacialidades discutidas nesta seção, iniciaremos por observar os dados referentes à espacialidade de Ponta Grossa¹⁰² e, em seguida, discutiremos aquilo que se refere à espacialidade da rua.

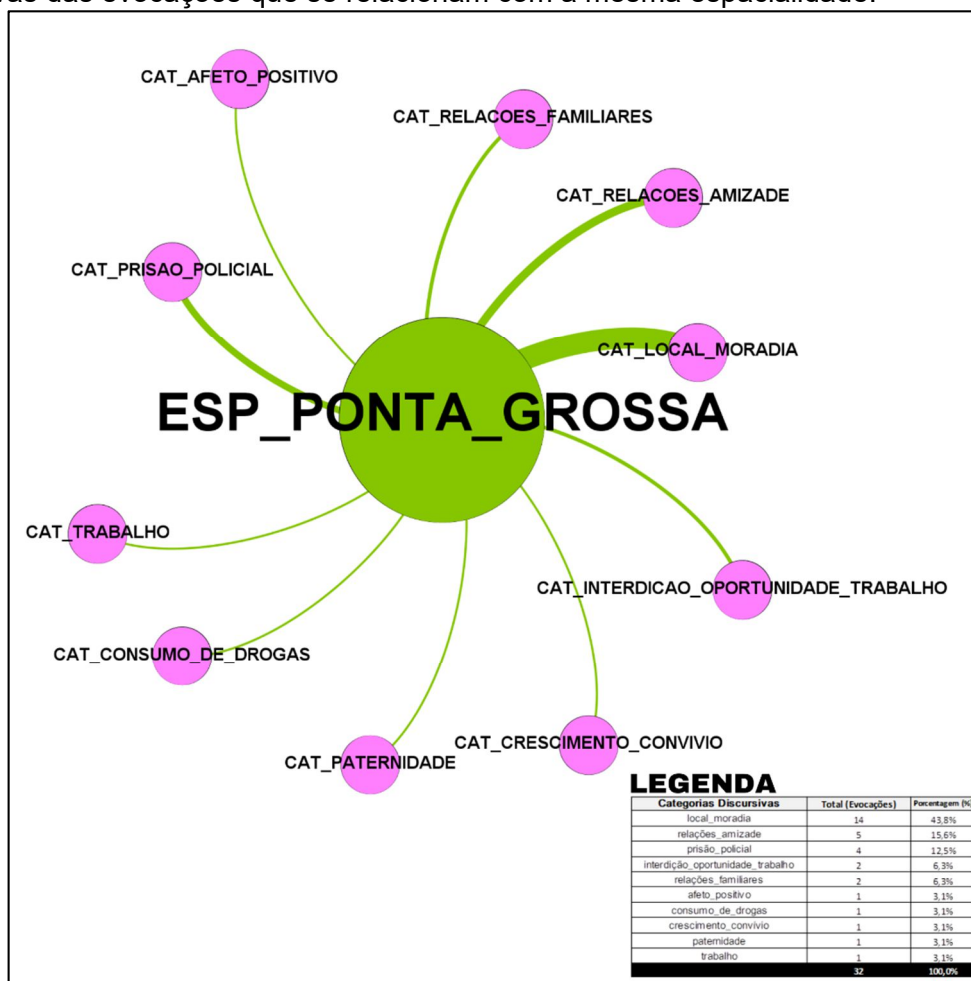
Deste modo, ao iniciarmos este debate a partir de um olhar a respeito dos discursos referentes às experiências construídas em Ponta Grossa, é preciso nos atentarmos em relação às categorias discursivas que se relacionam com este recorte espacial. No total, há 10 categorias discursivas relacionadas à espacialidade em questão, com 32 trechos de discurso relacionados em maior ou menor quantidade a cada uma dessas categorias.

Três categorias concentram a maior parte desses discursos, sendo 'local moradia', 'relações de amizade' e 'prisão policial'. Juntas, essas categorias somam um total de 71,9% de todas as evocações. Isso pode ser observado no grafo a seguir:

¹⁰¹ Embora compreendamos que existam debates referentes à noção de 'espaço doméstico', sobretudo no âmbito da noção daquilo que se estabelece enquanto privado ou particular, a utilização do termo 'doméstico' neste ponto se refere ao fato de que os principais sujeitos com os quais as inter-relações que os homens entrevistados estabelecem na 'casa da mãe' e na 'casa da família' são aqueles definidos enquanto familiares. Neste sentido, a compreensão etimológica da palavra 'doméstico' é cabível, já que segundo o dicionário Oxford (2022), deriva do latim *domesticus*, que significa ser 'de casa', 'da família', 'particular', 'privado'.

¹⁰² É importante destacar que, as espacialidades que discutimos até agora e, para além, aquelas ainda não discutidas, se relacionam de modo direto, ou indireto, com a cidade de Ponta Grossa – Paraná, já que a cidade constitui-se enquanto o recorte que nos permitiu acesso aos homens que compõem essa pesquisa, já que cumprem pena na Penitenciária Estadual localizada no município.

GRAFO 6 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Ponta Grossa’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Cada uma dessas categorias corresponde a um sentido específico e, como já temos visto ao longo da análise presente nas outras seções, muito do que se atribui às espacialidades a partir das categorias deve ser analisado do ponto de vista do período de vida correspondente ao trecho discursivo, como faremos de maneira mais aprofundada no capítulo IV.

Esse também é o caso das categorias correspondentes à ‘Ponta Grossa’, pois quando referem-se às categorias ‘local moradia’ e ‘relações de amizade’, os entrevistados relatam suas experiências ligadas aos períodos de suas trajetórias geográficas correspondentes ao que seria a infância, adolescência e ao início da vida adulta, que são anteriores às suas prisões.

Isso pode ser observado a partir dos trechos correspondentes à primeira categoria que contém o maior número de trechos, como nos seguintes exemplos:

Isso. Com a família toda aqui para a cidade. Morar perto do centro. (Dois)¹⁰³

É... Sou de Ponta Grossa mesmo. Sou daqui mesmo. Nasci e cresci aqui. (Dez)¹⁰⁴

Sou daqui de Ponta Grossa, exatamente. Da vila da zona sul. (Quatorze)¹⁰⁵

Compreendendo a noção de Ponta Grossa enquanto uma espacialidade que refere-se à residência, observamos que nisso estão presentes as relações que esses homens constituem no sentido de produzir alianças que garantam a manutenção de suas existências enquanto sujeitos e, a partir disso, o modo com essas relações se configuram de acordo com a realidade vivenciada.

Neste sentido, as 'relações de amizade' se estabelecem enquanto parte das diversas relações que os entrevistados comporão ao longo de suas trajetórias e que neste caso constituem a espacialidade em questão. No sentido comum, pensamos na amizade enquanto uma forma de relação que estabelecemos com pessoas cujas quais as práticas e ações confluem com as nossas, já que buscamos a reafirmação de nossas identidades através de um grupo social (POLLACK, 1992).

Essa busca pela reafirmação das identidades argumentada por Pollack (1992), que valida determinadas características, práticas e ações em detrimento de outras, será visível em relação à espacialidade de Ponta Grossa a partir de um ponto que vem sendo percebido ao longo desta reflexão a partir da análise de conteúdo dos discursos dos entrevistados, que é o consumo de drogas, que se demonstra enquanto um importante componente das trajetórias desses sujeitos, sobretudo porque muito do que se resulta na prática da traficância parte da necessidade do pagamento pelo consumo de substâncias psicoativas, como veremos na próxima seção deste capítulo no tocante às espacialidades 'tráfico de drogas', 'corpo' e 'crime'.

Aqui, ainda que o consumo de drogas não se apresente enquanto uma 'categoria discursiva' está diretamente relacionado à categoria 'relações de amizade', já que é um marcador que os entrevistados revelam aproxima-los de outros sujeitos com quem estabeleceram relações de aliança ao longo de suas trajetórias a partir de Ponta Grossa. Cabe o destaque do seguinte trecho:

Amizade de droga a gente tem assim, né? De drogas. Porque, que nem eu falei para o senhor, eu era bastante conhecido ali. Então amizade a gente tem assim... Não vou dizer que são aqueles amigos verdadeiros assim, que estão

¹⁰³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁰⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁰⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

para o que der e vier, nas horas difíceis, mas amizade assim a gente tem bastante. (Dezesse) ¹⁰⁶

O tempo se destaca enquanto um importante marcador, já que quando relacionado com a mudança de relações e, por suposto, a mudança de espacialidades a serem compostas, muitas vezes de maneira concomitante à composição da espacialidade Ponta Grossa, noutras não, essas amizades deixam de fazer o sentido, pois não correspondem aos discursos que se constroem nessas outras espacialidades, já que práticas como o consumo e a venda de drogas não se fazem presentes, como revela 'Sete': "Tinha poucos (amigos)... Não, não tenho mais." (Sete) ¹⁰⁷

A ausência de amigos relacionados à espacialidade de Ponta Grossa, marcado por outras dinâmicas construídas ao longo de suas trajetórias, também estão relacionadas ao fato de que, em algum momento, por ocasião do tráfico de drogas, esses homens passam a compor espacialidades ligadas ao cárcere ¹⁰⁸.

Um marco de ruptura nessas relações ocorre a partir de suas prisões, aqui resumidas à categoria 'prisão policial', que parte dos homens condenados por tráfico de drogas indicam terem ocorrido a partir da espacialidade de Ponta Grossa. Essa categoria refere-se ao modo e ao local em que suas prisões ocorreram, conforme os trechos:

Não. (Fui preso) Aqui em Ponta Grossa. Fui preso no posto, onde tem uma churrascaria. Na verdade, foi uma escuta. Tinha uma escuta e eu marquei um encontro para receber a droga. E aí, foi onde fui preso. Foi tranquilo... (Três) ¹⁰⁹

Foi na frente de uma loja no centro da cidade. (Quatorze) ¹¹⁰

Diante do exposto, é perceptível que as categorias que representam a maioria dos trechos de discurso correspondentes revelam que a espacialidade em questão, indicam a cidade enquanto um lócus de moradia, do estabelecimento de relações de aliança (amizade), porém pela tensão relacionada às suas prisões, decorrentes da prática criminosa, mas que antes de tornarem-se criminosas, são perpassadas muitas das vezes pelo consumo de drogas, que é um dos mecanismos da luta pela centralidade das relações desses indivíduos.

¹⁰⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁰⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

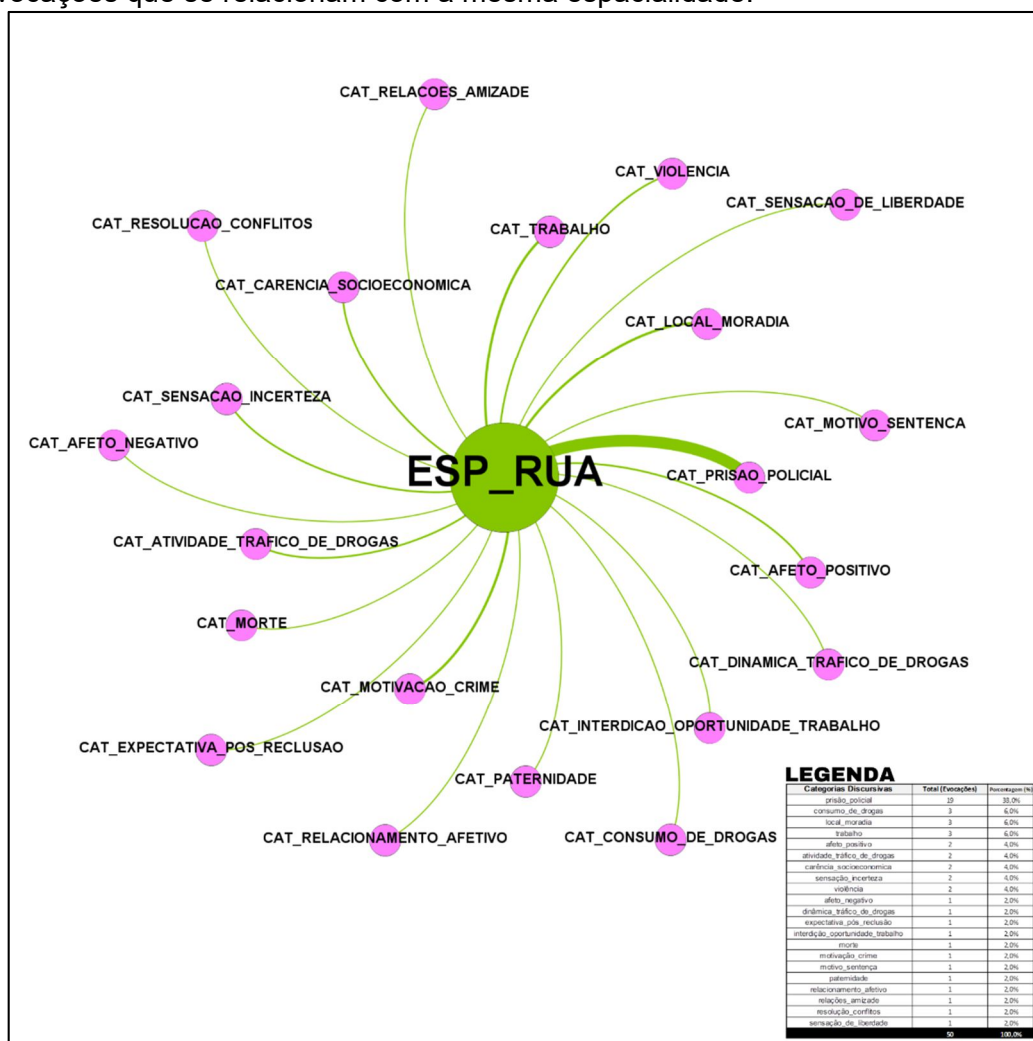
¹⁰⁸ A última seção deste capítulo remete a essas espacialidades (Comarca, Cadeia e PEPG).

¹⁰⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹¹⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Nesta mesma direção, quando voltamos para a espacialidade da rua, os significados percebidos a partir das categorias discursivas, assim como elas próprias, apontam para um sentido similar. Isso se reforça a partir dos dados apresentados no grafo 7, que segue abaixo:

GRAFO 7 – Representação da relação entre a espacialidade 'Rua' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Como se observa, há 50 trechos discursivos que correspondem à espacialidade 'rua', que estão distribuídos em 21 categorias. Dentro dessa totalidade, convém a percepção de que 56% de todas as evocações estão concentradas em 4 categorias discursivas: 'prisão policial', com 19 trechos discursivos, e 'consumo de drogas', 'local moradia' e 'trabalho', cada uma com 3 trechos correspondentes.

Quando a espacialidade 'rua' surge em nossa investigação a partir da análise das entrevistas, qual é essa 'rua'? É a rua enquanto espaço onde estão presentes as

heterogeneidades dos homens que entrevistamos e, para além disso incluídas de modo legítimo no diálogo com outros sujeitos que compõem essa espacialidade, ou para eles é uma espacialidade que assumem posições marginais? Quando relacionado com outros espaços, a composição dessa espacialidade é uma escolha, ou um constrangimento?

Os dados representados pelo Grafo supracitado, além das considerações a respeito das categorias com maior presença de evocações relacionadas, colaboram para refletirmos a respeito dessas perguntas.

Quando tratamos da 'rua' nesta investigação, estamos nos referindo a um recorte evocado pelos discursos dos sujeitos enquanto uma espacialidade onde, em maioria, estão destacados aspectos negativos referentes às suas trajetórias. As categorias que correspondem, em conjunto, a 56% dos trechos discursivos daqueles que dizem respeito a essa espacialidade, apesar de guardarem suas especificidades, se assemelham justamente nesses aspectos.

Os homens que entrevistamos guardam similaridades nas características que correspondem à realidade socioeconômica e, a partir da relação entre essas características e o conteúdo dos discursos apresentados, na apreensão de suas identidades, como temos discutido até este ponto. Essa noção nos encaminha para uma direção de apontarmos que essas identidades, sob um ponto de vista interseccional, sobretudo na compreensão de Rodó-Zárate (2021), tem direta relação com a maneira negativa que representam as espacialidades que compõem. Não obstante, essas representações são fruto dos caminhos que tomam em suas trajetórias geográficas e, com a espacialidade 'rua', não é diferente.

Se então a rua é assumida por esses sujeitos enquanto uma espacialidade que compõem em relação a outros sujeitos em um aspecto negativo, então também podemos compreender que há um constante estado de tensão, já que essa tensão é significada pela marginalidade que assumem quase sempre nesta espacialidade.

Um dos fatores que endossa essa afirmação é o conteúdo que carregam as categorias discursivas correspondentes, como é o caso da 'prisão policial'. Nessa categoria, fica evidente a relação entre os homens e o Estado, representado pela polícia, a partir dos efeitos assumidos por esses sujeitos como consequência da prática criminosa, quando da ação policial na coibição dessas práticas e, principalmente, na materialização dos textos da lei, como pode se perceber no seguinte trecho: "A minha abordagem foi por 4 motos e 1 blazer. Foi bastante policial.

Não foi tranquila. Não tive nenhuma reação. Fui para a 13ª e foram feitos todos os procedimentos.” (Cinco. Entrevista realizada em 28/08/20. Ponta Grossa – PR)

Avançando na relação com as outras três categorias que representam, juntas, 18% do total das evocações relacionadas, fica ainda mais clara que, apesar de a rua garantir algum grau de existência para esses sujeitos, esse grau é assumido sempre na posição de marginal. Não por acaso, se observarmos categorias como ‘local moradia’ ou ‘trabalho’, que quando relacionadas a outras espacialidades podem ser significadas de maneira positiva, aqui assumem uma carga negativa, já que dizem respeito ao modo como esses homens têm suas práticas e ações limitadas a um leque de possibilidades pequeno.

Exemplos disso são os dois seguintes trechos que tratam, respectivamente, das categorias ‘local moradia’ e ‘trabalho’ sob a perspectiva de dois homens entrevistados:

Ah, eu com 9 anos fui morar na rua. (Doze)¹¹¹

Na verdade não tinha (infância). Eu trabalhava até às 11 horas. Daí ficava fora de casa. Daí só podia soltar pipa. Daí nós ficava pela rua e minha irmãzinha ficava por perto, brincando com as bonecas dela. (Quatro)¹¹²

Esses trechos revelam as realidades de ‘Doze’ e ‘Quatro’ que, a partir de suas vivências ligadas à rua, construíram significados específicos sobre essa espacialidade que fogem daquilo que se espera enquanto ‘padrão’, já que quando se pensa em ‘moradia’ ou em ‘trabalho’, em um sentido ‘comum’ não se espera que sejam categorias atribuídas à rua, porém a outras espacialidades, como ‘casa’ e ‘indústria’, por exemplo.

Em relação a isso, ainda é possível a afirmação de que a marginalização que se institui em outros recortes espaciais, justificada a partir de seus problemas de adicção (que se mostra enquanto uma realidade presente nas trajetórias de alguns dos entrevistados), que gera conflitos com outros sujeitos, como a família, intensifica a composição marginal em outras espacialidades, como é a rua, que torna-se local de moradia e, enquanto estratégia de sobrevivência, local de trabalho.

Além disso, fica ainda mais clara o fator ‘idade’, que se estabelece no caso desses homens enquanto um marcador identitário que, ao que seus discursos indicam, funciona enquanto um intensificador de suas marginalidades dados os

¹¹¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹¹² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

contextos espaciais que passam a compor a partir de suas relações. Isso será percebido de modo mais claro sobretudo no capítulo IV da presente tese.

Deste modo, a percepção de que a rua é uma espacialidade que é composta por esses homens em uma posição marginal, que demonstramos se estabelecer enquanto resultante da relação destes homens com outros sujeitos, mas também com outras espacialidades, não se desprende daquilo que defendemos aqui a respeito da interseccionalidade enquanto fundamental na compreensão de suas trajetórias.

Se para muitos de nós a rua é composta enquanto uma espacialidade em que transitamos, por vezes realizamos festividades e, na grande maioria do tempo, convivemos em aliança com outros sujeitos, para esses homens não parece seguir a mesma lógica. Embora seja necessário não esquecermos dos privilégios que carregam homens em relação aos eixos de desigualdade, sobretudo no tocante ao eixo correspondente ao gênero (RODÓ-ZÁRATE, 2021), é preciso reafirmarmos a impossibilidade de observá-los de maneira isolada e, por isso mesmo, para os homens que tiveram suas trajetórias marcadas pelo tráfico de drogas, seus privilégios diminuem na medida em que facetas identitárias como classe e idade, se interseccionam com a de gênero.

Nisso, a rua torna-se uma espacialidade que, apesar de não ser marcada pela violência de gênero, por exemplo, como é para muitas mulheres, de acordo com alguns relatos presentes na dissertação de Campos (2016), é marcada por outras formas de violências e constrangimentos para esses homens. Constrangimentos marcados pela intersecção de suas identidades em relação aos eixos de desigualdade e reforçados pelo estigma que carregam ora como usuários de drogas, outrora como comerciantes dessas substâncias de maneira ilícita.

3.4 O CORPO, O CRIME E O TRÁFICO DE DROGAS

Assumir a 'palavra-chave' central desta tese é fundamental para a compreensão da relação entre as trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas e seus envolvimento com a atividade delituosa. Ora, se fica cada vez mais clara a centralidade assumida do tráfico de drogas enquanto prática presente de maneira protagonista ao longo de suas trajetórias, então é preciso somar aquilo que já foi observado por meio das seções anteriores e aquilo que pode ser observado

a partir desta seção que, em consequência, culminou na composição desses sujeitos nas espacialidades ligadas ao cárcere.

Por isso, ao longo das seções anteriores fizemos um movimento de perceber aquilo que faz parte das vivências desses homens partindo de diferentes direções, seja a partir da vivência marginal em relação ao espaço escolar e o relacional abandono dos estudos, aos afetos positivos e negativos apreendidos em relação à casa da mãe e à casa da família, ou sobre as tensões e alianças construídas a partir de espacialidades que transbordam o doméstico, Ponta Grossa (a cidade) e a rua. Agora, nos preocuparemos em observar aquilo que nos parece ser mais 'estrito' e direto em relação ao tráfico de drogas.

Para isso, dividimos esta seção em três partes, iniciando pela discussão referente à espacialidade do corpo, passando pela espacialidade do crime e, finalmente, a do tráfico de drogas. É preciso reforçar a noção de que a organização da discussão nesta ordem serve para olharmos para o fenômeno de maneira que facilite nossa compreensão, porém é preciso compreendê-lo de maneira não linear e, portanto, através de um olhar mais fluido.

Tratar o corpo enquanto uma espacialidade vem se constituindo enquanto uma prática reflexiva para nós, do Grupo de Estudos Territoriais (GETE), dado o fato de que os estudos que se preocupam com essa perspectiva são relativamente recentes na Geografia Brasileira. Exemplos disso é o capítulo de livro de Silva e Ornat (2016), que destacam os desafios de se pensar o corpo enquanto um espaço geográfico, ou a dissertação de mestrado de Campos (2016), que reflete sobre as experiências corporais e espaciais de mulheres vítimas de violência sexual.

Em Moraes (2017), tratamos da espacialidade denominada 'corporal' e sua relação enquanto o modo primário pelo qual meninos em tratamento de dependência química construíam significados acerca do mundo, de onde partiam os problemas relacionados ao consumo de substâncias psicoativas e o decorrente problema de adicção e da fronteira que demarcava-os enquanto indivíduos na relação com outros sujeitos quando da intersecção com outras espacialidades.

Na presente Tese, caminhamos por um sentido similar ao apreendido anteriormente. Isso se concentra na justificativa daquilo que já afirmamos, a respeito da similaridade das trajetórias de vida presentes nos discursos dos homens condenados por tráfico de drogas e os meninos que compuseram a dissertação de Moraes (2017), como também no fato de que seguimos, guardados as especificidades

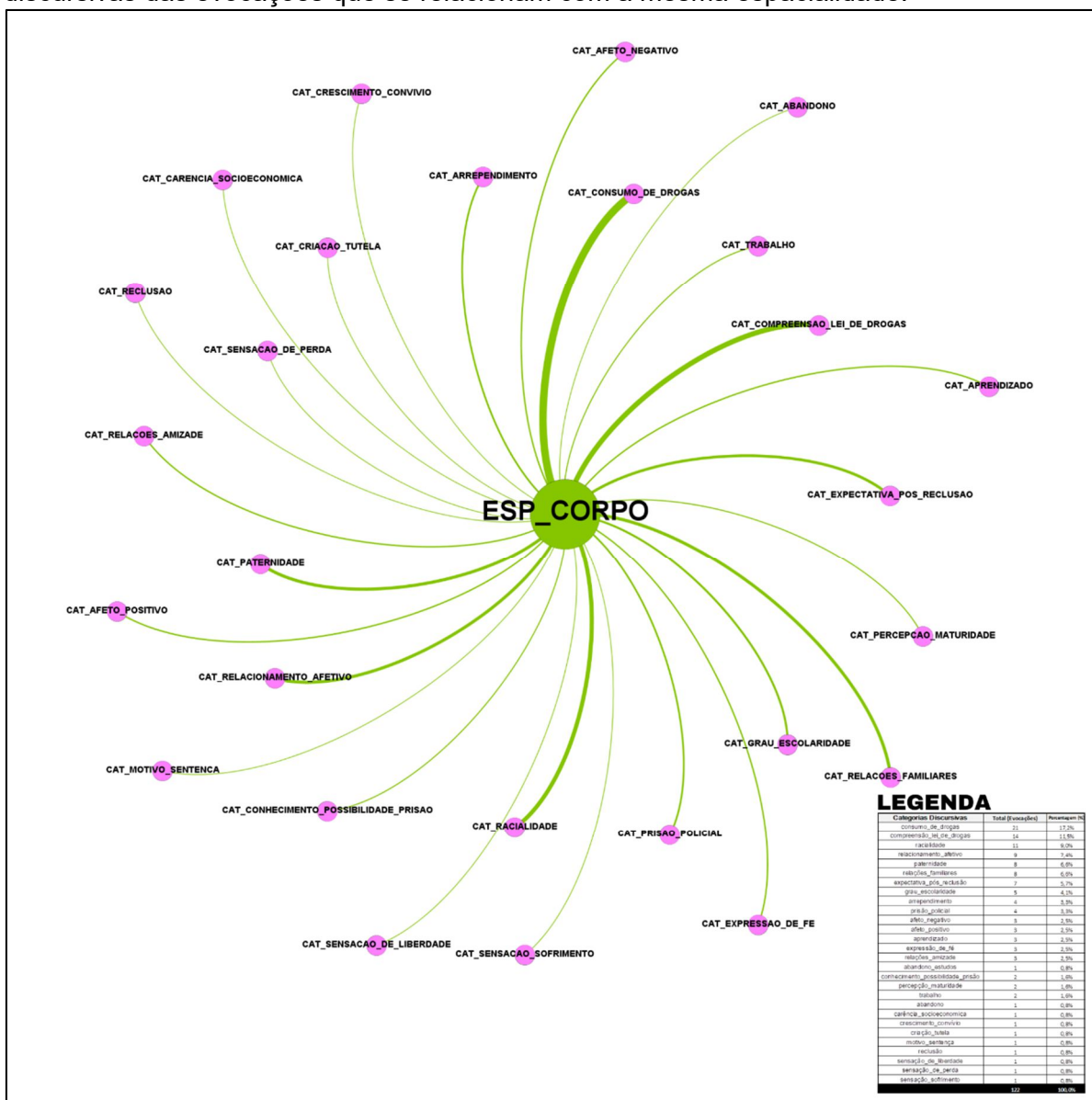
e os avanços, concordando com os mesmos lastros teóricos apresentados na produção acadêmico-científica anterior.

Valentine (2001, p. 24) argumenta que o corpo pode ser interpretado enquanto uma superfície de inscrição, onde nós inscrevemos nossas identidades, munida de valores culturais, onde a moralidade e leis sociais são escritas, marcadas e cicatrizadas, ou transformadas por regimes institucionais variados.

O espaço corporal é, assim como outras espacialidades, construído de maneira intersubjetiva e, portanto, é mutável e carrega significados que se alteram em relação à temporalidade, por sua característica de abertura e porosidade. Neste sentido, aquilo que os homens vivenciam em outros espaços que compõem ao longo de suas trajetórias, como a espacialidade do tráfico de drogas, da PEPG e de outras espacialidades que refletimos nas próximas seções, também estarão presentes mesmo que de maneira indireta na espacialidade do corpo.

As categorias discursivas que correspondem a essa espacialidade, cujas evocações se concentram em maior número, são 'consumo de drogas', 'compreensão da lei de drogas', 'racialidade', 'relacionamento afetivo', 'paternidade', 'relações familiares' e 'expectativa pós reclusão', que somam 64% de todas os 122 trechos de discurso classificados segundo o 'corpo', como ilustra o Grafo a seguir:

GRAFO 8 – Representação da relação entre a espacialidade 'Corpo' e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

A totalidade das evocações e a classificação delas de acordo com seus significados, que se atribuem em resumo a partir das categorias discursivas, como as que serão discutidas aqui a partir da centralidade apresentada pela ordem de grandeza quantitativa, colaboram para que ampliemos nossas visões acerca do corpo desses homens enquanto uma espacialidade que compõem, onde se relacionam com outros sujeitos e constroem significados específicos, que se estabelecem na noção de que essa espacialidade, como as outras, é mutável através do tempo, portanto os significados também são.

Dentre as categorias com maior número de evocações, se destacam três principais: consumo de drogas (21), compreensão da lei de drogas (14) e racialidade (11). O que há em comum entre essas categorias, é a noção de que é a partir do corpo que são construídos significados e sentidos a respeito de si mesmos e de como se relacionam com outros sujeitos em diversas espacialidades, incluindo naquilo que se manifesta enquanto um componente direto de seus envolvimento com a prática criminosa.

Afirmamos isso, pois do mesmo modo que essas categorias justificam-se enquanto construtos que partem da espacialidade do corpo, elas também se relacionam a outras espacialidades. Iniciamos a justificativa dessa afirmação a partir da categoria ‘consumo de drogas’, que apresenta o maior número de trechos discursivos correspondentes.

Há diferentes questões quanto ao fato de os entrevistados terem se encontrado com o tráfico de drogas em suas trajetórias de vida. Isso pode ser observado inúmeras vezes em seus discursos, como poderá ficar ainda mais percebido com relação à espacialidade do tráfico de drogas. Uma dessas questões pode ser percebida a partir da categoria ‘consumo de drogas’, já que essa revela ser uma das categorias que se significam na medida em que os homens expõem que a partir do consumo de drogas há uma razão para realizarem a prática da venda de substâncias ilegais, como destaca ‘Dezessete’: “O meu único problema maior é a droga. Então já passei por tratamento, eu sei e reconheço que tudo o que fiz foi por causa da dependência da droga, reconheço sim.” (Dezessete)¹¹³

Essa noção está diretamente relacionada ao modo como esses homens se posicionam espacialmente, incluindo o modo como se posicionam em relação à espacialidade corporal. A compreensão de ‘Dezessete’ de que o principal fator que o faz realizar ações que o permitam consumir a substância a qual é químico dependente, está ligada ao fato de que é através do seu corpo que torna-se possível e, ao mesmo tempo, passível, o envolvimento com o tráfico enquanto uma alternativa de existência, já que encontra-se em situação de vulnerabilidade relacionada ao problema de adicção.

Essa vulnerabilidade acarretada pelo vício pode ser ainda observada em outro trecho, quando ‘Quatorze’ afirma ter se tornado “escravo da droga”:

¹¹³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Viciei. Gostei. Na verdade eu gostei... Nossa, era bom mesmo, né? Daí desandei mais. E daí todo dia, todo dia eu tinha que usar. Que nem, eu comecei a usar uma ou duas vezes na semana quando comecei. Mas chegou um tempo em que o vício falava bem mais alto... Eu tinha que acordar, às vezes eu dormia e falava como ia fazer para fumar uma pedra... Era bem assim. Nossa! Era escravo, né? Escravo da droga! (Quatorze)¹¹⁴

A maneira dita pelo entrevistado a respeito de 'tornar-se escravo da droga' está diretamente relacionado ao fato de que a substância cuja qual tem uma relação corporal de químico-dependência, constrange a si mesmo de exercer uma ampla autonomia sobre si e, portanto, da centralidade acerca da espacialidade do corpo. Butler (1997) argumenta em um sentido hegeliano, de que ao assumir uma posição de 'escravo', o indivíduo perde autonomia única de si e estende o direito a essa autonomia de sujeito ao seu amo e, portanto, passa a exercer suas práticas sob a decisão daquele que tem posse sobre seu corpo.

É possível então afirmar que, ao reconhecer a espacialidade do corpo enquanto resultante de uma intersubjetividade, observar a questão do consumo de drogas e da adicção decorrente deste consumo enquanto uma 'escravidão' assumida por 'Quatorze', pode-se compreender que o vício, como os efeitos decorrentes desse vício, também são relacionados aos outros sujeitos com quem o entrevistado se relaciona e, portanto, às outras espacialidades que compõe.

Ora, se um escravo tem suas possibilidades de ações diretamente ligadas às decisões que um amo estabelece, então o problema de químico dependência construído enquanto componente da espacialidade do corpo desses homens, tem a capacidade, através do sistema social, de reduzir o leque de possibilidades de caminhos a serem assumidos em suas trajetórias¹¹⁵.

Esse leque de possibilidades limitado, que encaminha suas trajetórias para o tráfico, também culmina nas suas prisões. Não obstante, a vivência no cárcere compõe a espacialidade do corpo de modo inter-relacional com outras espacialidades, como aquelas que estarão presente na próxima seção, a Comarca, a Cadeia ou a PEPG. Isso nos instigou a pensar a respeito de como esses homens passam a

¹¹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹¹⁵ Também é possível perceber que existem diferentes relações desses homens com o consumo de drogas a partir dos períodos de vida em que essa prática se estabelece em suas trajetórias enquanto um componente da espacialidade do corpo. Discutiremos isso no próximo capítulo, quando tratarmos a respeito dos períodos de vida enquanto componentes fundamentais para a compreensão de suas realidades.

compreender a lei de drogas, já que é a partir dela que suas condenações são justificadas.

Desse questionamento surgem os trechos discursivos classificados a partir da categoria 'compreensão da lei de drogas'. O modo como os homens condenados por tráfico de drogas compreendem a lei está diretamente ligado ao modo como compõem a espacialidade do corpo e, portanto, se posicionam no mundo. Como entendemos a constante mutabilidade das posições desse sujeitos a depender do contexto em que se inserem, é inevitável que consideremos que as experiências ligadas às suas trajetórias estejam presentes naquilo que apreendem sobre a legislação em questão, desde o momento em que ainda não estabeleciam práticas ligadas ao tráfico de drogas até o momento em que passam a vivenciar o cotidiano ligado ao cárcere que decorreu da condenação por seus envolvimento com a atividade do tráfico.

A partir de seus discursos, percebemos que se questiona o modo como a legislação de drogas brasileira é aplicada, sobretudo quanto à gravidade da pena e a generalização da condenação independentemente da substância vendida, como está no conteúdo do seguinte trecho:

Na verdade... Por que eu acho que ela é... Como é mesmo? Ah, vender droga é crime... Na verdade, porque foi o que eu citei, né? Ela é uma ilusão, onde o usuário acaba se iludindo com um... Com aquela substância, achando que ele está no paraíso e tal, mas é onde ela está destruindo a vida dele, digamos assim, né? Levando ele pro abismo, destruindo as famílias também. Só que... Tudo tem sua consequência, né? Por isso que eu acho que o crime do tráfico é proibido, né? Só que... Têm umas drogas aí que... Não é droga, né? Tem a cerveja, a cerveja é legalizada, né? E ela é um mal que às vezes é muito pior do que o tráfico de drogas. Porque ela... Quantos acidentes não têm no Brasil a cada momento também? O motorista bêbado, né? Vai e bate o que quer que seja, um caminhão... Destroí uma família inteira com o carro do nada em uma rodovia. São... Tudo consequência, né? Só que é legalizada, né? A cerveja, o álcool, né? Digamos assim, né. Daí já as drogas são proibidas, né? Digamos assim... Mas é isso aí. (Dezoito)¹¹⁶

No ponto em que 'Dezoito' expõe sua opinião a respeito da questão, percebemos que o fator 'tipo de substância' se coloca de modo marcante enquanto um componente de alteração da legislação. Podemos atribuir essa noção no momento em que, através de suas trajetórias de vida, os homens que compõem essa pesquisa se depararam de modo direto ou indireto com pessoas, incluindo alguns deles mesmos, enquanto principais consumidores de drogas quando a substância utilizada

¹¹⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

é o crack e a cocaína, diferentemente da maconha. Outro entrevistado, 'Quinze', colabora para essa percepção:

É... Na verdade, a maconha eu acho que... A maconha pra mim, eu acho que é normal, né? A pessoa não vai roubar para usar uma maconha. Não vai matar, igual a pedra, a cocaína... Aí já é mais complicado, porque a pessoa usa, usa e ela fica meio fora de si. Fica meio louca assim... A droga entra na mente da pessoa e a pessoa perde meio o sentido... Agora, a maconha, pra mim, eu acho que não deveria ser um crime, a maconha... Tanto que têm alguns países aí no mundo que é liberado, né? (Quinze)¹¹⁷

Além disso, é visível que quando a justificativa para a alteração da Lei nº 11.343/2006 está na necessidade de se levar em consideração do tipo da substância comercializada, os entrevistados também se referem aos efeitos que argumentam estarem presentes após o uso de cada substância:

Ah... Eu acho que... No meu ver, sei lá, né? Principalmente, hoje, eu vejo por causa da maconha... Porque... Dizer que alguém matou alguém por causa de maconha é... Isso é raridade acontecer. É mais por causa do crack, o pó, que é a cocaína, né? Mas por causa de maconha, eu não vejo que... Porque a maconha... Eu já vi até uma pessoa comentar... Não vou citar nome, que nem o senhor diz, né? Em um tempo que tirei, o cara chegou e falou que sabe que... Não aqui nessa cadeia, no outro lugar em que eu tirei, falou que sabe que o preso quando fuma maconha fica tranquilo... Não quer saber de fazer rebelião, não quer brigar, se alimenta bem, dá risada... É uma coisa que deixa a pessoa calma. É um calmante. (Treze)¹¹⁸

Ao refletir a respeito do conteúdo desses trechos, é possível retomarmos ao que discutimos no capítulo II desta tese, a respeito da legislação vigente, sobretudo em dois pontos: 1. A retirada da criminalização do usuário de drogas a partir da Lei nº 11.343/06 em relação às legislações anteriores e; 2. O modo como a jurisprudência criada a partir da Lei nº 6.386/76 que colaborou para a intensificação do aprisionamento daqueles que não podem arcar com as despesas recorrentes da defensoria em relação àqueles que têm essa possibilidade.

No caso do primeiro ponto, fica claro que a retirada do usuário do tecido da criminalização sob o mesmo artigo daquele que comercializa uma substância não tem um grande impacto positivo na atual política de drogas, já que a decisão a respeito daquele que é considerado usuário e aquele que é considerado traficante, é arbitrária ao juizado. Isso revela uma reiteração daquilo que observamos segundo o ponto 2, destacado acima: a reafirmação de um estereótipo médico e de um estereótipo de delinquência, já que os dados obtidos pelo INFOPEN (2017) e que também são

¹¹⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹¹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

observados a partir das realidades dos homens entrevistados, reiteram que a maioria das pessoas em situação de cárcere correspondem a uma população masculina, jovem, em condição de miserabilidade socioeconômica, dentre outros fatores.

É possível afirmar que quando os homens entrevistados demonstram suas considerações acerca da Lei de Drogas, estão também manifestando uma tentativa de subversão dessa realidade, já que o que está em jogo nisso, é a posição de marginais na relação com a espacialidade do corpo, ou seja, na falta de autonomia que têm sobre suas posições de sujeitos.

Isso não significa que não reconhecem a ilegalidade das práticas que os levaram para a condenação, porém que no pano de fundo dessas práticas, há uma realidade que parece estar no escopo daquilo que temos discutido sobre a produção da delinquência e dos mecanismos do Estado de controle dos corpos (AGAMBEN, 2007; CARVALHO, 2006; FOUCAULT, 1987; 1995; MBEMBE, 1999).

Nisso, se a realidade desses homens apresenta indicativos dos marcadores identitários que os constituem e que servem de intensificadores ou mitigadores de suas centralidades e marginalidades espaciais, é perceptível que alguns desses marcadores apresentam-se de maneira mais central em suas trajetórias do que outros, como a idade e a classe, por exemplo. No caso da 'racialidade', apesar de se pontuar enquanto um importante marcador para suas existências, não se estabelece enquanto central em seus discursos ligados às suas trajetórias relacionadas ao tráfico, como se pode observar nos trechos a respeito dessa categoria discursiva, já que remetem ao modo como se autodeclaram (questão já observada no quadro 2, apresentada no segundo capítulo), mas não expõem que esse é um fator predominante nas suas escolhas de caminhos a serem tomados, como é o caso dos outros dois marcadores anteriormente apontados.

As outras categorias com menor número de evocações correspondentes, apresentadas anteriormente, mas que são significantes na medida em que se apresentam em totalidade, são 'relacionamento afetivo' (9), 'paternidade' (8), 'relações familiares' (8) e 'expectativa pós-reclusão' (7). A consideração dessas categorias não é por acaso, já que apesar de se apresentarem com nomes diferentes, correspondem ao modo como esses homens, através do espaço do corpo, constroem suas relações com outros sujeitos, sobretudo àqueles ligados à família.

Os questionamentos de onde partiram os trechos discursivos correspondentes a essas categorias dizem respeito ao estado civil ('relacionamento

afetivo'), sobre serem pais ('paternidade'), sobre o modo como se estabelece as relações que têm com suas famílias, sejam esposas, filhos, pai, mãe ou irmãos ('relações familiares') e sobre o modo como atualmente encaram a si mesmos e suas vidas em relação ao passado ('expectativa pós reclusão').

Para as duas primeiras categorias, é conveniente voltar ao quadro 2, já que os trechos discursivos classificados segundo essas categorias são descrições de seus estados civis e sobre terem ou não terem filhos. Com relação à terceira categoria, é interessante observá-la enquanto a esfera subjetiva ligada às duas primeiras, já que trata-se ao modo como encaram os afetos decorrentes de suas relações com seus familiares.

A partir dessa perspectiva, os afetos correspondentes à espacialidade corporal se compreendem enquanto componentes desses sujeitos, já que é na intersubjetividade que os significados atribuídos a essa espacialidade tornam-se importantes às suas existências. Quando esses afetos dizem respeito aos outros sujeitos com quem se relacionam, os seus familiares, os homens entrevistados revelam a importância de suas famílias enquanto um fator de interferência em suas tomadas de decisão, como também de resiliência frente às dificuldades enfrentadas a partir da reclusão consequente da atividade ilegal que realizaram. Isso pode ser percebido através da categoria 'relações familiares', como também em 'expectativas pós-reclusão'. Com relação à primeira, o seguinte trecho discursivo revela a preocupação de um dos entrevistados para que seus filhos não tomem as mesmas decisões, já que consideram que suas escolhas o afetaram negativamente, trazendo sofrimento: "Com certeza, né? Eu não quero que eles sigam essa vida aí... Porque sofrer o que eu estou sofrendo, 16 anos perdidos... É uma vida já. Bem dizer, é a vida do meu filho que está com 16 anos, né? Então...". (Treze)¹¹⁹

Já, com relação à segunda, percebe-se que a 'expectativa pós-reclusão' está ligada a noção de que o crime os afastou de suas famílias, juntamente com a consequente condenação pela atividade criminosa, então revelam suas vontades de se reaproximarem dessas pessoas:

Ah... Eu, hoje, eu penso assim... Quando eu sair pra rua, eu não quero mexer com nada ilícito, porque não quero mais cadeia. Não quero mais porque isso aqui, eu vou falar pra você, não é fácil. Entendeu? Não é fácil. Mas com o tempo você estuda aqui, vai... Mas não é fácil. Todos os dias você lembra de lá fora. Lembra da tua vida... Lembra dos filhos. Então é difícil. Tem que ser

¹¹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

muito forte, entendeu? Pra sair... Que nem eu, tenho família, tenho tudo, não preciso. E eu sei ganhar dinheiro, sei trabalhar. Então não tem problema. (Oito)¹²⁰

É isso mesmo. Reatar com a minha família aí... E voltar a ser unido com eles de novo. Mas primeiro eu quero largar tudo, né? Deixar para trás essa vida. Levar só um testemunho bom. Até mesmo dentro da igreja aí, que eu sou bastante crente em deus e sei que ele vai ficar ao meu lado nessa aí. (Onze)¹²¹

Para além dos trechos correspondentes às entrevistas realizadas com 'Oito' e 'Onze', também é perceptível que nos significados construídos por esses sujeitos que se relacionam à espacialidade do 'corpo', estão as noções de centralidade e autoridade sobre si mesmos, sobretudo quando a liberdade se apresenta enquanto uma realidade de negociação de outras possibilidades, que não a do tráfico de drogas. Isso pode se perceber nos discursos de 'Nove' e 'Dezoito':

Eu decidi que quero mudar a minha vida. Eu quero mudar com outras coisas... Quando eu sair daqui, tenho meus planos. E crime nunca mais. Nada de errado. (Nove)¹²²

É... No caso sim. Porque vai ter a opção agora de fazer tudo diferente. E mudar... Escolher o caminho, né? Ou continua na mesma e vai de vez pro abismo? Ou você vai escolher um caminho novo e construir uma vida nova, edificação, progresso. Onde então que essa imagem negativa, de eu estar perdendo tantos anos da liberdade, por causa desses crimes que não compensam, digamos assim, é uma imagem negativa de mim mesmo. Eu penso que tenho que sair, mudar isso e fazer uma imagem positiva de mim mesmo, de agora em diante, agora. E esse é o caminho que eu devo assumir daqui em diante. Que está na minha mente. É isso mesmo. (Dezoito)¹²³

Uma das possibilidades de visão que podemos estabelecer a partir do até aqui discutido, é o modo como o corpo, enquanto uma espacialidade, se apresenta enquanto uma dimensão material, porém também simbólica, da relação direta entre os homens entrevistados e as pessoas que assumem certa importância ao longo de suas trajetórias geográficas, mas principalmente da relação que estabelecem consigo mesmos significada muitas vezes por uma não centralidade assumida pela falta de autonomia sobre suas práticas e ações.

O corpo, então, se coloca enquanto uma espacialidade que, ao mesmo tempo que é significada de maneira central, quando se relaciona a categorias como o consumo de drogas e a compreensão da lei de drogas, é assumida de maneira

¹²⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹²¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹²² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹²³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

marginal por esses homens, já que dentro dessas categorias, estão componentes que colaboram para a intensificação de suas marginalidades, o que indica uma condição paradoxal (ROSE, 1997). Por outro lado, quando essa espacialidade se relaciona com categorias que tem diretamente a relação com a família, como a esposa e os filhos, assumem-se enquanto centrais, imprimindo a masculinidade enquanto um componente que intensifica essa centralidade, sobretudo quando significada pela paternidade, enquanto uma posição de 'exemplo a ser seguido', como de esposo, como provedor e protetor.

Se a espacialidade do corpo está relacionada a categorias que a significam em um sentido ora assumido centralmente pelos entrevistados, ora de maneira marginal, é preciso levar em consideração aquilo que compreendemos sobre os conceitos de espaço e espacialidade (MASSEY, 2008). Do mesmo modo que o corpo produz diversos significados que dialogam entre si, compreendemos que essa condição de diálogo não se faz apenas sobre significados produzidos sobre uma única espacialidade, mas também da relação entre diferentes espacialidades.

Neste sentido, a espacialidade do corpo pode ser co-constitutiva a outras espacialidades que os homens compõem, como a do crime e a do tráfico de drogas. Por isso mesmo, os significados que constroem a partir de cada uma dessas espacialidades estará presente em todas, em menor ou maior grau.

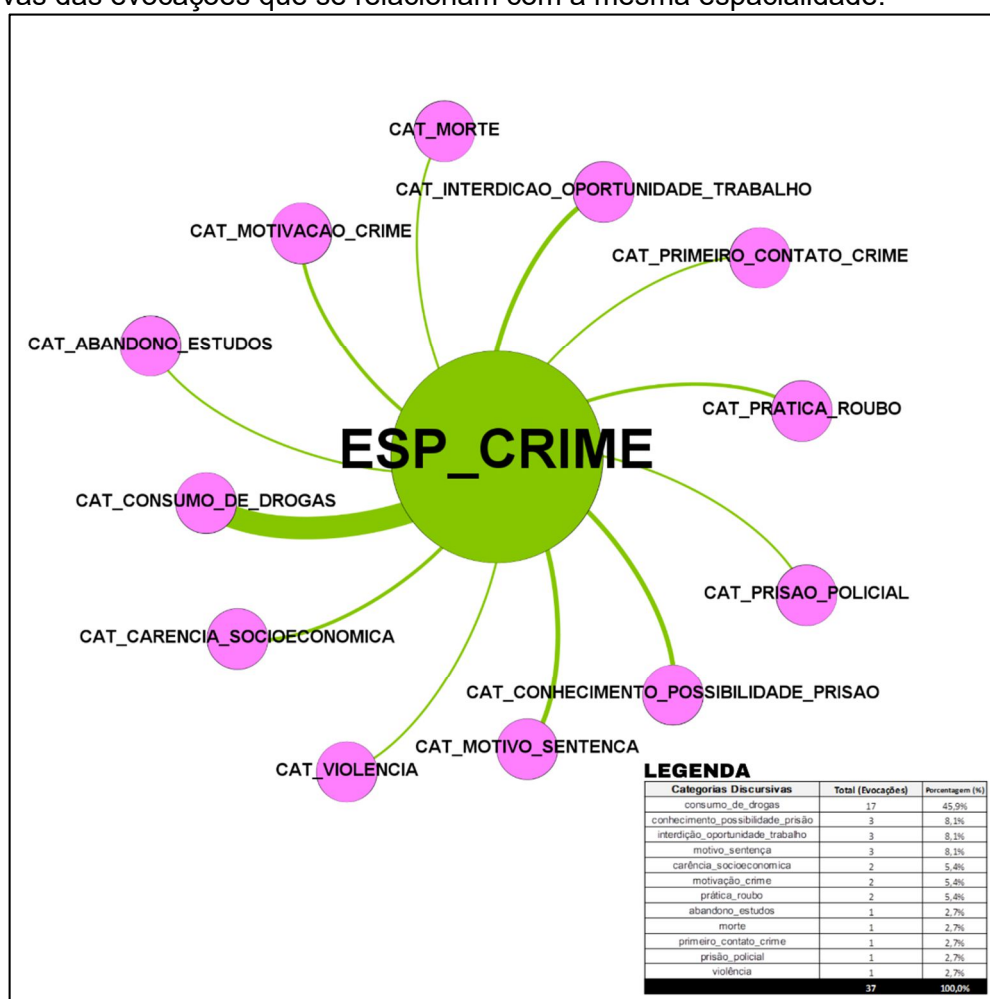
A espacialidade 'crime', que trataremos a partir de agora, assim como as espacialidades do 'corpo' e do 'tráfico de drogas' (que discutiremos na sequência), reforça a importância da categoria 'consumo de drogas' nos discursos dos entrevistados, já que revela-se enquanto a que possui o maior número de evocações relacionadas. Assim como nessas outras espacialidades, ou como na espacialidade 'rua', onde a referida categoria aparece em segundo lugar, o consumo de drogas se apresenta enquanto um importante marcador nas trajetórias desses sujeitos, sobretudo enquanto um intensificador de desconforto e de uma paradoxal relação centro e margem em relação às espacialidades correspondentes.

Dentro daquilo que já argumentamos no capítulo I, a respeito da noção de espaço paradoxal proposto por Rose (1997), a noção de 'centro' e 'margem' em relação a uma espacialidade não deve ser assumida em uma perspectiva fixa, porém pela compreensão de que é possível que os mesmos sujeitos que ocupam posições à margem, também possam ocupar posições ao centro a depender do contexto e das relações (ou seja, do espaço).

Assim, algumas práticas que muitas vezes são assumidas enquanto potencialmente ‘marginalizantes’, também podem ser ‘centralizantes’, como vimos a respeito da prática do tráfico de drogas (relacionada à categoria ‘dinâmica do tráfico de drogas’) ou até mesmo do consumo de drogas, como pôde ser visto na espacialidade da qual tratamos nesta seção, ou nas espacialidades que citamos dois parágrafos atrás.

O ‘crime’, enquanto uma espacialidade, é um recorte de desconforto, porém também de conforto. A análise dos discursos dos entrevistados revelam isso a partir de 12 categorias discursivas e 37 evocações. Não obstante, apenas 4 categorias contemplam um universo de 70,2% de todas as evocações, como demonstra o Grafo 9:

GRAFO 9 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Crime’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

As 4 categorias que se destacam no universo desta totalidade são 'consumo de drogas' (17), 'conhecimento possibilidade prisão' (3), 'interdição oportunidade trabalho' (3) e 'motivo sentença' (3). Para além, notamos que não são apenas as 4 categorias discursivas com maior número de evocações relacionadas assumem, em primeira impressão, uma carga negativa, mas também as outras com menor grandeza quantitativa, o que revela o que demarcamos enquanto 'desconforto', normalmente relacionado à marginalidade dos homens nos espaços que compõem.

Porém, como afirmamos, é possível refletirmos até que ponto essa marginalidade se estabelece enquanto fixa em relação à centralidade, sobretudo porque pensamos anteriormente sobre algumas práticas e a composição de espacialidade como estratégias de luta para a 'fuga' da margem.

O 'consumo de drogas', enquanto a categoria que possui o maior número de trechos discursivos relacionados, assim como quando relacionado às espacialidades que citamos anteriormente, se apresenta enquanto um fator de impacto direto no envolvimento com a prática criminosa e, por sua vez, na composição da espacialidade do crime.

Os trechos discursivos referentes a essa categoria, colaboram para aprofundarmos a compreensão sobre o argumento que apresentamos sobre o consumo de drogas ser um motivador que intensifica suas vulnerabilidades e suas marginalidades em conjunto com suas facetas identitárias. Como apresentamos no capítulo II, o modo como está definida a legislação de drogas em nosso país, no curso de sua história, colabora diretamente para a distinção do estereótipo médico e do estereótipo da delinquência.

Gostaríamos de lembrar que esses estereótipos estão diretamente ligados às condições sociais dos indivíduos que têm suas trajetórias marcadas pela droga, seja pelo consumo ou pela venda. E isso não é por acaso, pois como demonstramos não apenas no capítulo II, como também na primeira seção do presente capítulo, a lei se constrói no intuito de legitimar alguns discursos em detrimento de outros e, portanto, a marginalidade de alguns sujeitos, mais do que de outros, em decorrência da droga, faz parte também de um projeto.

Em outras palavras, quando falamos da categoria 'consumo de drogas' relacionada à espacialidade 'crime', estamos falando que a partir do discurso analisado dos homens que foram condenados por tráfico de drogas, percebemos que há uma espécie de 'bola de neve' que reitera essa lógica, se iniciando no consumo de

substâncias psicoativas (legais ou ilegais) e culminando na venda, ou até mesmo na prática de outros crimes, como o furto e o roubo, como estratégia de acesso a essas substâncias, o que acarreta em suas prisões como efeito do cumprimento dos textos da lei.

Os trechos a seguir tem relação direta com essa discussão:

Ah, foi na verdade porque não tinha opção. Meio que tinha perdido o emprego... Aí estava meio abatido. Fui para o crack e nessa começou, né? Para manter o vício daí tive que roubar, né? (Dez)¹²⁴

Porque eu abandonei a vida. Eu só estava nessa vida porque eu era usuário de drogas, aí eu caí preso, passei na Penitenciária aqui... (Treze)¹²⁵

Não... Já tenho passagem por furto, sabe? Que nem eu estava falando para o senhor, a minha passagem de vida é a seguinte; Eu mesmo, na verdade, sempre fui usuário. Eu sempre usei a droga. Só que chegou um tempo que eu estava... que eu tinha que... para eu conseguir manter o meu vício, para mim não... Vender e fumar, vender e fumar. Aí, chegou para mim parar de cair nos furtos, sabe? Até que chegou um dia que eu caí com 2 gramas de pedra e 200 e poucos reais, daí fui condenado por tráfico de drogas, 7 anos e 3 meses. Agora eu estou pagando, mas... Na verdade eu tenho passagem por várias clínicas de recuperação, uma até foi “um homem” que me ajudou, que me internou, que tem um restaurante ali no centro, o Casa Nova. Outro foi o meu pai e a minha falecida mãe, que me internaram na clínica de recuperação... Eu fiquei internado lá no IFRAIM e duas vezes na COPIOSA Redenção, por causa do uso de drogas, da química, da pedra, da cocaína... porque daí eu não tinha mais amor à minha vida, né? Aí o tráfico mesmo me levou tudo na verdade. Eu comecei vendendo, mas quando eu vi, experimentei a droga e foi tudo. Não sobrou nada. Só sobrou a minha mulher e minha filha, que é o que eu tenho hoje. (Quatorze)¹²⁶

É interessante observar que o consumo de drogas se estabelece ao mesmo tempo enquanto uma prática ligada à marginalidade desses homens, sobretudo pela condição de vulnerabilidade de autonomia sobre seus corpos, como já discutido na seção a respeito da espacialidade ‘corpo’, mas também é um mecanismo que tensiona a margem em direção ao centro a partir da composição da espacialidade do crime. Em outras palavras, a relação ‘consumo de drogas x crime’ é significada enquanto uma busca pela perpetuação da existência desses sujeitos a partir de possibilidades limitadas, como ao mesmo tempo colabora para a manutenção de suas condições marginais quando relacionada a outros recortes espaciais que correspondem ao *status quo* (como a casa da mãe ou o próprio corpo).

¹²⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹²⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹²⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Além disso, percebe-se de certa forma a noção de ‘interdição de oportunidade de trabalho’ nos trechos das entrevistas com ‘Dez’ e ‘Treze’, ainda que indiretamente, que colaboram para olharmos para a categoria em si, com a presença de outros trechos com direta ligação com essa noção na relação com a espacialidade do crime:

Eu acredito que é oportunidade. Isso! Porque, certamente, se não tiver uma recuperação, amanhã ou depois nós vamos estar com o mesmo objetivo. Porque nós não tivemos oportunidade. (Três)¹²⁷

Fazia tempo que estava desempregado já. Já fazia 4... 3 anos já. Sem rendimento nenhum eu estava. (Dez)¹²⁸

O primeiro trecho revela que a ausência de oportunidades de trabalhos colabora para a composição da espacialidade do crime. Já, o segundo, além de revelar essa questão, aponta como ser um fator de motivação do entrevistado para o envolvimento com a prática criminosa, não só por conta da ausência de recurso financeiro, mas também, como se percebeu em outro trecho do entrevistado relacionado à categoria ‘consumo de drogas’, para a manutenção deste consumo pela condição de usuário de drogas.

Quando questionamos esses homens sobre saberem ou não das consequências geradas por comporem a espacialidade do crime, justamente na posição de criminosos, percebemos que embora suas escolhas estejam relacionadas ao fator ‘vulnerabilidade’, seja pelo consumo de droga, pela correlação entre esse consumo e a intersecção de suas facetas identitárias na relação com eixos de desigualdade, ou por outras justificativas que se dão a partir de um leque de possibilidades de existência limitado, eles revelaram saber que a prática criminosa poderia os levar ao cárcere. Como revelam ‘Dez’ e ‘Onze’:

Sabia! Tinha (consciência)... (Dez)¹²⁹

Ah... A gente já espera, né? Já sabe, né? Está fazendo errado e uma hora vai pular né? Não adianta. Espera, verdade... Já tem tudo... Tudo na mente, né? (Onze)¹³⁰

Esses trechos indicam que, embora a realidade dos entrevistados seja marcada pelo baixo grau de instrução escolar e por outras condições que afetam suas posições sociais, a compreensão que têm a respeito das possíveis consequências da

¹²⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹²⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹²⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹³⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

prática se estabelece enquanto existente em suas trajetórias. E, além do tráfico de drogas, revelam que há outros artigos pelos quais foram condenados, como destaca o seguinte trecho, referente à categoria ‘motivo sentença’: “Furto e roubo, aham.” (Quatro)¹³¹

Ou, como se observa no trecho de discurso de ‘Nove’, sobre a primeira vez em que esteve recluso: “(Primeira vez) Era assalto (art. 157).” (Nove)¹³²

O fato de saberem a respeito da possibilidade de encarceramento a partir da legislação que condena o tráfico de drogas e outras práticas, como o furto e o roubo, os efeitos gerados por essa condenação não parecem surtir efeito sobre a mudança das dinâmicas relacionadas à prática criminosa e à composição da espacialidade do crime. O último trecho citado, de ‘Nove’, é um exemplo disso a partir do momento que revela ser sobre a trajetória de vida de um homem cujas experiências com o encarceramento não se resumem a apenas uma vez, mas que é marcada pelo cárcere pela reincidência na prática criminosa, prática essa que alterou sua configuração já que, primeiramente se relacionava ao roubo (condenado pelo artigo 157) e, como revelou o entrevistado em outros trechos, posteriormente se relacionou com a prática do tráfico de drogas (condenado pelo artigo 33).

Os discursos dos entrevistados que se relacionam com o ‘crime’ enquanto uma espacialidade reforçam a nossa compreensão sobre o modo como suas trajetórias geográficas se deparam constantemente com o constrangimento espacial. Além disso, parece ficar ainda mais claro que há mecanismos, como a legislação, não em sua natureza, porém em seu modo de ser lida e aplicada, que colaboram para esse constrangimento e, inclusive, pela existência da espacialidade do crime enquanto uma possibilidade na vida desses homens, inclusive no tocante à prática do tráfico de drogas que, como destacamos aqui, se elabora a partir de dinâmicas que constituem uma espacialidade que denominamos da mesma forma.

Em relação a isso, os caminhos que assumimos a partir do fio-condutor desta tese possibilitam a construção deste ponto nesta seção na medida em que o tráfico de drogas é um ponto central naquilo que nos propomos a refletir e também na vida dos sujeitos que entrevistamos. O tráfico de drogas é a espacialidade com o maior quantitativo dentre todas as espacialidades, com um total de 233 evocações

¹³¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

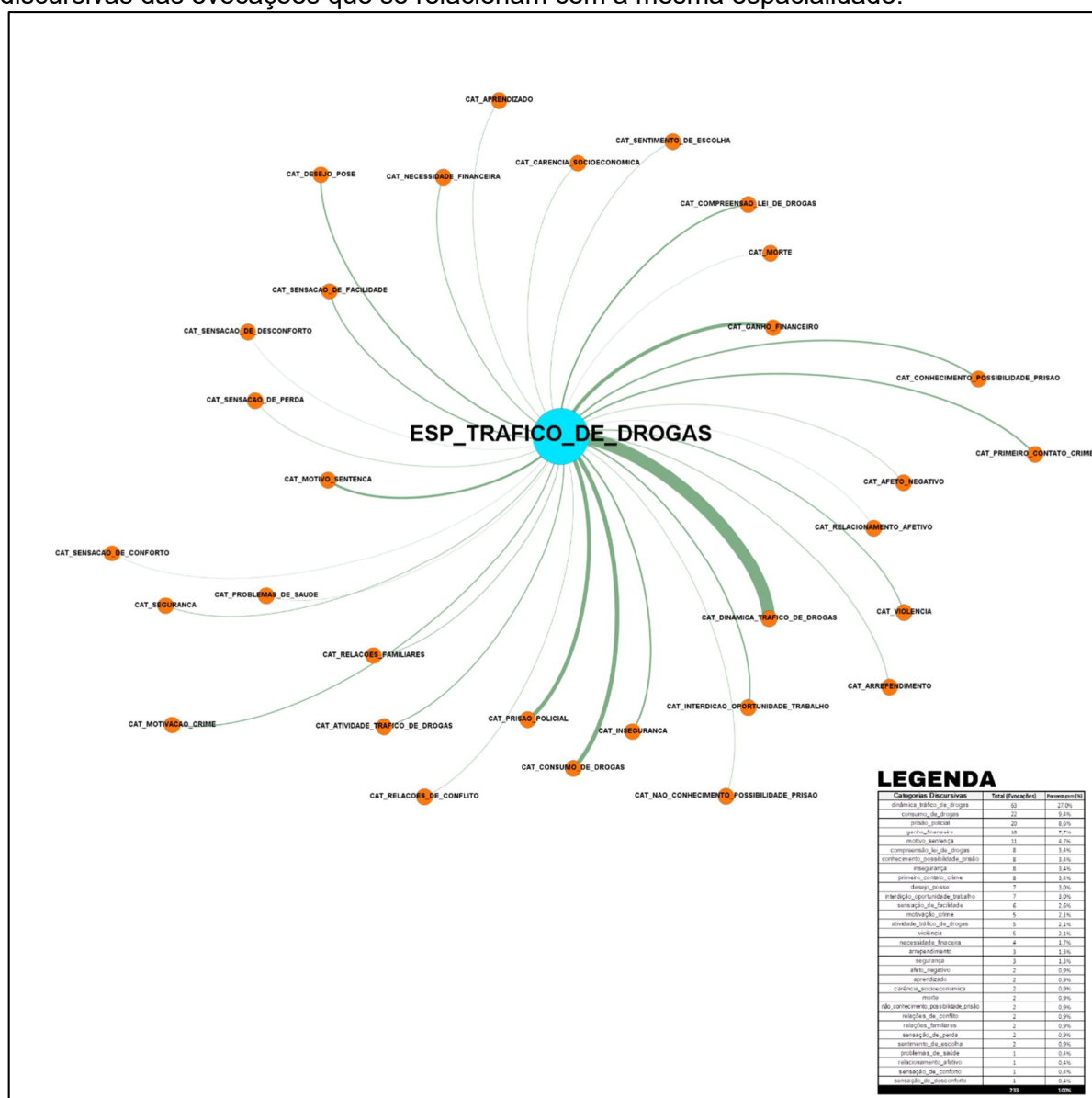
¹³² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

correspondentes, como está ilustrado no quadro 3, presente na introdução deste capítulo.

Mas ao que essas evocações se referem? Quais são as categorias discursivas que traduzem de maneira sintética aquilo que as evocações nos apontam a partir dos discursos dos homens entrevistados? Como o tráfico de drogas enquanto uma espacialidade é significado pelos homens cujas trajetórias se confundem com a prática de traficância?

Para responder a essas perguntas, é importante observarmos os dados presente no Grafo a seguir:

Grafo 10. Representação da relação entre a espacialidade ‘Tráfico de Drogas’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Como pode ser observado acima, as 233 evocações correspondentes à espacialidade 'tráfico de drogas' estão divididas entre 30 categorias discursivas. Cada uma dessas categorias tem um número específico de evocações relacionadas, porém aproximadamente 57% estão relacionadas às cinco primeiras listadas na legenda: dinâmica do tráfico de drogas; consumo de drogas; prisão policial; ganho financeiro; motivo da sentença.

A categoria com maior número assumido de evocações é a 'dinâmica do tráfico de drogas', com um total de 63 evocações (27% do universo total) e as outras categorias, 'consumo de drogas', 'prisão policial', 'ganho financeiro' e 'motivo sentença' representam somadas um total de 71 evocações (cerca de 30% do universo total).

Os trechos discursivos classificados a partir da primeira categoria correspondem à dinâmica cotidiana da prática da traficância. Há duas principais questões a serem observadas a partir dessa categoria. A primeira das questões é a relação entre o número elevado de trechos correspondentes à categoria e ao método escolhido por nós na realização das entrevistas com os homens.

Como já destacamos no capítulo II, as entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado, pois consideramos que neste modelo é possível dialogarmos com a pessoa entrevistada de maneira mais flexível, abrindo campo para que os homens entrevistados pudessem expressar suas vivências através do discurso de um modo menos 'duro' e mais participativo. Esse modelo de entrevistas também se relaciona à nossa posição enquanto pesquisadores, que entende que muito embora reduzamos o distanciamento entre os envolvidos com o processo de pesquisa, as assimetrias decorrentes das relações de poder são inevitáveis e, portanto, ao adotarmos um roteiro semiestruturado estamos possibilitando que os nossos questionamentos se façam presentes, mas que também outros pontos que não se fazem presentes no roteiro sejam colocados pelos entrevistados.

Como pode ser consultado nos apêndices desta Tese, o roteiro semiestruturado é composto por 3 partes, mais uma pergunta isolada, com 19 questões no total. Destas partes, a parte 3 apresenta 8 questionamentos que se relacionam diretamente com o cotidiano relacionado ao tráfico de drogas. Neste sentido, parte do diálogo construído entre nós e os homens se relaciona à dinâmica do tráfico, tal como se define a categoria discursiva.

A segunda questão se relaciona à importância significada pelos homens em questão, que se faz presente em relatos de suas vivências relacionadas ao tráfico, como o fato de exercerem a prática sozinhos, os horários de suas atividades, as quantidades que vendiam ou que compravam, os locais de origem da substância vendida, ou o local de encontro com o fornecedor ou com o comprador. Cada um desses exemplos assume uma dimensão mais ou menos central em seus discursos, na medida em que representam algo vivenciado por esses sujeitos que permitia com que se colocassem de modo mais ou menos central em relação à espacialidade do tráfico de drogas, como pode ser observado no trecho a seguir:

Era assim, quando eu comecei, o meu forte mesmo era vender as pedrinhas de 10 reais, sabe? Aí, com o tempo, que eu vi que estava dando dinheiro, eu peguei e aluguei uma casa. Aluguei uma casa e ali eu comecei. Daí já não vendia só pedrinha picada, sabe? Aí vendia, pegava 1 Kg de crack, cortava tudo e ia distribuindo, sabe? Aí, quando eu vi que estava bom mesmo, com os clientes aumentando, eu peguei e aluguei outra casa. E daí assim foi... Foi, foi, foi... Até 2012, eu estava com 5 casas minhas mesmo, alugadas, todas elas vendendo droga, sabe? (Seis)¹³³

‘Seis’, um dos homens entrevistados, destaca a sua ascensão no mercado do tráfico de drogas, desde o momento em que iniciou com a prática até o momento em que possuía 5 pontos diferentes de venda, que antecedeu a sua prisão. Nos capítulos anteriores, afirmamos acerca do modo como os sujeitos se relacionam com as espacialidades que compõem e das possibilidades de assumirem posições de maior ou menor centralidade, relacionadas às identidades dos sujeitos e do modo como essas identidades se conectam com eixos de desigualdade.

Quando o entrevistado ‘Seis’ nos apresenta um relato como o supracitado, nos possibilita compreender que há determinadas práticas que se apresentam enquanto mitigadoras de suas posições, já que se constituem de artifícios para a busca da centralidade. A espacialidade do tráfico de drogas, quando encarada como uma possibilidade de existência desses sujeitos, se coloca enquanto um recorte que legitima determinadas práticas que são assumidas enquanto transgressoras quando relacionadas a outras espacialidades, como a da cidade e, diferentemente de outras espacialidades, possibilita o posicionamento desses sujeitos centralmente.

Os custos dessa centralidade nas trajetórias desses homens revelam práticas que estão diretamente ligadas às suas facetas identitárias, como a de masculinidade, quando instrumentalizam o poder exercido por meio da rigidez, prática que, quando

¹³³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

alinhada ao *status quo*, está diretamente relacionada ao ‘ser homem’: “Ah... Eu era... A gente tem que ser um pouco rígido, né? Porque, senão, os cara se folgam...” (Um)¹³⁴

Essa dinâmica faz parte da característica de constante construção da espacialidade tráfico de drogas. Como já apontamos, Massey (2008) argumenta que o modo como uma espacialidade se institui está apoiada em interrelações, o que nos possibilita afirmar acerca da característica social de um recorte espacial. As dinâmicas ligadas à prática da traficância ocorrem de modo relacional à espacialidade através dos sujeitos que a compõem, como é o caso dos homens entrevistados, e com isso se farão presentes nessa espacialidade as múltiplas vivências desses sujeitos.

Outro entrevistado, ‘Dezesseis’, argumenta que o tráfico de drogas é como “uma corrente que você está no meio”, como pode ser verificado no trecho a seguir:

Cada vez mais a gente vai conhecendo as coisas e quando vê... É uma cadeia, cara. Tipo uma corrente que você está no meio. E quando você está no meio, daí você sai, você vê assim... as pessoas te procuram, te procuram e chegam com dinheiro... “você tem alguma coisa aí? você sabe quem tem?” ... É igual eu falei... Você vê uma... Uma janela pra você poder ganhar alguma coisinha ali. Você está trabalhando... eu estava trabalhando. Mas aí você cai, uma hora você cai. (Dezesseis)¹³⁵

Nesta compreensão, a espacialidade do tráfico de drogas é marcada de uma ‘jornada’ que começa com o início da prática da traficância, caminha por uma ascensão relacionada ao aumento de vendas intrínseco às relações construídas espacialmente e culmina no momento da prisão¹³⁶, como destaca o entrevistado. Mas é possível afirmar que a partir da experiência do aprisionamento, estes sujeitos deixam de compor a espacialidade do tráfico?

Há dois pontos confluentes possíveis para essa pergunta. O primeiro reside na relação direta daquilo que demonstramos no capítulo anterior, de que todos os entrevistados são reincidentes na prática delituosa e por isso não é a primeira vez que se encontram em período de reclusão. Desta totalidade, 61% são reincidentes específicos, o que significa que já estiveram presos anteriormente com condenação similar ou equivalente aos textos do artigo 33 da lei nº 11.343/2006.

A segunda está relacionada ao que Gontarek et al. (2018) demonstram em um artigo que reflete sobre as vivências espaciais dos homens egressos do sistema

¹³⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹³⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹³⁶ “Mas você cai, uma hora você cai”. (Dezesseis. Entrevista realizada em 31/05/2021. Ponta Grossa, PR). A expressão ‘cair’ está relacionada ao momento em que ocorre a prisão.

penitenciário em Ponta Grossa, a respeito do estigma que carregam enquanto componente de suas identidades posteriormente à experiência do aprisionamento. Esse estigma se demonstra enquanto um intensificador da marginalidade desses sujeitos, pois esses homens se deparam com a interdição do acesso a determinadas esferas do cotidiano, como a composição de uma espacialidade ligada ao mercado de trabalho formal.

Esses dois pontos sustentam um argumento de que os sujeitos que compõem a espacialidade do tráfico de drogas enquanto homens que foram condenados e cumprem pena por essa condenação compõem essa espacialidade durante suas trajetórias de vida de maneira direta ou indireta. De um lado pela reincidência, que pode ou não ser subtraída de suas vidas, de outro pelo estigma que carregam enquanto homens cujas vivências são também perpassadas pelas espacialidades ligadas ao encarceramento.

Essa realidade reafirma aquilo que demonstramos no capítulo II sobre o modo como os instrumentos de disciplina e controle social do Estado estão ligados à noção de biopoder e necropolítica (MBEMBE, 1999), que através dos textos representados pela lei de drogas brasileira e de toda a sua carga histórica, colaboram para o modo como esses sujeitos estarão posicionados em suas espacialidades com base em suas características identitárias e aos eixos de desigualdade.

Deste modo, quando tratamos da dinâmica do tráfico de drogas, estamos também tratando em como as reiteradas práticas desses sujeitos, através da espacialidade do tráfico de drogas, ao mesmo tempo que os centralizam, também colaboram para as suas marginalizações, pois estão ligadas a uma lógica social que os enquadra enquanto corpos cujas existências são, em muitos momentos, negadas.

Ao voltarmos os olhares para as outras quatro categorias que, somadas, representam um número de evocações superior àquele correspondente à categoria 'dinâmica do tráfico de drogas', afirmamos que nenhuma dessas categorias mutuamente exclui uma em relação à outra, pelo contrário, são correlacionais. Essa correlação se faz no ponto em que podemos compreendê-las enquanto componentes das trajetórias desses homens como 'motivos' (consumo de drogas e ganho financeiro) de seus envolvimento com a atividade delituosa e os efeitos (prisão policial e motivo sentença) gerados a partir dessa realidade.

Quando falamos a respeito dos 'motivos' a partir das categorias 'consumo de drogas' e 'ganho financeiro', é preciso destacar que apresentam 22 e 18 trechos

discursivos relacionados respectivamente. Além do volume de falas relacionadas a essas categorias, o que nos faz observá-las com maior atenção, é o modo como o tráfico de drogas, enquanto uma prática, pode ser assumida de diferentes formas, por diferentes sujeitos e em diferentes períodos das vidas desses sujeitos.

No capítulo I, ao apresentarmos os caminhos pelos quais percorremos até a construção desta tese, afirmamos que percebemos possíveis similaridades entre os homens condenados por tráfico de drogas, cujas trajetórias de vida são motivo de reflexão aqui, e os meninos que compunham a espacialidade de tratamento de químico dependência em uma comunidade terapêutica, cujos significados de mundo nos fizeram refletir na dissertação de Moraes (2017).

As categorias 'consumo de drogas' e 'ganho financeiro' reforçam essa afirmação em dois pontos. O primeiro deles se relaciona com o problema enfrentado tanto por parte dos homens que compõem esta Tese, como pelos meninos que compuseram a referida dissertação. No caso dos meninos, como já foi destacado, o período que experienciavam o tratamento de dependência química na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, ocorria por meio da interdição estatal, com medidas socioeducativas que se relacionavam a delitos cometidos pelos meninos, alusivos ao roubo, ao furto ou ao tráfico de drogas ou; por meio da interdição familiar. No que se refere à interdição estatal interferindo nas trajetórias de vida desses meninos por realizarem práticas alusivas a crimes, como é o caso do tráfico de drogas, podemos traçar um paralelo com as trajetórias de vida dos homens que tiveram suas vivências marcadas pelo envolvimento com o tráfico e, posteriormente, pela condenação por essa prática.

As justificativas para o envolvimento com a prática e na composição da espacialidade do tráfico de drogas são as mesmas: o consumo de drogas, agravado pelo problema da adicção ou pelo ganho financeiro. Quanto ao consumo de drogas, podemos observar o relato de 'Dezessete' no seguinte trecho:

Acabei virando dependente e como a gente usava droga, eu usava bastante droga, pra mim abastecer, pra eu suprir o vício, eu tive que vender. Quanto mais eu vendia, mais eu usava. Então, foi assim. Várias noites sem dormir... Que nem eu falei, graças a deus, eu nunca roubei, nunca prejudiquei ninguém, a não ser eu. Através né, da droga, de traficar, eu sei que às vezes a gente destrói muitas famílias, sei que têm pessoas que trabalham e são dependentes de droga. Não são envolvidas com o crime, assim direto. É... Pessoas que conheci tinham família, tinham mulher, tinham filho, mas usavam droga. Chegava final de semana, pegava uma quantidade de droga pra usar. Usava e ia embora, segunda-feira começavam a vida deles de novo... Então a rotina deles eram essas. Como eu já vi pessoas que

abandonaram tudo. Abandonaram a família, abandonaram tudo e viviam só para a droga. Então, a droga é destruidora, ela traz um dano, um dano muito grande. Então a pessoa fica 'cegada'. Eu vejo por mim, porque eu já fui dependente, sei quais são os problemas, as consequências, a destruição que ela causa. Então, eu acho que é isso na verdade. O que me influenciou, eu acho que foi mais o uso da droga. O uso da droga me influenciou. Daí, como a cada vez eu queria usar mais, eu tinha que vender mais. (Dezessete)¹³⁷

O trecho da entrevista realizada demonstra a composição da espacialidade do tráfico de drogas sob a perspectiva do usuário, do traficante, mas também das pessoas que se relacionam indiretamente, como a família daquele que consome a substância comprada. Quando o entrevistado expõe a sua posição de vulnerabilidade frente à condição de adicto, destaca tal condição enquanto um intensificador na motivação para o seu envolvimento com a prática criminosa, agravando sua posição marginal em outras espacialidades que não a do tráfico de drogas já que, como vimos em Morais (2017), pessoas com problemas relacionados à adicção por substâncias psicoativas são constantemente marginalizadas espacialmente, sobretudo quando têm suas vivências perpassadas por facetas identitárias que são historicamente marginalizadas frente aos eixos de desigualdade. Então, mais uma vez, a espacialidade do tráfico de drogas se dispõe enquanto uma possibilidade de existência, de tornar-se sujeito.

O segundo ponto que reforça a afirmação acerca da similaridade entre os homens condenados por tráfico de drogas e os meninos que compuseram a dissertação de Morais (2017) está naquilo que a categoria 'ganho financeiro' colabora para compreendermos. Quando os meninos entrevistados para a dissertação tinham suas interações relacionadas à medidas socioeducativas relacionadas à prática alusiva ao tráfico de drogas, eram questionados sobre os motivos desse envolvimento, quando não relacionado ao consumo da substância, justificavam ser pela possibilidade de acessarem bens materiais à eles interditos por suas condições financeiras.

Essa mesma justificativa aparece nos discursos de alguns entrevistados, quando revelam a facilidade do ganho financeiro oriundo da venda de substâncias psicoativas, como pode ser observado nos seguintes trechos:

Porque eu acho que... Eu não quis trabalhar, né? Eu achei o dinheiro fácil...
O modo mais fácil de ganhar, né? E eu optei pela vida do tráfico para ganhar

¹³⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

um dinheiro fácil. E o tráfico, queira ou não queira, todo dia você tem dinheiro. Porque todo dia você está vendendo. E daí optei por essa vida fácil. (Um)¹³⁸

Ah não... Dá pra ganhar bem. A cocaína dá pra ganhar bem. Era bastante dinheiro. (Quinze)¹³⁹

Se por um lado o consumo de drogas agravado pela química dependência coloca-se enquanto um reforço da vulnerabilidade de alguns dos homens condenados por tráfico de drogas quando passam a compor a espacialidade do tráfico enquanto vendedores, por outro, a facilidade do ganho financeiro obtido pela prática aparece enquanto uma vantagem, pois permite a esses homens a centralidade de determinadas relações onde a posse de bens materiais constitui-se enquanto um instrumento de reafirmação de poder. Tudo isso está relacionado ao fato de que em suas trajetórias comporão inúmeras espacialidades e, portanto, terão suas posições mais ou menos marginalizadas conforme o número de vantagens ou desvantagens que apresentarem em relação aos eixos de desigualdade marcantes nestas espacialidades.

Fundamental para a presente reflexão, é o fato de que o período de vida em que suas trajetórias se encontram com o tráfico de drogas também se coloca enquanto um marcador de diferença quanto aos significados que atribuem para a composição dessa espacialidade (e também de outras espacialidades que se relacionam com a prática da traficância ou com o acometimento de outras práticas tomadas enquanto criminosas). Esse será o tema do qual trataremos no capítulo IV.

As outras duas categorias, aquelas que apontamos enquanto 'efeitos' da prática do tráfico, 'prisão policial' e 'motivo sentença', correspondem a 18 e 11 evocações relacionadas, respectivamente. Se por um lado as apreensões que os homens entrevistados constroem sobre suas composições da espacialidade do tráfico de drogas estarem relacionadas ao consumo de substâncias psicoativas e pela facilidade do ganho financeiro, eles também expõem as tensões vivenciadas na relação com outros sujeitos que colaboram para a noção de paradoxo dessa espacialidade (ROSE, 1997).

Já vimos anteriormente que o consumo é um intensificador nas suas tomadas de decisão para a composição da espacialidade do tráfico enquanto comerciantes, como também que o ganho financeiro facilitado pela atividade comercial é um

¹³⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹³⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

marcador importante em suas decisões. Ambas as questões estão intrínsecas à noção de que ora estes homens estão ao centro das espacialidades que compõem, ora à margem. No caso da categoria 'consumo de drogas', a centralidade assumida se dá, por exemplo, pela condição que alguns dos entrevistados acessam para pagar pelas substâncias que utilizam e a marginalidade, pela condição não apenas de exercerem uma atividade considerada ilegal (art. 33, lei nº 11.343/2006), mas também de serem usuários adictos em substâncias psicoativas. No caso da categoria 'ganho financeiro', a centralidade pode ser exemplificada na capacidade de alguns homens acessarem bens materiais anteriormente interditos à eles, como roupas de grife, carros e motos, mas por outro lado, são marginalizados na relação com outros sujeitos que não compõem a espacialidade do tráfico, seja pela venda ou pelo consumo da droga, mas que vivenciam outras espacialidades cuja a questão financeira se faz presente de maneira marcante.

Ao observarmos as categorias 'prisão policial' e 'motivo sentença', as tensões observadas se colocam de modo ainda mais presente, pois são significados atribuídos à instrumentalização da marginalização desses sujeitos por meio dos aparatos relacionados ao Estado. Ao passo que a espacialidade do tráfico de drogas, através da dinâmica do tráfico, do ganho financeiro, da possibilidade do pagamento pela substância consumida, é vivenciada de modo central pelos sujeitos que a compõem enquanto comerciantes, mesmo que os marginalize quando essa condição é percebida em outras espacialidades que compõem, ela também é vivenciada de modo marginal quando outros sujeitos compõem a espacialidade do tráfico e passam a exercer suas práticas enquanto instrumentos de legitimação da Lei de Drogas, como pode ser percebido no seguinte trecho de entrevista, realizada com 'Seis':

Quando eu caí preso agora, eu caí com... Caí com 100 e poucas gramas de crack. Por causa que eu não deixava a droga em casa, sabe? Daí, quando a polícia invadiu, essas 100 gramas, era pra um outro menino ter vindo buscar ela em uma noite anterior, sabe? E acabou não vindo. E eu acabei caindo com a droga. Por bobeira do rapaz não vir pegar, acabei pegando tráfico. Peguei 8 anos e 2/5. Por causa dessa droga... Daí tinha um outro piá que vendia na casa lá... Vendia nessa casa para nós, com um monte de pedrinha picada também, sabe? E... Daí eu caí por 33, com 100 gramas de crack, com 200 e poucas gramas de maconha e um monte de pedrinha de 10, que eles pegaram lá. Fora os... Fora as coisas que pegaram na casa daí... Eletro, sabe? Que tinha lá também. (Seis)¹⁴⁰

¹⁴⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

A apreensão de ‘Seis’ na posse de certa quantia de crack e maconha revela a tensão ocorrida a partir da entrada da polícia em sua residência, instaurando prisão em flagrante, que o torna marginal em uma espacialidade antes assumida enquanto central, como se pôde perceber em um trecho de entrevista anteriormente citado, em que o entrevistado revela que possuía cinco imóveis alugados para venda e distribuição de substâncias psicoativas.

O trecho também demonstra a sentença a qual foi condenado pelo artigo 33 da Lei de Drogas. A condenação ocorre enquanto um atestado do cumprimento da referida lei e, deste modo, outro marcador importante na marginalização destes sujeitos na espacialidade do tráfico. Anteriormente, afirmamos acerca de todos os homens entrevistados serem reincidentes na prática criminosa e, deste modo, ainda compõem a espacialidade do tráfico, mesmo depois de suas condenações. Isso pode ser percebido no seguinte trecho, classificado a partir da categoria ‘motivo sentença’: “[...] eu estou condenado no tráfico pela terceira vez, sou reincidente específico, genérico e acusado.” (Dezesseis)¹⁴¹

Ao observarmos o modo como os homens que compõem essa pesquisa demonstram em seus discursos suas trajetórias a partir da espacialidade do tráfico de drogas, fica claro não só o modo como essa espacialidade pode ser considerada aberta e constantemente construída, mas também que essa espacialidade se coloca ao mesmo tempo enquanto uma construção de legitimação da existência desses sujeitos e da legitimação dos discursos do Estado a partir da Lei de Drogas, o que também se institui enquanto um instrumento discursivo para a marginalização de sujeitos (FOUCAULT, 1999[1970]).

Essa afirmação se sustenta na medida em que pensamos no tráfico de drogas não apenas enquanto uma atividade ilegal, mas também em quais são os parâmetros estabelecidos para o reconhecimento dessa ilegalidade. Como já vimos na seção II do capítulo anterior, os homens que constituem essa pesquisa assumem características que os empurram para posições de menor privilégio, na medida em que suas facetas identitárias se interseccionam e os eixos de desigualdade correspondentes intensificam suas marginalidades em espacialidades hegemônicas.

Finalmente, percebemos que as categorias discursivas que se observam enquanto significados assumidos na composição da espacialidade do tráfico de

¹⁴¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

drogas por esses homens, ilustram aquilo que se constitui, principalmente, enquanto um reforço dos estigmas que carregam identitariamente. Ao mesmo tempo em que eles assumem práticas que os centralizam e os permitem tornarem-se sujeitos em suas relações sociais, também os marginalizam, pois constituem-se de instrumentos de legitimação do discurso da produção de marginais sociais, como já justificado com base nas reflexões de Foucault (1987; 1995) e Mbembe (1999).

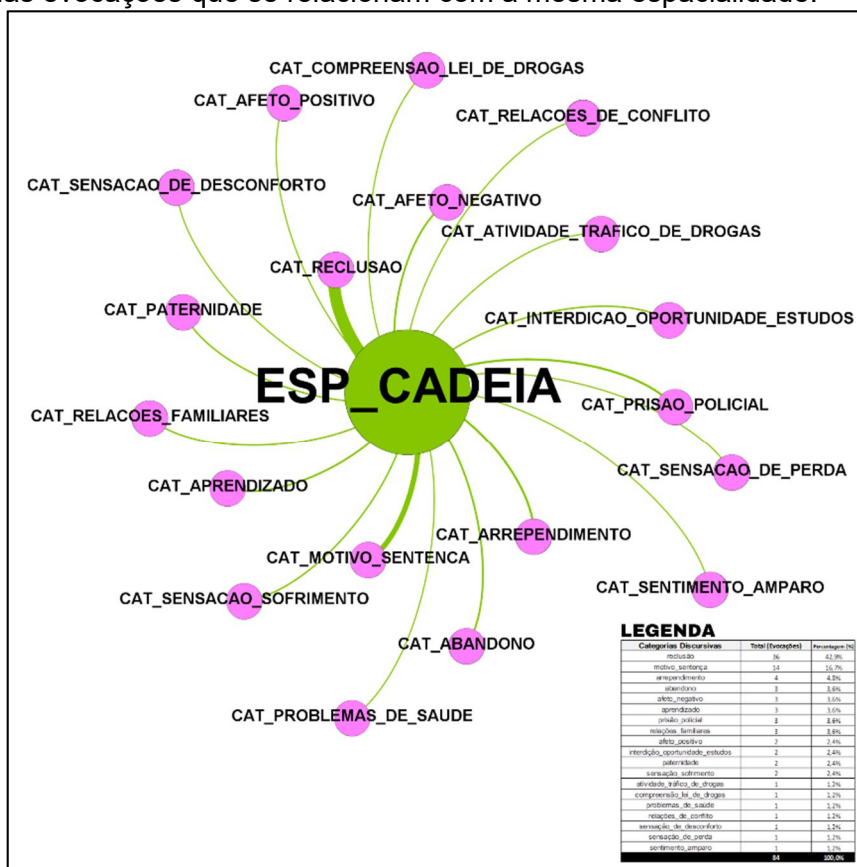
3.5 ESPACIALIDADES DO ENCARCERAMENTO: A CADEIA, A COMARCA E A PEPG

A presente seção apresenta três espacialidades que tratam de maneira bastante específica sobre a experiência ligada ao cárcere: A Cadeia, a Comarca (instituição de prisão provisória) e a PEPG. A conclusão deste capítulo a partir de um olhar sobre essas espacialidades em específico, caminha sobre uma compreensão de que as trajetórias de vida dos homens condenados pela prática do tráfico de drogas, apesar de guardarem especificidades ligadas a cada um desses indivíduos, apresentam similaridades e, o fato de culminarem no cárcere, é aquela das similares que é significada enquanto a consequência da prática delituosa que é comum a todos eles.

É importante destacar que ao tratarmos dessas espacialidades de maneira diferente, estamos apoiados no fato de que os discursos dos entrevistados revelam distintos significados que se relacionam intrinsecamente com cada uma das espacialidades aqui discutidas. A primeira que discutiremos aqui, a 'Cadeia', carrega significados que, diferentemente das espacialidades 'comarca' e 'PEPG', se refere a uma espacialidade que não necessariamente está ligada a uma esfera locacional única, mas sim a respeito das experiências com o cárcere vivenciadas pelos sujeitos em diferentes recortes de localidade, pois muitos desses sujeitos estiveram em mais de uma instituição que serve de lócus para o encarceramento.

As categorias classificadas a partir dessa espacialidade correspondem a um número de 19, apresentando uma totalidade de 84 trechos discursivos distribuídos entre elas. No entanto, é importante observar que duas categorias possuem quase 60% de trechos discursivos relacionados, sendo 'reclusão' e 'motivo sentença', conforme está destaca no Grafo 11:

GRAFO 11 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Cadeia’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

A partir do ilustrado pelo grafo e na legenda, percebemos a importância quantitativa dessas categorias, que nos permitem observar o conteúdo que se apresenta nos trechos discursivos correspondentes a cada uma delas. Neste sentido, a categoria ‘reclusão’ corresponde a trechos que trazem significados construídos por esses homens acerca do tempo que permanecem encarcerados e o modo como essa vivência constitui suas visões de mundo cotidianas. Já, quando observamos a categoria ‘motivo sentença’, estão presentes trechos discursivos que tratam a respeito dos artigos pelos quais se justificam as suas condenações.

Em relação à primeira categoria discursiva, é possível perceber que, apesar de significarem a experiência carcerária enquanto um fragmento passageiro e, de certa maneira, efêmero em suas trajetórias, alguns dos homens condenados por tráfico de drogas, têm suas vivências marcadas por um período curto de tempo fora do cárcere em relação àquele em situação de encarceramento, já que revelam que desde a primeira vez em que estiveram presos, permaneceram pouco tempo em liberdade, como se pode perceber nos seguintes trechos:

Faz... Vai fazer 3 anos agora dessa vez. Mas eu já tenho pagado por tráfico já desde 2011. Então, ao todo, vão fechar 10 anos agora... em julho. Em junho. Eu estou por tráfico. (Seis)¹⁴²

Eu, na verdade, venho desde 2006 tirando cadeia já. A primeira vez eu caí em 2004 por assalto já. 2004 foi minha primeira prisão depois de maior. Que eu caí já... Eu fiquei 2 meses preso, daí saiu o pedido de Habeas Corpus e eu caí em 2006 por latrocínio... Daí de lá pra cá eu fiquei um ano e... Eu saí em 2012 de novo, que eu saí de semiaberto... Fugi do semiaberto, fiquei 7 meses ali... Aí fiquei 40 dias na rua, caí preso de novo, fiquei mais 4 anos de novo... Daí saí de tornozeleira de novo agora em 2017, fiquei mais um ano de novo... Daí agora já estou há 3 anos de novo. Na verdade, já até passaram 10 dias do direito de ir embora de novo. (Treze)¹⁴³

Ah... Eu, de 2005 pra cá já tirei bastante já. Eu acho que é pra ser a sexta, sétima agora... (Quatorze)¹⁴⁴

Desta maneira, por mais que signifiquem a espacialidade construída a partir da experiência do cárcere enquanto um fragmento de suas trajetórias, é possível que a composição dessa espacialidade esteja diretamente relacionada às suas apreensões de mundo mesmo que em outros recortes espaciais.

Rossi (2017) em sua discussão a respeito da espacialidade carcerária e da instituições de homens jovens egressos do sistema prisional, demonstra que os significados construídos a respeito do 'ser homem' relacionado às masculinidades se altera na medida em que as relações se alteram a partir do recorte do cárcere. Nisso, a compreensão sobre centro e margem, os diálogos, as tensões e as alianças se estabelecem de maneira nem sempre correspondente a outros recortes espaciais que escapam dos muros das prisões.

Na compreensão de que os homens cujos trechos de entrevista estão citados logo acima, têm muito de suas trajetórias marcadas pela vivência no cárcere, aqui categorizada a partir da espacialidade 'cadeia'. Entendemos que suas compreensões acerca da realidade, seus modos de agir e de se relacionarem com outros sujeitos, serão marcados por essa experiência.

Além disso, é importante destacar que a vivência no cárcere está ligada ao que a categoria 'motivo sentença' nos apresenta, que são os artigos pelos quais suas condenações foram apoiadas segundo os textos da Lei nº 11.343/06, como demonstram os seguintes trechos:

Agora o 33 e o 35, associação criminosa. (Dois)¹⁴⁵

¹⁴² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁴³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁴⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁴⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Agora é 2. Agora são 2. Tenho o 33 e uma associação (35). São 2 tráfico (2 x art. 33) e 1 associação (35). (Sete)¹⁴⁶

33! 33 e associação ao tráfico... eu acho que é 30 e... 28... 28, associação, né? Associação ao tráfico... (Quinze)¹⁴⁷

Como se observa, além da condenação pelo artigo 33, que é central em nossa investigação, outros artigos compõem suas penas, o que se colocam enquanto agravantes no tocante ao tempo de permanência na espacialidade carcerária e, por isso, enquanto componentes na espacialidade da Cadeia. Esses artigos somam-se em relação à condenação do tráfico de drogas e, de certo modo, na reiteração dos textos da lei enquanto instrumentos de controle e disciplina do Estado em relação aos corpos, sobretudo àqueles que não correspondem a 'corpos que importam'.

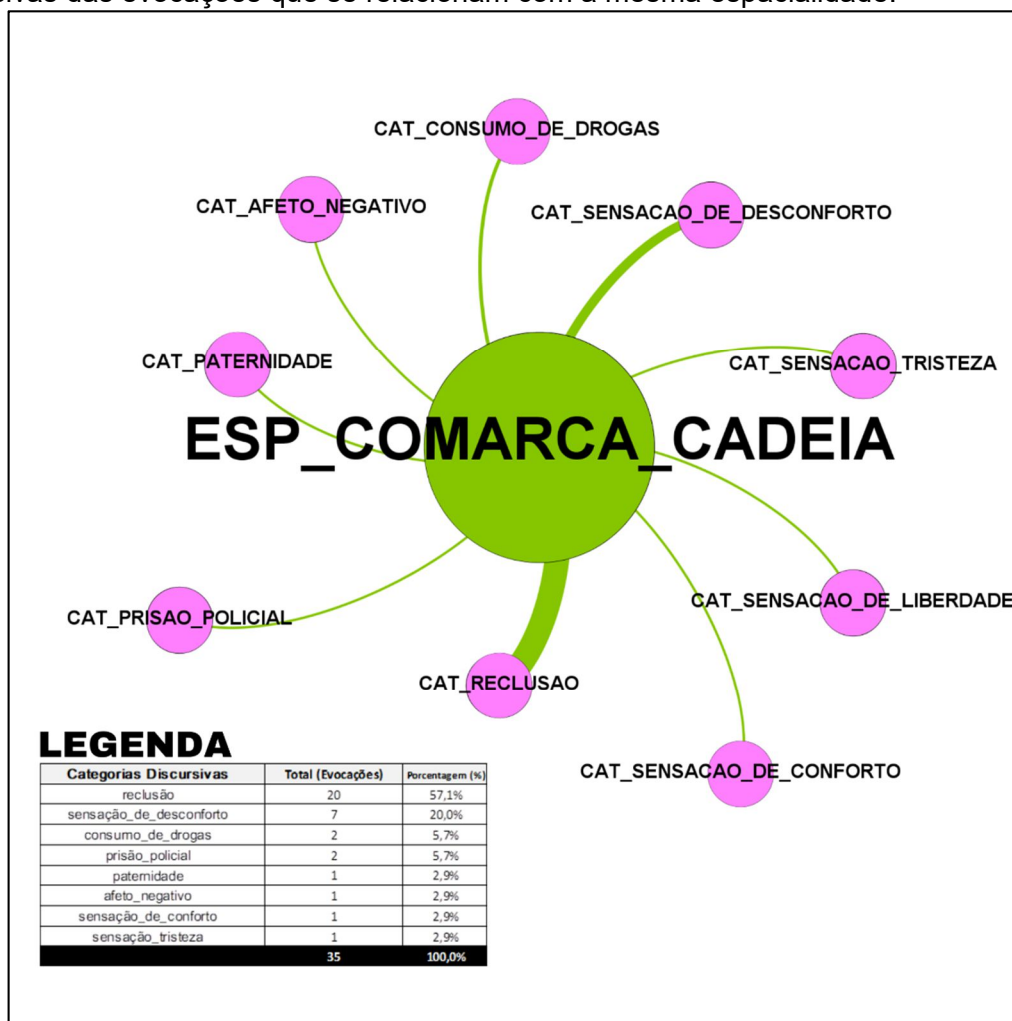
A Cadeia é uma espacialidade onde os homens condenados por tráfico de drogas instituem suas vivências significadas segundo a experiência de reclusão, que a partir de Rossi (2011) compreendemos enquanto complexa, com dinâmicas específicas e diferentes de outras espacialidades, inclusive no tocante às suas masculinidades interseccionais. Porém, também enquanto uma espacialidade que só existe na ausência da centralidade desses homens em outros recortes espaciais que compõem.

Dito isso, a 'comarca' pode ser definida a partir de uma espacialidade passível de ser definida como um recorte locacional. Nesta direção, assim como nos trechos discursivos correspondentes a cadeia, os que se concentram em maior número segundo as categorias discursivas, são aqueles que se referem à categoria 'reclusão', com aproximadamente 57% de todos os trechos discursivos específicos à 'comarca'. Na sequência estão aqueles referentes à categoria 'sensação de desconforto', como 20% das evocações, como se apresenta no grafo a seguir:

¹⁴⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁴⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

GRAFO 12 – Representação da relação entre a espacialidade ‘Comarca’ e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com a mesma espacialidade.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Conforme se percebe, a ‘comarca’ concentra 35 trechos discursivos correspondentes, concentrados em 8 categorias discursivas. O ‘ponto chave’ é que, como afirmamos no parágrafo anterior à demonstração do grafo, duas dessas categorias concentram quase 80% desses trechos (‘reclusão’ e ‘sensação de desconforto’).

Convém destacarmos que as duas categorias que contém o maior número de trechos correspondentes, podem ser correlacionadas quanto ao conteúdo de seus trechos discursivos. A primeira categoria, ‘reclusão’, com 20 trechos relacionados, apresenta conteúdos que se relacionam ao tempo em que permaneceram reclusos em instituições de detenção provisória, como também das condições que se encontravam ao vivenciarem essa espacialidade. Com relação à segunda, essas

condições ficaram ainda mais evidentes, dada carga negativa significada pelos entrevistados a essa espacialidade, codificada a partir da ‘sensação de desconforto’.

Em exemplo, os trechos a seguir, correlatos à categoria ‘reclusão’ tratam de relatos que destacam o tempo de reclusão nessas instituições, anteriormente à condenação e transferência para a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa:

Eu fiquei. Cumpri uma pena de 2 anos, 2 meses e 6 dias. Lá em Telêmaco. (Um. Entrevista realizada em 27/08/2020. Ponta Grossa – PR)
Lá (CPM Hildebrando de Souza) fiquei 1 ano e 6 meses... (Sete)¹⁴⁸

Não... Eu estava na Hildebrando de Souza, né? Aí fui transferido pra cá. Fiquei 10 meses no Hildebrando de Souza. (Onze)¹⁴⁹

Quando avançamos em nossos questionamentos durante a realização das entrevistas, sobre como era a vivência ligada a essas espacialidades, os seus discursos assumem uma direção interpretativa, ligada às suas subjetividades e intersubjetividades e, por sua vez, inclusive ao modo como se sentem e assim constituem essa espacialidade.

A partir disso encontram-se os trechos que, de maneira mais ou menos direta, apresentam a conotação negativa assumida para a ‘comarca’, segundo dois principais pontos, que se complementam entre si: 1. A superlotação carcerária; 2. O comparativo da vivência ligada às comarcas e a vivência ligada à PEPG.

Falar em superlotação carcerária, não é falar em uma realidade isolada dos recortes ligados às vivências ligadas ao cárcere dos entrevistados, mas de uma realidade nacional das prisões brasileiras. Conforme o relatório do INFOPEN (2017), todos os Estados do Brasil apresentam um quadro deficitário entre número de vagas disponíveis no sistema prisional e o número de pessoas presas. Neste sentido, o relatório ainda apresenta que 33,01% dessas vagas são para presos provisórios (sem condenação) e 45,78% para presos sentenciados em regime fechado¹⁵⁰.

No Paraná, os números relativos a essas vagas são de 23,20% e 65,18% respectivamente. Quando olhamos para o quadro de custodiados pelas unidades prisionais e para o número de vagas correspondentes no Estado, nos deparamos com um déficit de vagas aproximado de 3,7% para presos provisórios e 6,4% para presos sentenciados em regime fechado.

¹⁴⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁴⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁵⁰ O restante das vagas referem-se a presos sentenciados em regime semiaberto (17,67%), presos sentenciados em regime aberto (1,86%), medida de segurança – internação (0,83%) e outros (0,85%).

No entanto, esse déficit não se distribui de maneira equivalente em todas as unidades prisionais do Paraná. Como exemplo, a Cadeia Pública Municipal Hildebrando de Souza, localizada em Ponta Grossa, Paraná, referida em dois dos trechos supracitados, de 'Sete' e 'Onze', de acordo com o Relatório Analítico do DEPEN (2020), conta com uma capacidade para 289 detentos, porém apresenta uma população total de 786 detentos, divididos em: 511 homens em situação de prisão provisória, 263 sentenciados em regime fechado e 12 sentenciados em regime semiaberto. Esses números representam uma superlotação de cerca de 271,9%, o que significa, em outras palavras, que para cada vaga há 2,7 pessoas.

Os trechos de entrevista se referirem à espacialidade 'comarca' guardando significados assumidos enquanto negativos, deste modo, ligam-se às mazelas ligadas às condições inadequadas nas quais se deparam a partir do cárcere em instituições de detenção provisória. Essas condições contrariam a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210 de 1884) (BRASIL, 1984), que afirma a partir de seu artigo 88 de que o condenado¹⁵¹ deve ser alojado em cela individual, com dormitório, vaso sanitário e lavatório, além de uma área mínima de 6 metros quadrados, aeração, isolamento e condicionamento térmico adequado à sua existência saudável.

Para além da contradição existente entre o que se observa na realidade e a disposição textual da lei supracitada, há de se reconhecer que diante da inadequação de condições ligadas ao cárcere, as espacialidades instituídas sob essa realidade terão em sua existência aquilo que se resulta, inclusive, dessas condições, como pode se perceber nos seguintes trechos:

É. Lá é que nem o Hildebrando. Tem uma superlotação e tudo mais. (Um)¹⁵²

(Na PEPG) É mais humano sim. Lá no Hildebrando, desde a parte da triagem... Da parte da triagem era mais complicado ainda, porque na parte da triagem, você tinha que revezar o descanso da noite, sabe? O teu sono. Enquanto 15 dormiam, 3 ou 4 ficavam acordados, porque não tinha espaço pra dormir, sabe? E era complicado mesmo. Daí, todo mundo dormindo, 2 em cada cama... Colchão desde a entrada da galeria até o final da galeria... Era complicado o tal do Hildebrando lá. (Seis)¹⁵³

Lá é mais complicado, né? Porque é muita maldade na cadeia, né? Muito crime. As pessoas só falam em crime... Não dá tempo de você pegar uma

¹⁵¹ O Art. 88 da Lei 7.210/84 dispõe sobre as condições básicas a serem dispostas para a pessoa presa em uma Penitenciária (Capítulo II da referida lei). No entanto, segundo os textos dessa mesma legislação, o conteúdo presente no referido artigo, também se aplica às Cadeias Públicas (capítulo VII).

¹⁵² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁵³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

bíblia, pra você pegar um livro pra você ler. Eu fui ler o primeiro livro da minha vida aqui na cadeia. (Doze)¹⁵⁴

Tal como se observa, é perceptível que a condição de superlotação intrínseca à espacialidade 'comarca' é um marcador que esses homens significam de maneira bastante negativa, sobretudo pela subtração de condições básicas de sobrevivência, como também pela manutenção de discursos ligados ao crime. Logo, quanto à busca pela ressocialização e pela liberdade significadas a partir das espacialidades que também se relacionam ao cárcere, como a PEPG e a Cadeia, não aparecem de maneira central em seus discursos, já que dada à compreensão de uma espacialidade enquanto um construto resultante das intersubjetividades, a liberdade e a ressocialização assumem um significado marginal em suas vivências quando relacionadas à 'comarca'.

Como afirmam Junqueira e Melo (2018): "Diante da triste realidade brasileira marcada por um alto índice de encarceramento, podemos perceber que a função ressocializadora é deixada de lado." (JUNQUEIRA; MELO, 2018, p. 177) Essa afirmação, em conjunto com o que os trechos de entrevista demonstram, parecem ir ao encontro com uma entrevista realizada com um agente de Estado, 'Estado 25', e com os dados socioeconômicos a respeito da população entrevistada para esta Tese, de que a maioria (e, no caso dos entrevistados, todos) os homens que são presos, são reincidentes no sistema penitenciário.

Essa realidade se coloca no fato de que, a partir da reincidência, após passarem um período sob tutela de instituições de prisão provisória, após a condenação são encaminhados para as mesmas instituições que já haviam permanecido durante outro período em que estiveram reclusos cumprindo outras penas anteriores à que cumprem atualmente, que são as penitenciárias federais ou estaduais, como é o caso da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, representada na análise de conteúdo enquanto 'PEPG'

É interessante pensarmos a respeito da grandeza quantitativa dessa espacialidade no tocante ao número de evocações (146) que correspondem a ela. Isso está relacionado ao fato de que o momento de vida em que os entrevistados se encontravam na ocasião em que os acessamos, corresponde justamente à composição dos mesmos na espacialidade referente.

¹⁵⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

percebermos a partir da espessura das arestas representadas acima, quais categorias têm um maior número de evocações em relação às outras.

Por outro lado, aquilo que não fica claro somente a partir do aspecto quantitativo, é o teor dos trechos discursivos classificados em cada uma dessas categorias. Deste modo, quando avançamos na análise qualitativa desses discursos, a PEPG assumida enquanto uma espacialidade marcante nas trajetórias de vida desses homens, é significada de maneira negativa, mas o que nos chama atenção é o modo como também se constrói enquanto uma espacialidade que os homens em reclusão significam enquanto positiva.

Se refletirmos a respeito de nosso cotidiano, sobretudo quando temos preservada certa liberdade de mobilidade e deslocamento, com menores ou maiores constrangimentos, segundo os privilégios que possuímos em relação às espacialidades que compomos, nos parece demasiado estranho o fato de uma experiência ligada à privação de liberdade ser apreendida, mesmo que parcialmente, enquanto positiva.

Porém, é preciso que nos atentemos ao que Davidson e Milligan (2004) afirmam acerca daquilo que sentimos em relação às espacialidades que compomos, pois segundo as autoras, as emoções sentidas pelos indivíduos produzem significados diferentes em diferentes espacialidades e, da mesma maneira, diferentes espacialidades terão significados de maior ou menor carga.

As autoras afirmam que os lugares tornam-se lugares a partir do modo como são sentidos. Nesta tese, o conceito de lugar não aparece enquanto central, sobretudo porque não é fundamentalmente evocado a partir dos discursos dos homens condenados por tráfico de drogas. Mesmo assim, vamos além: do mesmo modo que Davidson e Milligan (2004) afirmam sobre os lugares tornarem-se lugares segundo o modo como os indivíduos o sentem, também afirmamos que assim são as espacialidades. Ora, se os sujeitos e suas interrelações são intrínsecos ao espaço, então aquilo que parte dos sujeitos também corresponde à construção espacial.

Portanto, se para nós a PEPG pode ser representada de outras maneiras que não as mesmas assumidas pelos entrevistados, isso está no fato de que produzimos sentimentos diferentes sobre a composição dessa espacialidade, do que aqueles produzidos por esses homens. E aqui a diferença também está no fato de que não tivemos nenhuma experiência de reclusão ou relacionada a outros papéis de sujeitos

que podem vir a compor essa espacialidade, o que nos faz *outsiders* (estranhos, forasteiros, leigos etc.), acerca dessa espacialidade.

Cada uma das categorias e de seus respectivos trechos discursivos apresentarão uma carga de significados diferentes para os entrevistados. Quando observamos a categoria 'reclusão', que possui 41 evocações relacionadas, percebemos trechos que dizem respeito ao cotidiano da experiência relacionada ao cárcere, o tempo de reclusão e a reafirmação constante da busca pela remissão e pela progressão das penas que estão cumprindo, principalmente através de cursos e de práticas profissionais, como pode ser observado no discurso de 'Dezessete':

Meu semiaberto, pra progressão do meu regime, é pra 2031. Então, eu acho que aqui, pelo menos, a oportunidade de eu ir embora antes... são bem grandes as chances de eu ir embora antes. Estou trabalhando em um setor, estou tendo a oportunidade de remir minha pena, então acredito que vou antes embora. (Dezessete)¹⁵⁵

O entrevistado chama a atenção para o fato de que a partir do trabalho que realiza no setor de produção interno à PEPG, vê a possibilidade de remissão de pena, para a progressão e posterior alteração de regime. Do mesmo modo que 'Dezessete', outro entrevistado, 'Cinco', expressa sua intenção de progressão a partir da prática profissional:

Tem a possibilidade. Até 2024. Eu estou no Setor, eu sou barbeiro aqui na cabine. Consigo uma remissão, mas vamos ver no decorrer dos anos. O senhor sabe, ao mesmo tempo que o senhor está no setor, o senhor pode perder o setor. Aqui é muito preso, muita concorrência. Então, espero aqueles 'fechadinho'... Aquela remissão de pena que tem, que eles chamam de fechadinho. Eu queria ir para um lugar desse, porque seria melhor para mim. (Cinco)¹⁵⁶

O que se pode observar a partir dos dois trechos supracitados é que quando os trechos discursivos correspondem à categoria 'reclusão', há uma construção de significados que se elaboram na medida em que os entrevistados constroem estratégias visando os seus direitos pela liberdade. Essas estratégias se estabelecem na medida em que o trabalho, por exemplo, se coloca enquanto uma possibilidade de remissão de pena reconhecido pela política interna da penitenciária, como também pelo Sistema Penal.

Quando os homens demonstram significados positivos acerca da espacialidade da PEPG é porque essa espacialidade se estabelece enquanto uma

¹⁵⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁵⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

possibilidade de vivenciarem outras espacialidades que não àquela que se constrói na experiência do cárcere. Isso se fortalece ainda mais na medida em que observamos outras categorias discursivas que compõem essa espacialidade em maioria quantitativa, como o ‘afeto positivo’, o ‘aprendizado’, a ‘oportunidade de estudos’, as ‘relações familiares’ e a ‘oportunidade de trabalho’, que juntas correspondem a aproximadamente 35% das categorias discursivas ligadas à espacialidade em questão.

‘Dezessete’ argumenta que é afetado positivamente pelas oportunidades que tem a partir do cotidiano ligado à PEPG, pois colaboram para a sua reinserção social e, portanto, tem aproveitado tais oportunidades em busca de voltar ao cotidiano em liberdade e se reaproximar da família:

Então estou abraçando as oportunidades que estou tendo com as duas mãos. Com as duas mãos e com os pés junto. Porque oportunidade é igual vento, quando a gente vê, já passou. Se a gente não acabar... já era. Então, eu estou aproveitando, graças a deus aqui... eu pedi pra vir pra cá, porque eu estava na... na comarca ali, no Hildebrando de Souza. Eu pedi pra vir pra cá, eu já passei por aqui, eu sei que o sistema já é melhor, né? A gente tem a oportunidade de se ressocializar para a sociedade, voltar à vida da gente, basta a gente querer. Não adianta as pessoas ajudarem a gente e a gente não querer ser ajudado, né? Então eu estou aproveitando bem essas oportunidades aí e pensando mais na minha família. Tem bastante dia que eu já estou aqui, não são poucos... Então estou aproveitando pra eu poder ir embora antes, pra poder estar retomando minha vida de novo lá fora, trabalhar... E é isso. Dessa vez já caiu a ficha que não é futuro e nem nada. É só ilusão. Então estou aproveitando para ficar mais próximo de ir embora e aproveitar a minha família. (Dezessete)¹⁵⁷

O trecho acima concorda com o demonstrado por outro entrevistado, ‘Treze’, que reafirma que as dinâmicas correspondentes a essa espacialidade se estabelecem enquanto afetos positivos quando possibilitam a reinserção social de maneira mais acelerada:

Muda, né? Pelas oportunidades que são melhores aqui. Lá em cima¹⁵⁸ não tem espaço, superlotação... Aqui, o que vale é o comportamento. Se tiver um bom comportamento as portas se abrem, né? Você consegue pegar um setor, pega um curso... A liberdade chega mais rápido... Tudo vai do dia-a-dia... Quem faz o dia-a-dia é a gente, o comportamento da gente. Senão... A gente tem que saber usar mesmo. Porque se for ficar só louqueando aí, que nem... Dá só atraso. E isso daí só... Só pra gente ficar permanecendo na cadeia. Porque outras coisas não trazem nada. O negócio é o objetivo... Focar na liberdade da gente, né? (Treze)¹⁵⁹

¹⁵⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁵⁸ Quando utiliza os termos ‘lá em cima’, o entrevistado está se referindo à cadeia de prisão provisória.

¹⁵⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

O que está denominado enquanto ‘bom comportamento’ está relacionado àquilo que demonstram a partir da categoria ‘aprendizado’, decorrente das vivências na composição da PEPG. O trecho de ‘Dezessete’, onde o entrevistado destaca sobre ter percebido que o envolvimento com a prática criminosa é ‘ilusão’, ou a partir de ‘Treze’, que afirma de que ficar “louqueando [...] dá só atraso”, dialogam com a categoria ‘aprendizado’, pois demonstram que a experiência relacionada ao cárcere segundo a espacialidade da PEPG institui-se enquanto um meio de apreensão de significados diferentes daqueles que esses homens constroem em outras espacialidades que compõem. O trecho a seguir colabora nessa compreensão:

Ah, mudou né... O meu pensamento é que nem eu te falei, né? Eu queria poder ter uma oportunidade, uma chance de mudar a minha história daqui pra frente. É o que eu espero, na verdade. Ganhando um dinheiro nesse setor, quero sair pra rua e investir em uma coisa boa pra mim. Primeiramente em uma casa, que não tenho nem onde morar por enquanto... Tenho que precisar de alguns amigos aí... E quero ver se invisto em algo melhor, né? Começar uma nova vida aí. (Onze)¹⁶⁰

‘Onze’ avança em seu relato sobre o aprendizado, pois para além da oportunidade de remissão a partir do trabalho e dos estudos, há uma expectativa de construir novas possibilidades de renda que não se relacionam com a prática do tráfico. ‘Dois’ colabora nesse ponto, conforme o trecho: “Aqui onde me encontro. Tive oportunidade de fazer bons cursos, né? Graças à Deus, esses cursos vão me ajudar muito futuramente. Por mais que minha idade está avançada, mas esse curso vai me abrir portas de emprego.” (Dois)¹⁶¹

A ‘oportunidade de estudos’ e a ‘oportunidade de trabalho’ são duas categorias presentes nesse sentido. Dentre as oportunidades de estudos estão os cursos de formação escolar básica, como também os relacionados à atividades profissionais, como é o caso vivenciado por ‘Onze’: “Isso, eu fiz um curso de panificação. Certo.” (Onze)¹⁶²

Com relação à ‘oportunidade de trabalho’, pode ser observado no trecho discursivo de ‘Quatorze’, o cotidiano ligado à prática profissional ligada ao setor industrial que compõe a espacialidade em questão:

Agora eu estou no setor da costura. Trabalhando é... Fazendo máscara para tudo. Para a saúde, para os hospitais aí... [...] Essas máscaras... Essas máscaras que nós temos aqui, nós fazemos de todas as cores, né? Que nem

¹⁶⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁶¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁶² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

o senhor vê... É que, aqui é tudo alaranjado, né? É o padrão da cadeia. Mas daí, para a rua, nós fazemos preto, fazemos com destaque cortado... Fazemos bem bonito o troço. Jaleco para a saúde, para o hospitalzinho da criança, para o Pronto Socorro. Para tudo que é lugar aí... (Quatorze)¹⁶³

As dinâmicas que se constroem na composição da espacialidade da PEPG correspondentes àquilo que significam enquanto positivo, seja diretamente relacionado à busca pelo direito de liberdade, ou naquilo que se refere a práticas que encaram enquanto novas possibilidades para exercerem após o período de encarceramento, em grande parte de seus discursos podem ser percebidas enquanto mecanismos que reforçam suas posições enquanto sujeitos masculinos, seja em relação a si mesmos, ou a outros sujeitos com os quais se relacionam nas várias espacialidades que compõem, como a família.

‘Relações familiares’, deste modo, enquanto uma categoria discursiva, é percebida na perspectiva de como as relações desses homens com suas famílias se estabelecem durante o período de vivência em cárcere privado, como também nas expectativas que são compreendidas enquanto objetivos a serem atingidos após esse período.

Para além, os sentidos positivos ligados às vivências compostas na espacialidade da PEPG que atribuem em seus discursos e a busca incessante pelo direito pela liberdade, possibilita afirmamos que nessa liberdade está a garantia de existirem enquanto sujeitos e, nessa existência, também estão as pessoas com quem se relacionam, como a família. Isso pode ser observado no discurso de ‘Dez’: “Sim... São os que mais me ajudam, né? São os que mais me ajudam.” (Dez)¹⁶⁴

Dentro disso, nas expectativas construídas para o período posterior à reclusão, decorrentes do aprendizado que obtiveram na composição da espacialidade da PEPG, está a tentativa de colaborar nas apreensões de mundo de seus filhos, para que não tenham trajetórias que se encontrem com a prática delituosa:

Eu tive esse relato da minha vida, né? Agora o que eu mais quero mesmo é sair e... Que nem agora, já estou no direito de ir embora, sair e seguir uma vida... Levar os meus filhos para um outro rumo, que não seja esse aí que eu... né? Que eu senti nessa trilha aí, sofredora... Sofredora em termos, né? Porque tudo é um aprendizado na vida da gente, né? Se hoje eu estou aqui, não sei se é pela vontade de deus... pode ser que sim, pode ser que não. Mas é isso que quero que meus filhos aprendam, né? (Treze)¹⁶⁵

¹⁶³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁶⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁶⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

A vontade manifestada por ‘Treze’ de que seus filhos não tracem caminhos que vão ao encontro do tráfico de drogas reafirma ainda mais a PEPG enquanto uma espacialidade que, apesar de ter significados com carga positiva para esses homens, também se constrói enquanto um resultado de suas práticas delituosas que, como bem destaca, são marcadas por uma trajetória de sofrimento, culminadas na experiência de encarceramento.

Em outras palavras, a prática do tráfico de drogas que os levou a comporem a espacialidade da PEPG, resultou em longos períodos de condenação, que podem ser observados em dois trechos abaixo destacados, correspondentes à categoria ‘motivo sentença’:

Peguei 9 anos e 6 meses. O 12, o artigo 12, que era o tráfico de drogas antes e o 16 que é o porte (de drogas). (Dois)¹⁶⁶

Na verdade, pela visão da juíza, na cadeia, digamos, no sistema, eu sou reincidente. Porque eu tive uma passagem logo que fiz 18 anos e fui embora, sabe? Daí essa era passagem de primário, no caso. Daí, depois eu caí em uma tentativa de homicídio, pela segunda vez. Daí fui embora para esperar o julgamento na rua e tal. Daí eu cheguei a cair agora neste tráfico de drogas por último. Foi dessa que fechou todos esses anos daí. Somou tudo. Porque... Por falta de conselho não foi, porque meu advogado é amigo da família. Ele é ex policial militar. Me falou: “Não se envolva em mais nada, senão vai acabar ficando difícil a situação pra você”. Nessa, eu jovem, né? Tinha 20 anos... Acabei não escutando o conselho e fiz a cagada de novo, né? Digamos assim... Se envolvendo nessa vida aí de novo, só atraso na verdade. Daí foi... Eu estou há 5 anos e 7 meses preso agora. (Dezoito)¹⁶⁷

No primeiro trecho, ‘Dois’ relata sobre o primeiro período em que esteve sob cárcere, onde cumpriu pena durante 9 anos e 6 meses por artigos ligados à Lei de Drogas anterior a atual, nº 6.368/76. No segundo, ‘Dezoito’ relata o período que cumpriu até o momento da realização da entrevista, relacionado à condenação por tráfico de drogas. Em ambos os trechos, fica mais uma vez clara a reincidência na prática criminosa, percebida na realidade de todos os homens que entrevistamos.

Naquilo que as categorias que destacamos nesta seção se relacionam, está a experiência do cárcere enquanto uma realidade vivenciada pela totalidade dos sujeitos por pelo menos duas vezes durante suas trajetórias. As categorias com maior número de evocações correspondentes são aquelas onde há significados mais dominantes em seus discursos, que carregam de maneira mais marcante e, sobretudo, enquanto componente de suas vivências enquanto sujeitos.

¹⁶⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁶⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Ao analisarmos o conteúdo dos trechos discursivos que remetem cada uma dessas categorias, percebemos que os sentidos positivos atribuídos à espacialidade da PEPG estão relacionados à co-existência dessa espacialidade com outras espacialidades, sejam essas espacialidades vivenciadas contemporaneamente, de momentos passados de suas trajetórias ou, até mesmo, enquanto expectativas para o futuro.

Ainda, é preciso que seja percebido que ao comporem essas espacialidades, esses homens não deixam de carregar em suas trajetórias as marcas de suas facetas identitárias e, portanto, a noção de interseccionalidade, da marginalização e da centralização, e dos mecanismos utilizados por esses homens, bem como, pelos outros sujeitos com quem se relacionam de alguma forma, não deixam de se fazer presentes.

Em todos os trechos discursivos apontados enquanto exemplos, além da já repetida luta pelo direito de liberdade, estão os modos pelos quais instrumentalizam essa luta, que também destacamos e que, além do prontamente percebido, está em como suas masculinidades se fazem presentes nesses modos, como no estudo, no trabalho e na tentativa de aproximação familiar através da figura paterna.

Entender a espacialidade da PEPG através dessa perspectiva, faz-nos reconhecer uma característica marcante de sua existência: a efemeridade. Isso significa que ao olharmos para essa espacialidade através dos significados aqui apresentados, estamos compreendendo que para esses homens, aquilo que vivenciam enquanto componentes dessa espacialidade, parece estar relacionado a um marco temporal passageiro, uma marca em suas trajetórias que não objetivam ser duradoura.

CAPÍTULO 4

OS PERÍODOS DE VIDA E AS ESPACIALIDADES COMPOSTAS PELOS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS, QUE CUMPREM PENA NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA, PR

A escolha que fizemos enquanto fio-condutor desta Tese e os caminhos assumidos para a correspondência a esse fio-condutor, como as bases teórico-metodológicas que foram assumidas em diálogo com os resultados de nosso trabalho de campo, nos deixaram claro a necessidade do ‘tempo’ em relação ao aspecto espacial enquanto componente das vidas de homens condenados por tráfico de drogas.

A discussão apresentada no capítulo anterior, a partir dos discursos dos entrevistados, classificados segundo espacialidades e categorias discursivas, revelou-se enquanto suficiente em se tratar da observação a respeito dos espaços (‘onde’) compostos por esses homens. Porém, também demonstrou a necessidade do aprofundamento na noção de ‘quando’ essas espacialidades tornam-se centrais em suas vivências. Como afirma Ho (2021) em diálogo com Ghertner (2017): “[...] o ‘quando’ importa tanto quanto ‘onde’ tais ações cidadãs ocorrem.” (HO, 2021, p. 2, tradução nossa)¹⁶⁸

Por isso, o presente capítulo se concentra em discutir a respeito das trajetórias geográficas dos homens que entrevistamos, a partir de recortes definidos pela questão etária e do modo como, em cada um desses recortes, se instituem suas práticas e ações, relações sociais e compreensões de mundo a partir da composição de espacialidades. É preciso, no entanto, a clareza de que o modo linear ao qual se atribuem as vivências desses sujeitos em relação às suas trajetórias a partir de períodos de vida neste momento de reflexão, caminha no sentido prático, ou seja, pretendemos com isso possibilitar uma compreensão didática acerca da realidade problematizada.

Nosso esforço para além de uma ‘simples’ cronologia, é o de mergulhar no complexo das dinâmicas que fazem parte das trajetórias desses homens, segundo o aspecto espacial. Isso significa que estamos interessados naquilo que destacamos no capítulo I, a partir de Corrêa (2016), enquanto *ethos*, que são os aspectos

¹⁶⁸ “[...] *the ‘when’ matters as much as ‘where’ such citizen actions take place.*” (HO, 2021, p. 2)

intersubjetivos presentes nas vivências desses homens, segundo determinados recortes de tempo. Nesses recortes, é possível que as suas práticas e ações não estejam alinhados àquilo que se espera convencionalmente do ‘ser criança’, ‘ser jovem’ e do ‘ser adulto’. Isso porque, como nos trazem Uribe e Ruiz (2002);

Em geral, se podem identificar diferentes critérios para assinalar a idade adulta, entre eles o relacionado com o contexto socioeconômico: em entornos econômicos e sócio culturalmente mais pobres se assumem cedo na vida papéis considerados adultos, como os reprodutivos e laborais, em contraste com outros meios nos quais se dá o que Erikson (1982/1985) denomina uma moratória psicológica e sociocultural, equivalente à chamada adolescência. (URIBE; RUIZ, 2002, p. 23, tradução nossa)¹⁶⁹

Neste sentido, o que pretendemos aqui é, apesar de apresentar os recortes de períodos de vida de modo linear, não é pensar em suas trajetórias de maneira fixa, fechada e imutável. Entendemos que suas especificidades, sendo ou não correspondentes àquilo que socialmente é considerado ideal, fazem parte dos contextos em que se inserem e, justamente por entendermos que suas facetas identitárias não são vivenciadas de maneira isolada, mas sim, interseccionada, em uma perspectiva geográfica, devemos observá-las.

Quando voltamos nossos olhares para os contextos, ou seja, para as espacialidades compostas por esses homens ao longo de suas trajetórias, levamos em consideração a importância destes contextos na instituição de suas identidades, de modo a reconhecer que suas práticas e ações terão direta relação com suas vivências, sujeitos com quem se relacionam e o modo como imprimem a imagem de si mesmos nessas interrelações.

É preciso afirmar que há influências normativas relacionadas à idade, que se alteram conforme os contextos em que os sujeitos se inserem, tal como destacam Horton e Hunt (1964): “[...] em nenhuma sociedade se trata da mesma maneira as crianças, os adultos e os velhos”. (HORTON; HUNT, 1964, p. 83)

Por suposto, ao recortarmos os períodos de vida desses sujeitos, estamos reconhecendo esses períodos a partir da faixa etária, questionando sobre até que ponto os papéis atribuídos a esses períodos sob um olhar do ‘ideal hegemônico’ estão alinhados às suas vivências. Além disso, é bastante clara a alteração de significados

¹⁶⁹ “En general, se pueden identificar diferentes criterios para señalar la adultez, entre ellos el relacionado con el contexto socioeconómico: en entornos económicos y socioculturalmente más pobres se asumen temprano en la vida roles considerados adultos, como los reproductivos y laborales, en contraste con otros medios en los cuales se da lo que Erikson (1982/1985) denomina una moratoria psicológica y sociocultural, equivalente a la llamada adolescencia.” (URIBE; RUIZ, 2002, p. 23)

atribuídos às espacialidades que compõem e, em alguns casos, a alteração das espacialidades compostas ao longo da vida.

A partir disso, este capítulo está dividido em três seções: IV.I. “Moleque novo, que não passa dos 12, já viu e viveu mais que muito homem de hoje”; IV.II. “Eu tinha 14 ou 15 naquele mês em que meus parceiros assinaram o primeiro 16”; IV.III. “Me deixaram entre o crime e a necessidade”.

Cada uma dessas seções tratam especificamente sobre períodos de vida marcados pelo recorte etário. Sendo assim, a primeira seção apresenta dois períodos próximos entre si, tratados enquanto infância e pré-adolescência, mesmo que as práticas e ações que os entrevistados revelam terem realizado nesses períodos não estejam necessariamente alinhados aos tais de modo social.

A segunda seção tem em seu escopo uma discussão que relaciona os períodos etários que se consideram pertencer à denominada adolescência, enquanto um período de transição da adolescência e a vida adulta.

Por último, a terceira seção apresenta o recorte etário correspondente à vida adulta que, de certo modo, se relaciona à temporalidade presente e os seus olhares de mundo atribuídos a partir das vivências nas espacialidades centrais em suas vidas no período atual.

As apreensões que se percebem a partir da análise dos grafos que serão apresentados em cada uma das seções, relacionando as espacialidades e categorias discursivas codificadas a partir dos discursos que correspondem a esses períodos, revelam as complexas e paradoxais relações que os homens condenados por tráfico de drogas constroem a partir de suas formas de ‘existir’ no mundo, suas estratégias e instrumentos para alcançar o centro e, ao mesmo tempo, os modos pelos quais, embora por vezes estejam centralizados, também estejam marginalizados em determinados contextos.

4.1 “MOLEQUE NOVO, QUE NÃO PASSA DOS 12, JÁ VIU E VIVEU MAIS QUE MUITO HOMEM DE HOJE”¹⁷⁰

A presente seção leva em consideração as experiências ligadas aos homens condenados por tráfico de drogas nos períodos etários, no sentido demográfico¹⁷¹, compreendidos entre o nascimento e a transição da infância para a adolescência. É válido o destaque que, embora seja necessário reconhecermos esses períodos sob a perspectiva do recorte etário, isso se faz de maneira estritamente didática, pois, como veremos, suas trajetórias são constantemente marcadas pelo não alinhamento entre aquilo que se tem enquanto ‘expectativa’ para a infância e a pré-adolescência e aquilo que realmente ocorre em suas vivências.

A partir de Valentine (2003), a linearidade correspondente aos recortes etários que relaciona a idade com as práticas sociais não pode sempre ser considerada para todas as realidades, sobretudo pela necessidade de olharmos para outras facetas identitárias correspondentes aos sujeitos e as espacialidades que compõem.

Comumente, para a infância se atribui a noção de ingenuidade e falta de responsabilidade, além da privação da liberdade de mobilidade e acesso a determinados locais, seja pela falta de recurso ou pela decisão dos responsáveis pela tutela do sujeito. Já, ao avançar para uma pré-adolescência, algumas coisas se alteram, ainda que minimamente, seja pela atribuição de novas responsabilidades, seja pelo aumento de liberdade e de autonomia. Mas, como marca a autora, nem sempre essas atribuições são suficientes para explicar a complexidade na qual alguns sujeitos se inserem.

A concepção de infância e adolescência é moderna. Isso não significa que antes disso não se existia uma compreensão daquilo que é criança, por exemplo. Porém, a percepção se dava de modo a incorporar um sujeito no contexto da vida adulta aos poucos, sobretudo utilizando de sua força de trabalho, conforme se percebia algum discernimento sobre si e a capacidade, ainda que limitada, de viver sem a constante supervisão e servidão de um adulto (PINTO, 1997).

¹⁷⁰ MÁGICO DE OZ. [Compositor e Intérprete]: Racionais MC's. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 1997. 1 CD. (7,5 min).

¹⁷¹ No sentido utilizado pela *theoretical geography*, que muito influenciou a forma organizacional e as metodologias aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na realização de suas pesquisas, sobretudo o Censo Demográfico.

Pinto (1997) argumenta que essa concepção de uma vida prévia à idade adulta vem acompanhada da noção de família, sobretudo a família nuclear, ou seja, aquela que corresponde a uma centralidade social, com seus próprios códigos e discurso que produzem alguma memória e, de certo modo, a noção de pertencimento. Assim, quando olhamos para as trajetórias de vida desses homens a partir do recorte temporal do qual trata essa seção, também estamos olhando para as pessoas mais próximas de seus círculos íntimos e a importância dessas pessoas nas espacialidades que compõem.

No Brasil, desde a década de 1990 está em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990), que define que toda criança e adolescente estão sob responsabilidade tripartite (família, sociedade e Estado), tendo direito à educação, lazer, transporte, alimentação, moradia, proteção, dentre outros pontos. Segundo o ECA, à criança e ao adolescente é assegurado o direito da proibição do trabalho e garantia do lazer. Ainda cabe destacar que, segundo o artigo 3º, Parágrafo Único:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia, ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Art. 3º, Parágrafo Único, BRASIL, 1990)

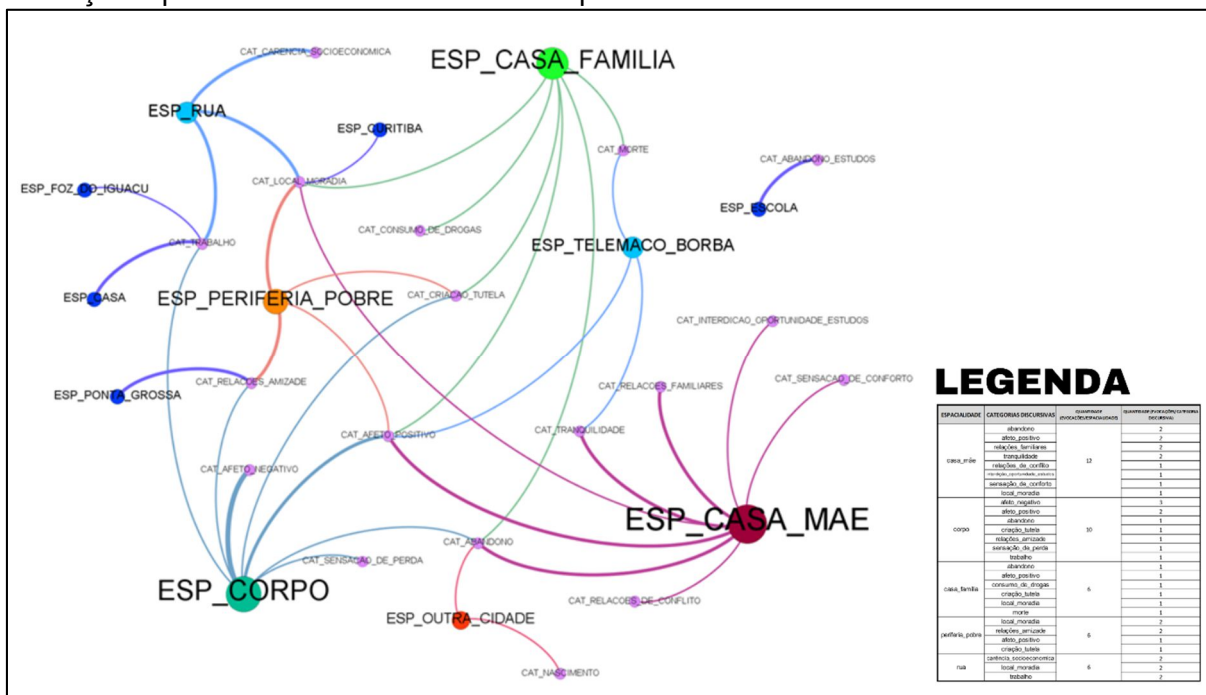
O que se permite interpretar a partir dos parágrafo e trecho supracitados é que, no reconhecimento das especificidades de cada indivíduo, se deve garantir seus direitos e, sobretudo, salvaguardar seu processo de desenvolvimento social durante os períodos que denominam-se infância e adolescência. Deste modo, uma vez que não há quem não passe por esses períodos, esses direitos deverão estar presentes nas trajetórias de vida de todos os sujeitos e nas espacialidades que compõem.

Neste sentido, devemos observar quais são as espacialidades e categorias discursivas que podem ser observadas segundo a análise dos discursos dos sujeitos que entrevistamos, inicialmente sobre a infância e, sequencialmente, sobre o período correspondente à pré-adolescência.

O Grafo 14 nos auxilia nessa observação, já que demonstra as espacialidades que podem ser destacadas a partir do recorte da infância e a relação dessas espacialidades com as categorias discursivas correspondentes a cada uma delas. É possível perceber que algumas categorias correspondem a mais de uma

espacialidade e, deste mesmo modo, que a relação entre as categorias e as espacialidades são maiores ou menores a partir do número de trechos discursivos codificados, podendo isso ser percebido pela espessura das arestas que ligam as categorias e as espacialidades:

GRAFO 14 – Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas em suas infâncias e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Como se pode observar, 5 espacialidades podem ser destacadas a partir do quantitativo referente às categorias relacionadas, bem como, ao número de evocações correspondentes a essas categorias. As espacialidades são: Casa da mãe, com 12 evocações; Corpo, com 10 evocações; Casa da família, com 6 evocações; Periferia pobre, com 6 evocações e; Rua, com 6 evocações.

Conforme os dados apresentados no grafo e na legenda, a primeira espacialidade com o maior número de trechos discursivos correspondentes, 'Casa da mãe', possui 8 categorias relacionadas. No entanto, deste universo, 4 correspondem a aproximadamente 67% de todos os trechos contidos neste recorte, cada uma com 2 evocações relacionadas: 'abandono', 'afeto positivo', 'relações familiares' e 'tranquilidade'.

Cada uma dessas categorias é composta de significados construídos pelos homens entrevistados quando referem-se às experiências vividas a partir da espacialidade da 'casa da mãe'. É possível a percepção, não apenas pelo que se interpreta a partir do nome da categoria discursiva, como também pelo conteúdo dos discursos relacionados, que a casa da mãe, quando relacionada à infância, trata-se de uma espacialidade significada majoritariamente de modo positivo, porém também traz o componente negativo a partir da categoria 'abandono'.

Como vimos discutindo até o momento, as espacialidades são resultantes das interrelações e, por isso, os significados atribuídos a elas são perpassados pelo modo como os sujeitos se relacionam com outros sujeitos e, dessa matriz intersubjetiva, são produzidas tensões e alianças que compõem essas espacialidades. Com a 'casa da mãe', enquanto um recorte espacial experienciado a partir da infância, não é diferente: os significados positivos e os negativos atribuídos relacionam-se diretamente com as dinâmicas produzidas através dessa espacialidade.

Quando observamos as categorias 'afeto positivo', 'relações familiares' e 'tranquilidade', além de olharmos para os homens e suas vivências individualizadas na infância, também estamos olhando para os outros sujeitos com quem se relacionaram neste período e o modo como essas relações os marcaram identitariamente e, de um modo ou de outro, estão presentes em suas trajetórias de maneira positiva. Isso pode ser observado no trecho de 'Dois':

Olha... Eu acredito que, em vista dessa aqui, foi uma infância boa. Em vista dessa vida aqui que eu estou levando agora, né? Mas para mim foi uma infância boa. Eu tinha o carinho dos meus pais, eu tinha meus pais, né? Hoje, eu já não tenho. Então, a vida que eu levava, era uma infância boa. Não era uma infância ruim. (Dois)¹⁷²

É central em seu discurso a noção de que a infância 'boa' está relacionada ao carinho recebido do pai e de mãe e, do mesmo modo, a condição financeira se estabelece enquanto periférica. Esse ponto é reforçado a partir do discurso de 'Dezessete':

Ah... Na minha... Na minha infância, eu já falo que foi boa. Foi simples, minha mãe, graças a deus, sempre deu o que podia, fez o que pode. Não vou dizer que tinha muita mordomia e nem nada, mas o simples, o básico, o que a gente necessitava, a gente tinha. (Dezessete)¹⁷³

¹⁷² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁷³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Assim como, quando voltamos os olhares para a categoria ‘abandono’, a ausência da figura materna e paterna enquanto centrais nessa espacialidade representam o aspecto negativo das vivências ligadas a ela, como nos demonstra ‘Quatro’:

Era boa, mas eu tive que se desesperar, sendo de menor, porque minha mãe começou na bebida. (Quatro)¹⁷⁴

Ela ficava 2, 3 dias fora de casa. E eu era quem fazia as coisas. Fazer comida, lavar a casa, lavar a roupa. Era tudo comigo. Eu era mais velho dos 4. Os outros dos meus irmãos são todos casados. Então um dos meus irmãos pegou a gente pra cuidar e daí só ficou uma irmã, que era pequena. Daí minha mãe não cuidava dela, era só eu quem cuidava. (Quatro)¹⁷⁵

Da mesma maneira que os significados atribuídos a essa espacialidade são positivos ou negativos na medida em que se constroem a partir das relações estabelecidas com os familiares e pessoas próximas, se percebe características similares nas duas categorias mais presentes na espacialidade do ‘corpo’, sendo ‘afeto negativo’, com 3 evocações e ‘afeto positivo’, com 2 evocações. Isso se comprova na medida em que ‘Três’ e ‘Quatro’ relatam suas dificuldades a partir daquilo que afirmam ter sido uma infância difícil e, por outro lado ‘Dez’, enquanto uma boa infância:

Porque eu não tive oportunidades de ter uma infância. Que nem ali, eu te falei, eu fui me envolver com as drogas depois que eu era mais velho. Quando eu era mais novo ali, certamente trabalhava e ajudava minha família. Aí, com o passar do tempo, como a gente vai se sentindo meio que dono do próprio nariz, a gente faz algumas escolhas erradas. Onde que acabou nisso aqui. (Três)¹⁷⁶

Ah, eu não era feliz. A gente não era feliz, né? Eu queria que minha mãe não bebesse. Eu queria estudar, poder ter meu sonho, né? Meu sonho é ter uma chacinha... Pra eu manter minha casinha. Pra poder ajudar os outros lá... Esse que é o meu sonho de conquistar. (Quatro)¹⁷⁷

Tive sim... Meus pais me deram uma boa infância. Me apoiaram, né? Muito! (Dez)¹⁷⁸

Quando fazemos o exercício de olharmos para a complexidade presente em ‘ser criança’ para além da faceta etária, mas diante da intersecção com outras facetas identitárias, percebemos um ponto que podemos considerar ‘chave’ para este

¹⁷⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁷⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁷⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁷⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

momento de reflexão: aquilo que se considera enquanto positivo está diretamente ligado ao reconhecimento que esses homens tiveram enquanto crianças de maneira alinhada ao período de idade correspondente a tal, enquanto aquilo que se considera negativo está assim significado pela não linearidade das atribuições sociais que receberam à época em suas infâncias, já que o negativo está ligado à necessidade de assumirem responsabilidades de reprodução social (necessidade financeira) e ao desamparo por parte da família.

Isto é, embora nas falas de ‘Um’, ‘Dois’ e ‘Dezessete’ a questão financeira esteja presente de maneira periférica sobre seus significados positivos em relação à infância, nas falas de ‘Três’ e ‘Quatro’ está presente de maneira central, já que essa condição intensifica a ausência de responsabilidade socioafetiva por parte da família, seja pela ausência materna justificada por problemas de adicção com álcool, ou pela ausência paterna decorrente do falecimento.

Ao avançarmos nossos olhares para a espacialidade ‘Casa da família’, as categorias em evidência são: ‘abandono’, ‘afeto positivo’, ‘consumo de drogas’, ‘criação/tutela’ e ‘morte’, cada uma com um trecho discursivo correspondente. Ao analisar essas categorias pela carga de significados que carregam, assim como feito sobre as duas espacialidades anteriormente apontadas, fica evidente a importância da participação familiar em suas trajetórias, seja de modo positivo ou negativo.

Por exemplo, ao destacar as categorias ‘criação/tutela’ e ‘afeto positivo’, podemos compreender que ‘Seis’ e ‘Dezoito’ destacam uma visão positiva sobre a infância a partir da atenção familiar e a permissibilidade de exercerem papéis e práticas atribuídos às crianças, como nos trazem os trechos:

Tenho. Eu chamo ela de mãe também. Muito boa! Tenho ela, tenho os meus irmãos, que nos consideramos como irmãos e tudo... Muito boa, chamo ela de mãe, minha madrinha de mãe e o pai dela de pai. (Seis)¹⁷⁹

Ah... Eu tive uma... Uma infância feliz digamos, né. Já entrei até na escola de futebol pra jogar... Escolinha de futebol. Fui jogar pra Curitiba campeonato já. Sempre fui nas pescarias com o meu avô. Quando o meu pai era casado com a minha mãe ainda, meu pai ia junto com os meus tios... Daí traziam um monte de peixe pra casa. Churrasco em família sempre... Mas isso agora maior, né. Mas quando criança assim era só estudar. Só estudei desde o começo até os 18 anos. Sempre estudando, nunca reprovei um ano. A não ser neste último ano da escola que eu desisti por falta de inteligência. Acabei me envolvendo com as coisas erradas, mas tive uma infância normal. (Dezoito)¹⁸⁰

¹⁷⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁸⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Já, ao considerarmos aquelas que correspondem aos aspectos negativos ligados à infância, ‘abandono’, ‘consumo de drogas’, ‘local de moradia’ e ‘morte’, fica evidente que, através de práticas que tencionam a espacialidade do corpo, ou seja, produzem desconforto àquilo que se estabelece como primeiro modo pelo qual esses sujeitos se relacionam com o outro, os homens entrevistados constroem significados negativos atribuídos à infância. É o que nos revelam os conteúdos das entrevistas de ‘Oito’, ‘Doze’ e ‘Quatorze’:

A minha casa era tipo uma ‘meia água’, né? 2, 3 peças. Eram 3 peças. (Oito)¹⁸¹

Meu pai morreu quando eu tinha 5 anos de idade. (Doze)¹⁸²

Na verdade, eu fui criado, quando eu nasci, vou contar bem certo para o senhor, oh... Quando eu nasci, a minha mãe me deu para a minha tia me criar. Para a minha tia, que até hoje eu chamo ela de mãe. Daí eu fiquei até os 7 anos de idade morando com ela em outra vila. Eu lembro bem certinho... [...] Daí, pelo meu pai... Eu vou falar bem a verdade, o meu pai é usuário de maconha. [...] Aí eu via ele fumando, eu era criança... (Quatorze)¹⁸³

Os trechos acima expostos trazem três questões a serem observadas: a carência socioeconômica revelada pelas condições materiais de moradia, a ausência das figuras de mãe e pai durante a infância, seja em decorrência da morte ou do abandono e, por último, o consumo de substâncias psicoativas por parte do pai mesmo diante da presença infantil marcada pelo filho.

Cada uma dessas questões reiteram aquilo que observamos no capítulo III a respeito das espacialidades cujos sujeitos centrais constituem parte de uma configuração que remete à família. Quando há sujeitos que colocam em cheque o discurso construído e reproduzido pela família instituída, ocorrem relações de tensão, que marcam a espacialidade em questão. Neste ponto, os homens cujos trechos de entrevista estão citados acima, constroem significados de suas infâncias a partir da espacialidade do corpo com as marcas que foram produzidas, sejam elas positivas, ou negativas. Ora, a ausência de sujeitos que exercem papéis de maternidade e paternidade, bem como a visualização do consumo de drogas são estigmas que estes homens carregam a partir da composição da espacialidade do corpo.

Isso não significa que suas práticas e ações ao longo da vida são exclusivamente pautadas nestas marcas. Porém, que devem ser consideradas na

¹⁸¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁸² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁸³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

medida em que compreendemos suas existências na composição de inúmeros recortes espaciais que se relacionam entre si, de maneira sempre inacabada e resultante das interrelações. Ou seja, ainda que essas espacialidades tenham esses significados atribuídos quando relacionadas à infância, embora possam ser ressignificadas ao longo de outros períodos, constituirão parte das experiências desses homens e, de maneira intrínseca, à constituição de suas identidades.

Assim mesmo ocorrerá em relação às espacialidades 'Periferia pobre' e 'Rua', tendo a primeira duas principais categorias correspondentes, sendo 'local de moradia' e 'relações de amizade' e a segunda, três, 'carência sócioeconômica', 'local de moradia' e 'trabalho'.

Em se tratar das categorias 'local de moradia' e 'relações de amizade' referentes à espacialidade 'periferia pobre', dois trechos relacionados à entrevista que realizamos com 'Oito' revelam, respectivamente, o significado negativo e o positivo atribuído à mesma espacialidade:

Era pobre... Naquele tempo, era pobre. Hoje em dia é tudo asfaltado, já existe encanamento de saneamento básico, né? Mas antigamente era tudo precário. Era tudo estrada de chão, bem precário. Mas hoje em dia não. Hoje em dia é um lugar muito bom. (Oito)¹⁸⁴

Todo mundo me conhece lá. A maioria das pessoas me conhece. Eu jogava bola... Quando eu era moleque tinha muito conhecido. E sempre tive uma infância bem tranquila. Nunca me envolvi em drogas e nada. Tive boas convivências. Depois de 44 anos que eu fui preso. (Oito)¹⁸⁵

Ainda que possa soar paradoxal, os trechos do discurso de 'Oito' revelam a construção de novas redes de apoio através de relações sociais que extrapolam o sentido de família no sentido hegemônico, dada ausência da presença de um ou mais sujeitos 'nucleares', através de relações de amizade, quando a realidade se revela interdita no aspecto material. O que o entrevistado nos revela é que, embora a carência financeira tenha sido marcante em sua infância, foi possível estabelecer algumas práticas que estivessem alinhadas à sua idade, como o lazer através do esporte e a ausência do consumo de substâncias psicoativas.

No entanto, ao avançarmos às categorias que constituem parte da espacialidade 'rua', as vivências dos homens condenados por tráfico de droga parecem ser marcadas por uma miríade de problemas, que se correlacionam na

¹⁸⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁸⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

medida em que a ausência de recursos financeiros marcada pela realidade socioeconômica de suas vidas tornam-se centrais em suas existências, como se pode perceber através das categorias ‘carência socioeconômica’, ‘local de moradia’ e ‘trabalho’.

A primeira categoria revela o assumir de responsabilidade que transgride os papéis atribuídos socialmente à figura da infância, reforçando a noção de que esses papéis estão relacionados diretamente com as outras características que compõem a existência dos sujeitos. Neste caso, a necessidade financeira revela uma prática assumida por ‘Doze’ enquanto estratégia de sobrevivência: “Com 9 anos de idade eu pedia no sinaleiro. Aqui em Ponta Grossa. [...] No centro... Pedia no sinaleiro.” (Doze)¹⁸⁶

A prática de pedir esmolas que, neste caso, é realizada sob a figura de uma criança, revela a não assistência a partir do Estado, da sociedade e da família, tal como se faz presente nos textos da Lei nº 8.069/1990. Ora, aqui podemos dialogar com Foucault (1999) a respeito da reprodução e validação de determinados discursos em detrimento de outros, a partir de textos, inclusive os presentes nas leis. Se o objetivo do ECA é o de garantir a existência adequada de crianças e adolescentes, reconhecendo a importância das vidas desses sujeitos, quando não se faz executar aquilo que está presente em seus textos, ainda se validam e reproduzem determinados discursos em relação aos outros, ou seja, determinam quais sujeitos ‘importam’ em detrimento daqueles que ‘não importam’, como o caso de ‘Doze’ durante a infância.

As categorias ‘local de moradia’ e ‘trabalho’ colaboram para a compreensão dessa discussão, já que a condição de vulnerabilidade revelada por Doze, por exemplo, tem direta relação da compreensão do entrevistado sobre a rua enquanto uma espacialidade de residência e trabalho, pensando no ato de ‘pedir esmolas’ enquanto uma estratégia de busca por recurso financeiro a fim de garantir sobrevivência

Diferentemente do significado atribuído à casa da mãe, à casa da família e à periferia pobre, quando assumido para a ‘rua’, o local de moradia torna-se figura de desconforto e marginalidade. Essa noção já fora discutida anteriormente, quando da seção referente à essa espacialidade no capítulo III.

¹⁸⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

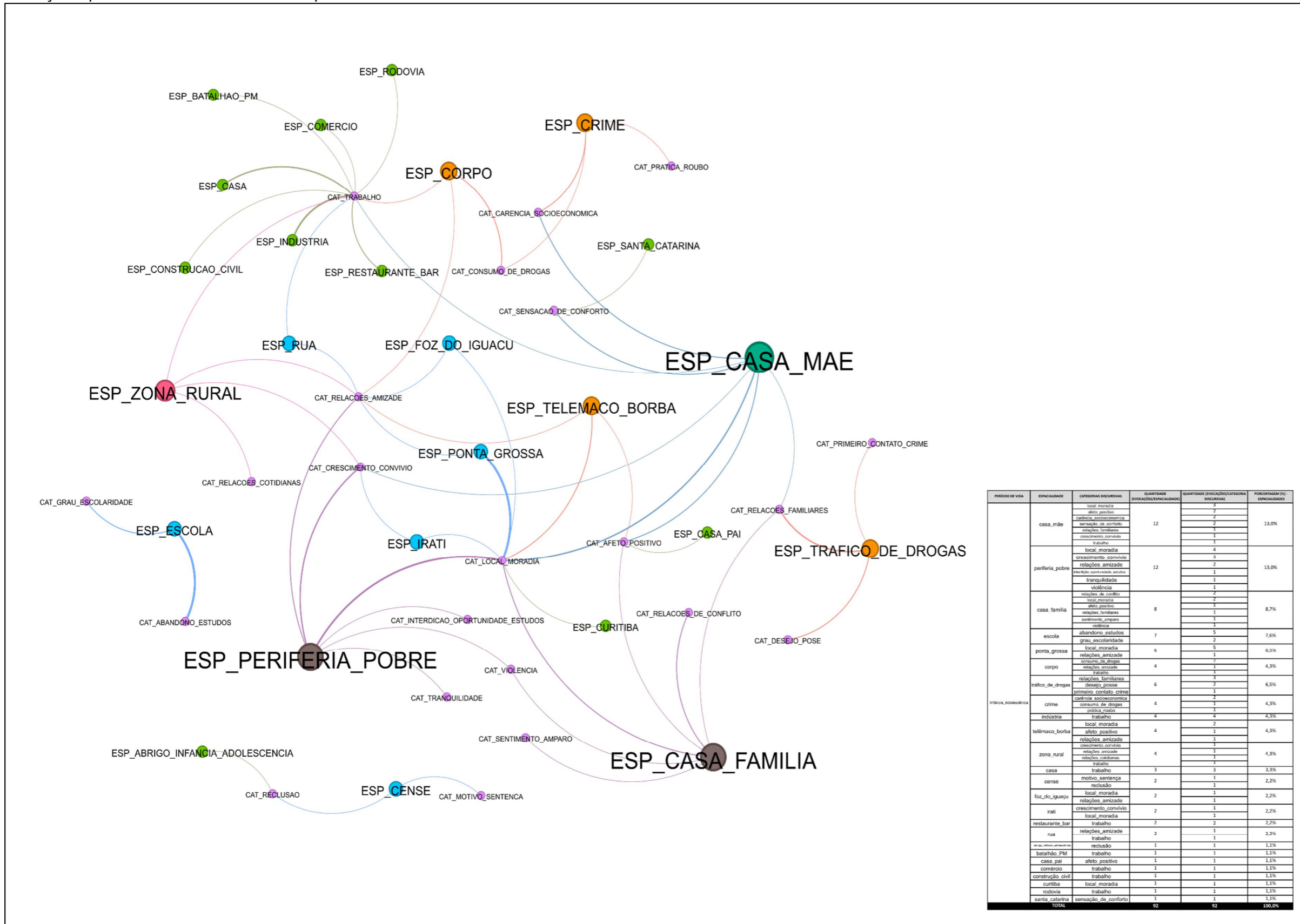
Com relação ao trabalho, a vivência ligada à rua durante a infância reforça os marcadores de desigualdade e transgressão daqueles que deveriam ser os papéis assumidos para o período ligado à infância. Essa realidade, assim como observado nas outras espacialidades relacionadas ao período, que já discutimos, está diretamente ligada àquilo que compõem esses sujeitos ao longo de suas trajetórias em termos identitários, que é a classe social e as masculinidades.

O modo como suas trajetórias de vida sofrem rupturas ao longo da infância estão diretamente ligadas ao fato de, quase sempre, não corresponderem de modo hegemônico as espacialidades que compõem e, sobretudo, ao fato de buscarem constantemente o acesso a esse centro. A esses homens são negados os direitos básicos ligados à infância, garantidos pela legislação brasileira, sendo eles de responsabilidade do Estado ou de outros sujeitos, como a sociedade (no senso amplo) ou da família.

Essa realidade se estende para além da primeira infância e se faz presente, seja com as mesmas espacialidades e significados, novos significados ou novas espacialidades, no período que está 'demograficamente' ligado à transição entre a infância e adolescência, comumente denominado 'pré-adolescência'¹⁸⁷. A relação entre as espacialidades e categorias discursivas correspondentes a esse período podem ser observadas a partir do grafo 15, que nos permite perceber 11 espacialidades que contém um maior número de evocações e categorias ligadas, sendo 'casa da mãe', 'periferia pobre', 'casa da família', 'escola', 'Ponta Grossa', 'tráfico de drogas', 'corpo', 'crime', 'indústria', 'Telêmaco Borba' e 'zona rural':

¹⁸⁷ Assumimos a noção de 'pré-adolescência' em um sentido didático por considerar que este período é fundamental na compreensão das trajetórias de vida desses sujeitos, sobretudo pelo conteúdo das entrevistas que revelam especificidades que se diferenciam da infância e a da adolescência, marcados por essa transição. Segundo Peru (2009) em diálogo com Manuel Matos (2005) a utilização da terminologia 'pré-adolescência' tem relação com o período de transição marcado pelo desenvolvimento de mudanças biológicas e psíquicas que irão se concretizar durante a puberdade. Ainda, assumimos o mesmo recorte de idade marcado pela autora para este período, que vai dos 11 aos 13 anos. Noutro sentido, para o ECA (BRASIL, 1990), o período da infância encontra-se do nascimento aos 12 anos e o da adolescência dos 12 aos 18 anos.

GRAFO 15 – Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas no período de transição entre infância e adolescência e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

Cada uma das 11 espacialidades que se destacam no grafo acima exposto, contém um número específico de categorias que, por sua vez, têm trechos discursivos correspondentes.

Neste sentido, 'casa da mãe' tem relação com 7 categorias discursivas, 'periferia pobre' com 6 categorias, 'casa da família' com 6 categorias, 'escola' com 2 categorias, 'Ponta Grossa' com 2 categorias, 'tráfico de drogas' com 3 categorias, 'corpo' com 3 categorias, 'crime' com 3 categorias, 'indústria' com 1 categoria, 'Telêmaco Borba' com 3 categorias e 'Zona Rural' com 4 categorias.

Assim como verificamos no grafo referente ao período da infância, a espacialidade discursiva que absorve o maior número de categorias e evocações é a 'casa de mãe', que embora tenha relacionadas 7 categorias, é em 4 delas que se concentram o maior número de evocações, sendo: 'local de moradia' (3), 'afeto positivo' (2), 'carência socioeconômica' (2) e 'sensação de conforto' (2).

É importante a percepção de que, em relação ao período anterior que analisamos, as categorias discursivas se alteram, com exceção de 'afeto positivo'. Enquanto na infância, 'casa de mãe' era significada em grande parte em um sentido positivo e, quando não, como no caso de 'abandono', que é significada de maneira negativa pela ausência das figuras materna e paterna durante o período, na pré-adolescência embora tenha certa carga positiva dadas as categorias 'afeto positivo' e 'sensação de conforto', recebe significados de neutralidade pela categoria 'local de moradia' e, assim como é no caso da infância, também negativos, como é o caso de 'carência socioeconômica'.

Quando observamos a categoria 'local de moradia' e verificamos o conteúdo das evocações correspondentes, percebemos que a 'casa da mãe' recebe o status de local de permanência por um tempo prolongado, como verificado no trecho de 'Dezoito':

É. Sempre morei junto com a minha mãe, né. Daí depois que o meu pai se separou, sempre continuei morando no mesmo lugar e na mesma casa. Sempre... Agora faz cinco anos que eu estou preso, então fez 21 anos que eu morei lá no mesmo lugar. (Dezoito)¹⁸⁸

A casa da mãe, enquanto um período de vivência prolongada e, por suposto, de convivência com outros sujeitos que compõem essa espacialidade, não pode deixar de ser observada enquanto um recorte importante nas trajetórias de vida

¹⁸⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

desses homens, sobretudo pela compreensão de que suas interrelações também os comporão enquanto sujeitos. Quer dizer, aquilo que é apreendido a partir da casa da mãe e os significados que essas apreensões carregam, produzirão marcas nesses sujeitos. Então, do mesmo modo que a ‘casa da mãe’ como ‘local de moradia’ terá certa importância aos entrevistados, ‘afeto positivo’, ‘carência socioeconômica’ e ‘sensação de conforto’ também terão.

Nisso, ‘afeto positivo’ e ‘sensação de conforto’, em termos didáticos, podem ser divididos de um lado e ‘carência socioeconômica’ de outro, embora seja necessário reconhecer que esses significados se misturam de modo muito mais espiral do que linear. Quando observamos os trechos referentes à ‘afeto positivo’, estamos olhando para o modo como os homens condenados por tráfico significam as relações de poder que se estabeleceram segundo a espacialidade em questão. Já, ao olhar para ‘sensação de conforto’, estamos observando os significados atribuídos à dimensão física de ‘casa da mãe’.

O trechos abaixo revelam aquilo que se refere à ‘afeto positivo’:

É, com minha irmã também... Tenho uma convivência boa com ela. Ela é 2 anos mais velha do que eu. (Um)¹⁸⁹

Sempre me incentivou. (Minha mãe) sempre me incentivou neste sentido assim... De ser alguém na verdade, né? Ter alguma qualificação, alguma instrução... (Dezessete)¹⁹⁰

Como se observa, há dois principais sujeitos que se relacionam com ‘Um’ e com ‘Dezessete’; irmã mais velha e mãe. É interessante observar que, por ser uma ‘extensão’ do período demarcado por nós enquanto infância, a pré-adolescência ainda preserva a centralidade de alguns sujeitos em suas trajetórias geográficas, sobretudo no tocante à família quando da composição de espacialidades que remetem a esse convívio.

A boa convivência com a irmã mais velha, destacada por ‘Um’, e o incentivo da mãe para que o filho buscasse instrução e qualificação no sentido profissional, destacada por ‘Dezessete’ demonstram o papel de importância atribuído à família enquanto instituição de acolhimento e pertencimento, como já destacamos noutras ocasiões anteriores.

¹⁸⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁹⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Quanto à categoria ‘sensação de conforto’, ‘Dois’ e ‘Sete’ afirmam que suas casas garantiam certo conforto a eles, como se destaca nos seguintes trechos:

Tinha conforto. Tinha muito conforto. Principalmente na parte da minha família. Era muito confortável. Não era ruim. (Dois)¹⁹¹

Era tranquilo! Era uma casa boa. Tinha, tinha (conforto)! Lá era de boa. (Sete)¹⁹²

Como os entrevistados destacam, aquilo que atribuem à dimensão material da espacialidade casa da mãe tem uma carga positiva na medida em que torna-se um espaço de conforto. Por outro lado, ao observarmos os conteúdos correspondentes à categoria ‘carência socioeconômica’, se para ‘Dois’ e ‘Sete’ a casa da mãe é símbolo de conforto durante a pré-adolescência, para ‘Três’ possui outro significado:

Tinha bastante gente. Era uma casa que nós morávamos em 2, 4... 7 pessoas. Eu, minha mãe e meus irmãos. Uma casa pequena, humilde, que onde, até então, não tinha nem quarto praticamente para cada um de nós. Nós tínhamos que dormir, muitas vezes, tudo amontoado. (Três)¹⁹³

Fica evidente que a dimensão material está diretamente relacionada com as dinâmicas que se constroem na composição dessa espacialidade na medida em que, enquanto confortável, recebe uma carga positiva e, quando da carência socioeconômica, negativa. No entanto, se para ‘Três’ a carência socioeconômica se estabelece enquanto uma interdição ao acesso de bens materiais que garantam uma boa convivência na casa da mãe, para ‘Dois’, que a partir de um dos trechos anteriores destacou o conforto na composição dessa espacialidade, essa não parece ser uma realidade: “Olha, tivemos uma vida difícil financeiramente. Era uma casa simples.” (Dois)¹⁹⁴

No entanto, embora tenha sido destacado que a espacialidade ‘casa da mãe’ tenha produzido significado de conforto, ainda que simples, é preciso perceber que não se anula o fato da dificuldade se fazer presente em sua trajetória de vida, sobretudo no sentido financeiro, como demonstrou em sua fala.

Neste mesmo caminho, está a espacialidade ‘periferia pobre’, com 6 categorias discursivas relacionadas, mas com 3 deste total concentrando o maior número de evocações correspondentes, sendo: ‘local de moradia’, com 4 categorias,

¹⁹¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁹² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁹³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

¹⁹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

crescimento/convívio, com 3 categorias e, finalmente, ‘relações de amizade’, com 2 categorias.

As categorias ‘local de moradia’ e ‘crescimento/convívio’ e as evocações correspondentes a cada uma revelam significados que remetem à pobreza financeira, ao consumo de substâncias psicoativas (lícitas, como álcool e ilícitas) e aquilo que se refere a isso no sentido das dinâmicas das relações sociais.

Os conteúdos presentes nas evocações correspondentes à primeira categoria podem ser observados nos trechos de entrevista a seguir:

Era bem pobre mesmo. Um barraquinho de favela de duas peças. Acho que maior que isso aqui¹⁹⁵. Dava umas 3 distâncias aqui, 4... Era bem apertado para mãe, pai, dois irmãos... Duas irmãs, na verdade. Foi bem difícil, na verdade. (Onze)¹⁹⁶

É, em Irati... Na Zona Rural. Daí, quando nós viemos pra cá, mesma situação. Não ia pra frente, na verdade, por causa do pai, né? Que se entregava muito para a cachaça e louqueava demais. (Onze)¹⁹⁷

É, aqui em Ponta Grossa mesmo. Nossa casa era simples. Nós morávamos na baixada de uma vila, pra baixo da praça, na divisa com uma favela. Só que a nossa ali era invasão, era beira de esgoto, na verdade. Você atravessava uma pontinha, daí era a nossa casa e tinha uma escadaria que subia. Nossa casa era ali. (Treze)¹⁹⁸

Tanto nos trechos correspondentes à entrevista realizada com ‘Onze’, como no trecho citado de ‘Treze’, é evidente a situação de carência socioeconômica dada à dimensão física de seus locais de moradia, que se relacionam à espacialidade da periferia pobre. Correspondente à ‘Treze’, destaca-se a composição da periferia pobre a partir da moradia em um local irregular no espaço urbano da cidade de Ponta Grossa, marcada pela insegurança da habitação em locais próximos a arroios urbanos, que o entrevistado denomina ‘esgoto’, além da falta de infraestrutura necessária para a permanência no local.

Ao avançar para a categoria ‘crescimento/convívio’, fazem-se presentes trechos que dispõem a respeito do convívio durante o período de pré-adolescência existente a partir da ‘periferia pobre’, sendo a evidência da habitação desses recortes do urbano das cidades, como também a materialização das relações ligadas à venda

¹⁹⁵ Refere-se à sala em que se localizava durante a realização da entrevista na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR.

¹⁹⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁹⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

¹⁹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

e ao consumo de substâncias psicoativas por parte de outros sujeitos que compunham essa mesma espacialidade:

Lá onde eu cresci era periferia. (Um)¹⁹⁹

A casa onde eu nasci, era uma casa de madeira. Uma casinha humilde, assim... E o lugar onde eu moro ainda hoje, é um lugar que é uma favela. Onde ocorre muito o movimento da droga. Aí, certamente, é onde eu vim a conhecer. (Três)²⁰⁰

Além do que se observa em 'Um', sobre a reiteração da composição da espacialidade da 'periferia pobre' durante parte de sua trajetória, é importante a percepção do que nos demonstra 'Três' em seu discurso, sobretudo naquilo que apreende ser o primeiro contato com substâncias psicoativas, relacionado à espacialidade em questão e o período de vida que estamos discutindo.

O entrevistado faz importantes afirmações, pois relaciona a noção de que a espacialidade em questão tem direta relação com o uso e distribuição de drogas. Isso pode ser observado em dois principais aspectos: 1. A ausência de políticas públicas do Estado que garantam a segurança e medidas mitigadoras em relação à distribuição e ao consumo de drogas em determinados recortes espaciais das cidades; 2. A presença de políticas públicas que permitem a existência de práticas que desestabilizam o 'bem-estar' comunitário, através de instrumentos que decidem quais corpos devem ser reconhecidos como sujeitos e, portanto, dignos de visibilidade/centralidade nos discursos e, por suposto, quais são os corpos cujos direitos básicos não são garantidos.

De todo modo, esses dois aspectos parecem ser confluentes diante daquilo que assumimos a partir de nossa base teórica exposta nos capítulos I e II, sobre o fato de que a partir das instituições sociais e do discurso, ocorrem a presença de eixos de desigualdade que centralizam sujeitos a partir da intersecção de suas facetas identitárias em detrimento da marginalização de outros e, dentro disso, há instrumentos que funcionam como legitimadores, tais como os textos da lei, as práticas e ações dos sujeitos que compõem o Estado, dentre outros. Nisso estão determinados recortes espaciais compostos pelos sujeitos, tais como a periferia pobre, onde há um 'estado de exceção' permanente (AGAMBEM, 2002).

¹⁹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁰⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Aquilo que é revelado por ‘Três’ nos possibilita caminhar para além da teoria e, por suposto, comprovar em realidade a existência de sujeitos e de relações à quem a centralidade hegemônica é negada, como é o caso dos homens condenados por tráfico de drogas. O fato de haver venda de substâncias psicoativas e seu consumo de um modo relativamente marcante ligado à periferia pobre, sem desconsiderar que há em outros recortes espaciais, mas que, de certo modo, é naturalizado pela fala do entrevistado, constitui-se enquanto uma das possibilidades de acesso a esse homem. Ora, se não há outras alternativas, como lazer, que deveria ser garantido a ele neste período, a partir da Lei nº 8.069/1990, ou a garantia da proteção da família, sociedade e Estado, também garantido por essa legislação, há a facilitação do acesso às drogas.

Por outro lado, aquilo que também fora verificado no período que remete à infância, a periferia pobre também se estabelece enquanto uma espacialidade onde relações de aliança se constroem. Isso pode ser percebido na categoria ‘relações de amizade’, que ‘Três’ e ‘Onze’ destacam nos trechos:

Tinha bastante... Sempre me dei bem com a galera lá. (Três)²⁰¹

Tinha bastante amigos. Sempre tive bastante amigos. (Onze)²⁰²

A grandeza quantitativa do número de amigos revela relações que se constroem na medida em que necessitam, enquanto sujeitos, estabelecerem afetos positivos ainda que em uma espacialidade onde são construídos significados negativos.

Diferentemente das alianças que se constroem na composição da periferia pobre, sobretudo a partir das relações que constroem com os amigos, em outro recorte, ‘casa da família’, se destacam as ‘relações de conflito’, uma das 2 categorias que concentram maior número de evocações correspondentes à essa espacialidade.

A ‘casa da família’ está relacionada à 6 categorias discursivas, no entanto, ‘local de moradia’ e ‘relações de conflito’ correspondem a 50% das evocações ligadas à espacialidade, cada uma com 2 trechos discursivos. Em relação à categoria ‘local de moradia’, os dois trechos discursivos correspondentes dizem respeito aos relatos de ‘Seis’ sobre a composição da espacialidade ‘casa da família’ a partir da dimensão física de dois locais diferentes, sendo a casa da madrinha e a casa da vó:

²⁰¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁰² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Quando eu morava com a minha madrinha, era uma casa com 2 quartos, sala, cozinha, garagem. Era boa, tinha todos os móveis dentro da casa. (Seis)²⁰³

Quando eu fui morar com a minha avó, a casa dela era mais simples. Mas tinha... Tem 2 quartos, sala, cozinha, banheiro. Daí tinha um pouco mais de gente que morava lá. Na zona oeste. (Seis)²⁰⁴

É válida a percepção, neste caso, de que uma espacialidade não está necessariamente ‘presa’ a um recorte locacional específico, mas a recortes cujas relações remetem à noção de família, ou seja, para além da dimensão física, também está presente a dimensão simbólica. Nessa dimensão estão as relações que se constroem na espacialidade ‘casa da família’, onde ‘Seis’ remete o significado de ‘local de moradia’, ora sendo a casa da madrinha, ora sendo a casa da avó.

No entanto, se por um lado o entrevistado percebe a ‘casa de família’ enquanto um local de acolhida, dado a partir da moradia, outros dois entrevistados, ‘Onze’ e ‘Quatorze’, apreendem suas composições nessa espacialidade em um outro sentido, assumindo uma carga negativa, a partir da categoria ‘relações de conflito’.

Ambos os trechos indicam para uma dinâmica de relações de poder apoiadas na violência, seja essa violência observada em relação a outros sujeitos que compõem essa espacialidade, seja sofrida. O trecho abaixo exemplifica o primeiro caso, onde ‘Onze’ destaca ter presenciado a violência sofrida pela mãe em relação ao pai, como também, junto de seus irmãos, ter sofrido violência:

Eram casados... Sempre foi. Mas até uns dias de ele... De chegar os finais de semana e ele dar perdido em casa e sair para a cachaçaiada e ficar loqueando... Daí era bom... Mas tinha tempo que era ruim, era cruel mesmo. Chegava, batia na mãe, batia em nós... E daí, foi indo até... Acho que foi isso também que embalou um pouco para eu sair de casa, loquiar pela rua... (Onze)²⁰⁵

Para além do que já fora discutido anteriormente, no capítulo III, sob uma perspectiva da violência enquanto um mecanismo de instrumentalização de poder (FOUCAULT, 1995), outro ponto importante que merece observação neste caso é o objeto ‘impulsionador’ da execução da violência paterna, o álcool, que como percebido em outros momentos dessa reflexão, é bastante presente enquanto um marcador de desestabilização, de tensão, dos códigos e práticas que se estabelecem no sentido de reafirmar a noção de família.

²⁰³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁰⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁰⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

A mesma busca pela centralidade dada a marginalização quando da composição espacial da ‘casa da família’ pode ser observada na fala de ‘Dezesseis’, que faz um traço comparativo na forma violenta de ser tratado pela mãe em relação ao modo de tratamento dado aos irmãos:

Na verdade, lá em casa, com a minha falecida mãe, era na base da pancada. Eu só apanhava lá em casa. Qualquer coisa eu apanhava... Tanto é que um dia, a última vez que falei com minha mãe, eu falei, né? Eu liguei pra ela de dentro da cadeia e eu falei: “Oh, mãe... Em mim você só batia, porque o meu irmão e minha irmã eram tratados totalmente diferente.” E eu ficava até com raiva disso por um momento, porque eu era na base da pancada... Meu irmão e minha irmã, que levavam para a escola, era roupinha da boa e da melhor, eu acho que é porque sempre fui o mais velho também, né? Eu penso assim... Agora eu paro e penso, né? Mas eu era na base da pancada. Qualquer coisa era pancada. Era eu pra cá, eu pra lá, tratado igual cachorro. Eu fiquei revoltado um pouco com minha mãe. Eu fiquei muito revoltado. Eu culpava até o meu pai e minha mãe. Porque eu via a minha irmã e meu irmão, coisa que eu nunca tive, eles tinham. Eu pedi um videogame para o meu pai um dia e nunca que ele me deu... Tanto é que o meu irmão, tudo que eu não tinha, o meu irmão e minha irmã tinham, né? Daí eu ficava revoltado. A depressão vai... Tipo, foi uma depressão. Eles me tocaram de casa, eu não tinha família, não tinha para onde ir... Daí foi complicado. Minha vida foi tipo assim... (Dezesseis)²⁰⁶

O trecho de entrevista supracitado nos possibilita perceber que a faceta ‘idade’, no sentido geracional, é percebida por ‘Dezesseis’ como uma justificativa para a violência por ele sofrida quando relacionada ao fato de seus irmãos terem idades inferiores que ele: “[...] eu acho que é porque sempre fui o mais velho também, né?” (Dezesseis)²⁰⁷

Aquilo que desencadeia dessa violência, ou seja, a ação frente ao modo de agir dos pais o fez questionar sua posição ligada à ‘casa da família’ e, por suposto, nas relações ligadas a essa espacialidade. Ora, se os irmãos são tratados de forma afetivamente positiva, os afetos negativos a partir da violência por ele sofrida produzem uma busca pela centralidade que a ele não é conferida. A partir disso, essa busca se expande para outros recortes espaciais, como os já observados ‘rua’, ‘tráfico de drogas’, ‘PEPG’, dentre outros²⁰⁸.

²⁰⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁰⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁰⁸ Gostaríamos também de apontar para a necessidade da observação da realidade desses sujeitos sob um viés psicologizante, dada observação captada pelo trecho de ‘Dezesseis’, que afirma como um dos efeitos da violência sofrida na composição da espacialidade ‘Casa de Família’, resultar em um quadro de depressão. Não assumimos essa perspectiva na presente Tese, pois consideramos que nos carece lastro teórico para produzir essa reflexão. No entanto, essa é uma sugestão que fazemos para novos momentos de reflexão, sobretudo em um aspecto interdisciplinar.

Outra espacialidade que destacamos para a presente reflexão é ‘escola’, que tem relacionadas 2 categorias, porém 1 dessas concentra a maior parte de evocações relacionadas, 5, sendo ‘abandono de estudos’. A espacialidade em questão passa a ter maior evidência a partir do período da vida dos entrevistados o qual estamos agora preocupados, a pré-adolescência e, não obstante, também nos revela uma importante questão na vida dos homens condenados por tráfico: o baixo grau de escolaridade relacionado à evasão do espaço escolar.

Neste sentido, a evasão é significada pela categoria ‘abandono de estudos’ e é marcada temporalmente, principalmente, entre os períodos da pré-adolescência e da adolescência (como será visto na próxima seção deste capítulo). O que nos propomos a discutir aqui não é o fato da evasão em si, mas os motivos de tal ação. Cabe destacar que, como vimos insistindo, muitas vezes as motivações por determinadas ações são significadas de modo diferente em relação ao período da vida em que são executadas. Dito isso, as motivações percebidas aqui se referem a dois principais pontos, sendo a falta de interesse em estudar, ou a necessidade financeira. O primeiro dos pontos é aquele que concentra a maior parte dos trechos. O segundo, que justifica o abandono dos estudos por necessidade financeira está diretamente ligada à morte do pai e o assumir do papel de manutenção do lar no tocante à garantia de dinheiro para sobrevivência:

Na verdade, eu até queria ter estudado mais. Mas eu perdi o meu pai quando tinha 6 ou 7 anos. Aí eu comecei a estudar e minha mãe começou a ter dificuldade para tratar de mim e de mais os meus irmãos. Então eu comecei a trabalhar de boia-fria, onde eu tive que abandonar os estudos e me dedicar ao serviço para poder ajudar a manter a casa. (Três)²⁰⁹

De todo modo, novamente, o que voltamos a expor é a não garantia do exercício da lei, neste caso textualizada pelo ECA, para determinados corpos, ainda que correspondam a um recorte etário cujo qual deveria ser amparado por tal legislação.

Neste sentido, a ‘escola’, enquanto uma espacialidade que em sua composição deveria haver uma dinâmica de centralização dos sujeitos, o reconhecimento das multiplicidades identitárias e, portanto, o exercício de relações de poder de maneira menos vertical, como já discutimos no capítulo III desta Tese, ao não cumprir seu papel, torna-se uma espacialidade cujos homens entrevistados

²⁰⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

significam a partir do abandono, ou seja, da pouca participação de suas vidas na dinâmica escolar.

Essas posições de marginalidade parecem indicar o que, ao longo desta reflexão percebemos ser a realidade destes homens: a negação da centralidade em espacialidades que notadamente correspondem à garantia da visibilidade destes homens frente a outros sujeitos, como é a escola, por exemplo, ainda que de maneira indireta. Neste sentido, é válido afirmar que aquilo que discutimos no capítulo I a respeito da presença de mecanismos que distanciam alguns sujeitos da garantia de suas existências, em detrimento da existência de outros sujeitos, aqueles que correspondem aos padrões hegemônicos, podem ser evidenciadas quando do que aqui estamos expondo.

O 'tráfico de drogas' e o 'crime', outras espacialidades que evidenciamos anteriormente, se estabelecem, deste modo, enquanto resultantes de interrelações que se instituem enquanto estratégias de garantia da existência dos homens entrevistados, diante da negação presente na composição de outras espacialidades, ainda que tanto o 'tráfico de drogas', quanto o 'crime', também possam se estabelecer paradoxalmente enquanto espacialidades que, em relação a outras, intensifiquem suas marginalidades.

A espacialidade 'tráfico de drogas' tem 3 categorias correspondentes, quando relacionada à pré-adolescência. No entanto, desta totalidade, 2 categorias concentram a maior parte dos trechos discursivos correspondentes, sendo 'relações familiares', com 3 evocações e 'desejo de posse', com 2 evocações.

O conteúdo presente nos trechos que dizem respeito à primeira categoria demonstram a conexão direta entre as relações que se estabelecem na composição dessa espacialidade e as práticas e ações resultantes, além da reafirmação do que pontuamos acima a respeito da espacialidade 'casa de família', sobre o tensionamento instituído quando se questionam os discursos de reafirmação da noção de família presente nesta mesma espacialidade, além da evasão escolar, quando da espacialidade 'escola':

Ah... Eu... Desde que eu era menor de idade, a parte do meu pai, do meu padrasto, eles eram do tráfico também, sabe? Aí, eu aprendi desde criança também a se envolver com essas coisas erradas. Acabei abandonando a escola. E aí, só na ilusão, continuei só vendendo droga... Nunca parei para

pensar nas consequências... Mas era só no momento em que eu queria ganhar um dinheiro. E acabei entrando em um precipício. (Seis)²¹⁰

É visível no trecho supracitado que o modo de agir do pai e do padrasto se estabelece enquanto uma prática que tensiona a noção de família quando passam a compor a espacialidade do tráfico de drogas que, de modo direto, segundo ‘Seis’, o influenciam a compor essa mesma espacialidade sob a mesma posição; a de comerciante. A partir dessa composição, como afirma ‘Seis’, está presente a justificativa para evasão escolar, relacionada à espacialidade da escola.

O entrevistado ainda afirma que, mesmo sem pensar nas consequências do envolvimento com a atividade do tráfico de drogas, passa a compor tal espacialidade com objetivo de ganho financeiro. Neste sentido, o trecho a seguir, representado a partir da categoria ‘desejo de posse’, colabora para o momento:

É. Por causa que daí a minha avó... Graças a Deus, ela nunca deixou faltar alimentação. Mas não tinha como eu chegar e falar para ela, “O, vó...”, por causa que tinha eu e os outros meus 2 irmãos, meu tio mais novo também... Não tinha como eu chegar para ela e falar; “O, vó... Eu quero aquele celular do ano lá, que custa 1000 e poucos reais... Eu quero aquele tênis, aquele moletom...”. Aí, eu não tinha coragem de pedir pra ela. E daí, o que aconteceu? Eu me envolvi no crime mais para me manter também. Para poder andar bem arrumado, para poder ter as coisas que eu queria. (Seis)²¹¹

É interessante perceber que, em relação ao período de vida no qual está relacionado este trecho, a categoria discursiva categorizada e a espacialidade correspondente, o significado atribuído à prática da venda de drogas e, por suposto, a composição da espacialidade em questão, não se justifica pela necessidade financeira, de uma estratégia de sobrevivência, mas sim enquanto uma estratégia de bens materiais que o garantiam exercer o papel de sujeito, dado a carga simbólica atribuída a um celular, um tênis e um moletom.

O que nos traz Rossi (2011), ao discutir sobre adolescentes em conflito com a lei, as práticas delituosas que esses sujeitos assumem muitas vezes funcionam como estratégias para alcançarem o centro a partir de simbolismos dados a bens materiais e na prática de violências, já que tais marcadores compõem um ideário daquilo que se espera enquanto ‘ser homem’, sobretudo pela intersecção entre idade e classe social.

²¹⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²¹¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Então, ao dialogarmos com o autor, retomamos a noção do paradoxo entre centro e margem quando relacionado a esses fatores, já que ao passo que alcançam tal centralidade almejada em determinados recortes espaciais, como no próprio caso da espacialidade do tráfico de drogas, são marginalizados em outros, na medida em que essas práticas são consideradas ilegais e contraventoras.

O mesmo ocorre com a espacialidade do 'crime', que contém 3 categorias discursivas correspondentes. No entanto, ao contrário do tráfico de drogas, a categoria com maior incidência de trechos discursivos é a 'carência socioeconômica', que é significada de maneira diferente à categoria 'desejo de posse'.

Os trechos correspondentes a essa categoria dizem respeito à composição dessa espacialidade a partir de práticas delituosas diferentes daquelas que se relacionam com o tráfico de drogas. Isso pode ser percebido na entrevista realizada com 'Treze', que revela ter cometido pequenos furtos e roubos em razão da necessidade de fornecer ajuda financeira à família:

Vendendo o que eu ganhava dos furtos e roubos? Ah... Depende... Naquele tempo ali... Tinha, na rua, que nem se dizia, a rua onde ficavam as prostitutas ali... Eu esqueci o nome ali, onde ficavam as mulheres que faziam programa, né? Daí elas pediam encomenda de roupa, pediam encomenda de tinta, de shampoo, coisarada... Várias coisas que pediam, né? E já tinham um monte de pessoas que já eram as pessoas certas... Faziam as encomendas pra gente... Daí eu, nada, nada, tirava 150, 200 reais... 200 e pouco... Daí eu dava tudo para a minha mãe, né? Porque pra mim não tinha mesmo serventia. Porque o que eu queria, eu roubava pra mim... Roupa, calçado... né? (Treze)²¹²

E a justificativa dessas práticas está presente no seguinte trecho:

Às vezes não, né? Corria o risco, né? Porque... Na verdade, eu corria esse risco um pouco mais para ajudar a minha família. Porque o meu padrasto, que nem eu falei, só queria saber de amanhecer na zona... Quando ele pegava o pagamento dele, quando começou a trabalhar em uma serraria... Aí só fiquei só eu nessa vida, né? Daí comecei a trabalhar também... Entregar panfletagem nas vilas, trabalhar em sinaleiro... Daí vi que não estava dando muito lucro, estava ganhando muito pouco também... Estava trabalhando a 10 reais por dia, né? E tinha que levar almoço, levar marmitta... Daí foi assim que aconteceu. Daí eu achei que ali estava dando mais lucro, eu era de menor ainda. (Treze)²¹³

Mais uma vez fica evidente a posição assumida por Treze enquanto responsável pela garantia do sustento financeiro da família, em uma tentativa de corresponder ao ideal masculino que, na intersecção com os eixos de classe e de

²¹² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²¹³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

idade, o empurram à margem das espacialidades que resultam de interrelações que reafirmam constantemente discursos hegemônicos de poder.

Além disso, os papéis assumidos por Treze no sentido de sua masculinidade, transversais à sua idade e empurrados pela sua condição de classe, se dão também pelo exercer da noção de desejo atribuída ao ideal de masculinidade adulta vivenciada por seu padrasto, que exercia práticas que, embora o marginalizassem em espacialidades correspondentes às relações familiares, poderiam o centralizar em espacialidades cuja figura masculina significada pela prática sexual, pelo envolvimento extraconjugal etc., são observadas enquanto ideais.

Perceber que as masculinidades dos homens entrevistados se estabelecem enquanto marcadores fundamentais na preocupação de suas trajetórias, sobretudo pela intersecção existente com outros marcadores identitários que temos discutido até o momento, é parte da compreensão de que o modo com apreendem suas trajetórias geográficas e, por suposto, constroem significados a partir daquilo que vivenciam, reside do modo como os seus corpos se posicionam nas espacialidades que compõem.

O corpo, enquanto uma espacialidade, quando relacionado à pré-adolescência, deste modo não pode deixar de ser observado, sobretudo por ser uma das espacialidades que contém maior número de categorias e trechos discursivos relacionados. Destas categorias, uma se destaca; 'consumo de drogas', com duas evocações correspondentes.

O conteúdo destas evocações estão evidenciados através dos seguintes trechos:

Ah, desde que chegou a pedra aí, eu usava... É... Desde menor na verdade, né? (Onze)²¹⁴

É... Eu usei quando era pequeno, mas fazia 5 anos que eu tinha parado. (usava) Crack! (Doze)²¹⁵

Os dois trechos, de 'Onze' e 'Doze', evidenciam uma realidade presente em suas trajetórias, que é o consumo de substâncias psicoativas que, neste caso, dá-se pelo uso de crack. Não obstante, como já verificamos anteriormente, o consumo de drogas estabelece-se enquanto uma prática que, tal como o comércio de substâncias psicoativas, ou como o envolvimento com outras práticas delituosas, constituem parte

²¹⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²¹⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

de estratégias para alcançarem o centro das relações que constituem ao longo de suas vidas.

Ainda, gostaríamos de recordar sobre o paralelo que se pode traçar entre a realidade de meninos em tratamento de químico dependência sobre a qual refletimos em Morais (2017) e as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas. Em ambos os casos, está presente o consumo de drogas e, por suposto, os efeitos que se desencadeiam disso, seja de modo intersubjetivo, ou subjetivo. Sobre o segundo ponto, pouco podemos colaborar, principalmente pela necessidade de um viés psicologizante para tal questão.

Sobre o primeiro, é importante reiterar sobre o fato de que, quando refletimos a respeito de trajetórias geográficas e, a partir disso, olhamos para espacialidades que compõem essas trajetórias, como é o caso do corpo, também olhamos para as tramas complexas que se instituem na existência dessa espacialidade.

Neste sentido, ao considerarmos diferentes recortes temporais para a observação destas espacialidades, também estamos preocupados com a noção de que em cada um desses recortes se produzirão significados que podem (ou não) se alterar conforme a ação do tempo.

Se pensarmos no consumo e na venda de substâncias, na prática de furtos e roubos, então, é possível que as justificativas para a realização destas práticas se alterem em relação ao tempo, ainda que correspondam às mesmas espacialidades em diferentes períodos. Quando olhamos para o consumo de drogas e a sua relação com a espacialidade do 'corpo' composta pelos homens condenados por tráfico de drogas e relacionamos tal espacialidade à pré-adolescência, compreendemos que, tal como ocorrera com os meninos em tratamento de químico dependência (MORAIS, 2017), os significados a respeito dessa prática poderá se alterar, porém as marcas resultantes disso estarão presentes ao longo de suas trajetórias na medida em que compuserem outras espacialidades, já que apesar de novos (ou não) significados, continuam se posicionando com esses mesmos corpos, ainda que com uma nova idade, mas com a mesma condição de classe e a mesma condição de masculinidade.

O que queremos dizer é que, a partir da pré-adolescência começa a ficar ainda mais clara a relação entre suas trajetórias geográficas e os caminhos pelos quais seus rumos passam a se confundir com a droga, seja na condição de usuários, ou na condição de comerciantes. Na próxima seção, quando falarmos a respeito da

adolescência, enquanto um período que transita a adolescência para a vida adulta, também chamada de juventude, isso ficará ainda mais claro.

Antes disso, ainda é preciso observar as outras 4 espacialidades que contém a maioria das categorias e trechos discursivos relacionadas a este período: Ponta Grossa, Indústria, Telêmaco Borba e Zona Rural.

A primeira e a terceira espacialidades, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, contém juntas um total de 5 categorias, porém ambas são marcadas em maior número pela categoria 'local de moradia', com um total de 7 evocações. Essa categoria demonstra que os entrevistados residiam nas cidades de Ponta Grossa e Telêmaco Borba no período correspondente, como se pode observar abaixo:

Sou do (bairro), zona oeste, Ponta Grossa. (Seis)²¹⁶

É, ali na 'Zona oeste de Ponta Grossa'. (Dez)²¹⁷

Sou daqui de Ponta Grossa, exatamente. De uma vila da zona sul. (Quatorze. Entrevista realizada em 24/05/2021. Ponta Grossa, PR)

Era uma casa boa. Lá em Telêmaco. (Nove)²¹⁸

Já, com relação à espacialidade 'Indústria', ao questionarmos sobre a ocupação profissionais de seus mãe, pai, ou outras pessoas que consideram enquanto adultos 'responsáveis' durante o período de pré-adolescência, os entrevistados revelaram através de suas falas que a indústria é uma espacialidade composta por esses sujeitos a partir da categoria 'trabalho'. Conforme presente nos trechos:

Meu pai era... Ele trabalhava em uma firma, era operador de caldeira. (Dois)²¹⁹

(Mãe) Aposentada. Ela trabalhava na indústria. (Doze)²²⁰

(Indústria da) Reciclagem também... (Doze)²²¹

A minha mãe é aposentada. Ela trabalhava em serviços gerais na indústria... (Nove)²²²

²¹⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²¹⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²¹⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²¹⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²²⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²²¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²²² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

A última espacialidade, ‘zona rural’, têm relacionadas 4 categorias, com um trecho discursivo correspondente em cada uma: ‘crescimento/convívio’, ‘relações de amizade’, ‘relações cotidianas’ e ‘trabalho’. Essas categorias se relacionam a dois entrevistados, ‘Dois’ e ‘Três’, que revelaram que, durante a pré-adolescência, residiam na zona rural. As categorias ‘crescimento/convívio’, ‘relações de amizade’ e ‘relações cotidianas’ estão relacionadas à trajetória de ‘Dois’ e podem ser observadas, respectivamente, através dos seguintes trechos:

É, nós somos aqui de Ponta Grossa mesmo. No interior de Ponta Grossa. Na Zona Rural. Quando a gente veio aqui para a cidade, eu tinha 16 anos. (Dois)²²³

Não tinha muito (amigo). Não era muito perto, porque era só sítio, né? (Dois)²²⁴

A gente ia à cavalo para a escola. Ou, às vezes, de bicicleta. (Dois)²²⁵

O trecho correspondente à categoria ‘trabalho’ diz respeito às apreensões de ‘Três’, a respeito da ocupação profissional de sua mãe durante o período em questão: “Minha mãe trabalhava como boia-fria.” (Três)²²⁶

Diante da reflexão até o momento exposta, avançaremos para a próxima seção, que como afirmamos alguns parágrafos acima, propõe olharmos para o período correspondente à adolescência enquanto recorte das trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas. É importante reafirmar que, muito embora nos concentremos nestes recortes de maneira didática, nossa preocupação está em observar suas trajetórias de maneira não uniforme, ou seja, compreendendo que, embora tenham em suas falas sinais de ‘demarcação’ etária, suas práticas podem não corresponder ao ideal socialmente esperado para esses períodos. Por isso, é válido nos atentarmos aos detalhes que se fazem presentes nas espacialidades correspondentes aos períodos discutidos na próxima seção, ainda que sejam similares às até aqui discutidas, já que os significados podem (ou não) se alterar conforme se alteram os períodos de vida desses sujeitos.

²²³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²²⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²²⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²²⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

4.2 “EU TINHA 14 OU 15 NAQUELE MÊS EM QUE MEUS PARCEIROS ASSINARAM O PRIMEIRO 16”²²⁷²²⁸

Tal como tratamos a noção de infância e pré-adolescência na seção anterior enquanto recortes temporais das trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas como categorias de auxílio didático para essa reflexão, também assumimos essa posição para a adolescência, fase de transição entre a infância e a vida adulta, também chamada de ‘juventude’, principalmente no escopo das ciências humanas.

Isso nos aponta para a necessidade de, mais uma vez, estabelecer clareza quanto à compreensão destes recortes não enquanto categorias pré-estabelecidas e necessariamente atreladas no aspecto biológico, pautadas pela noção desenvolvimentista, mas sim enquanto categorias históricas, ou seja, em constante construção e consideradas sempre em relação ao contexto (nesta Tese, espacialidades) em que se instituem (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

Consideramos válido mergulhar na direção das trajetórias dos homens que compõem essa tese de maneira correspondente aos seus recortes etários, dada a dimensão complexa demandada por suas vivências. Sob um viés estritamente demográfico, assumimos a importância da legislação vigente apoiada nos textos do ECA (BRASIL, 1990). Tal como já justificamos na seção anterior, essa é uma alternativa que torna exequível ao avanço de nossa discussão neste momento.

Neste sentido, a discussão presente ao longo desta seção e a sua aparente divisão entre dois momentos da adolescência/juventude, vem com a intenção de apresentar mais detalhes a respeito dos discursos dos entrevistados, assim como evidenciar as alterações de espacialidades e significados que compõem e apreendem ao longo de suas vidas, sobretudo naquilo que se refere à relação entre suas trajetórias e o envolvimento com o tráfico de drogas.

Anteriormente a esta Tese, além de Moraes (2017), outros autores também já apresentaram debates a respeito da vivência de homens adolescentes e os seus envolvimento com práticas tidas enquanto transgressoras em relação ao *status quo* a partir de uma perspectiva geográfica, como Chimin Junior (2011), Rossi (2011),

²²⁷ No trecho “[...] assinaram o primeiro 16”, o rapper está se referindo à Lei de Drogas 6.368/1976, substituída atualmente pela lei 11.343/2006. O artigo 16 da antiga lei referia-se às apreensões relacionadas à posse de substâncias ilegais.

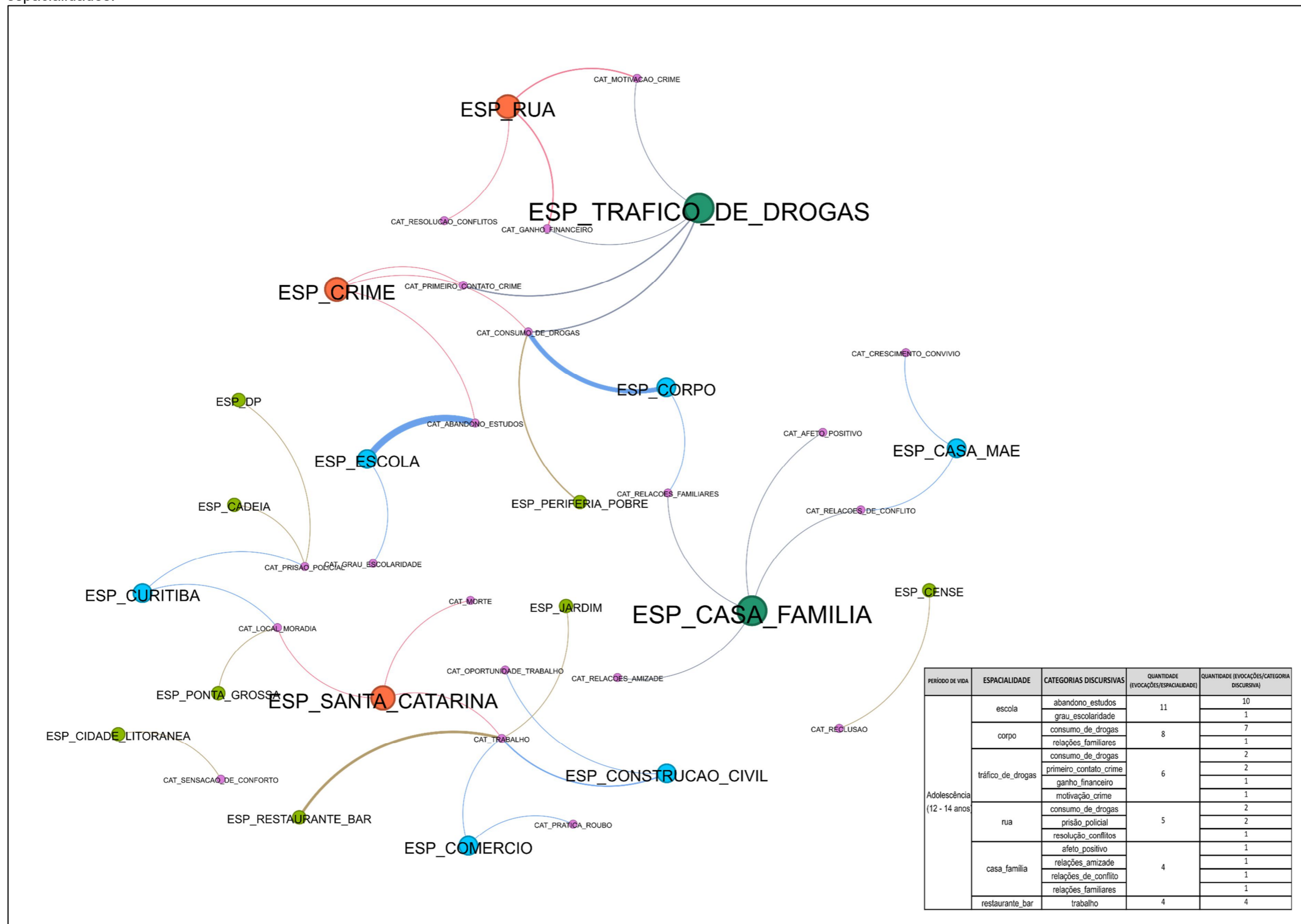
²²⁸ 9vinha. [Compositor e Intérprete]: Emicida, AmarElo. São Paulo: Laboratório Fantasma e Sony Music, 2019. 1 Álbum. (3 min).

Rocha (2013) e Gomes (2013), que discutem como a prática de atividades como o roubo, a violência física, o uso de drogas, dentre outras, têm direta relação com a luta pela centralidade por sujeitos que, segundo suas facetas identitárias através de uma intersecção e os eixos de desigualdade, são constantemente empurrados à margem. Para além dessas discussões, Gomes (2018) refletiu a respeito da relação entre espaço e mortes violentas de jovens moradores de periferias pobres em Ponta Grossa – PR.

Destarte, o que discutimos aqui corrobora com as perspectivas apontadas por esses autores, que destacam a intersecção entre as masculinidades, a idade e a classe em uma relação com o espaço geográfico. Para tanto, é importante voltarmos os olhares para as espacialidades que correspondem a este recorte etário, que estarão divididas em dois momentos, caracterizados pelas idades iniciais (12 aos 14 anos) e idades finais (14 aos 17 anos) daquilo que se considera adolescência.

O primeiro momento é a relação entre as espacialidades e categorias discursivas correspondentes está ilustrado a partir do Grafo 16. Com o auxílio do que será observado a seguir, é possível perceber que há 6 espacialidades que concentram o maior número de categorias e evocações relacionadas: ‘escola’, com 11 categorias, ‘corpo’, com 8 categorias, ‘tráfico de drogas’, com 6 categorias, ‘rua’, com 5 categorias, ‘casa da família’, com 4 categorias e ‘restaurante/bar’, com 4 categorias.

GRAFO 16 – Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas na adolescência e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

As espacialidades evidenciadas acima, bem como suas relações com as categorias discursivas estão representadas através de nós e arestas. É preciso se atentar às diferenças que podem ser observadas no grafo:

1. Os tamanhos dos nós, bem como as cores, das espacialidades se altera conforme o número de categorias discursivas correspondentes. Isso significa que, embora uma espacialidade possa ter mais trechos discursivos/evocações correspondentes em relação a outra espacialidade, não necessariamente o quantitativo desses trechos definirá o tamanho do nó referente a essa mesma espacialidade, já que o marcador ‘tamanho do nó’ está para o número de categorias discursivas, não de evocações;

2. A espessura das arestas indica o número de evocações que cada espacialidade possui. Deste modo, não necessariamente o tamanho de um nó referente à uma espacialidade definirá sua importância quantitativa em relação ao número de evocações, já que o marcador ‘espessura da aresta’ está para o número de ligações entre espacialidades discursivas e evocações correspondentes, não para categorias discursivas. Isso significa que, embora alguns nós de espacialidades sejam maiores que outros, nem sempre esses nós terão um número de trechos discursivos significativo para a presente análise. Vide o exemplo da espacialidade ‘restaurante/bar’, que embora tenha apenas 1 categoria discursiva correspondente e, por isso, apresente uma proporção menor em relação a outras espacialidades, como ‘tráfico de drogas’ e ‘casa da família’, ainda assim a espessura da aresta, que liga a espacialidade com a categoria correspondente, indica a grandeza quantitativa dessa ligação.

Do mesmo modo, algumas categorias podem ser percebidas em mais de uma espacialidade, como já observado na seção anterior. É importante observar que, em algumas vezes, os significados assumidos para essas categorias se reforçam através de diferentes espacialidades, como também podem se alterar. Além disso, com a alteração do período de vida recortado para a presente seção, algumas espacialidades passam a carregar novos significados, novas espacialidades passam a ser componentes das trajetórias desses homens e, diante disso, relações sociais diferentes das construídas anteriormente se fazem presentes em suas vivências.

A espacialidade que apresenta o maior número de trechos discursivos correspondentes, como se pode observar, é ‘escola’, com 11 trechos e 2 categorias.

Destas categorias, 1 contém o maior número de trechos correspondentes, sendo 10 da totalidade dos 11, sendo 'abandono de estudos'.

No capítulo III já havíamos observado que, em se tratar da espacialidade em questão, a maioria dos trechos discursivos correspondem à categoria 'abandono de estudos'. Na seção anterior, naquele período ligado à transição entre infância e adolescência, é a primeira vez que a escola aparece de maneira marcante e, não obstante, a referida categoria também. O que nos chama atenção aqui é o fato de que, é a partir da primeira divisão etária correspondente à adolescência que essa categoria aparece de modo marcadamente significativa, a ponto de conferir à escola a maior grandeza quantitativa em relação às outras quando se trata das evocações correspondentes.

Assim como quando olhamos para a pré-adolescência, momento em que a escola passa a figurar enquanto uma espacialidade composta pelos entrevistados, sobretudo na condição de marginais, seja pelas relações diretamente ligadas à escola, ou por fatores que inter-relacionam outros recortes espaciais diferentes da mesma, o abandono escolar é uma categoria onde estão presentes discursos que justificam as razões pelas quais a evasão da educação formal básica se faz presente nas vivências desses homens.

Não obstante, aquilo que já nos referimos sobre a condição de classe e sua intersecção com os significados, papéis e práticas relacionados às masculinidades desses sujeitos, se constituem enquanto fatores decisivos quando se trata dessa questão. Os trechos discursivos referentes à categoria 'abandono de estudos' se dividem naqueles que dizem respeito da necessidade financeira enquanto razão pela qual o acesso à espacialidade da escola se fez interdita e naqueles que tem relação direta com o consumo de substâncias psicoativa, que por vezes os entrevistados traduzem em 'fazer festa', 'louquear', 'fazer folia', dentre outros termos. Isso se observa através dos seguintes trechos:

Cara... Daí... Daí eu estudei até a sétima série, daí parei. Eu abandonei por conta e no primeiro ano fiquei pra rua... Daí meu pai conversou comigo e eu resolvi ajudar ele a trabalhar. (Um)²²⁹

Por necessidade mesmo, né? Precisava trabalhar. Manter a família... (Dez)²³⁰

²²⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²³⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Ah, na verdade... A gente quando é novo, a gente só quer fazer festa, só folia, né? A gente não dá muita atenção para o estudo. Daí eu comecei a ajudar a mãe também e larguei os estudos. (Quinze)²³¹

Se por um lado a necessidade financeira aparece nesta seção, assim como esteve presente na seção anterior, por outro lado, enquanto os entrevistados identificaram durante a pré-adolescência a falta de interesse como motivo para o abandono dos estudos, neste momento destacam o consumo de drogas relacionando-se diretamente com suas ações neste sentido.

Os trechos de 'Um' e 'Dez' reiteram aquilo que vimos afirmando sobre a relação das masculinidades e os seus papéis de provisão financeira da família, sobretudo diante da intersecção na condição de classe. Para além, aqui também se percebe que, mesmo na presença de uma figura paterna, como é no caso de 'Um', o trabalho aparece enquanto um marcador central em sua vivência, ainda que enquanto uma alternativa àquilo que define enquanto 'ficar pra rua' que, neste caso, assume o significado de 'ficar sem fazer nada'.

Embora possa se construir a narrativa popular de que 'trabalhar é melhor do que não fazer nada', como se constrói em senso comum, na posição de um sujeito cujos direitos são amparados pelo discurso textual do ECA (BRASIL, 1990), a marginalização vivenciada em relação ao espaço escolar, aqui significada pela categoria 'abandono dos estudos', e a decorrente composição de outras espacialidades, como as relacionadas ao trabalho, enquanto alternativas à essa interdição, parece significar uma ruptura daquilo que deveria ser garantido enquanto direito a este sujeito.

Mesmo que o acordo que 'Um' relatou ter feito com seu pai, apresente-se enquanto alternativa viável às práticas assumidas enquanto 'não fazer nada', quando passa a trabalhar em um recorte etário cujos papéis não se alinham com tal prática, mas sim, com a composição de outros espaços, como o da escola, interfere diretamente na sua composição dessa espacialidade enquanto margina e, portanto, a reiteração do abandono dos estudos.

Já, quando olhamos para o consumo de drogas, neste caso presente enquanto marcador de influência na categoria 'abandono dos estudos' observado no trecho de 'Quinze', também se faz marcadamente presente enquanto categoria central

²³¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

nas outras três espacialidades com maior número de evocações correspondentes aos primeiros anos da adolescência: 'corpo', 'tráfico de drogas' e 'rua'.

Nesta direção, a espacialidade 'corpo', que apresenta duas categorias relacionadas, com 8 evocações correspondentes no total, concentra em apenas uma categoria, 87,5% deste total, com 7 evocações, sendo 'consumo de drogas.' Essa mesma categoria e a sua relação com o corpo está presente, pela primeira vez, na 'pré-adolescência', ganhando maior dimensão neste momento, como aponta o número de evocações correspondentes.

Ao analisarmos o conteúdo desses trechos discursivos, é possível identificar não apenas o relato do consumo de substâncias psicoativas, como também o marco etário no qual os homens assumem terem experimentado essas substâncias pela primeira vez. Esses trechos podem ser divididos entre relatos sobre: 1. O tipo de substâncias consumidas; 2. As razões pelas quais identificam terem assumido essa prática e; 3. Os impactos relacionados ao consumo. O primeiro destes relatos pode ser percebido através do seguinte trecho: "Ah, uns 13 ou 14 anos já usei a droga, né? A maconha, né... Primeiramente maconha, cachaça... Já estava nessa aí com 13, 14 anos." (Onze)²³²

Como nos apresenta 'Onze', a partir daquilo que denominamos aqui enquanto adolescência, na composição da espacialidade do corpo a prática do consumo de drogas passou a se fazer frequente, relacionada ao uso de substâncias como o álcool e a maconha. Essa afirmação nos fez questionarmos os motivos pelos quais o entrevistado considera ter assumido essa prática neste período, o que pode ser percebido a partir do segundo ponto acima destacado: "Ah, meio no embalo dos outros, né? Oferecer, daí a gente querer ver como é que é... Qual que é a brisa daquilo ali e se envolver." (Onze)²³³

Neste mesmo ponto, outro trecho colabora para o momento:

Sim, sim. Na verdade por envolvimento, na verdade. Eu tenho... Vou fazer 36 anos. Então, minha vida, na verdade, já começou com o uso da droga desde adolescente. Desde os 13 anos já comecei a fumar maconha, fumar cigarro. Então, desde aí já começou a tomar outro rumo. Não vou dizer que é por causa da família, de eu não ter pai próximo. Isso daí, pra mim, já acho que não é. Porque a gente tem escolhas. Ninguém vai colocar um revólver na cabeça da gente e vai obrigar a gente a usar a droga, sendo que a gente não quer. Então foi por curiosidade, ou por amizade... Daí começou a se tornar um vício, né? Aí, por curiosidade e tal, "ah, vou fumar..", muita gente se

²³² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²³³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

engana. Acha que a droga, na verdade, vai trazer uma sensação de alívio, de conforto, em cima de problemas, mas não é. Às vezes até... A gente fala em droga, mas tem bebida, tem cigarro, têm pessoas que são viciadas em chocolate. Têm pessoas que são viciadas em... Tudo o que é demais vira vício. Então eu acredito que foi por isso. Foi pelo uso da droga, curiosidade e acabou virando vício. (Dezessete)²³⁴

É possível perceber a partir das evocações supracitadas, que tanto 'Onze', como 'Dezessete', destacam a presença das relações de amizade enquanto componentes centrais naquilo que se refere ao consumo de drogas. Quando identificamos o corpo enquanto uma espacialidade e voltamos nossos olhares para as relações que se estabelecem a partir da composição dessa mesma espacialidade, é preciso destacarmos as posições dos sujeitos que a compõem. Assim, quando os entrevistados referem-se aos amigos enquanto fundamentais naquilo que assumem enquanto prática, estão afirmando acerca da centralidade desses amigos na composição do corpo.

Se por algumas vezes já destacamos o consumo de drogas, bem como outras práticas, como o comércio dessas mesmas substâncias e outras atividades delituosas, enquanto práticas que se materializam enquanto instrumentos de luta pela centralidade das relações e, ao mesmo tempo, objetos de suas marginalizações e, portanto, dos espaços que compõem, então aqui mais uma vez fica clara a falta de autonomia absoluta desses indivíduos sobre seus corpos, sobretudo quando essa autonomia se relaciona ao período de vida que estamos discutindo neste momento.

Essa 'perda' de autonomia se intensifica na medida em que observamos o terceiro ponto, acerca dos efeitos ligados ao consumo de drogas enquanto componente da espacialidade do corpo, como se pode observar: A minha adolescência já foi um pouco conturbada por causa do uso da droga e tal... (Dezessete)²³⁵

Deste mesmo modo, o 'consumo de drogas' se relaciona à terceira espacialidade com maior número de evocações correspondentes, 'tráfico de drogas'. Essa espacialidade, que contém 4 categorias relacionadas, concentra o maior número de trechos discursivos ligados às categorias 'consumo de drogas' e 'primeiro contato crime', cada uma com 2 evocações.

Assim como o 'consumo de drogas' aparece em relação ao corpo enquanto uma alternativa almejada enquanto instrumento de busca pelo centro das relações e

²³⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²³⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

espacialidades e, ao mesmo tempo, enquanto intensificador das marginalizações dos homens entrevistados, no tocante à espacialidade tráfico de drogas, também se estabelece enquanto motivação pela qual esses homens passam a compor essa mesma espacialidade e, diante disso, instituírem dinâmicas ligadas ao tráfico. No auxílio dessa compreensão estão as seguintes evocações:

Ah... Na verdade, por causa que... Eu comecei a fumar a maconha, né? Daí com o tempo comecei a fumar, comprar... Daí, na verdade, eu comecei a vender maconha pra eu tirar o dinheiro, pra poder comprar mais... Porque eu comprava pra usar e vendia um pouco. Daí, com o dinheiro que eu vendia, eu ia e comprava mais. E assim foi indo. (Quinze)²³⁶

É, por uso tipo... Dessa forma mesmo... Pra poder comprar mais já... Porque daí eu não ia ficar pedindo dinheiro pra mãe, pra pai, né? Daí eu comecei assim... Juntei um dinheirinho e peguei a primeira vez, daí fui vendendinho pra pegar mais e daí... (Quinze)²³⁷

Através do que ‘Quinze’ nos expõe em seu discurso, aquilo que se demonstra enquanto resultante do decorrente consumo de drogas e, ao que se observa, o problema de adicção, também já percebido em outros trechos citados ao longo desta Tese, tem relação direta com a composição da espacialidade do tráfico de drogas no papel de ‘comerciante’. Também é válida a afirmação de que é na adolescência que percebemos os primeiros trechos correspondentes à essa espacialidade que apresentam significados ligados à prática da venda de drogas, não apenas enquanto usuários. Isso se reafirma ainda mais na medida em que observamos na evocação a seguir:

Ah... A vida errada é... eu tive uma proposta, né? Não foi uma proposta boa. Foi uma proposta de vida errada. Um rapaz perguntou se eu queria vender uma droga. E aí... Eu peguei... Eu cresci no meio dos piás maiores lá na vila. E eles usavam droga, só que eu, graças a deus, nunca usei. Nunca usei o crack, não tinha usado a cocaína. Mas eu sabia como é que era, né? Daí eu perguntei pra ele como eu fazia, né? Ele explicou bem certinho e aí eu comecei a traficar. (Um)²³⁸

Diferentemente daquilo que ‘Quinze’ justifica ser a razão pela qual passou a compor a espacialidade do tráfico de drogas, ‘Um’ afirma que o uso de drogas não constituía parte de sua trajetória de vida até este período, mas ainda assim a partir de uma relação estabelecida com outro sujeito, passa a compor a espacialidade do tráfico de drogas, que adjetiva enquanto ‘vida errada’.

²³⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²³⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²³⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

O que se percebe em comum entre as trajetórias dos dois entrevistados, além do envolvimento em atividades do tráfico de drogas na composição dessa espacialidade, mesmo que por razões diferentes, é a constante busca pelo reconhecimento de 'ser sujeito', que aqui vimos estabelecendo enquanto a 'luta pela centralidade' espacial. E é nessa busca que o paradoxo da droga se repete, como temos afirmado ao longo deste texto: instrumentaliza-se o acesso ao centro e, simultaneamente, a marginalização em outros recortes espaciais. O ponto é que a intensificação do movimento de centralização e marginalização dados significados construídos em torno do uso e da venda de substâncias, sobretudo na adolescência, não assumem uma carga apenas interseccional no campo dos eixos de desigualdade, mas intrínseco à isso estão os mecanismos para legitimação desses eixos e de seus efeitos sobre a vida desses homens.

Se até agora temos falado sobre o ECA (BRASIL, 1990) enquanto uma legislação cuja qual textualiza os direitos que deveriam ser garantidos aos entrevistados durante seus períodos que antecedem a vida adulta e, diante da interdição de acesso às espacialidades que garantem esses direitos, passa a ser desrespeitada, também se abre a possibilidade de olharmos para essa legislação do mesmo modo que olhamos para a Lei de Drogas (11.343/06), por exemplo, enquanto um instrumento de discurso que legitima a posição de determinados sujeitos ao centro e colabora para a marginalização de outros, ao passo que, atrelada a outros aparatos do Estado e da sociedade, trabalha em um sentido correspondente à necropolítica (MBEMBE, 1999) e ao biopoder (FOUCAULT, 2008).

Como discutimos no segundo capítulo desta tese, a noção de haver eixos de desigualdade que trabalham em intersecção nas espacialidades que compomos, está diretamente ligada a uma dinâmica social que ora centraliza, ora nos marginaliza enquanto sujeitos através de nossas relações e nessa dinâmica está o discurso (FOUCAULT, 1999[1970]), que se institui e funciona através de alguns instrumentos, tal como os textos da lei. Então, quando olhamos para a realidade dos homens condenados por tráfico de drogas, sobretudo através de recortes de períodos de vida, devemos nos questionar sobre quais são os discursos que cruzam seus caminhos e, por sua vez, colaboram para suas existências no sentido de centralizá-los e marginalizá-los nas espacialidades que compõem.

Aqui temos feito este exercício, sobretudo com o auxílio dos conteúdos de suas entrevistas, como é no caso dos trechos relacionados à espacialidade do tráfico

de drogas (bem como das outras que foram anteriormente discutidas e das próximas que ainda serão) e também com o ECA (BRASIL, 1990), por exemplo. Neste sentido, se por um lado a legislação supracitada é uma ferramenta que parece garantir os direitos de todas as crianças e adolescentes, como já discutimos no início da primeira seção deste capítulo, o que nos colocamos a questionar é se, com as lentes metodológicas da interseccionalidade (RODÓ-ZÁRATE, 2021), assim como no caso de outras legislações aqui discutidas, essa Lei também não se coloca enquanto instrumento que, de modo direto ou indireto, legitima a centralidade de alguns sujeitos em detrimento de outros, já que na medida em que as trajetórias geográficas cujas quais estamos aqui refletindo são compostas por homens cujas existências enquanto sujeitos muitas vezes são negadas dada a intersecção de suas facetas identitárias de gênero, classe e idade. O que queremos dizer é que, com isso, também se negam os direitos cujas leis carregam em seus textos.

Neste sentido, quando esses homens passam a compor espacialidades através de dinâmicas ligadas ao uso ou à venda de drogas na adolescência, como se faz no caso da escola (indiretamente), do corpo, do tráfico de drogas e da rua (que será discutida na sequência), ainda que almejem e conquistem certa centralidade nas relações que constituem com alguns sujeitos, como seus amigos, que veem nas práticas ligadas à droga uma validação de existência subjetiva, seja através da faceta de masculinidade, ou de idade, passam a reforçar o estigma de indivíduos cuja sujeição é negada em espacialidades hegemônicas, onde a lei funciona como mecanismo regulador, como é a escola quando do cumprimento de sua função social, ou da casa da família, por exemplo.

E se ocorre marginalização na escola, que acarreta no abandono dos estudos, ou na casa da família, quando ocorrem conflitos diante do não alinhamento com o discurso das relações construídas com a família, outros espaços passam a ser assumidos na busca pela centralização, como a espacialidade do tráfico de drogas que discutimos, ou a 'rua', que nesta análise apresenta 3 categorias discursivas, porém com a maioria das evocações concentradas em 2, sendo 'consumo de drogas' e 'prisão policial'.

A primeira categoria, 'consumo de drogas', bastante evidente até o momento, quando atrelada à espacialidade da rua, tem direta relação com o que discutimos no capítulo anterior, na seção que tratamos sobre essa espacialidade, sobre a rua tornar-se local de moradia a partir da marginalização em espaços que deveriam

corresponder à noção de residência e acolhimento, como é a casa da mãe ou a casa da família, já que a droga torna-se um marcador de conflito, instituindo relações de tensão atreladas a essas espacialidades. Isso pode ser observado na fala de ‘Quatorze’, que afirma que dados os constantes conflitos com seus pai e mãe até aos 14 anos, a partir dos 15 passa a compor a espacialidade da rua dando a ela o significado de moradia:

Com 15 anos de idade, meu pai e minha mãe, bem dizer, me tocaram de casa, sabe? Por causa de muita droga. Daí eu fui morar na rua até os 15 anos de idade... 15, 16, 17, 18 e 19, fui morar na rua. Virei morador de rua, não tenho vergonha de falar, é a verdade, o que aconteceu. (Quatorze)²³⁹

Embora o recorte etário em que ocorre o que o entrevistado destaca enquanto “[...] me tocaram de casa”, modo popular de afirmar que sofreu interdição da convivência na espacialidade da casa da família, seja correspondente ao segundo período da adolescência, é resultante dos conflitos recorrentes ocasionados pela não concordância dos pai e mãe em relação ao consumo de substâncias psicoativas por parte do entrevistado, mas que apenas intensificaram as relações de tensão que ocorriam através da casa da família, já que o mesmo afirma em outro trecho anteriormente citado que a relação com sua mãe sempre foi marcada pelo sofrimento de agressões físicas.

Para além, outro trecho de entrevista relata o desconforto decorrente do uso de drogas, que intensifica a sensação de marginalidade por parte de ‘Onze’ quando da adolescência passa a estabelecer-se em condição de rua em razão do problema de adicção, como se pode observar:

Mas até umas alturas né? Daí depois vinha o arrependimento. Batia aquela agonia, aquela angústia e foi nessa que eu abandonei casa e tudo... Morei até na rua um tempo aí... Morando na rua, dormindo com papelão, recebendo ajuda do povo que dava sopa, dava pão, dava coberta para o pessoal da rua... Vivia nesse tempo aí. (Onze)²⁴⁰

E a rua, enquanto uma espacialidade em que se reforça a marginalização desses sujeitos dada a relação estabelecida por eles com a droga enquanto consumidores, também é composta pela ‘prisão policial’, que ocorre a partir da posição que esses sujeitos ocupam enquanto comerciantes de substâncias ilegais,

²³⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁴⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

como pode se observar na primeira experiência de prisão ocorrida com ‘Seis’: “(Anteriormente) Só na de menor idade... Eu passei pelo CENSE.” (Seis)²⁴¹

O entrevistado afirma que, a partir da adolescência, sua trajetória foi marcada por períodos em liberdade e outros encarcerado. Justifica que passava algum período na rua e o outro período no Centro de Socioeducação (CENSE) em decorrência do não cumprimento das medidas socioeducativas exigidas pela Justiça em relação aos delitos análogos ao tráfico de drogas:

Eu acho que a minha infância, eu tive só quando morava com a minha madrinha. Dos 5 até os 8, 9, tive uma infância. Mas depois disso, depois disso... Eu caí preso no CENSE. Caí preso no CENSE com 12 anos. Daí eles falaram para trabalhar em serviço comunitário, sabe? Daí a minha grande trajetória na adolescência aí, eu fiquei indo e voltando, indo e voltando. Porque eu não pagava o serviço comunitário. Porque eu não queria trabalhar, ainda mais porque se eu trabalhasse, não era nem pra ganhar dinheiro... la trabalhar de graça daí. Daí, esse era o meu pensamento, sabe? Daí, muitas das vezes, quando eu caía preso, estava dormindo cedo e eles iam lá e me pegavam. Aí eu passei uma grande trajetória assim, passando do começo até a metade do ano na rua. E ficava uma temporada lá e saía. (Seis)²⁴²

O que ‘Seis’ demonstra é que, em decorrência de suas práticas delituosas e sua relação de conflito com as medidas socioeducativas impressas à ele por ocasião da condenação legal dessas práticas, a partir de sua adolescência tem sua trajetória marcada pela experiência do encarceramento e, mesmo na composição de espacialidades significadas muitas vezes pela noção de liberdade, tal como a rua, essa noção se estabelece como efêmera.

Para além, ao avançarmos para as outras duas espacialidades que compõem de maneira quantitativa significativa o primeiro recorte relacionado à adolescência, ‘Casa da família’ e ‘Restaurante/bar’, percebemos que, em relação à primeira, o consumo de drogas está presente de maneira transversal na única categoria que assume perceptivelmente um significado negativo: ‘relações de conflito’.

No trecho relacionado a essa categoria, ‘Quatorze’ volta a apresentar um relato que justifica uma das razões que identifica para que a relação estabelecida com os pai e mãe fosse conflituosa:

Por causa que daí eu mesmo furtava de casa, né? [...] Aí meu pai falou pra mim: “Oh, aqui eu não quero mais”. Daí, de tanto que eu estava escravo da droga, que eu achei melhor até que ele me tocou de casa. Pra mim era bom. Porque daí eu podia fazer o que eu queria, né? Eu era de menor, não dava nada... Podia fazer o que eu quisesse... Daí foram passando os anos, anos e

²⁴¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁴² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

anos, até cair a ficha que caiu agora. Agora caiu, vou falar bem a verdade. (Quatorze)²⁴³

Os furtos motivados pelo problema do entrevistado com químico dependência, aparecem como pilar fundamental nas relações de tensão na espacialidade da casa da família. Outro ponto de importante consideração, é a constante presença dos termos ‘escravo da droga’ na fala de ‘Quatorze’, que nos permite reforçar a já discutida condição da sua pouca autonomia sobre seu corpo, que no aspecto geográfico, demonstra a confirmação de nosso lastro teórico acerca da abertura espacial e o constante cruzamento de espacialidades de maneira simultânea.

Para além, as outras categorias que se apresentam em relação à espacialidade da casa da família, são ‘afeto positivo’, ‘relações de amizade’ e ‘relações familiares’. A primeira delas demonstra que, para ‘Dezesseis’, ao ato de seu pai batizar-se (no sentido religioso), colaborou para que alterasse o comportamento violento que antes tencionava essa espacialidade: “Daí não... Quando eu era jovem, meu pai se batizou. A religião ajudou ele... Depois que ele se batizou, ele parou de ser violento.” (Dezesseis)²⁴⁴

No capítulo anterior falamos a respeito da noção sociológica de ‘família’ e acerca dos discursos que compõe essa instituição, sobretudo no sentido de produzirem um senso de pertencimento aos sujeitos que a instituem. Como discutimos, dentro desses discursos produzem-se significados, memórias e dinâmicas específicas que estabelecem o que é e o que não é pertinente à ‘família’ e, dentro disso, também estão as crenças e ideologias, tal como é a religião. Neste sentido, é possível afirmarmos que ao realizar o ritual do batismo, ligado às religiões de matriz cristã, o pai de ‘Dezesseis’ passa a compor a centralidade da espacialidade da casa da família, já que isso também significou a inexistência de atitudes violentas que tencionavam as relações que estabelecia com a família.

A segunda das categorias, ‘relações de amizade’, apresenta um trecho da entrevista realizada com ‘Doze’, que afirma que as únicas relações de amizade construídas ao longo de sua adolescência estiveram ligados à espacialidade da casa da família, já que os sujeitos com quem essas relações se estabeleceram foram seus primos: “Só meus primos...” (Doze. Entrevista realizada em 17/05/2021. Ponta Grossa, PR).

²⁴³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁴⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Finalmente, quando analisamos o conteúdo correspondente à categoria 'relações familiares', identificamos o relato da separação do pai e da mãe de 'Quinze', que ocorreu durante a adolescência do entrevistado: "Não... São separados já. Faz uns aninhos já. Acho que faz uns... Deixa eu ver... Faz quase 15 anos já que eles são separados." (Quinze)²⁴⁵

Finalmente, a última espacialidade, 'Restaurante/bar' apresenta apenas 1 categoria relacionada, 'trabalho', com 4 evocações correspondentes. Neste sentido, um dos entrevistados cujos trechos discursivos aparecem relacionados à espacialidade 'escola', que discutimos anteriormente, volta a aparecer. Neste sentido, 'Um' afirma que a necessidade de trabalhar, que discutimos anteriormente enquanto alternativa acordada com seu pai e a não correspondência aos textos do ECA (BRASIL, 1990) referentes à não permissão para o trabalho na adolescência, não apenas fora uma resposta à sua evasão escolar, como também o motivo pelo qual não mais acessou essa espacialidade: "Isso... Porque daí eu ia terminar meus estudos e podia até... Ter sido alguém na vida, né? Não estar tirando cadeia, nem ter se envolvido..." (Um)²⁴⁶

Para o entrevistado, a evasão escolar e, portanto, a não conclusão dos estudos regulares básicos também compõe sua trajetória no sentido de colaborar para seu envolvimento com atividades delituosas (a composição da espacialidade do crime e do tráfico de drogas) e os efeitos disso, como sendo o encarceramento (e a composição da espacialidade da PEPG).

As atividades profissionais durante a adolescência, que foram assumidas em acordo com seu pai para que não permanecesse 'sem fazer nada', como demonstrado na primeira espacialidade discutida nesta seção, ganham uma dimensão ainda mais marcante no sentido interseccional a partir da revelação de 'Um' sobre a necessidade financeira de assumir tal posição, pois destaca que dada a carência socioeconômica de seu pai e na busca do entrevistado para adquirir bens materiais para si, passou a trabalhar: "Olha... Eu mesmo... Eu mesmo que escolhi trabalhar, porque meu pai não tem uma condição muito boa, aí para eu poder comprar as coisas para mim, escolhi trabalhar." (Um)²⁴⁷

²⁴⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁴⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁴⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

E quando questionamos acerca das ocupações profissionais assumidas pelo entrevistado durante este período, o mesmo destacou que trabalho com seu pai de eletricitista, mas no tocante à especialidade ‘restaurante/bar’, assumiu a posição de barman:

Olha... Eu trabalhei, quando era de menor, antes de entrar na vida do crime, né? No tráfico... Eu trabalhei... Mas foram poucas oportunidades... Eu trabalhei de ajudante de eletricitista e de barman. Eu trabalhei dos 14 até os 16 anos. O de ajudante de eletricitista, trabalhei com meu pai. Meu pai é eletricitista. E de barman, consegui por conta. Daí eu trabalhava no trecho. (Um)²⁴⁸

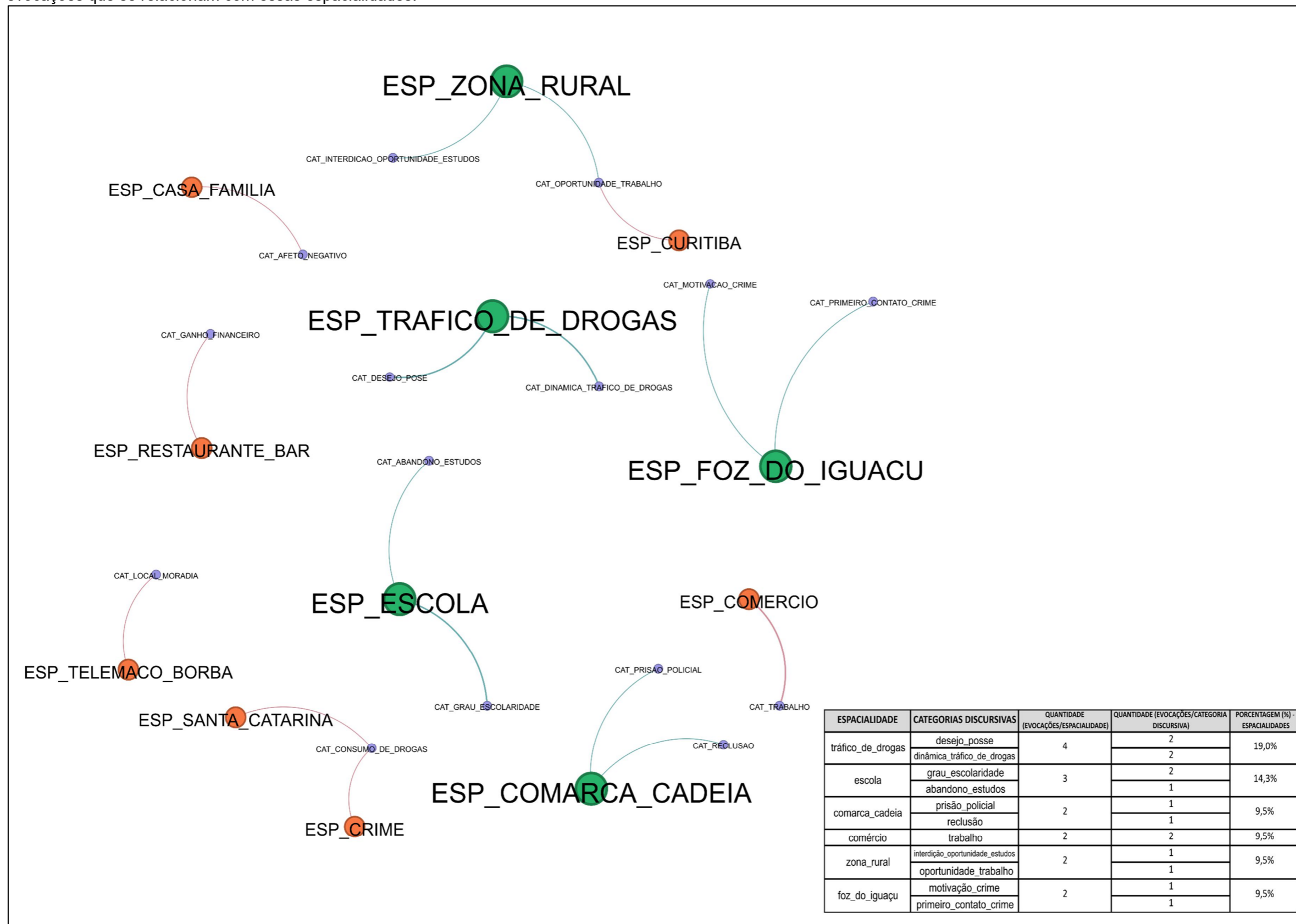
O trabalho assumido por ‘Um’, motivo e causa da interdição do acesso à especialidade da escola e, ao que o entrevistado atribui, marcador de intensificação de sua marginalidade em outras especialidades e de busca pela centralidade em outras, tal como a do tráfico de drogas, através de instrumentos que ao mesmo tempo que o centralizam mediante algumas relações sociais, os marginalizam em outras, fora assumido a partir do final do primeiro recorte que fizemos sobre a adolescência para a exequibilidade da discussão presente nesta seção.

Neste sentido, caminhos em direção ao próximo recorte, dos 14 aos 17 anos, que apresenta 6 especialidades com maior número de categoria e evocações correspondentes: ‘Tráfico de drogas’, com 4 categorias, ‘escola’, com 3 categorias, ‘comarca/cadeia’, com 2 categorias, ‘comércio’, com 2 categorias, ‘zona rural’, com 2 categorias e, por último, ‘Foz do Iguaçu’, com 2 categorias.

A relação dessas especialidades com as categorias, bem como com o número de evocações correspondentes ilustrado pelas arestas e suas respectivas espessuras, podem ser observadas no grafo a seguir:

²⁴⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

GRAFO 17 – Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas no período de transição entre adolescência e a vida adulta e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

É possível observarmos que dentre as espacialidades que citamos no penúltimo parágrafo anterior ao grafo, algumas se repetem em relação ao primeiro recorte etário referente ao período da adolescência, que discutimos na primeira parte desta seção, porém as categorias correspondentes se alteram. Além disso, algumas espacialidades que anteriormente não foram visualizadas, aqui passam a compor este período das trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas.

Diferentemente do percebido no grafo 16, que apresentou o ‘tráfico de drogas’ enquanto a espacialidade em terceira posição dentre as espacialidades com maior número de categorias e evocações correspondentes, o que se observa aqui é essa espacialidade em primeira posição, com as categorias ‘desejo de posse’ e ‘dinâmica do tráfico de drogas’ relacionadas, cada uma com 2 evocações.

Em relação à primeira categoria, ‘desejo de posse’, diferentemente daquilo que se percebe ao longo de muitos dos trechos relacionados às motivações justificadas pelos entrevistados, sobre problemas ligados ao consumo e à dependência de drogas, aqui está outra justificativa: a possibilidade do acesso à posse de bens materiais e, além disso, o ‘almejar’ possuir tais bens. Isso pode ser observado a seguir:

Viciou o negócio. Eu vi que dava dinheiro e comecei a cada vez comprar mais daí... (Quinze)²⁴⁹

Daí, tipo, viquei nisso, daí comecei ver que dava dinheiro o negócio e comecei a vender e pegar o dinheiro, né? Comecei a comprar as coisas pra mim, roupa, comida e os negócios... Bebida com a piazada²⁵⁰... Esquina... Começou assim o negócio. (Quinze)²⁵¹

‘Quinze’ revela que o fato de possuir dinheiro para ser destinado à compra de roupas, comida e bebida para consumir com seus amigos, acarretou naquilo que denomina ‘vício’ em vender substâncias psicoativas e, portanto, compor a espacialidade do tráfico de drogas na posição de comerciante.

Mais do que o visível revelado por esse trecho, está o subjetivo ligado ao que Rossi (2011) já identificou em sua discussão a respeito da prática de roubos e furtos por meninos com masculinidades ditas marginais para a obtenção de bens materiais, como tênis e roupas. Essa subjetividade, que diz respeito às práticas, ações e aos

²⁴⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁵⁰ Nos Estados da região Sul do Brasil, sobretudo no Paraná, utiliza-se a palavra ‘piá’ como sinônimo de menino e, deste modo, ‘piazada’ é a forma popular de referir-se a um grupo de ‘piás’ reunidos.

²⁵¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

instrumentos utilizados para a busca pela centralidade das relações ligadas às masculinidades e, deste modo, também a outras facetas identitárias²⁵², passa a ser percebido na fala do entrevistado na medida em que ao compor a espacialidade do tráfico de drogas, além de construir dinâmicas que o centralizem nessa espacialidade, também o permite que alcance a centralidade em outras espacialidades, como aquelas ligadas às relações que estabelece com seus amigos.

E, dentro da ‘dinâmica do tráfico de drogas’, que já destacamos no capítulo III estar relacionada às práticas cotidianas ligadas à espacialidade em questão, na medida em que os sujeitos buscam a centralidade, as práticas e ações dos entrevistados funcionam no sentido de colaborar para que tal centralidade seja alcançada. Isso se dá a partir da busca por vender de maneira autônoma, construir novas redes que os conectem com outros sujeitos, sejam usuários (compradores) ou fornecedores etc, como destaca ‘Um’ através do seguinte trecho:

Ah, sim! Porque daí, que nem eu falei, peguei a oportunidade lá, daí passou um tempo e eu comecei a trabalhar pra mim mesmo. E daí fui conhecendo mais gente, mais gente... Daí comecei a trabalhar para mim mesmo. (Um)²⁵³

O entrevistado ainda complementa quais são as funções que assumia na posição de comerciante durante este período, que antecedeu sua vida adulta e a posterior condenação pelos artigos da Lei 11.343/06: “No começo, eu mesmo pegava, eu mesmo picava, eu mesmo vendia. Passou o tempo, daí eu fui evoluindo, daí eu ia buscar mesmo, daí eu pegava a droga, mas daí dava para os outros venderem.” (Um)²⁵⁴

Os caminhos percorridos, desde a autonomia do exercício da coleta, separação e distribuição da droga, até a possibilidade de construir relações de subordinação de outros vendedores demonstram a centralidade assumida pelo entrevistado a partir do papel de comerciante.

No entanto, essa centralidade é questionável na medida em que passa a se colocar de maneira isolada, já que o entrevistado revela que essas ações o levaram à condenação por essa atividade e ao encarceramento, como destacamos algumas

²⁵² Já que não podem ser encaradas de maneira isolada, mas sim de modo interseccional e, por isso, correspondentes à uma lógica que produz relações de tensão e aliança no sentido de empurrar alguns sujeitos ao centro e à margem das espacialidades (muitas vezes de maneira simultânea).

²⁵³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁵⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

páginas anteriores, sobretudo no seu destaque sobre o abandono de estudos ligados à espacialidade da escola.

Neste caminho, quando observamos essa espacialidade em relação à este recorte, uma das 2 categorias relacionadas concentra o maior número de evocações; ‘grau de escolaridade’, que apresenta-se enquanto uma confirmação da realidade não apenas de ‘Um’, mas da maioria dos homens entrevistados, acerca do baixo grau de escolaridade dado o alto índice de evasão escolar durante a adolescência. O seguinte trecho colabora para essa compreensão: “Até quando estudei? Eu parei no 2º grau. Não (conclui).” (Nove)²⁵⁵

Para além, outro trecho revela que, como alternativa à não conclusão dos estudos de maneira regular, busca-se o ensino supletivo:

Já tinha terminado. Os estudos eu terminei... Foi lá em Joinville, minha mãe pagou. É aqueles estudos pagos, sabe? Daí você vai, faz uma prova lá, de marcar ‘x’ lá... Aí você conclui. O senhor sabe como é que é... Eles passam a gente, né? Tipo... Regular mesmo, eu estudei até a sétima série. Escola estadual assim, eu parei na sétima série. Daí que eu fiz tipo um provão lá em Joinville. Daí eu fiz o Ensino Fundamental e depois o Ensino Médio de volta. Eles dão uma prova lá que fala de tudo. Aí você tem que marcar ‘x’ lá e tem que passar.... Aí eu concluí assim os estudos. (Quinze)²⁵⁶

Outra espacialidade a ser observada é a ‘Comarca/cadeia’, com 2 categorias correspondentes, ‘prisão policial’ e ‘reclusão’, com 1 evocação cada. A espacialidade em questão, normalmente observada quando voltamos os olhares para o período de vida adulta, aparece pela primeira vez no final do período delimitado pela adolescência. Neste ponto, estão os trechos de ‘Quatro’, que afirma que sofreu sua primeira prisão na noite em que transitava dos 17 para os 18 anos e, além disso, questiona sobre ter (ou não) culpa diante daquilo que foi acusado, como se percebe no seguinte trecho: “Eu caí dia 12 de maio. Daí passou da meia-noite e eu fiz 18 anos. E a polícia segurou eu. Daí me colocaram um pouco de droga e a munição no pente.” (Quatro)²⁵⁷

Então, relata que ficou encarcerado por um período ligado à espacialidade da ‘comarca/cadeia’, quando saiu em semiliberdade: “Eu fiquei uns 8 ou 9 meses. Só que

²⁵⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁵⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁵⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

foi lá em Piraquara. Foi quando eu saí na semi. Como é que eu vou abraçar uma coisa que eu nunca fiz? Que é vender droga e ter munição...” (Quatro)²⁵⁸

A experiência ligada ao encarceramento que compõe a espacialidade da ‘comarca/cadeia’ durante a trajetória geográfica de ‘Quatro’ é percebida enquanto um marco temporal, já que fez parte da transição de sua adolescência/juventude para a vida adulta, na medida em que relata sofrer o aprisionamento na noite em que completou 18 anos.

Como já discutimos no capítulo 3, a experiência ligada ao encarceramento, bem como ligada à espacialidade do tráfico de drogas, produz estigmas nesses sujeitos, o que muitas vezes produz interdições de acesso e composição de algumas espacialidades, muitas vezes ligadas ao trabalho, aos estudos, dentre outras.

Em relação ao trabalho, é possível percebê-lo enquanto categoria ligada à espacialidade ‘comércio’, como também através da categoria ‘oportunidade de trabalho’, ligada à espacialidade ‘zona rural’. A partir da espacialidade do comércio, as evocações correspondentes à categoria ‘trabalho’, têm relação com a temporalidade em que os entrevistados compuseram a espacialidade em questão na condição de trabalhadores:

Eu trabalhei desde os meus 13 anos... Até os 21... Aí eu casei. (Doze)²⁵⁹

É... Eu trabalhei quando eu era de menor de idade, tinha uns 17 anos, uns 16... E também um pouco de maior. Daí só que não era registrado, por mais que ele trabalhasse lá com registro na carteira, eu não registrei, na verdade. Fiquei pouco tempo. (Dezoito)²⁶⁰

Já, em relação à categoria ‘oportunidade de trabalho’, ligada à espacialidade da zona rural, outro entrevistado, ‘Dois’, relata que assumir o papel de trabalhador a partir da vivência na zona rural tem relação com a falta de outras oportunidades disponíveis neste recorte locacional, onde estabelecia residência: “É porque na época eu vivia no sítio, né? Na época de 82, 85, aí eu tive a oportunidade de trabalhar na fazenda. Era o único emprego que a gente tinha, né? Na fazenda.” (Dois)²⁶¹

²⁵⁸ O entrevistado revelou em outro trecho que ainda aguarda sentença dessa acusação, conforme percebido no trecho: “Ah, 33, eu fui uma vez quando estava com 17 anos, dia 12 de maio. Daí os “polícia” me seguraram, me jogaram um pouco de droga e um pouco de munição. Daí isso aí tá rolando julgamento ainda.” (Quatro. Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.)

²⁵⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁶⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁶¹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

O fato de ter parte de sua trajetória marcada pela vivência na zona rural também revela o conteúdo de outra categoria relacionada à essa espacialidade, 'interdição oportunidade de estudos': "Cheguei a pensar (em estudar mais). Mas a questão financeira não ajudava muito, né? Foi o que pude, aham." (Dois)²⁶²

Mais uma vez, a condição de classe fica evidente quanto à evasão escolar que, segundo o entrevistado, se deu pela busca no trabalho para uma alternativa de manutenção financeira a partir da oportunidade presente em uma fazenda relacionada à espacialidade da zona rural.

Finalmente, a última espacialidade a ser observada nesta seção é 'Foz do Iguaçu', que contém 2 categorias correspondentes, 'motivação crime' e 'primeiro contato crime', cada uma com 1 evocação relacionada. Neste sentido, voltamos nossos olhares à percepção já destaca anteriormente, sobre a adolescência ser um marco na trajetória de vida dos entrevistados quanto ao primeiro contato com atividades delituosas, na vida adulta consideradas crimes e, neste período, alusivas a.

No primeiro recorte ligado à adolescência, a categoria 'primeiro contato crime' esteve relacionada à espacialidade do tráfico de drogas. Aqui, está relacionada à espacialidade 'Foz do Iguaçu', que além de constituir-se de uma cidade na região oeste do Estado do Paraná, fronteira com os países vizinhos ao Brasil, Argentina e Paraguai, para 'Cinco' é uma espacialidade composta durante sua trajetória não apenas no significado de residência e da instituição de diversas relações sociais, mas também significada a partir de práticas delituosas.

Com relação à categoria 'primeiro contato crime', o entrevistado revela: "Eu levava as coisas que eu roubava para o Paraguai. Isso mesmo! Pela Ponte da Amizade ou pelo Rio Paraná, o Paranazão." (Cinco)²⁶³

Ao questionarmos os motivos percebidos pelo entrevistado para essa prática, verificou-se a resposta através do seguinte trecho:

Nessa primeira vez que eu caí, por assalto, foi... Na primeira vez, quando comecei, foi pra... Vamos dizer assim... Amizades, entendeu? Vamos dizer que foram amizades. Conheci pessoas que faziam esse tipo de negócios e aí me envolvi e terminei caindo preso. (Cinco)²⁶⁴

²⁶² Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁶³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁶⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

‘Cinco’ revela que a relação instituída com sujeitos considerados amigos teve ligação direta com o cometimento de assaltos, prática ligada ao seu primeiro contato com a atividade criminosa atrelada à espacialidade de Foz do Iguaçu. Isso evidencia, de maneira ainda mais clara, a busca pela validação de sua existência na instrumentalização de práticas que o centralizem, ainda que em outros recortes espaciais isso o possa tornar marginal.

A busca constante pela centralidade espacial observada através do discurso de ‘Cinco’ que concomitantemente produz em um sentido paradoxal suas marginalizações, revelou ser basilar no recorte assumido para essa seção. Se na primeira seção deste capítulo verificou-se o início da busca destes homens pelo reconhecimento de suas existências, ou seja, a luta pela sujeição a partir das espacialidades que compõem, na presente seção isso fica ainda mais claro, sobretudo pelo crescimento de interdições em determinadas espacialidades e do envolvimento direto com a prática delituosa, seja através do tráfico de drogas, ou de outras ações.

Na próxima seção, em conclusão a este capítulo, apresentaremos uma discussão a respeito da ‘Vida Adulta’, que contempla o maior número de espacialidades, categorias e evocações relacionadas, colaborando para uma compreensão que respeite a complexidade das trajetórias geográficas dos homens cujas vidas são marcadas pela condenação relacionada ao tráfico de drogas.

4.3 “ME DEIXARAM ENTRE O CRIME E A NECESSIDADE”²⁶⁵

Com esta seção pretendemos refletir acerca do período que recortamos enquanto ‘vida adulta’ que, como destacamos na introdução deste capítulo, se relaciona não apenas com o início deste período na vida dos homens condenados por tráfico de drogas, como também com as suas apreensões referentes ao momento em que se encontram atualmente, a partir da composição da espacialidade da PEPG, que serviu de recorte para o nosso diálogo com o grupo.

Não obstante, os períodos anteriores a este, cujos quais serviram de base para refletirmos nas duas seções antecedentes a esta, colaboraram para traçarmos uma ‘linha do tempo’ em que as espacialidades e as categorias discursivas colaboram para olharmos para os significados apreendidos pelos entrevistados, sobretudo

²⁶⁵ SOLDADO DO MORRO. [Compositor e Intérprete]: MV Bill, Traficando Informação. Rio de Janeiro: Natasha Records e BMG. 1 CD. (6 min).

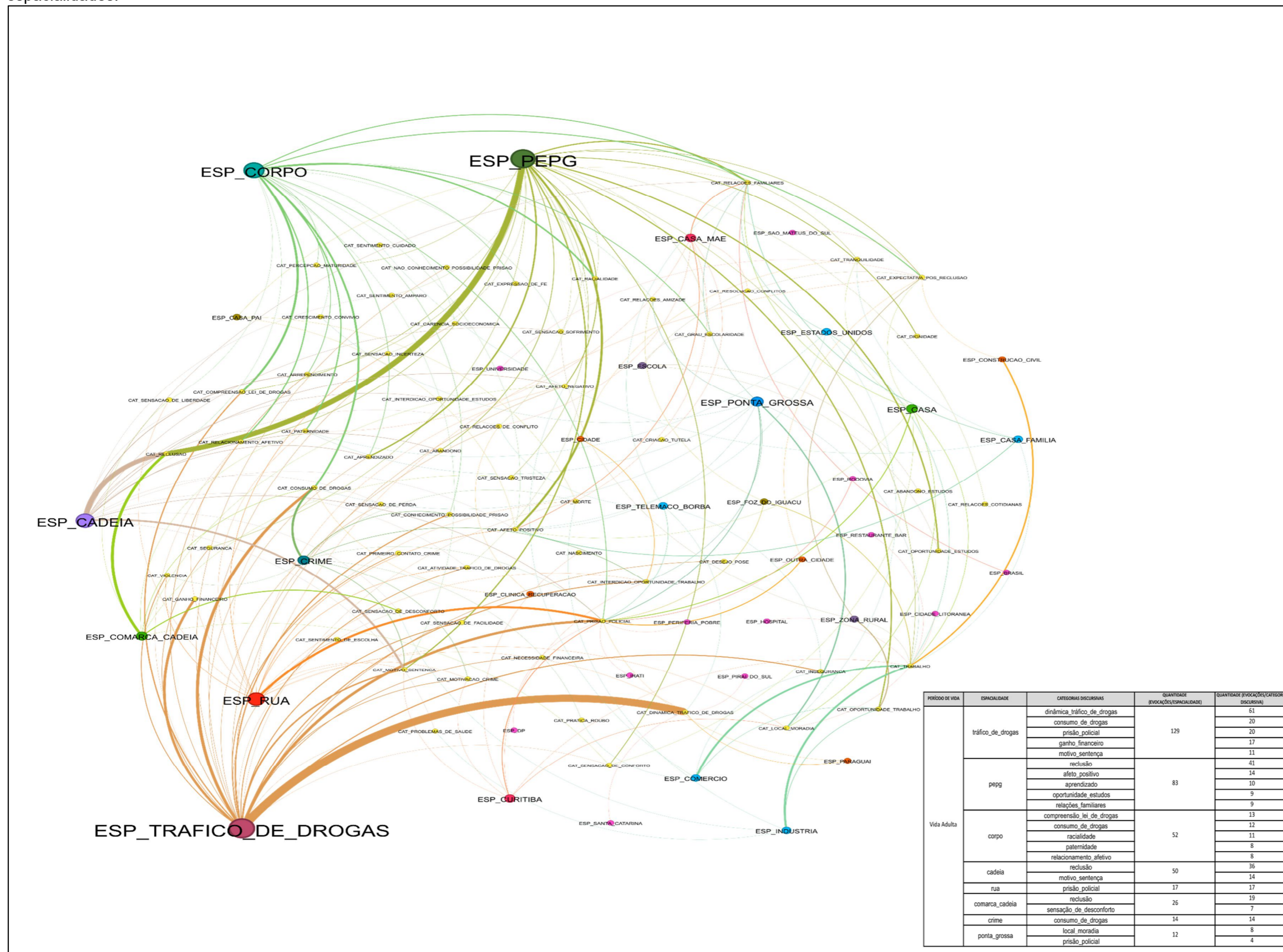
quando esses significados vão ao encontro do objetivo central de nossa Tese. Isso possibilitou que caminhássemos até aqui, onde encerraremos nossa caminhada conjunta às histórias relatadas desses sujeitos, esperando aprofundar na compreensão sobre em que ponto suas trajetórias estão implicadas com a espacialidade do tráfico de drogas.

No avanço desta compreensão, é preciso afirmar que tratar da vida adulta destes sujeitos, é tratar especificamente de um recorte de suas trajetórias que, em grande parte do tempo, esteve marcada pela composição da espacialidade do tráfico de drogas e de outras espacialidades diretamente relacionadas a essa, como a 'PEPG', a 'cadeia'²⁶⁶, a 'comarca/cadeia' e o 'crime'. Essas, inclusive, são algumas das 8 espacialidades com maior número de evocações correspondentes, com 217, 146, 82, 33 e 29 respectivamente. Outras espacialidades de igual importância e que, de certo modo, mesmo que indiretamente, também se relacionam com a espacialidade do tráfico de drogas, são a do 'corpo', com 98 evocações relacionadas, da 'rua', com 37 e, finalmente, a de 'Ponta Grossa', com 23 evocações correspondentes.

A relação entre as espacialidades e categorias discursivas, bem como das evocações, podem ser visualizadas no grafo 18. A representação de cada um desses marcadores segue a mesma lógica representada pelos grafos presentes nas figuras anteriores a essa, como se pode observar a seguir:

²⁶⁶ Tal como apresentado no capítulo III, como fora o caso da PEPG, a grandeza numérica, bem como o conteúdo das evocações relacionadas às categorias correspondentes à Cadeia, que estão dispostas na presente seção, são as mesmas apresentadas na quarta seção deste capítulo. Deste modo, não iremos repetir o debate neste momento, a fim de não torna-lo repetitivo.

GRAFO 18 – Representação da relação entre as espacialidades compostas pelos homens condenados por tráfico de drogas na vida adulta e as categorias discursivas das evocações que se relacionam com essas espacialidades.



Fonte: Banco de dados de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) da codificação de entrevistas realizadas via videoconferência durante os anos de 2020 e 2021 e grafo organizado pelo autor.

A partir dos dados demonstrados acima, a primeira espacialidade com maior número de evocações relacionadas é 'tráfico de drogas', com 5 categorias (dentre uma totalidade de 30), com 129 evocações correspondentes, sendo: 'dinâmica do tráfico de drogas', com 61 evocações, 'consumo de drogas', com 20, 'prisão policial', com 20, 'ganho financeiro', com 17 e, por último, 'motivo da sentença', com 11 evocações no total.

Inicialmente, gostaríamos de chamar atenção para o fato de que, pela primeira vez, essa espacialidade representa aquela que não tem apenas o maior número de categorias discursivas correspondentes, como também o maior número de trechos discursivos. Isso nos possibilita afirmar acerca da centralidade desta espacialidade quanto relacionada ao período de vida adulta nas trajetórias geográficas desses homens que, como já discutimos no capítulo III, se posiciona neste sentido em seus discursos tanto pelo modo como as entrevistas ocorreram, apoiadas em um roteiro semiestruturado de entrevistas que se construiu a partir do fio-condutor desta Tese, como também pelo fato de que, como percebido, suas trajetórias são significativamente marcadas pela composição da espacialidade do tráfico de drogas.

A partir disso, é interessante perceber que, assim como apresentado na seção do capítulo anterior em que discutimos a respeito dessa espacialidade, as categorias discursivas mais significativas e suas relações com as evocações correspondentes, aqui se repetem. Deste modo, ao olharmos para a primeira categoria com o maior número de evocações, 'dinâmica do tráfico de drogas', é importante retornarmos àquilo que apresentamos na seção IV, do capítulo III.

Na discussão que fora apresentada na referida seção, a categoria em questão tinha 63 evocações correspondentes e, neste momento, apresenta 61, já que outras duas evocações dizem respeito a outros períodos etários. Isso tem direta relação com o fato de que a espacialidade do tráfico de drogas passa a ser central nas trajetórias de vida dos entrevistados quando tornam-se adultos, assumindo os papéis de comerciantes e apresentam em seus discursos alguns relatos referentes às práticas ligadas a esse comércio, representadas pela categoria 'dinâmica do tráfico de drogas'.

Além disso, quando nos atentamos para os conteúdos das evocações que se destacam a partir desta categoria, verificamos que há um detalhe que parece ganhar importância durante a vida adulta: a carga de maturidade presente nas falas com relação ao período de vida anterior. Diferentemente da adolescência, quando os dois trechos relacionados à categoria 'dinâmica do tráfico de drogas' tratam

especificamente do dia-a-dia e da busca pela centralidade das relações, aqueles que verificamos para a vida adulta, para além destes conteúdos, também revelam as preocupações acerca dos afetos que essa prática pode acarretar para outros sujeitos com quem esses homens se relacionam a partir de outras espacialidades, como a família. Isso pode ser verificado a partir do seguinte trecho:

Eu sempre... Vou falar bem a verdade. Eu sempre preferi trabalhar com as minhas próprias coisas, sabe? Por causa que... Eu sempre preferi as pessoas ficarem devendo para mim, do que eu ficar devendo. Porque daí, imagine se eu caísse preso, 1 Kg de crack está custando mais de 10 mil reais, sabe? Imagine se eu caísse preso. Como ia ficar minha consciência e a minha família lá fora? Sendo acelerada²⁶⁷, porque não tem dessas. Se você pegar a droga do traficante, for preso e não pagar, vai atrasar o lado, a sua família vai ter que vender casa, vai ter que vender carro... Daí, na minha mente, eu sempre estava um passo na frente. (Seis)²⁶⁸

‘Seis’ revela a preocupação a respeito dos possíveis afetos que seriam gerados à família em caso da existência de dívidas para com o fornecedor das substâncias que vendia. Essa preocupação se revela enquanto um regulador de suas práticas, na medida em que destaca que sempre preferiu “[...] as pessoas devendo pra mim, do que eu ficar devendo” (sic.). Ora, ao posicionar-se desta forma, o entrevistado estabelece mecanismos de estar sempre ao centro das relações de poder ligadas à espacialidade em questão, já que isso pode evitar a instituição de relações de tensão ligadas aos efeitos de suas práticas.

No entanto, ainda que a espacialidade do tráfico possa significar, por um lado, a centralidade destes sujeitos quando assumem papéis de comerciantes e, sobretudo, subordinantes de outros sujeitos, sejam outros vendedores, ou usuários de drogas, por outro lado também pode ser composta por sujeitos que buscam através dessa espacialidade uma estratégia de manutenção do consumo de substâncias psicoativas, já que se estabelecem como, para além de comerciantes, usuários.

Neste sentido, em um trecho correspondente à ‘dinâmica do tráfico de drogas’, outro entrevistado destaca que, em decorrência da sua condição de usuário, compunha a espacialidade do tráfico de drogas enquanto um intermediador entre fornecedor e comerciante de drogas, o que o garantia acesso a uma pequena quantia para consumo próprio:

²⁶⁷ Quando o entrevistado utiliza os termos “[...] sendo acelerada”, está se referindo de modo informal ao ato de coação.

²⁶⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Não, na verdade quando o patrão precisava, ele me ligava e, se eu estivesse disponível, ia. Porque eu continuava trabalhando, certo? Só que daí eu fazia isso aí para não gastar do dinheiro do serviço na droga. Daí eu buscava pra ele e ganhava uma quantia que eu pudesse usar. E nesse meio tempo, continuava trabalhando. Não estava registrado, mas era no mesmo serviço. (Três)²⁶⁹

Essa condição revela um importante ponto pertinente a esta reflexão, que é a relação direta entre o consumo de substâncias psicoativas e a composição da espacialidade do tráfico de drogas assumida por grande parte dos entrevistados em relação às suas trajetórias. Ligado a isso, está a segunda categoria com um número relevante de evocações; ‘consumo de drogas’.

É importante observar que, desde a seção anterior, essa é uma categoria que assume posição central em relação às outras, sobretudo porque também se relaciona com outras espacialidades, que não apenas a do ‘tráfico de drogas’. Neste sentido, a categoria ‘consumo de drogas’ contém 20 trechos discursivos relacionados, quando correspondente à espacialidade do tráfico.

No capítulo III, ao tratarmos na seção I desta espacialidade, o ‘consumo de drogas’ enquanto categoria apresentou-se com um total de 22 trechos relacionados. Deste modo, é possível perceber que desta totalidade, 20 estão presentes neste recorte de período de vida (vida adulta), enquanto outros 2 já foram anteriormente percebidos através da adolescência.

O consumo de drogas, enquanto uma categoria, tem relação direta com aquilo que os entrevistados justificam ser as causas de seus envolvimento com a atividade delituosa, seja através da espacialidade do tráfico, do crime ou de outras espacialidades. Sua aparição em grande número através dos discursos desses sujeitos durante a vida adulta tem estreita relação com os momentos em que passam a compor a espacialidade do tráfico durante suas trajetórias, já que, como percebido através da seção anterior, quando houve envolvimento com as atividades ligadas à espacialidade do tráfico durante a adolescência e, a partir daí, questionamos dos motivos desse envolvimento, as causas reveladas eram diferentes do que pelo ‘consumo de drogas’, pois estavam muito mais relacionadas com suas buscas pela centralidade de recortes espaciais que compunham, através de objetos que carregam certos simbolismos, como o poder de compra de bens materiais, ou a convivência com grupo de outros homens jovens.

²⁶⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

Já, na vida adulta, o ‘consumo de drogas’ parece ser um importante marcador quanto às suas composições da espacialidade do tráfico, sendo, inclusive, revelado por um dos entrevistados, como o único motivo pelo qual passou a vender substâncias consideradas ilegais, como se vê nos seguintes trechos:

Trabalhei... Trabalhei, trabalhei sim. O que, na verdade, não já adiantando... Mas o que me levou mesmo a cair preso foi por causa do uso de drogas. Então, graças a deus, toda a vida eu trabalhei. Não tenho nenhuma passagem por roubo, nada, porque não sei roubar... sendo sincero. Me envolvi no tráfico por causa do uso da droga, então daí já começou a atrapalhar a minha vida... Na verdade, a vida profissional, vida familiar, por causa do uso da droga, né? Então a convivência familiar... Atrapalha tudo, né? A gente vira... Ela vira um caos de verdade, né. (Dezessete)²⁷⁰

Outras coisas assim não atrapalha, porque é só a droga mesmo. Droga que deixa a gente fazer loucura, que perde sentido, perde a consciência. A gente age muito pela emoção, mas acaba perdendo o sentimento, né? Acaba deixando o sentimento de amor... Começa a ficar frio, né? A gente não tem sentimento com a droga, perde tudo isso de bom que a gente tem e acaba deixando de lado por causa do uso da droga, né? Só pensa na droga, faz tudo no sentido da droga. Então, o meu problema maior é isso. Então, tudo que acarretou na minha vida de estar pagando o preço, na verdade, foi por causa da droga. Eu trafiquei por causa da droga, me envolvi por causa da droga. Então tudo gira em torno da droga. (Dezessete)²⁷¹

Aqui está a mesma percepção que já tivemos sobre a própria prática de vender drogas enquanto um mecanismo em que os sujeitos abrem liberdade de autonomia sobre seus corpos, para agirem enquanto uma extensão daquela prática que executam que, neste caso, está relacionada ao que definimos enquanto adicção, causada pelo uso desenfreado de substâncias psicoativas.

Além disso, quando não justificam o consumo enquanto única razão pela qual passam a vender drogas e, por suposto, a comporem a espacialidade do tráfico, afirmam que o ato da venda parece razoável quando comparado a outras práticas delituosas, tais como o roubo, diante da necessidade de obterem meios de pagar pela substância consumida: “É! Claro! Porque eu não queria mais roubar. Eu achava que vendendo e fumando, eu não ia cair preso. Só que bem na verdade, na verdade, foi tudo aos contras. Na verdade eu mais usava do que vendia, porque tinha vez que...?” (Quatorze)²⁷²

De todo modo, nos parece possível de afirmar que o tráfico de drogas, seja enquanto atividade, ou enquanto espacialidade composta por esses sujeitos, é um

²⁷⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁷¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁷² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

meio pelo qual se viabiliza as substâncias que consomem. E isso fica ainda mais claro quando observamos o conteúdo da entrevista de 'Doze': "Não vivia do crime. Era só pra manter meu vício." (Doze)²⁷³

E ainda que a partir dos textos da Lei 11. 343/06, o consumo de drogas passou a ser despenalizado, demonstramos a partir do capítulo II que não fica claro aquilo que se considera objeto de consumo e aquilo que se considera objeto de venda. Para além disso, como são os casos abordados nesta Tese, que tratam especificamente do comércio de substâncias psicoativas ilegais, este comércio acaba sendo assumido de maneira muito mais significativa entre sujeitos que carregam estigmas de vulnerabilidade social que, já em outros recortes espaciais, a partir da relação entre suas identidades e os eixos de desigualdade, são constantemente empurrados às margens das espacialidades que compõem.

Em decorrência deste comércio, estão os efeitos atravessados pela Lei em questão, como é o caso das apreensões que levaram os homens entrevistados às suas condenações. Sobre isso se referem os trechos correspondentes às categorias 'prisão policial' e 'motivo da sentença'.

A primeira das categorias apresenta 20 trechos correspondentes, que se relacionam ao modo de agir da polícia no momento de suas apreensões, como o volume e tipo de substâncias que serviram de prova para suas condenações. Neste caminho, o trecho a seguir corresponde à primeira questão, a respeito do modo de agir da polícia:

Nãaaaoo... Sossegada! Nem encostaram a mão em mim! Eles abriram a mochila e viram a droga, né? Viram a droga... (Doze)²⁷⁴

Na verdade, quando a gente está nessa vida assim, a gente está disposto a tudo. Tanto a perder a vida, como apanhar da polícia... Isso aí é normal. Pra gente, a gente já nem... A gente não tem assim "ah, vão me tratar bem". A gente sabe que vai ser tratado mal, porque já está fazendo errado, então na verdade eles... né? Então, minha primeira prisão não foi tão... tão assim, violenta. Porque, na verdade, eu fui preso em outra cidade. Então, daí já estava sendo observado, estava sendo meio monitorado por escuta telefônica e fui preso em cima de investigação. Eles, simplesmente, só me abordaram, pegaram eu com a droga, assumi a droga e falei que era minha, fui preso, fiquei 1 ano e 2 meses preso... fui embora por ser primário, tenho qualificação profissional, tenho residência fixa... fui embora. Fiquei 1 ano e 2 meses preso, peguei a pena abaixo da mínima. Então fui embora direto pra rua. (Dezessete)²⁷⁵

²⁷³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁷⁴ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁷⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Os entrevistados apresentam seus relatos a respeito de como ocorreram suas prisões e aquilo que significaram a respeito do modo como foram tratados durante suas abordagens. O primeiro, 'Doze', destaca que no momento em que a polícia encontrou a substância que serviu de flagrante para a sua apreensão, diante da sua não resistência, apresentou um comportamento "... sossegado". Já, no caso de 'Dezessete', embora tenha afirmado que sua apreensão não tenha sido "tão assim, violenta", o entrevistado afirma que diante de suas práticas relacionadas à espacialidade do tráfico de drogas, é justificável que a polícia se posicione de maneira violenta em relação à ele, compreendendo que a coação é a expressão de poder do Estado sobre aquilo que não está alinhado ao discurso de controle.

Com relação à segunda questão, cujos conteúdos dos trechos trazem o volume e o tipo de substâncias que serviram de razão pelas suas condenações, estão os seguintes trechos:

Eu caí com pouco. Caí com 1/2 quilo só. (Cinco)²⁷⁶

Só com maconha. Era 2 mil quilos. Dessa vez que fui preso, eu fui buscar. (Nove)²⁷⁷

Era crack! (Dez)²⁷⁸

Os entrevistados revelam através dos trechos acima que as substâncias com as quais foram apreendidos se dividem entre maconha e crack. A maioria dos conteúdos revelam uma característica marcante dos entrevistados: suas prisões ocorreram sob posse de quantias consideradas pequenas das substâncias que serviram de flagrante, o que os coloca em posições de pequenos comerciantes; já, no caso de 'Nove', que teve em sua apreensão uma grande quantia, o entrevistado relata que não se caracterizava de produto para venda direta, mas que assumia posição apenas de transportador da droga de fornecedor para outro traficante.

E o fato de suas prisões terem ocorrido no âmbito do flagrante delito, a partir da posse de substâncias consideradas de venda ilegal, os trechos referentes à categoria 'motivo da sentença', reforçam os artigos pelos quais respondem em regime de privação de liberdade, como os Art. 33 e Art. 40 da Lei 11.343/06.

²⁷⁶ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁷⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁷⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

O que nos volta a chamar atenção, além da óbvia atribuição de suas detenções apoiadas na execução da Lei em questão, está o fato de todos serem reincidentes específicos (ou não), no acometimento do crime, reafirmando aquilo que já discutimos anteriormente a respeito dessa questão.

Por último, a categoria ‘ganho financeiro’, que não ocupa a posição ‘mais baixa’ em relação ao número de evocações, porém a penúltima, dentre as relacionadas à espacialidade do tráfico de drogas, aparece com 17 trechos relacionados.

No capítulo III, trouxemos uma discussão que traçou um paralelo entre os sujeitos com os quais dialogamos a respeito de suas trajetórias geográficas nesta Tese, em relação aos meninos cujas experiências de tratamento de químico dependência serviram de base para a reflexão de Moraes (2017), através das categorias ‘consumo de drogas’ e ‘ganho financeiro’.

Assim como já debatemos a respeito do ‘consumo de drogas’ enquanto categoria marcante da vida adulta destes sujeitos, pensar a respeito do ‘ganho financeiro’ também vai ao encontro à discussão apresentada no capítulo III, já que a maioria dos trechos discursivos correspondentes a essa categoria encontram-se na vida adulta.

Ora, se o ‘consumo de drogas’ aparece como fator preponderante para o envolvimento com práticas delituosas e para a composição da espacialidade do tráfico de drogas, ‘ganho financeiro’ aparece enquanto outro fator para tal. No entanto, os entrevistados revelam o paradoxo do ganho e da perda, pois revelam que, embora o dinheiro obtido com a venda de substâncias possa parecer ‘fácil’, traz consigo adversidades:

Foi pelo lado que a gente pensa que é o lado mais fácil, mas bem no fim, se torna um empecilho, sabe? (Três)²⁷⁹

Ganhava. Ganhava bastante. Por causa que a droga dá dinheiro, mas do mesmo jeito que dá o dinheiro, ela te tira. Por causa que... Você vende droga já para não passar necessidade, né? Aí você vai... Eu gastava muito dinheiro com festa, trocava de carro e comprava moto. Eu nunca vi... Tipo, eu nunca pensei que depois de um tempo ia acarretar em um monte de cadeia para mim, que eu ia cair preso e não ia ter nada, sabe? Aí... Hoje em dia, se eu começasse hoje, a entrar nessa vida hoje e eu já tivesse essa experiência que eu... Ou se outra pessoa tivesse me contato como é que seria, né? Eu acho que tinha guardando um pouco de dinheiro pelo menos. Não tinha

²⁷⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

esbanjado, tinha tentado comprar alguma coisa para mim, para não ter que viver do crime. Porque viver do crime nunca vai dar certo. (Seis)²⁸⁰

O dinheiro obtido resultante da prática do tráfico de drogas, quando não utilizado para compra de substâncias, como é no caso das entrevistas que revelam a composição da espacialidade em questão a partir da condição de usuários adictos, revela-se enquanto um importante marcador de decisão para o envolvimento desses homens na atividade criminosa. No entanto, mostram que, a partir da experiência do encarceramento, constroem novos significados acerca dessa questão, já que, como demonstra 'Seis', a falta de percepção acerca dos efeitos relacionados ao cárcere em relação à perda do dinheiro obtido com a prática criminosa, se antes concebida, alteraria seu comportamento em relação àquilo que fazia com esse dinheiro, na expectativa de ainda possuir algum bem material que o garantisse certa estabilidade financeira.

A ideia de que o aprisionamento, ou seja, a experiência ligada ao cárcere tem grande importância nos significados que constroem, tal como visto nesse trecho a respeito da perda de seus bens a partir de sua condenação, direcionam nossos olhares para a segunda espacialidade com maior número de categorias e evocações correspondentes, a PEPG.

A espacialidade em questão apresenta 28 categorias relacionadas. Deste total, 5 possuem a maior quantidade de evocações correspondentes, sendo: 'reclusão', com 41 evocações, 'afeto positivo', com 14 evocações, 'aprendizado', com 10 evocações, 'oportunidade de estudos', com 9 e, por último, 'relações familiares', também com 9 evocações.

Quando observamos o número de evocações que cada uma dessas categorias têm relacionadas e retomamos o olhar para aquilo que discutimos no capítulo III a respeito desta espacialidade, percebemos que, como imaginávamos, o número de cada um desses marcadores (categorias e evocações) relacionados à espacialidade 'PEPG' se altera em relação ao que apresentamos no capítulo anterior.

Isto ocorre porque, como já discutimos, a experiência ligada ao cárcere especificamente atrelado à PEPG ocorre no recorte de vida do qual estamos nos referindo nesta seção. Anteriormente a isso, os poucos trechos ligados a vivências

²⁸⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

que os entrevistados puderam ter de encarceramento estiveram ligados a outras espacialidades, como a 'comarca/cadeia', ou com a do CENSE, por exemplo.

Para além disso, avançamos este momento de reflexão para outra espacialidade, 'corpo', que possui 23 categorias relacionadas, porém com apenas 5 concentrando a maior parte das evocações: 'compreensão da lei de drogas', com 13, 'consumo de drogas', com 12, 'racialidade'²⁸¹, com 11, 'paternidade', com 8 e 'relacionamento afetivo', com 8 evocações.

Diferentemente do que fora apresentado no capítulo anterior, a respeito dessa espacialidade, as categorias discursivas que se relacionam à vida adulta assumem outras posições, quando relacionadas aos outros períodos de vida. Neste sentido, a categoria com maior número de trechos discursivos relacionados, 'compreensão da lei de drogas', tem direta relação com o período no qual esses homens se inserem atualmente, sobretudo perpassados na condição de condenados por tráfico de drogas.

Como refletimos no capítulo anterior, a forte presença desta categoria quando relacionada à vida adulta está diretamente ligada ao fato de que, ao perceberem o modo como suas condenações se apoiam nos textos da atual Lei de Drogas, tendem a questionar os efeitos da mesma, já que é a partir desses questionamentos que buscam transgredir a ação do Estado sobre as suas posições espaciais em relação aos seus próprios corpos.

E, diretamente ligado a isso, está a construção de uma lógica que os coloca em uma posição em que buscam construir um *mea culpa*²⁸², que os faz retomar certa posição de autonomia, ou seja, centralidade em relação à espacialidade do corpo, ao mesmo tempo em que tencionam aquilo que se estabelece enquanto instrumento legitimador do discurso hegemônico que, como já discutimos, se baseia na construção de estereótipos jurídico e o estereótipo médico (CARVALHO, 2016), diretamente relacionado ao modo como se interseccionam os eixos de desigualdade (RODÓ-ZÁRATE, 2021), centralizando ou marginalizando esses homens.

²⁸¹ Como já destacamos no capítulo anterior, embora a categoria 'racialidade' apresente certa grandeza quantitativa em relação à espacialidade do corpo e, para além, represente um marcador identitário importante para as suas existências, quando relacionado às trajetórias dos entrevistados em relação ao tráfico de drogas, não se revela enquanto fundamental para o rumo de suas vivências ligadas ao crime. Deste modo não avançaremos nessa discussão. Ainda assim, esses trechos correspondem à autodeclaração que esses sujeitos têm sobre suas cores, o que pode ser observado através do quadro 2.

²⁸² Ato de pedir perdão; confissão da própria culpa.

E por mais que, como já percebido aqui, que muito da composição da espacialidade do tráfico de drogas se dá, enquanto efeito, ou enquanto causa, do consumo de drogas, esses homens, diante das facetas identitárias que compõem enquanto sujeitos, quando relacionadas aos eixos de desigualdade transversais às espacialidades que fazem parte, acabam sendo quase sempre empurrados à margem e, não é diferente quanto à espacialidade do corpo, sobretudo quando percebemos suas posições sendo negociadas a partir desse consumo e, conseqüentemente, de seus envolvimento com a prática delituosa, que os leva ao encarceramento.

Neste sentido, o 'consumo de drogas' aparece enquanto categoria com 12 trechos discursivos relacionados. Tratamos dessa categoria relacionada à espacialidade do tráfico de drogas, quando da vida adulta, como também a outras espacialidades em outros períodos de vida e, como será discutido aqui, em relação à espacialidade do crime. O consumo, como já afirmamos, vem acompanhado de uma carga de significados que levam esses homens a comporem a espacialidade do tráfico de drogas, ora como usuários, ora como comerciantes, outrora como outros sujeitos que compõem essa espacialidade, como distribuidores, transportadores etc.

Quando essa categoria se relaciona ao corpo, olhamos diretamente para o tipo de substâncias que esses homens assumem terem consumido anteriormente à reclusão e, como discutimos no capítulo III, nos efeitos disso na construção de uma noção de "escravidão da droga" em um sentido hegeliano, sobre o qual refletimos em diálogo com Butler (1997).

Ainda dentro dessa perspectiva, está a afirmação de que os efeitos produzidos pelo consumo de drogas compõem as dinâmicas relacionadas à espacialidade do corpo no sentido de marginalizar esses homens em relação à autonomia de si mesmos.

Avançando para as outras categorias que se relacionam à espacialidade do corpo, estão as categorias 'paternidade' e 'relacionamento afetivo', cada um com 8 trechos discursivos correspondentes. Com relação a essas duas categorias, aquilo que é apresentado nos discursos correspondentes dizem respeito ao descritivo sobre o estado civil que afirmam se encontrar e sobre terem filhos ou não, como está ilustrado no quadro 2 disposto nesta Tese.

Essas compreensões estão relacionadas ao momento em que realizamos as entrevistas com esses homens. Não obstante, da mesma forma que os entrevistados assumem esses significados em relação às espacialidades que até agora discutimos,

como a do corpo, também atribuirão às espacialidades conseguintes. Deste modo, a outra espacialidade que merece atenção a partir do número de categorias e evocações relacionadas é 'cadeia'.

Essa espacialidade apresenta 19 categoriais relacionadas à vida adulta, das quais 2 concentram a maioria das evocações: 'reclusão' e 'motivo sentença', com 36 e 14 evocações, respectivamente. Assim como as espacialidades 'PEPG', que já fora anteriormente abordada e 'comarca cadeia', que será abordada na sequência desta seção, a 'cadeia' é uma espacialidade marcada pela experiência do cárcere, ou seja, constitui-se em decorrência das práticas realizadas pelos entrevistados que foram condenadas criminalmente a partir da Lei 11.343/06, e de outras.

Avançando para a espacialidade 'rua', que compõe a posição seguinte à da 'cadeia', com 17 categorias. Desta totalidade, apenas 1 contém o maior número de evocações relacionadas: 'prisão policial', com 17 trechos correspondentes.

Na seção II do presente capítulo observamos essa mesma espacialidade, porém com outra categoria, 'consumo de drogas', em conjunto de 'prisão policial' dividindo igualmente o número de evocações relacionadas. Aqui, isso se altera na medida em que percebemos que a maioria dos trechos discursivos codificados a partir da categoria 'prisão policial' estão presentes, justamente, no recorte de suas trajetórias correspondente à vida adulta.

Tal como discutimos anteriormente, a 'rua' significada a partir dessa categoria, tem direta relação com as consequências decorrentes da prática do tráfico, porém, além disso, também com a perpetuação da legitimação de discursos apoiados nos textos da Lei 11.343/06 para a coibição dessa prática realizada pelos entrevistados em parte de suas trajetórias. Isso pode ser percebido através do conteúdo da seguinte fala:

Foi na rua. A polícia me abordou na rua, porque... Porque quando a gente tá traficando, a gente fica queimado pela polícia, né? Daí eu tava de moto e tinha acabado a gasolina da moto, porque a elétrica da moto não estava marcando. E eu fui buscar a gasolina, fui buscar a gasolina... E daí a hora que eu fui buscar, passou a viatura da polícia. E daí a polícia olhou... E estava eu e um rapaz, daí a polícia pegou, fez a volta lá e deu uma abordagem. E nessa daí... Nessa abordagem, tinha uma droga no capacete. Daí a polícia já me levou. (Um)²⁸³

O relato apresentado por 'Um' de sua prisão, embora fruto do acaso relacionado ao fato de ter acabado o combustível de sua moto e um aparentemente

²⁸³ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

eventual encontro com a polícia, com o entrevistado sob posse de drogas escondidas em seu capacete, demonstra que a prática do tráfico e a decorrente composição dessa espacialidade acaba por se inter-relacionar com outras espacialidades, como a da rua e, diante disso, com outros sujeitos, como a polícia, em uma percebida relação de tensão afirmada pelo trecho “porque quando a gente tá traficando, a gente fica queimado pela polícia, né?”.

E essa ‘marca’ que ‘Um’ revela carregar a partir de tornar-se traficante, é reafirmada por outro entrevistado, ‘Quinze’, de modo não apenas simbólico, como também material, já que revela que a polícia já acompanhava suas atividades a partir daquilo que é popularmente chamado de ‘grampo telefônico’²⁸⁴:

Nessa última vez eu fui preso na rua. A polícia me pegou na rua... Eu estava com o telefone grampeado já... Daí eles só estavam cuidando, me seguindo... Daí me pegaram na rua, perto de uma loja ali... Do prédio branco ali... (Quinze)²⁸⁵

Ou seja, a rua passa a tratar-se de uma espacialidade cuja composição é estratégica para o Estado na realização de práticas que imprimam o controle sobre as atividades ilegais dos homens condenados por tráfico de drogas. O modo como a instrumentalização desse controle se constitui é, não obstante, uma marca das relações de poder que se estabelecem através dessa espacialidade, onde a partir da atividade delituosa, os entrevistados assumem uma posição marginal quando relacionam-se com agentes ligados ao Estado e, por isso, funciona de modo a reforçar essas condições de centro e margem assumidas por esses sujeitos.

Resultante disso, está o encarceramento que, após a condenação, é experienciado pelos entrevistados a partir da espacialidade da PEPG. Anteriormente a isso, passam por outras instituições prisionais, tidas aqui enquanto ‘Comarcas’, espacialidades cujas experiência do cárcere se relaciona a um momento de prisão provisória.

Essa espacialidade se relaciona à vida adulta através de 8 categorias, com 2 delas concentrando o maior número de evocações: ‘reclusão’ e ‘sensação de desconforto’, com 19 e 7 categorias correspondentes, respectivamente. Esse quantitativo segue a mesma proporção observada na seção V do capítulo anterior,

²⁸⁴ Forma de monitorar as ligações telefônicas de um indivíduo, sem que o mesmo tenha conhecimento deste monitoramento.

²⁸⁵ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

porém com 1 evocação a menos relacionada à categoria 'reclusão', quando comparada a essa mesma seção.

Conforme já fora destacado em duas ocasiões anteriores, no tocante à PEPG e à cadeia, pensar sobre a espacialidade das comarcas tem direta relação com o recorte das trajetórias dos entrevistados correspondente à vida adulta. Por isso, assim como discutimos na última seção do capítulo III a respeito dessas outras duas espacialidades também colabora para a compreensão das categorias acima listadas e correspondentes à 'comarca'.

Diferentemente disso, estão as duas últimas espacialidades de relevante interesse para esta seção, 'crime' e 'Ponta Grossa' que, embora apresentem números proporcionais àqueles apresentados quando discutimos a respeito delas no capítulo anterior, trazem para esta seção a necessidade de serem exploradas na medida em que há um quantitativo relevante de categorias relacionadas a tais espacialidades que se fazem presentes em outros períodos de vida, que não o da vida adulta.

Quando observamos a espacialidade 'crime', percebemos que há 9 categorias relacionadas, porém apenas 1 delas assume a maioria das evocações, sendo 'consumo de drogas', com 14 trechos relacionados. Como demonstramos no capítulo anterior, esta categoria discursiva assume um total de 17 trechos correspondentes que, a partir do presente capítulo, 3 foram percebidos em outros períodos de vida, embora não de maneira destacada (pré-adolescência e primeiro e segundo períodos da adolescência)²⁸⁶ e o restante diz respeito ao período de vida correspondente a esta seção.

Pensar no consumo de drogas ao longo desta reflexão nos fez observar acerca da centralidade que essa categoria assume ao longo das trajetórias geográficas dos homens que entrevistamos, ainda que relacionada a diferentes espacialidades. No entanto, os significados atribuídos a essa categoria, ainda que correspondente a mais de uma espacialidade, parecem sempre assumir a apreensão que esses sujeitos têm de si, de suas práticas e relações, a partir da condição de usuários de substâncias psicoativas.

Se, em um lado de suas trajetórias, a partir de diversas espacialidades, o uso de drogas representa os seus esforços para tornarem-se sujeitos, aquilo que

²⁸⁶ A espacialidade 'crime' fora percebida de maneira pouco relevante durante esses recortes de períodos de vida correspondentes às trajetórias dos homens condenados por tráfico de drogas. Por isso, não foram apresentados nos grafos para serem discutidos no corpo deste capítulo.

insistimos enquanto a busca/luta pela centralidade dessas espacialidades e, por suposto de suas relações, fica cada vez mais claro o paradoxal efeito que essa prática acarreta, fortalecendo suas marginalidades em relação a outros recortes espaciais.

É justamente a composição da espacialidade do crime, que até certo ponto pode representar alguma centralidade nas relações que constituem com sujeitos como usuários que compram seus produtos, ou até mesmo com amigos, onde suas masculinidades se instituem em um complexo jogo de interesses, sendo centralizadas às custas de práticas transgressoras, tais como o tráfico de drogas, que corresponde à noção de paradoxo que coloca estes homens à margem de outras espacialidades, como a do corpo e a da rua, como já observado nesta seção.

Isso se observa na medida em que a categoria 'consumo de drogas' assume o sentido já percebido quando relacionada a outras espacialidades; a composição da espacialidade do crime tem relação intrínseca ao consumo de drogas: "Só pelo uso da droga." (Onze)²⁸⁷

Destarte, a espacialidade 'crime', que aparece de maneira significativa somente no período de vida adulta, é composta pelos entrevistados em um jogo de 'quase' autonomia sobre suas ações, que é constrangida a partir da vulnerabilidade criada pelo uso de drogas.

Caminhamos em um sentido que não nos permite assumir um lado oposto, senão àquele que nos leva a perceber que dada a intersecção presente nas trajetórias geográficas desses sujeitos, no tocante às facetas identitárias que instituem e que fortalecem (ou enfraquecem) suas marginalidades, a prática do tráfico de drogas faz parte de um leque de possibilidades limitado que se produzem na medida em que as espacialidades que compõem, são resultantes de interrelações correspondentes ao tráfico de modo direto ou indireto, como é a do crime, porém também a do 'tráfico de drogas', da 'rua', da 'escola' e das outras que trouxemos até o presente momento.

Neste sentido, a última espacialidade que abordaremos nesta seção é 'Ponta Grossa', com 10 categorias relacionadas, com 2 concentrando o maior número de evocações: 'local de moradia', com 8 e 'prisão policial', com 4, que no capítulo anterior assumiram a primeira e terceira posições dentre aquelas com maior número de trechos correspondentes.

²⁸⁷ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

Em primeiro lugar, a categoria ‘local de moradia’ aponta para o período anterior àquele em que passam a compor espacialidades ligadas ao cárcere, demonstrando trechos que correspondem aos locais em que residiam anteriormente à prisão, conforme demonstram os trechos:

É... Sou de Ponta Grossa mesmo. Sou daqui mesmo. Nasci e cresci aqui. (Dez)²⁸⁸

É... Tem uns anos já que moro aqui (em Ponta Grossa). (Onze)²⁸⁹

Sim, daqui de Ponta Grossa. (Treze)²⁹⁰

Eu nasci aqui em Ponta Grossa, (quando foi preso) Morava aqui em Ponta Grossa. (Quinze)²⁹¹

Sou de Ponta Grossa. (Dezessete)²⁹²

Ponta Grossa... Eu moro em uma vila próxima do centro. Na verdade, eu moro próximo a um colégio estadual ali, pra baixo do colégio... (Dezoito)²⁹³

Os entrevistados revelam como principal significado atribuído à espacialidade em questão, local de residência, que pode ser relacionado à noção de pertencimento, tal como já discutimos anteriormente e que, se observada a seção IX do capítulo anterior, se confirma a partir da categoria ‘relações de amizade’, que não aparece de modo significativo aqui, já que se distribui ao longo dos outros períodos de vida das trajetórias dos entrevistados.

Para além disso, a categoria ‘prisão policial’, representa o que há de antagônico nisso; a tensão ocasionada pela privação de liberdade²⁹⁴. Tal privação se relaciona ao que temos de central na presente tese: o tráfico de drogas, sendo prática delituosa, como também espacialidade composta por esses sujeitos, que parece em certos aspectos confundir-se com os rumos que assumem em suas trajetórias, reforçando-se sobretudo durante a vida adulta, como verificado nesta seção a partir das espacialidades discutidas.

Diante disso, a complexidade revelada a partir dos discursos dos sujeitos que entrevistamos, demonstra os caminhos pelos quais suas trajetórias percorreram de

²⁸⁸ Entrevista concedida ao autor, em 2020. Ponta Grossa: Online.

²⁸⁹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁹⁰ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁹¹ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁹² Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁹³ Entrevista concedida ao autor, em 2021. Ponta Grossa: Online.

²⁹⁴ No capítulo anterior citamos alguns trechos de discurso que remetem à categoria ‘prisão policial’ relacionada à espacialidade ‘Ponta Grossa’ (seção III). Deste modo, com o intuito de não promover a repetição daquilo que já fora evidenciado, não tornaremos a destaca-los aqui.

modo a concentrar-se sempre em algumas poucas possibilidades arranjadas e dispostas conforme as relações que constituíram e, por suposto, espacialidades que compuseram ao longo de suas vivências que, durante a vida adulta, parecem se estreitar ainda mais diante da existência do tráfico de drogas, que aparece cada vez mais central em suas realidades.

Isso nos permite afirmar acerca do tráfico enquanto uma espacialidade que não pode ser significada diante de um olhar fixo, marcada de relações findáveis e previsíveis, pois decorre das ações e relações de indivíduos que buscam, de acordo com um conjunto limitado de possibilidades, tornarem-se sujeitos. Mas tornar-se sujeito, na compreensão da busca pela centralidade, aqui é um paradoxo.

CONCLUSÃO

Discutir a respeito do tráfico de drogas a partir de nosso questionamento central, “Compreender como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR (PEPG-PR)”, assumindo um ponto de vista geográfico que vai um pouco além das perspectivas tradicionais que comumente abordam as redes que se constituem a partir dessa atividade, mas que não olham para os sujeitos que compõem essa realidade e, por suposto, para as suas especificidades, tem sido demasiado complexo.

Quando decidimos realizar este trabalho de investigação e reflexão sabíamos dos desafios com os quais nos depararíamos em nosso caminho, mas não imaginávamos que seriam intensificados na medida em que nos deparamos com a pandemia ocasionada pelo Coronavírus. A produção do conhecimento científico não se faz de maneira simples, mas na ausência da convivência cotidiana com os companheiros do grupo de pesquisa, a impossibilidade de frequentar recortes espaciais, como a Universidade, bem como o modo tradicional de realizar as entrevistas com os sujeitos cujas trajetórias dizem respeito à esta reflexão, representaram parte do que foi o desenvolvimento desta Tese.

No entanto, ainda que desafiador, consideramos que essa reflexão colaborou na produção de bons frutos, dado fato de que, a partir dela, se abrem novas possibilidades de questionamentos a serem feitos a respeito do fenômeno estudado, tal como deve ser a ciência: um constante afirmar e refutar, com novos questionamentos e, com isso, novas descobertas.

Cada um dos capítulos representou um passo que demos em direção ao nosso questionamento central, que objetivou compreender como se instituem as trajetórias geográficas dos homens condenados por tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa, PR (PEPG-PR).

Inicialmente, nos apoiávamos nos dados obtidos fornecidos pelo DEPEN, como a partir de relatórios como o INFOPEN (2017), ou de conjuntos de dados não sistematizados através de relatórios. Esses dados nos forneciam informações iniciais a respeito da realidade socioeconômica da população carcerária brasileira condenada por tráfico de drogas que, sobretudo, é composta majoritariamente por homens pobres, negros, jovens, com baixo grau de escolaridade, dentre outras características

que se relacionam com marcadores identitários que constituem ao longo de suas vidas.

Os questionamentos que fizemos a partir destes dados, que revelamos a partir da introdução e dos capítulos apresentados, nos levaram a pensar nos 'porquês' dessa população guardar essas características de maneira tão homogênea. Isso nos permitiu ir além da simples comprovação daquilo que esses dados nos revelam em relação aos homens que entrevistamos, pois passamos a nos concentrar nas intersubjetividades presentes em suas trajetórias geográficas já que, de um modo ou de outro, se confundem em grande parte de suas vidas, com a composição da espacialidade do tráfico de drogas.

Neste sentido, percebemos que os homens entrevistados, têm suas masculinidades marcadas não apenas pela condição de serem homens, mas também a partir da intersecção com outros marcadores identitários, como aqueles que pudemos identificar através de seus discursos; classe e idade.

Cada um desses marcadores carrega uma estrutura discursiva, mas não podem ser observados de maneira isolada já que, na vida real, são vivenciados concomitantemente. A partir disso, percebemos que a intersecção entre gênero, classe e idade, é um mecanismo importante para observarmos as constantes marginalizações que esses sujeitos sofrem em diversas espacialidades que compõem, como a da escola, da casa da família, da casa da mãe, do corpo, dentre outras.

Isso se dá, sobretudo, porque os papéis, ações e práticas que se instituem a partir de suas existências, muitas vezes não correspondem aos ideais hegemônicos que se produzem a partir daquilo que chamamos de eixos de desigualdade, em concordância com aquilo que Rodó-Zárate (2021) discute a respeito do conceito de interseccionalidade.

Diante dessa realidade, novas espacialidades passam a ser compostas por esses sujeitos, na medida em que buscam estratégias para que assumam centralidade e, por isso, aquilo que chamamos de 'garantia de existência'. Essas espacialidades, muitas vezes, são marcadas de práticas que, até certo ponto os centraliza em relação a elas próprias e a outros sujeitos com quem se relacionam, mas também os marginaliza na medida em que são consideradas transgressoras das éticas estabelecidas hegemonicamente. Exemplos disso são as espacialidades do tráfico de drogas, do crime, da rua e da PEPG.

Cada uma dessas espacialidades se relaciona de modo direto ou indireto com a prática do tráfico de drogas e, além disso, apresentam significados apreendidos a partir dos períodos de vida em que passam a ser compostas pelos entrevistados. O resultado do envolvimento destes sujeitos com o tráfico de drogas está na experiência do encarceramento, que de algum modo podemos chamar de 'estado de exceção individual'.

O que afirmamos é que, se os caminhos que os homens condenados por tráfico de drogas assumem ao longo de suas trajetórias geográficas são marcados pela marginalização decorrente dos eixos de desigualdade, então suas práticas e espacialidades que compõem têm direta influência dessa realidade.

Neste sentido, convém retomarmos para a primeira seção do capítulo II, quando discutimos a respeito da Lei de Drogas brasileira, as formas de poder do Estado e o Sistema Penal Brasileiro, onde refletimos a respeito da relação entre os textos da lei, a validação de alguns discursos em detrimento de outros e, sobretudo, sobre a decisão de quem morre, em detrimento de quem vive (AGAMBEN, 2007; FOUCAULT, 1987; MBEMBE, 1999).

A partir dessa discussão, percebemos sobre como, historicamente, a legislação sobre drogas no Brasil se desenvolveu em diálogo com a doutrina de Günther Jacobs e o Direito Penal do Inimigo. O discurso produzido da existência de um inimigo comum, os instrumentos e aparatos do Estado para a reprodução desse discurso e a chamada 'guerra às drogas', correspondem às discussões apresentadas por Agamben (2007), Foucault (1987) e Mbembe (1999), na medida em que a existência de alguns sujeitos passa a ser negada de livre autonomia, justificada pelo estereótipo jurídico em detrimento do estereótipo médico.

Além disso, essa é uma questão que também fora apontada pelos professores membros da banca de defesa de tese enquanto passível de se inserir no âmbito das discussões da criminologia marxista, ou criminologia crítica. Deste modo, em momentos futuros, pretendemos abordar aquilo que aqui apontamos, mas com uma discussão que se relacione especificamente com aquilo que se discute neste campo teórico-reflexivo.

Ao fazermos o exercício de percepção sobre a nossa compreensão sobre interseccionalidade, a discussão supracitada e a realidade desses sujeitos, é efetivo afirmar sobre carregarem, a partir de seus estigmas produzidos pelos eixos de desigualdade, o 'estereótipo do delinquente'. Se então suas vidas são marcadas por

essa condição, o tráfico de drogas se faz, não apenas enquanto uma prática, mas uma espacialidade que ora os garante direito a uma existência transgressora a tal estereótipo, porém também colabora para suas marginalidades em relação ao *status quo*.

Diante disso, seria, no mínimo, uma contradição não reconhecer que as trajetórias geográficas dos homens cujos discursos fazem parte desta Tese, se instituem em um sentido do que afirmamos ao longo do texto enquanto uma 'luta pela centralidade'. Nisso, o tráfico de drogas trata-se de uma espacialidade composta a partir de um leque limitado de possibilidades para as suas existências que, por ser sempre aberta e porosa (THRIFT, 2006), resultante das interrelações, múltipla e em constante construção (MASSEY, 2008), também colabora para a abjeção de seus corpos.

Novas possibilidades de reflexões parecem serem necessárias para outros momentos de análise. Alguns hiatos surgem a partir daquilo que aqui compreendemos, principalmente no tocante à espacialidade corporal desses indivíduos e do campo da subjetividades que os compõem, que constituem parte de larga investigação nas ciências ligadas à psicologia. Outro ponto que, talvez não se coloque enquanto 'hiato', mas quase como um questionamento retórico: "A criminalização do tráfico de drogas protege a quem e do que?"

Ora, se ao longo desta tese destacamos o fortalecimento dessa política apoiada em um discurso beligerante e de um inimigo comum, da reificação de corpos e da despersonalização dos mesmos, como demonstram os dados referentes à população encarcerada pela condenação baseada no crime do tráfico de drogas, nos é possível afirmar acerca da utilização dessa tecnologia do Estado enquanto uma reiteração da manutenção da centralidade daquilo que se estabelece enquanto hegemônico socialmente a partir da marginalização e da criminalização daquilo que não é hegemônico; nesta reflexão representado por homens pobres, jovens, com baixo grau de instrução escolar e, em grande parte, com problemas ligados à adicção em drogas.

Não queremos com isso encerrar o exercício do pensar a respeito das realidades desses e de outros sujeitos que compõem essa realidade, sobretudo porque nos parece bastante complexa, por isso, de longo caminho até que sejam esgotadas as perspectivas a respeito desta problemática. Para além disso, também destacamos a importância de debates como esse, na compreensão de que o saber

científico deve se fazer de maneira interdisciplinar, a fim de novos pontos de vista a respeito da legislação específica sobre drogas no Brasil, como da garantia de direitos à população de maneira abrangente.

Daí, citamos como exemplos a necessidade de pensarmos não apenas sobre a Lei de Drogas no Brasil de maneira exclusiva e direta, mas sim daquilo que cerca a realidade daqueles que têm suas trajetórias marcadas pela condenação por crimes que se fazem presentes nos textos dessa lei. Isso significa que, ao analisarmos as trajetórias de vida desses sujeitos, algumas questões ficaram marcadas mais do que outras, como a evasão escolar, a escassez material e o consumo de drogas.

Por que não pensar a respeito de políticas que olhem para a estrutura educacional brasileira, onde se possa, de fato, centralizar sujeitos que, pela carência estrutural das escolas, pelo sucateamento da máquina pública, pelos baixos salários dos professores e outros profissionais da educação, dentre outros fatores colaterais, não são ‘incorporados’ ao centro devido suas complexidades e transgressões?

E quanto a políticas de governo que possibilitem dignidade financeira à população que, segundo o “Mapa Novo da Pobreza”, produzido por Neri (2022) no âmbito da FGV Social, cerca de 62,9 milhões de brasileiros encontram-se abaixo da linha da pobreza, correspondendo a 29,6% da população total do país?

Finalmente, por que não pensar a respeito do consumo de drogas que, de acordo com o demonstrado na presente reflexão e em Moraes (2017), se faz presente desde a adolescência, de uma maneira que, ao contrário de estigmatizar e, por suposto, reafirmar estruturas de desigualdade, possam subverter a ordem, proporcionando a estes sujeitos o tratamento relacionado à esfera da saúde e não da segurança?

Diante destes questionamentos e daquilo que demonstramos com a presente reflexão, colaboramos com a Ciência Geográfica e com outros campos do conhecimento científico que dialogam com nossas perspectivas. Para além disso, com a mesma importância, esperamos ter correspondido àquilo que reconhecemos ser universidade, enquanto uma instituição que se apoia em um tripé marcado pelo ensino, a pesquisa e a extensão.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Tradução: BURIGO, Henrique. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207p.

ALMEIDA, João Paulo Leandro. **'Na minha época as meninas estavam no comando'**: a constituição de feminilidades na Escola de Guardas Mirins 'Tenente Antônio João', na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 225p.

BARNES, Trevor J.; SHEPPARD, Eric. 'Nothing includes everything': towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. **Progress in Human Geography**, v. 34, n. 2, p. 193-213, 2010.

BOITEUX, Luciana. El antimodelo brasileño: Prohibicionismo, encarcelamiento y selectividad penal frente al tráfico de drogas. **Nueva Sociedad**, n. 225, 2015, p. 132-144.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 10 mar. 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 385, de 26 de dezembro de 1968. Dá nova redação ao artigo 281 do Código Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-385-26-dezembro-1968-378122-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 out. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5726.htm#:~:text=LEI%20No%205.726%2C%20DE%2029%20DE%20OUTUBRO%20DE%201971.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20medidas%20preventivas%20e,ps%C3%ADquica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6368.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.368%2C%20DE%2021%20DE%20OUTUBRO%20DE%201976.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20medidas%20de%20preven%C3%A7%C3%A3o,ps%C3%ADquica%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 13 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas sobre drogas (SISNAD). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BUTLER, Judith. **Mecanismos psíquicos del poder**: Teorías sobre la sujeción. Valência: Ediciones Catedra, 1997. 212p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 288p.

BUTLER, Judith. **Deshacer el Género**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2006. 384p.

CAMPOS, Andreino de. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e a segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAMPOS, Marcelo Moreira; GUIMARÃES, Marcos Vinícius Amorim Ferreira; FERREIRA, Liliane Juvência Azevedo; ALVARES, Lillian Maria Araújo de Rezende. Estudo da rede de colaboração científica em nanotecnologia na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **TransInformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 115-123, jan./abr., 2017.

CAMPOS, Mayã Polo de. **Mulheres vítimas de violência sexual e os significados de suas experiências corporais e espaciais**: teu corpo é o espaço mais teu possível. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

CAMPOS, Mayã Polo de. **Corpo feminino como espacialidade em disputa na violência doméstica em Ponta Grossa, PR**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

CAPES. **Relatório da Avaliação Quadrienal 2017 – Geografia**. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/20122017-geografia-relatorio-de-avaliacao-quadrienal-2017-final-pdf>. Acessado em março de 2021.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 351p.

CASTELLS, Manuel. Paraísos comunais: Identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, volume 2**: A era da informação: economia, sociedade e Cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21 – 92.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). **Geografia**: Conceitos e Temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. p. 59 – 94.

CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. Espaço, vulnerabilidade e masculinidade de adolescentes em conflito com a lei. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero e Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011, p. 55 – 124.

COIMBRA, Cecília; BOCCO, Fernanda; NASCIMENTO, Maria Livia do. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 57, n. 1, p. 2-11, 2005.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., p. 185 – 206, 1995.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept. **Gender and Society**, v. 19, p. 829 – 859, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. *In*: CASTRO, Iná Elias et al. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 15 – 48.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003. 94p.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do Geógrafo pelo Tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, 2016. P. 1-11.

COSTA, Victorino. A escola, espaço de construção de cidadania? **Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda**, n. 18, p. 67-76, 2011.

COUTO, Aiala Colares. Tráfico de drogas na metrópole: um estudo de caso da territorialização perversa em uma área de baixada de Belém. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, v. 9, n. 17, jul./dez., 2016. P. 55 – 77.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, art. 8, p. 139-167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002, 171 – 188.

DAVIDSON, Joyce; MILLIGAN, Christine. Embodying emotion sensing space: introducing emotional geographies. **Social and Cultural Geography**, vol. 5, n. 4, 2004, p. 523-532.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Relatórios Analíticos Infopen**. jun./2020. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/spf>.

Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Relatórios Analíticos Infopen (Paraná)**. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/parana>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI; Félix. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Volume 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. 105p.

DUBAR, Claude. **A crise das Identidades: A interpretação de uma mutação**. Porto: Edições Afrontamento, 2006. 206p.

FACO, Vanessa Marques Gibran; MELCHIORI, Lígia Ebner. Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. *In*: VALLE, Tânia Gracy Martins do (org.).

Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 121 – 135.

FEYERABEND, Paul. Capítulo II. *In*: FEYERABEND, Paul. **Contra o Método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 37 – 44.

FILEMON, Olavo Orley. **Trajetórias socioespaciais da juventude metropolitana e a construção da corporeidade:** o exemplo do Colégio Estadual Professor Genesco Ferreira Bretas, na região noroeste de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FORMOSINHO, João; MACHADO, Joaquim. Escola, igualdade e autonomia. **Revista do Centro de Formação Francisco de Holanda**, n. 18, p. 15-26, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987. 288p.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. *In*: DREYFUS, H. e RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica:** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Universitária, 1995. p. 231 – 249.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. 39 p.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474p.

FUSCH, Patricia I.; NESS, Lawrence R. Are We There Yet? Data Saturation in Qualitative Research. **The Qualitative Report**, v. 20, n. 9, p. 1408-1416, 2015.

GARZÓN, Juan Carlos; POL, Luciana. El elefante em la habitación: Drogas y Derechos humanos em América Latina. **Revista Internacional de Derechos Humanos**, v. 12, n. 21, 2015, p. 1-9.

GHERTNER, D. Asher. When Is the State? Topology, Temporality, and the Navigation of Everyday State Space in Delhi. **Annals of the American Association of Geographers**. V. 107, n. 3, p. 731-750, 2017.

GIORDANO, Douglas M.; BRUNING, Eduardo; BORDIN, Andrea Sabedra. Uso do scriptLattes e Gephi na Análise da Colaboração Científica. *In*: COMPUTER ON THE BEACH, 2015, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UNIVALI, 2015, p. 239-248.

GOMES, Fernando Bertani. **“Cenas embaçadas”:** A relação entre as espacialidades vivenciadas por jovens do sexo masculino e a morte por homicídio na cidade de Ponta Grossa – PR. 2013. Dissertação. (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

GOMES, Fernando Bertani. **Necropolíticas espaciais e a instituição de masculinidades de jovens homens envolvidos na violência homicida na cidade de Ponta Grossa, Paraná.** 2018. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a geografia: Contra o simples, o banal e o doutrinário. *In*: MENDONÇA, Francisco et. al. (org.) **Espaço e Tempo:** Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: Ademadan Antonina, 2009. p. 13–30.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço público, espaços públicos. **GEOgraphia**, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

GONTAREK, Dimas Diego; SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; GOMES, Fernando Bertani. Gênero, Masculinidades e Espaço Carcerário na experiência de homens em Ponta Grossa – Paraná. **Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE)**, v. 14, n. 25, ago./out. 2018, p. 103-122.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 369p.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 103-133.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. 102 p.

HILL COLLINS, Patrícia. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. *In*: FABARDO, Mercedes et al. (org.). **Feminismos Negros: Una antología**. Madrid: Tranficientes de sueños, 2012. p. 99 – 134.

HO, Elaine Lynn-Ee. Social Geography I: Time and Temporality. **Progress in Human Geography**. v. 20, n. 10, 2021

HOPKINS, Peter. Young Muslim men's experiences of local landscapes after 11 September 2001. *In*: AITHCISON, Cara Carmichael; HOPKINS, Peter; KWAN, Mei-Po (org.). **Geographies of Muslim Identities**. Aldershot: Ashgate, 2008. p. 189–200.

HOPKINS, Peter; NOBLE, Greg. Masculinities in place: situated identities, relations and intersectionality. Editorial. **Social and Cultural Geography: Special issue: Masculinity, intersectionality and place**. v. 10, n. 8, December, p. 811 – 819. 2009.

HORTON, Paul B.; HUNT, Chester L. **Sociology**. New York: McGraw Hill, 1964. 582p.

HUBBARD, Phil. Thinking spaces, differently? **Dialogues in Human Geography**, v. 2, n. 1, p. 23 – 26, 2012.

IBICT. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>.

INFOOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, atualização junho de 2017**. Org.: MOURA, Marcos Vinícius. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019. 87p.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. **Didáticas Específicas**, n. 01, p. 148-166, 2009.

JUNQUEIRA, Beatriz Pereira; MELO, Lorraine Correa de. A superlotação carcerária como principal fator impeditivo da ressocialização. **Revista Juris Pesquisa**, v. 01, n. 01, p. 169-184, 2018.

- LIMA, Rita de Cássia Cavalcante. O problema das drogas no Brasil: Revisão legislativa nacional. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social/UFJF – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, v. 10, n. 1, p. 102 – 123, jan-jun/2010.
- MASSEY, Doreen. **Filosofia e Política da Espacialidade**: Algumas considerações. Revista GEOgraphia, nº 12, 2004, p. 07 – 23.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: Uma nova Política da Espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- MATOS, Manuel. **Adolescência, Representação e Psicanálise**. Lisboa: Climepsi, 2005. 272p.
- MBEMBE, Achille. Du gouvernement privé indirect. **Politique Africaine**, n. 73, p. 103-121, 1999.
- MICHAELIS. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- MOLLER, Michael. Exploiting patterns: a critique of hegemonic masculinity. **Journal of Gender Studies**, v. 16, p. 263–276, 2007.
- MORAIS, André de. **RAP, Masculinidades e Figura Materna**: A vivência espacial dos MCs atuantes em Ponta Grossa, Paraná. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.
- MORAIS, André de. **Do veneno à instiga, da dependência à recuperação**: a espacialidade de tratamento de dependência química e a elaboração de identidades dos meninos em tratamento na Comunidade Terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, Ponta Grossa – PR. 2017. Dissertação. (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.
- MORAIS, André de; ORNAT, Marcio Jose. A relação entre moradores e o grupo de travestis na instituição de territórios de prostituição no espaço urbano de Ponta Grossa – PR. *In*: Encontro Anual de Iniciação Científica, 26, Foz do Iguaçu. **Anais [...]** Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2013. 4p.
- MORAIS, André de; ORNAT, Marcio Jose. Masculinidades e espacialidades da produção musical do *RAP* em Ponta Grossa, Paraná. *In*: Encontro Anual de Iniciação Científica, 23, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2014. 4p.
- NAYAK, Anoop. Displaced masculinities: chavs, youth and class in the post-industrial city, **Sociology**, v. 40, n. 05, p. 813–831, 2006.
- NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2022. 40p.
- PERU, Raquel Alexandra Valério. **A representação e relação do padrasto na pré-adolescência masculina**. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa, 2009.
- PINTO, Manuel. A infância como construção social. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **As crianças**: contextos e identidades. Braga: Universidade do Minho, 1997. p. 33 – 73.
- PINTO, Vagner André Moraes. **Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço de produção científica geográfica no Estado do Paraná**. 2017.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992, p. 200 – 212.

Portal Brasileiro de Dados Abertos (PBDA). Disponível em: <https://dados.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PRZYBYSZ, Juliana. **Nem santas nem putas, apenas mulheres**: espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112p.

RIBEIRO, Djamila. Cruzando o Atlântico em memória da Interseccionalidade. *In*: AKOTIRENE, Carla (org.). **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p. 13 – 33.

ROCHA, Heder Leandro. **Espaço espiado**: o uso de crack instituindo espacialidades vivenciadas por adolescentes do sexo masculino em Ponta Grossa – Paraná. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão de Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2013.

RODÓ-ZÁRATE, Maria. **Interseccionalidad**: Desigualdades, lugares y emociones. Bellaterra: Edicions Bellaterra, 2021. 231p.

ROSE, Gillian. **Feminism & geography**: the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993. 205p.

ROSE, Gillian. Situating Knowdges: positionality, reflexivities and other tactics. **Progress in Human Geography**, n. 21, v. 3, 1997, p. 305 - 320.

ROSSI, Rodrigo. Masculinidades e interseccionalidade na vivência de territórios instituídos por adolescentes em conflito com a lei. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Espaço, gênero e Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2011, p. 125 – 192.

ROSSI, Rodrigo. **Espacialidade Carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. RIBEIRO, Wagner Costa (org.). São Paulo: Publifolha, 2002. 213p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 288p.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v. 15, n. 3, p. 11 – 28, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero**: Uma categoria útil para a análise histórica. Nova Iorque: Columbia University Press, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 73 – 102.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In*: Joseli Maria Silva (org.). **Geografias Subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2009. p. 55 – 91.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando; JUNCKES, Ivan Jairo. **Construindo a ciência**: elaboração crítica de projetos de pesquisa. Curitiba: Pós-Escrito, 2009. 92p.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Edson Armando. Ofício, Engenho, Arte: Inspiração e Técnica na Análise de Dados Qualitativos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 7, n. 1, jan./jul. 2016. P. 132 – 154.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: Cláudia Luisa Zeferino Pires; Álvaro Luiz Heidrich; Benhur Pinós da Costa. (org.). 1 ed. **Plurilocalidade dos sujeitos**. Porto Alegre: Compasso, 2016. p. 56-75.

SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, João Paulo Leandro de; SILVA, Joseli Maria; CAMPOS, Mayã Polo de. Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401-425, 2017.

SILVEIRA, Alan. **A violenta produção do espaço urbano carioca**: as favelas como manifestação do processo de segregação socioespacial e os desafios de uma educação para além do capital. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2018.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. *In*: ARANTES, Antonio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 132-175.

THRIFT, Nigel. Space. **Theory, Culture and Society**, v. 23, n. 2-3, p. 139-155, 2006.

URIBE, Cecilia; RUIZ, Elisa Dulcey. Psicología del ciclo vital: Hacia una visión comprehensiva de la vida humana. **Revista Latinoamericana de Psicología**. v. 34, n. 1-2, p. 17-27, 2002.

VALENTINE, Gil. The Body. *In*: VALENTINE, Gil. **Social Geographies**: space and society. England: Pearson Education, 2001. P. 15 – 62.

VALENTINE, Gil. Boundary Crossings: Transitions from Childhood to Adulthood. **Children's Geographies**, n. 1, v. 1, p. 37-52, 2003.

VALENTINE, Gil. **Theorizing and Researching Intersectionality**: A Challenge for Feminist Geography. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, 2007, p. 10–21.

VAN HOVEN, Bettina; HÖRSCHELMANN, Kathrin. **Spaces of Masculinities**. London: Routledge, 2005. 272p.

VISITAS virtuais já são realidade em 43 unidades prisionais. **Agência Estadual de Notícias**, Curitiba, 23 jun. 2020. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Visitas-virtuais-ja-sao-realidade-em-43-unidades-prisionais#:~:text=j%C3%A1%20s%C3%A3o%20realidade->

,em%2043%20unidades%20prisionais,no%20sistema%20prisional%20do%20Estad
o. Acesso em: 20 mar. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM AGENTES DO ESTADO

| | | |
|-------------------------|---------------------|--------------|
| Entrevista nº: _____ | Data: __/__/_____ | Local: _____ |
| Nome: _____ | | |
| Idade: _____ | Escolaridade: _____ | |
| Função: _____ | | |
| Tempo de atuação? _____ | | |

- 1) Segundo os dados do Relatório do INFOPEN, a maioria dos condenados por tráfico de drogas e crimes relacionados à, são homens, de classe de renda baixa, com baixo grau de escolaridade, em sua maioria negros. Essa é uma realidade dos condenados internos na PEPG?
- 2) Existe uma reincidência de alto número dos egressos do PEPG pelos mesmos artigos? E por outros?
- 3) Em maioria, os atuais internos condenados por artigos relacionados ao tráfico de drogas, em alterações possíveis na política sobre drogas, poderiam ser reencaminhados a instituições de recuperação? (Em outras palavras, a maioria desses internos teriam condições de outras formas de pena?)
- 4) Onde (Local da Cidade) e quando ocorrem as maiores incidências de crimes relacionados aos artigos referentes ao Tráfico de Drogas?
- 5) Como é a trajetória (relatada) de vida dos homens relacionados ao tráfico de drogas até o envolvimento dos mesmos com esta prática?
- 6) Daqueles condenados por tráfico de drogas ou crimes relacionados à, como se estabelece a leitura de condenação e liberdade dos mesmos? (Em relação ao tempo de pena, reincidência, réu primário etc.)

APÊNDICE B – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS COM OS HOMENS CONDENADOS POR TRÁFICO DE DROGAS

| |
|---|
| Entrevista nº: ___ Data: _____ Local: Webconferência (Casa + PEPG) Nome: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____ Cor (auto declaração): _____ Trabalho (anterior à condenação): _____ Tempo de reclusão? _____ Naturalidade: _____ |
|---|

Parte I. Quem são os homens ligados ao tráfico de drogas em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – PR?

- 1) Na introdução dessa entrevista, perguntei qual era sua ocupação profissional anterior à prisão. Você trabalhou nessa função por quanto tempo? Além desse trabalho, teve outras oportunidades? Por quanto tempo? Você pode escolher sua ocupação profissional ou foi unicamente por necessidade, sem escolha?
- 2) Anteriormente perguntei sua escolaridade. Você estudou até esse ponto por quê? Teria escolha de avançar em seus estudos?
- 3) Qual é o seu estado civil? Tem filhos? Como é a relação com sua companheira (e/ou mãe dos filhos e com seus filhos)?
- 4) E sua família de origem? Você teve convívio com quem? (Pai, mãe, avó, avô...) Como era a sua relação com seus familiares? O que faziam profissionalmente sua mãe, seu pai etc.?

Parte II. Quais são os espaços que compõem as trajetórias de vida dos homens condenados por tráfico de drogas, em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Paraná?

- 1) Diante do que você me contou até agora, sobre sua família atual (esposa e filhos – se houver), família de origem, escolaridade, profissão, eu queria saber um pouco mais sobre sua história de vida. Fale um pouco sobre suas lembranças de infância, adolescência, início de vida adulta e a sua caminhada até aqui. Como era o local onde você cresceu? Como era a sua casa (em termos estruturais)? Onde você cresceu? (Se for em Ponta Grossa, qual bairro? Se for em outra cidade, qual bairro?) Como eram as suas relações de amizade? Como você se enxergava na infância, depois na adolescência e agora, como se enxerga?
- 2) Por que se tornou traficante e como foi sua caminhada até que se tornasse? Foi uma escolha 'livre' ou a fez por necessidade?

- 3) O que você pensa dessa caminhada até o tráfico? Foi difícil ou fácil? O que você faria de diferente ou igual até chegar a essa atividade?
- 4) Onde você foi preso? Em casa ou em outro local? Como foi a sua prisão? Como foi até ser preso? Você tinha consciência de que seria preso algum dia?
- 5) Quais foram os artigos pelos quais foi condenado? Falta quanto tempo até cumprir sua pena (e/ou progredir)?
- 6) Atualmente está na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. Já esteve em alguma outra unidade? Como é a estrutura comparada a outras unidades prisionais (incluindo o Hildebrando de Souza)?

Parte III. Como se estabelece a prática do tráfico de drogas a partir das trajetórias dos homens em situação de reclusão na Penitenciária Estadual de Ponta Grossa?

- 1) Como era a sua participação no tráfico de drogas até ser preso? O que fazia exatamente (cargo/função)?
- 2) Como era o seu ganho financeiro praticando essa atividade?
- 3) Como era o cotidiano no tráfico? Você tinha horário de trabalho (como funcionava: dias, turnos etc.)?
- 4) Você se sentia seguro sendo traficante de drogas?
- 5) Sem delimitar o local exato da atividade, você vendia em um local próprio (ex. casa, ponto de comércio etc.) ou em vias públicas (incluindo ruas, praças, parques)? Você se sentia seguro com relação à ação da polícia nesses locais?
- 6) Sem delimitar o local exato da origem da droga, ela era comprada para que você revendesse diretamente na cidade em que vendia ou vinha de outras cidades? E o pagamento dessa mercadoria era efetuado antes ou depois da revenda?
- 7) A compra da droga por parte de outras pessoas é realizada somente em dinheiro ou existiam outros modos de pagamento? Como com objetos e serviços?
- 8) Por que você acha que o tráfico de drogas é considerado crime? Acha que deveria ser crime?

PERGUNTA FINAL:

Como você se enxerga atualmente? É a mesma visão que você tinha sobre você anteriormente à prisão ou algo mudou? O que mudou?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, (nome da pessoa entrevistada: _____),
 RG: _____), estou sendo convidado a participar de um estudo denominado **O ESPAÇO ENQUANTO COMPONENTE DA PRÁTICA DO TRÁFICO DE DROGAS REALIZADO POR HOMENS EM PONTA GROSSA, PARANÁ**, cujos objetivos e justificativas são: Geral: 'Compreender como o espaço compõe a prática do tráfico de drogas realizada por homens na cidade de Ponta Grossa – Paraná.'; Específicos: 'Compreender quem são os homens ligados ao tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná'; 'Compreender como os homens ligados ao tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná significam o espaço'; 'Analisar como se estabelece a prática do tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná'.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder a um roteiro de entrevista relacionado aos objetivos específicos da presente pesquisa, a partir das seguintes linhas norteadoras: Compreender quem são os homens ligados ao tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná'; Compreender como os homens ligados ao tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná significam o espaço'; 'Analisar como se estabelece a prática do tráfico de drogas na cidade de Ponta Grossa – Paraná'.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar.

O pesquisador envolvido com o referido projeto é André de Moraes, discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo trabalho orienta-se por Marcio José Ornat, Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa e do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

É assegurado o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para a Universidade Estadual de Ponta Grossa, no número (42) 3220-3046

Cidade: _____, ____/____/2018.

Nome da pessoa entrevistada

Assinatura da pessoa entrevistada

Nome e assinatura do pesquisador responsável